COLÉGIO ESTADUAL MARECHAL RONDON ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO E PROFISSIONAL.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CAMPO MOURÃO

2011

APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

As reflexões contidas neste documento procuram aproximar Secretaria de Estado de Educação, Núcleo Regional de Educação, Escola e Comunidade do significado do Projeto Político Pedagógico no Colégio Estadual Marechal Rondon – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Marechal Rondon expressa, a autonomia e a identidade do estabelecimento de ensino sendo esta amparada pelas legislações vigentes, pelas necessidades históricas da escola pública e pelos direitos garantidos constitucionalmente a toda população.

O Projeto Político Pedagógico se constitui nos fundamentos legais, conceituais, filosóficos, ideológicos, metodológicos e operacionais das práticas pedagógicas à luz da função precípua da escola pública como via de acesso ao conhecimento. Este projeto expressa os princípios que fundamentam e organizam toda a prática pedagógica através das quais são subsidiadas as decisões, a condução das ações, dos programas desenvolvidos no estabelecimento de ensino, os impactos destes sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como a análise dos seus resultados.

A construção e legitimação desse Projeto estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9394/96. Para a elaboração desse documento a que se considerar ainda: Uma concepção que o embasa e expressa a autonomia e a identidade da escola amparada pelas legislações vigentes, pelas necessidades históricas da escola e pelos direitos garantidos constitucionalmente a qualidade em educação. Esta concepção está em consonância com o princípio da gestão democrática, a qual é construída de forma coletiva. Este Projeto Político Pedagógico se constrói a partir da identificação e do registro da memória histórica que permite ao estabelecimento de ensino planejar ações a curto, médio e longo prazo, de forma a subsidiar e avaliar as práticas pedagógicas da escola para a qual se propõe. Quanto aos elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da escola considera-se no primeiro momento: dados da instituição a localização, aspectos históricos, caracterização do atendimento, situação administrativa e geográfica, suas condições físicas, materiais e de recursos humanos, aspectos quantitativos e qualitativos; promoção; quantidade de profissionais em cada setor, quantidade de alunos, localização do

estabelecimento de ensino, características da comunidade escolar, corpo docente, corpo discente, perfil sócio econômico da comunidade escolar, organização da entidade escolar como um todo. Segundo momento: possibilidades e necessidades de avanços da prática pedagógica; identificação dos problemas relativos à gestão escolar, aprendizagem, participação dos pais, formação inicial, atendimento da formação continuada dos profissionais da educação, organização do tempo e do espaço, índices de aproveitamento escolar, relação entre os profissionais da escola e discentes, equipamentos físicos e pedagógicos, critérios de organização das turmas, acompanhamento e realização da hora atividade e outros. Terceiro momento: concepção de educação, de homem, de mundo, de sociedade, de cultura, de gestão, de currículo e de conhecimento, de tecnologia, de ensino aprendizagem, de avaliação, de cidadania, de tempo, de espaço e de formação continuada. Quarto momento: define linhas de ação e reorganização do trabalho pedagógico escolar, a curto, médio e longo prazo, na perspectiva pedagógica, administrativa e político-social, à luz de todos os elementos da prática pedagógica. As Propostas Pedagógicas Curriculares, parte integrante do Projeto Político Pedagógico, se constitui em um documento que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. Nela se expressam fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina da Matriz Curricular, bem como os conteúdos de ensino nela dispostos de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais, por níveis e modalidades de ensino. A Proposta Pedagógica Curricular contida neste projeto é constituída pelos seguintes elementos, de acordo com os níveis e modalidades de ensino ofertado, pelo estabelecimento de ensino: Matriz Curricular específica e a indicação da área ou fase de estudos a que se destina; forma de organização do conhecimento no currículo: disciplinas curriculares, conteúdos de ensino; fundamentos teórico-metodológicos, práticas avaliativas e critérios gerais de avaliação; atividades escolares em geral e as ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante o tempo e espaço escolar; Calendário Escolar.

O Projeto Político Pedagógico em seus encaminhamentos, fundamentos e princípios são legitimados pelo Regimento Escolar. Cabendo ao diretor da unidade escolar, juntamente com a equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico nesta escola.

OBJETIVO GERAL

O Projeto Político Pedagógico deve constituir processo permanente de reflexão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propiciando vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Organizar o trabalho pedagógico da escola na sua globalidade;
b) Superar conflitos, eliminando relações competitivas autoritárias;
c) Considerar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo fundado na reflexão coletiva;
d) Constituir processo democrático para tomada de decisões;
e) Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias;
f) Romper com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola;
g) Diminuir os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

1 IDENTIFICAÇÃO

Identificação: Colégio Estadual Marechal Rondon Ensino Fundamental Médio e Profissional

Gestão: 2012 a 2015.

Direção Geral: Adriana G. M. Giuliani.

Direção Auxiliar: Marilaine Guilherme Silva.

Direção Auxiliar: Armando Moreira Costa.

Endereço: Rua Brasil nº1848 CEP 87302-230.

Telefone: 44- 3523 1515.

E-mail: cpmrondon@gmail.com

Site: www.cpmrondon@seed.pr.gov.br

CNPJ/MF: 77.926.079/0001-00

Jurisdicionado: Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão – Pr.

Porte da Instituição: 08.

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Ministério da Educação e Cultura (MEC).

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

Por decreto do Senhor Governador Bento Munhoz da Rocha foi criado o Grupo Escolar de Campo Mourão, em 1952, que até então funcionava como Escola Isolada. Pelo Decreto nº 4604 de 11 de março de 1952, foi designado para a função de Diretora a professora normalista Jorinda dos Santos Portela, permaneceu na direção de 11 de março de 1952 até março de 1955. Em caráter provisório ficou respondendo pela direção do grupo escolar a professora Leony Prado Andrade, até que em 29 de novembro de 1955 foi nomeada oficialmente para a referida função. Até 1957 funciona com o nome de Grupo Escolar de Campo quando a Secretaria de Educação determinou que fosse escolhendo um nome para ser patrono do referido estabelecimento de ensino. Assim corpo Docente e membros da sociedade local escolheram Cândido Mariano da Silva Rondon “Marechal Rondon”, e o decreto foi determinado que passasse a se chamar Grupo Escolar “Marechal Rondon”.

Em 1978 passou a ser Complexo Escolar Marechal Rondon ensino de 1º grau resultante da reorganização do grupo Escolar “Marechal Rondon” do grupo Escolar Vila Urupês do Grupo Escolar Doutor Osvaldo Cruz e Unidade Polo.

Hoje Colégio Estadual Marechal Rondon Ensino Fundamental Médio e Profissional com mais de 2100 (dois mil e cem) alunos ofertando Ensino Fundamental, Ensino Médio, cursos de Educação Profissional nas modalidades Integrada à Educação de Jovens e adultos e subsequentes e Celem.

Em 17 de março de 1982, foi reconhecido o curso de 1º Grau Regular, pela Resolução n.º 786 e o Estabelecimento de Ensino.

No ano de 1989, sob a direção do Professor João Luiz Conrado, foram autorizadas (02) duas Salas de Classe Especial pela Resolução 1988/89 sendo cessadas por meio da Resolução 305/02.

A partir de 1993 a Escola Marechal Rondon teve autorizado o funcionamento do curso de 2º Grau – Educação Geral, conforme a Resolução

n.º 3.410/95 de 29 de agosto de 1995. O curso de Educação Geral foi reconhecido pela resolução 4.354 de 5 de novembro de 1996. Nesta década ainda foi autorizado o funcionamento do curso de segundo grau Auxiliar de Enfermagem por meio da Resolução nº 2.562/96 de 19 de junho de 1996, Deliberação 30/80 do Conselho Estadual de Educação, reconhecido pela resolução 4008/97. Encerrando-se assim o referido curso em 2000 com as novas normas do PROEM, assim como o curso de Ensino Especial. No ano de 2004 encerrou-se ainda neste estabelecimento de ensino de Ciclo Básico de Alfabetização. Em 2002 sob a direção da Professora Rita Cartelli de Oliveira, foi autorizado o funcionamento de (01) uma Sala de Recursos - Resolução 293 de 06/02/02, e a Resolução 2773/02 cessa esta modalidade de Ensino. A Resolução nº 2742/02 renova o Ensino Fundamental. A Resolução 2745/02 Renova o Ensino Médio. Em 2004 foi autorizado o funcionamento de uma Sala de Recursos (5ª/8ª séries) - pela Resolução Nº. 3494/04. Nesse mesmo ano foi autorizado o projeto “Sala de Apoio”, para atender alunos com dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. O CELEM (Centro de Língua Estrangeira Moderna) funciona com o amparo da Resolução 2137/2004 que regulamenta e organiza a oferta de ensino extracurricular e plurilinguística das línguas estrangeiras modernas ofertando na época o Alemão, permanecendo a partir de 2009 a língua Espanhola. O Ensino Profissionalizante foi reestruturado em 2004 pela (SEED) Secretaria de Estado da Educação - sendo autorizado para o ano letivo de 2005 o funcionamento do curso “Técnico em Enfermagem” na modalidade subsequente. Autorizado pelo parecer 1021/2006 em Resolução 1021/2006. No ano de 2006 o Colégio implantou o curso técnico de “Agente Comunitário de Saúde” também na modalidade subsequente. Autorizado pelo parecer 271/006 e Resolução 2601/006. Em 2008 foi implantado o Curso Técnico em Segurança no Trabalho (PROEJA) parecer 103/08 e Resolução 1276/08 e no ano de 2010 o Curso Técnico em Segurança do Trabalho (SUBSEQUENTE) parecer 300/09 e a Resolução 2825/10 e o Curso Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa parecer 1052/10 e Resolução 5303/10. A partir do ano 2009, a escola passou a ofertar o Ensino de Língua Espanhola (CELEM).

O Colégio Estadual Marechal Rondon ao longo dos seus 59 anos contou com o trabalho dos seguintes diretores:

- Jorinda Santos Portela – ano 1952 a 1955;

- Leoni Prado Andrade - ano 1955 a 1984;
- Eugênia Inês Mauro Teixeira - ano 1985 a 1987;
- João Luiz Conrado - ano 1988 a 1997;
- Sérgio Martinhago - ano 1998 a 2001;
- Rita de Cássia Cartelli de Oliveira - ano 2002 a 2008;
- Nereu Pinto de Souza - ano 2009 a 2011;
- Adriana G. M. Giuliani – ano 2012 a 2015.

A área total construída é de 4319 m^2, num terreno de 15.500 m^2. A infraestrutura da escola é composta de acesso para todos os espaços. Possui banheiros para cadeirantes, calçada de passeio promovendo a acessibilidade, estacionamento para carros dos professores e funcionários e para bicicleta e moto com monitoramento através de câmeras; 2 redes telefônicas/SEED; 1 orelhão interno; água e esgoto da rede pública, equipamentos de incêndio de acordo com as normas do Corpo de Bombeiro. A escola compõe-se dos seguintes ambientes: 20 salas de aula, 2 almoxarifado, área de circulação coberta, biblioteca, cantina comercial, cozinha e despensa, refeitório, Laboratório de Física, Química, Biologia e Enfermagem (compactados), 2 Laboratórios de Informática (PROINFO/PARANÁ DIGITAL), mecanografia, pátio coberto, 1quadra descoberta, 1 quadra poli esportiva coberta onde há 2 vestiários contemplando banheiros com vasos, pias e chuveiros, 1 sala para estoque dos materiais esportivos e uniformes de jogos; 1 sala Multifuncional, 1 sala de Apoio pedagógico, 1 sala de xadrez, 1 sala para Educação Física, 4 salas para Pedagogos e coordenadores de Cursos Técnicos, 1 sala para professores, 1 sala para hora atividade, 1 sala para refeições, 1 sala para material didático e de expediente, 1 sala para a direção Geral; 1 sala para a vice-direção, 1 sala ampla para a secretaria com sanitários; 1 sala para a secretária; 1 sala ampla para Biblioteca.

1.2 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADOS

- Ensino Fundamental: anos finais - 6º ao 9º ano;
- Ensino Médio;
- Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos, em Nível Médio – PROEJA

    - Técnico em Segurança do Trabalho;
- Educação Profissional - Subsequente;
    - Técnico em Enfermagem;
    - Técnico em Segurança do Trabalho;
    - Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa
- CELEM

2 MARCO SITUACIONAL

2.1 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Vivemos num mundo capitalista, em que as pessoas se preocupam em obter conhecimentos com o objetivo de conseguir posição social e retorno financeiro, uma sociedade que convive em meio a disputas e faz dela meios para defender interesses políticos e religiosos. Um mundo conturbado, em que a família, eixo central da sociedade, perde sua identidade, gerando filhos descomprometidos. As consequências da crise global interferem na situação brasileira, menores abandonados, pais desempregados, baixo poder aquisitivo, famílias desestruturadas e filhos sem expectativas. Nossa comunidade escolar objetiva orientar a formação de alunos conscientes dos seus direitos e deveres com uma proposta pedagógica que atenda as individualidades.

O Colégio Estadual Marechal Rondon Ensino Fundamental, Médio e Profissional, conta com uma média de 2100 alunos, distribuídos nos períodos: matutino, vespertino e noturno. Os alunos em sua, maioria, são oriundos da região circular ao mapeamento da escola, mas atende também alunos advindos de outros bairros, zona rural e cidades vizinhas, e que utilizam como transporte o carro familiar, bicicletas e o passe gratuito para uso do transporte escolar, particulares e outros. Entre os adolescentes do diurno constatamos que a maioria não trabalha, outros fazem cursos complementares como: inglês, espanhol e informática, já a maior porcentagem dos jovens adultos do período noturno, em sua maioria é de empregados, outros são autônomos. A renda familiar fica entre um a cinco salários mínimos. A escola atende alunos (as) de inclusão: físico, auditivos e hiperativos entre outros. Os alunos auditivos são atendidos por professores intérpretes. O grau de escolaridade dos pais apresenta-se em vários níveis, contemplando o Ensino Fundamental, Médio Completo e Médio Incompleto, Ensino Superior, Pós-Graduação e Mestrado. Muitos pais acompanham os seus filhos na escola e nas tarefas de casa, praticam leituras de jornais e revistas. Pais e alunos na maioria têm acesso ao computador e a internet em casa e/ou no trabalho, usando-o para pesquisas, correspondências e trabalho. A comunidade avalia a escola como primeira opção entre as escolas públicas da cidade e que percebem nela uma grande

seriedade no Quadro de Professores, equipe pedagógica e administrativa. Verifica-se a qualidade nas práticas pedagógicas e nos resultados educacionais, pois a escola constantemente é premiada em concursos, além disso, o Colégio desenvolve constantemente projetos, como: Musicalização (Fanfarra e violão), Xadrez; Canto, Dança e Teatro (Maredon). Outra preocupação minuciosa, que os pais também percebem, é com a segurança e o bem-estar dos educandos dentro do espaço escolar, para isso houve a instalação de câmeras de monitoramento. Os alunos escolheram essa escola, segundo os mesmos, por ter boas referências, estrutura física, padrão de ensino e oferecer muitas oportunidades de participação no espaço Social e Cultural, além de sua localização.

Para assegurar seu funcionamento, o Colégio Marechal Rondon, conta hoje com: Equipe de Direção: 03 diretores; Da Equipe Pedagógica: 06 pedagogos; Das Coordenações: 05 coordenadores; Da Equipe Docente: 145 professores, inclusive intérpretes de Libras; Funcionários que atuam nas Áreas de Administração Escolar e Operação de Multimeios Escolares totalizam: Secretaria: 09 funcionários; Biblioteca: 06 funcionários; Laboratório: 01 funcionário. Funcionários que atuam nas Áreas de Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar e Interação com o Educando: Cozinheiras: 04; Limpeza: 11; Inspetor: 01; Caseiros: 02.

Período Matutino: Ensino Fundamental Séries Finais: 6 turmas de nonos anos; Ensino Médio: 6 turmas de primeiros anos, 5 turmas de segundos anos, 4 turmas de terceiros anos; Sala de Apoio com 2 turmas de Língua Portuguesa, e 2 turmas de Matemática e 1 sala Multifuncional para os alunos com necessidades especiais de aprendizagem.

Período Vespertino: Ensino Fundamental Séries Finais: 5 turmas de sextos anos, 7 turmas de sétimos anos, 6 Turmas de oitavos anos.

Período Noturno: Ensino Médio: 1 turma de primeiro ano, 1 turma de segundo e 2 turmas de terceiros anos. Cursos Técnicos Profissionalizantes, assim distribuídos: Técnico em Enfermagem (Subsequente) 1 turma de primeiro semestre, 1 turma de segundo semestre, 1 turma de terceiro semestre e uma turma de quarto semestre; Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa (Subsequente) 1 turma de primeiro semestre, 1turma de segundo semestre, 1 turma de terceiro semestre; Técnico em Segurança no Trabalho (PROEJA) 1

turma de primeiro semestre, 1 turma de segundo semestre, 1 turma de quarto semestre, 1 turma de quinto semestre, 1 turma de sexto semestre; Técnico em Segurança no Trabalho (Subsequente) 1 turma de primeiro semestre, 1 turma de segundo semestre e 1 turma de terceiro semestre. Para o curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, neste momento, não há alunos matriculados.

O Colégio oferece ainda, o curso de CELEM – Centro de Língua Estrangeira Moderna (Espanhol), composto por 3 turmas dividido em período Vespertino e Intermediário, 1 turma de primeiro ano e 2 turmas de segundos anos.

2.2 NÚMERO DE ALUNOS POR MODALIDADES

Ensino Fundamental: 434.
Ensino Médio: 724.
Cursos Técnicos: 301.
CELEM: 120.

2.3 RESULTADOS EDUCACIONAIS

Quanto aos índices de aproveitamento escolar, podemos afirmar que, em nossa escola o índice de reprovação escolar apresenta-se equilibrado em relação ao grande número de alunos que a frequentam. Neste ano de 2011, temos o total de dois mil e cem alunos, e ainda a escola recebe constantemente alunos advindos de outras instituições públicas e particulares, em que os mesmos chegam com médias muito baixas e com grande defasagem no conhecimento. Temos também, alunos que já estão há tempos matriculados em nossa escola, para os quais os professores e equipe pedagógica tentam em conjunto, proporcionarem o diálogo com os mesmos e familiares no intuito de estimulá-los e orientá-los na superação de suas dificuldades apesar da falta de interesses com suas obrigações escolares. Os professores são orientados a dinamizarem os instrumentos de avaliação e práticas pedagógicas no processo de aprendizagem, diversificando-os, possibilitando a todos o acesso ao conhecimento. No entanto, temos alunos (as) desinteressados (as), que não demonstram seriedade, encaminhando-se assim a retenção.

No período Matutino e Vespertino a evasão escolar é baixíssima, pois, quando ocorrem as faltas, os professores as encaminham para a equipe pedagógica que entra em contato com a família; ou mesmo quando não há retorno dos familiares é enviada a ficha FICA para o Conselho Tutelar, quanto à idade/série, a maioria dos alunos está na faixa etária condizente com a série. Caso isso não ocorra, a família é orientada a acelerar esse processo, buscando estabelecimentos de ensino apropriados como: CEEBEJA. A Evasão escolar é mais acentuada no período noturno, nos primeiros semestres dos cursos técnicos, quando os alunos começam a compreender o que é cada curso e a se adaptar a rotina de ir todos os dias para a escola deixando a família ou o trabalho. Neste caso existe muito conflito em relação aos horários de entrada (muito cedo) e saída pelos roteiros e horários dos ônibus. O alunado, em sua maioria, é adulta, casados e composta por trabalhadores. No Ensino Médio Noturno, também ocorre um grande número de alunos desistentes ou evadidos, os motivos não ficam muito claros, visto que, são jovens, e os pais não tomam as responsabilidades dos mesmos. A equipe pedagógica mantém contato com as famílias e com o estudante procurando dialogar e orientar, buscando resgatá-lo e diagnosticando as possíveis causas da evasão. Quando menor, é feito o encaminhamento para o Conselho Tutelar por meio da ficha Fica, como forma de coibir a evasão e chamando a família para a responsabilidade de seus filhos junto à escola. Busca, ainda, junto aos professores, meios pedagógicos para recuperar a defasagem ocasionada pelas faltas. A maioria justifica as faltas como: o cansaço, o início e término da jornada escolar, os entraves no campo de trabalho, o translado até a escola e a dificuldade no aprender como sendo os motivos da sua desistência. Apesar dessas situações, algumas avaliações externas colocam o Colégio Marechal Rondon em destaque, pois no último ENEM, obteve a 2º classificação, com a nota 58, o Colégio é também destaque nas Olimpíadas de Matemática. No entanto, outras avaliações, a que somos submetidos, PROVA BRASIL, ENADE, IDEB (50) e outras confirmam que a escola ainda não possui a qualidade de ensino almejada no país.

2.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

Os princípios norteadores da educação, no Colégio Estadual Marechal Rondon, são entendidos a partir dos pressupostos que buscam construir uma escola democrática pública e gratuita, segundo o artigo 3º da LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação):

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o permanente, arte e o saber;

III. Pluralismo de ideias, e de concepções pedagógicas;

IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V. Valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com o piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime único para todas as instituições mantidas pela União;

VI. Gestão democrática do ensino público;

VII. Garantia de padrão de qualidade.

Os dispositivos legais servem como sustento às linhas de ação estabelecidas, pois se constituem em preceitos a serem respeitados e utilizados como ferramentas para embasar as ações que levem ao cumprimento das determinações contidas nos textos legais e nas recomendações de organismos internacionais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, garante em seu artigo 26, que todo homem tem direito à educação, ressalvando-se sua gratuidade.

A Constituição de 1988, em seu artigo 6º descreve a educação como um direito social de todo brasileiro e no artigo 206, inciso I defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O artigo 208 garante, no inciso I, o Ensino Fundamental gratuito, a todos, independente da idade; o inciso III refere-se ao atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e o inciso VII faz menção aos programas suplementares, o material didático, entre outras necessidades de apoio.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo 5º garante os direitos constitucionais fundamentais da criança e do adolescente. O artigo 53, incisos I, II e III lhes assegura igualdade de condições, acesso e

permanência na escola, publica e gratuita próxima de sua residência, bem como o art. 54 confere o direito ao atendimento especializado.

A partir dos princípios que norteiam a educação pensa-se uma gestão democrática que deve estar vinculada ao processo educativo mais amplo. A escola educa e forma os cidadãos por suas relações pedagógicas. O ato pedagógico e o ensino aprendizagem implicam colaboração, co responsabilidade e solidariedade o que torna a participação coletiva essencial.

No campo educacional procede a assertiva de que o sentido de democracia pode se referir à democracia social, ou seja, à democracia de acesso à escola e a igualdade de oportunidades. Essa igualdade de oportunidade ocorre na formação do cidadão como ser social histórico e sujeito de relações.

2.5 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

O estabelecimento de ensino oferece a Educação Básica com base nos seguintes princípios das Constituições Federal e Estadual:

I. Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;

II. Gratuidade de ensino, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula;

III. Garantia de uma Educação Básica igualitária e de qualidade.

O **Ensino Fundamental**, obrigatório e gratuito, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I. Desenvolvimento da cognição, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II. A compreensão do ambiente natural e sociocultural, dos espaços e das relações socioeconômicas e políticas, da tecnologia e seus usos, das artes e dos princípios em que se fundamentam as sociedades;

III. fortalecimento dos vínculos de família e da humanização das relações em que se assenta a vida social;

IV. A valorização da cultura local/regional e suas múltiplas relações com os contextos nacional/global;

V. respeito à diversidade étnica, de gênero e de orientação sexual, de credo, de ideologia e de condição socioeconômica.

O **Ensino Médio**, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidade:

I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. A formação que possibilite ao aluno, no final do curso, compreender o mundo em que vive em sua complexidade, para que possa nele atuar com vistas à sua transformação;

III. aprimoramento do aluno como cidadão consciente, com formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico;

IV. A compreensão do conhecimento historicamente construído, nas suas dimensões filosófica, artística e científica, em sua interdependência nas diferentes disciplinas.

Ao final do Ensino Médio o aluno deve demonstrar:

I. Domínio dos princípios científicos, tecnológicos e do legado filosófico e artístico da sociedade, que possibilite a compreensão da complexidade histórico- social da mesma;

II. Conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III. Compreensão crítica das relações e da estrutura social, das desigualdades e dos processos de mudança, da diversidade cultural e da ideologia frente aos intensos processos de mundialização, desenvolvimento tecnológico e aprofundamento das formas de exclusão;

IV. Percepção própria, como indivíduo e personagem social, com consciência, reconhecimento da identidade social e uma compreensão crítica da relação homem-mundo.

A **Educação Profissional**, em nível médio, será desenvolvida de forma integrada/articulada ao Ensino Médio e/ou à Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos, visando à formação humana para apreensão dos conhecimentos sócio-históricos, científicos e tecnológicos.

Nesta modalidade de ensino serão observados os seguintes princípios:

I. Articulação com a Educação Básica;

II. Trabalho como princípio educativo;

III. Integração com o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia;

IV. Estímulo à educação permanente e contínua.

A Educação Profissional deverá garantir ao aluno uma sólida formação científico-tecnológica, indispensável ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos.

A Educação Especial tem como finalidade assegurar educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas da Educação Básica, oferecendo apoio, complementação, suplementação e/ou substituição dos serviços educacionais regulares.

O ensino da Língua Estrangeira Moderna, Espanhol tem por finalidade ofertar conhecimentos Extracurriculares Plurilinguísticos.

3 MARCO CONCEITUAL

3.1 CONCEPÇÃO DE MUNDO

O cenário internacional é marcado por contradições que têm por base a evolução do capitalismo em sua fase neoliberal. O mundo se tornou uma pequena aldeia dominada por forças hegemônicas, vivemos hoje, um processo de globalização que tem como principais características a homogeneização dos centros urbanos, a expansão das corporações para regiões fora de seus núcleos geopolíticos; a revolução tecnológica nas comunicações e na eletrônica, a reorganização geopolítica do mundo em blocos comerciais (não mais ideológicas), a hibridização entre culturas populares e locais e uma cultura de massa universal, entre outros.

Nesta sociedade mundial, comandada principalmente por países ocidentais capitalistas, fortemente competitivos, individualistas, excludentes, predomina a falta de humanismo, de respeito ao outro e às instituições sociais; preconceito, racismo, grandes índices de violência, falta de perspectivas, desprovida de valores éticos e morais, com corrupção na prática e desigualdades sócio-econômicas. O poderio econômico coloca determinados países em posição de superioridade sobre os outros. O trabalho humano é substituído por formas de produção que trocam o trabalhador por máquinas inteligentes, destruindo pontos de trabalho e tornando-os trabalhadores descartáveis, criando grande número de desempregados em todo o mundo.

Nesse contexto, para combater o problema social, é interessante que a escola defenda a igualdade de direitos à educação historicamente necessária a todos os indivíduos por meio de um ensino sistematizado de qualidade, com vistas ao desenvolvimento da consciência crítica, contribuindo para reconduzir a sociedade à vivência da solidariedade, uma vez que todos os seres humanos têm direitos e deveres iguais à vida e o sustento digno.

3.2 CONCEPÇÃO DE HOMEM

O homem, como um ser natural e social, relaciona-se com a natureza, transformando-a segundo suas necessidades, já que dela provêm às condições que lhe permitem perpetuar-se enquanto espécie. Nesse processo de transformação, envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência dessas, produz conhecimentos que são transmitidos de geração a geração. A transmissão dessas experiências e conhecimentos se dá por meio da educação e da cultura. Ao modificar a natureza, o homem modifica a si mesmo. A interação homem-natureza é um processo permanente, de mútua transformação e se constitui no processo de produção da existência humana. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pela humanidade. É preciso entender o trabalho como ação intencional, do homem em suas relações sociais, dentro da sociedade capitalista, na produção de bens. Assim, é preciso compreender que o trabalho não acontece de forma tranquila, já que está impregnado de relações de poder.

3.2.1 Trabalho

É preciso entender o trabalho como ação intencional, o homem em suas relações sociais, dentro da sociedade capitalista, na produção de bens. Porém, é preciso compreender que o trabalho não acontece de forma tranquila, estando sobrecarregado pelas relações de poder. No trabalho educativo o fazer e o pensar, entrelaçam-se dialeticamente e é nesta dimensão que está posto a formação do homem. Ao considerarmos o trabalho uma práxis humana, é importante o entendimento de que o processo educativo é um trabalho não

material, uma atividade intencional que envolve, formas de organização necessária para a formação do ser humano. O conhecimento como construção histórica é matéria prima (objeto de estudo) do professor e do aluno, que indagando sobre o mesmo irá produzir novos conhecimentos, dando lhes condições de entender o viver, propondo modificações para a sociedade em que vive, permitindo “ao cidadão produtor chegar ao domínio intelectual do técnico e das formas de organização social sendo, portanto, capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento”.(Kuenzer, 1985, p, 33 e 35). O trabalho é uma atividade humana intencional onde se produz bens materiais e intelectuais, desta forma deve se fortalecer organizações e movimentos em prol da preservação do meio ambiente com a Agenda 21 Escolar, orientando a relação do homem com a natureza e sua inter dependência.

Sendo o trabalho um ato que dignifica o ser humano, faz-se extremamente necessário a desmistificação em relação ao Afro descendente, de modo a esclarecer que todos são dotados de talentos que são inerentes a todo e qualquer ser humano independente de raça, credo ou cor. A afirmação do campo enquanto espaço de vida contribui para a autoafirmação da identidade dos povos do campo no sentido desvalorização do trabalho.

3.3 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

A sociedade em que vivemos estrutura-se em classes, com diferentes ideologias, histórias e culturas; uma sociedade capitalista, na qual a maioria dos indivíduos não tem acesso ao desenvolvimento, tendo poucas oportunidades sobre a ação social. As condições econômicas em sociedades baseadas na propriedade privada resultam em grupos com interesses conflitantes, com possibilidades diferentes no interior da sociedade, ou seja, resultam num conflito entre classes. Em qualquer sociedade onde existem relações que envolvem interesses antagônicos, as ideias refletem essas diferenças. E, embora acabem por predominar aquelas que representam os interesses do grupo dominante, há possibilidades de se produzir ideias que representam a realidade do ponto de vista de outro grupo, reflete a possibilidade de transformação que está presente na própria sociedade. Segundo Dermeval Saviani(1992), o entendimento do modo como funciona a

sociedade não pode se limitar às aparências. É necessário compreender as leis que regem o desenvolvimento da sociedade. Estas leis não são naturais, mas sim históricas, ou seja, são leis que se constituem historicamente. Para a sociedade que queremos, faz-se necessário proporcionar ações que contribuam para o pleno desenvolvimento dos cidadãos, viabilizando uma sociedade mais esclarecida, que tenha conhecimento do seu processo histórico e compreenda que as relações que ocorrem entre os indivíduos não são naturais, mas sim construídas historicamente. Uma sociedade que busca construir oportunidades de participação efetiva de todos os indivíduos que a compõem. Ainda, uma sociedade que combata o individualismo que gera conformismo. Uma sociedade em que vigore e valorize o ser e não o ter.

3.3.1 Cultura

Todo e qualquer ser humano tem cultura. Essa é uma das poucas “verdades” da antropologia segundo o antropólogo, educador Tião Rocha. Apesar disso, muita gente ainda pensa que alguns seres humanos não têm cultura. Uma minoria crê firmemente que sua cultura é superior à dos outros. Outros por se julgarem superiores resolvem eliminar e subjugar os diferentes, trantando-os como inferiores. E uma grande maioria acostumou-se a pensar que não tem cultura alguma, ficando a mercê das elites ditas “cultas”. Outro equívoco que rodeira a cultura é quanto ao mesmo uso que se faz do conceito. As definições variam do extremamente amplo (cultura é tudo aquilo que o homem acrescenta à natureza) ao extremamente específico (cultura é erudição). Com o uso indiscriminado ou interesseiro, a palavra cultura tornou-se expressão esvaziada. Foi o que nos levou a construir um novo conceito, que fosse ao mesmo tempo operacional, palpável, mensurável, observável, ético e correto. Em toda e qualquer comunidade humana existem e interagem diversos componentes substantivos que nós denominamos (“indicadores sociais”) que podem ser identificados, medidos, e observados e que, quando interagem entre si, constroem desenhos padrões, símbolos e outros valores do grupo humano que ai vive e que podemos conceituar de cultura. Podem assim dizer, que cultura é tudo que as diferentes raças e as diferentes etnias possuem em matéria de vida social, o conjunto de leis que regem o país, a moral, a educação – aprendizagem, as crenças, as expressões artísticas e as literárias,

costumes e hábitos, a maneira de pensar agir e sentir, as tradições, as técnicas utilizadas que levam ao desenvolvimento e a interação do homem com a natureza, ou seja, é a totalidade que abrange o comportamento individual e coletivo de cada grupo, sociedade, nação ou povo.

3.3.2 Cidadania

Cidadania é o conjunto de direitos e deveres que regem a vida e o modo de atuação de um indivíduo na sociedade. É através da cidadania que o indivíduo pode exercer seu papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, lutando por melhores garantias, tanto individuais quanto coletivas, e por direito à vida, à liberdade de expressão, à propriedade, à igualdade e a todos os valores civis, políticos e sociais que equilibram a vida. O exercício pleno da cidadania requer a capacidade de analisar e compreender a realidade, criticar e atuar sobre ela, o que conduz a aquisição da liberdade e possibilidade de fazer opções conscientes.

Construir cidadania é também construir novas relações e consciências. A cidadania é algo que não se aprende com os livros, mas com a convivência, na vida social e pública. É no convívio do dia a dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os adultos, com a coisa pública e o próprio meio ambiente. Segundo Dalmo Dallari:

“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. P. 14)

Cabe à instituição escolar problematizar as contradições para definir sua ação pedagógica. A educação, invariavelmente, revela um projeto que é pedagógico, histórico, político, cultural e social. Estudar os condicionantes sociais, econômicos, históricos, políticos e culturais, sobre a escola, possibilita que se desvelem a mercantilização do papel da escola, os atos de preconceito e de discriminação presentes, inclusive nos currículos e materiais pedagógicos, a distância entre quem pensa e quem faz na escola e na sociedade e, em especial, a situação de segundo plano em que é colocada a função social da escola que é razão de sua existência: o ato de ensinar. Considerando tudo

isso, são os professores, funcionários, pais e alunos que devem pensar o papel da escola, para que ela seja universal e de qualidade, que dê respostas às já conhecidas questões: Para quem, para que e com qual intencionalidade existe a escola?

A escola abrange, em última instância, a dinâmica das mudanças sociais, das interações pessoais e profissionais e desenvolve seus objetivos mediante a participação conjunta de seus profissionais e alunos, de modo integrado. A melhor maneira de realizar a gestão de uma organização é a de convergir o esforço coordenado de todos para a realização de uma tarefa, com revisão da prática pedagógica, mediante a formação de equipe atuante e levando em consideração o seu ambiente cultural. Pode-se entender que, professores, equipe pedagógica, agentes educacionais, alunos, pais e comunidade não só fazem parte de um mesmo ambiente cultural, como também constroem este espaço: a interação entre todos os integrantes da comunidade escolar na organização do trabalho pedagógico define a identidade da escola e o papel de cada um na construção e concretização do Projeto Político Pedagógico.

3.4 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, está vinculada às finalidades do trabalho, faz parte do conjunto necessário à produção da existência humana. Enquanto os outros animais se adaptam a natureza, o ser humano a adapta a si mesmo por meio do trabalho, e ao produzir nesse processo a vida material, constrói o mundo humano, ou seja, o mundo da cultura. Esse mundo, por não ser natural, é apreendido pelos seres humanos, esse processo ocorre por meio da educação. Sendo assim, a educação é o processo de reconhecimento do ser humano enquanto tal. Ao apropriar-se do saber construído pela humanidade, e desse modo, compreender o universo cultural, os homens e mulheres ultrapassam a condição animal que lhes confere a natureza e compreendem-se seres humanos, capazes de transformar pelo seu trabalho o que está posto. Nesse contexto, as relações sociais deixam de ser entendidas como processo individual, natural e, ao contrário, são reconhecidas como construção histórica. Ao abandonar os conceitos de sociedade naturalizados por uma classe social, os homens e mulheres

dominados por essas relações, compreendem-se enquanto construídos e construtores pela e da História. A educação cumpre, então com sua função de formar agentes políticos, ativos, comprometidos e instrumentalizados com o conhecimento necessário à construção de outra realidade possível, para além do capital.

3.4.1 Escola

A escola tem a função social de garantir o acesso de todos aos saberes científicos produzidos pela humanidade e permitir que os estudantes desvelem a realidade. Esse processo é indispensável para que não apenas conheçam e saibam o mundo em que vivem, mas com isso saibam nele atuar e transformá-lo. Mais do que o local de apropriação do conhecimento socialmente relevante, o científico, a escola é um espaço de diálogo entre diferentes saberes: o científico, social, escolar, o cultural, linguagens e outros. É necessário reconhecer a dimensão histórica e social do conhecimento que a escola está chamada a se situar. Diante do exposto, queremos para nossa escola um conhecimento dinâmico com liberdade na troca de experiências, que busque inovações, procurando sair das atividades rotineiras, instigando o aluno a ousar, por em prática o conhecimento científico mediado pela escola, adquirindo senso crítico e autonomia para tomada de decisões. O conhecimento é percebido quando há manifestação de mudança de atitudes e comportamentos, na prática social. Portanto, o conhecimento mediador, num processo ação-reflexão-ação, possibilita a transformação social.

3.4.2 Gestão Escolar

Segundo Paro (2008) a especificidade da Gestão Escolar só pode dar-se pela oposição à administração escolar capitalista, pois, em termos políticos, o que possa haver de próprio, de específico, numa Gestão Escolar voltada à transformação social, tem de ser necessariamente antagônico ao modo de administrar da empresa, visto que tal modo de administrar serve à propósitos conservadores e elitistas. O Conselho Escolar, como instância máxima de decisão da escola e na escola, é incentivado e fortalecido nas escolas públicas estaduais. Isto se dá no processo de composição do Conselho através da

eleição direta de todos os representantes dos diferentes segmentos, respeitando o princípio da representatividade e da proporcionalidade. Com isso, o Conselho Escolar passa a ter legitimidade para deliberar, fiscalizar, avaliar e ser consultado pela comunidade escolar. Porém, ainda há muito que se avançar na efetividade dos Conselhos Escolares e isso passa, sobremaneira, pela concepção de gestão do diretor e da participação da comunidade escolar. Por outro lado, e aos poucos, o Conselho Escolar começa a ser valorizado por algumas direções, pois se assumiu o desafio de democratizar as decisões da escola pública. A Administração Escolar transformadora deve atender e ter como centro e base as especificidades do ato educacional, opondo-se firmemente ao modelo empresarial, capitalista e conservador imposto pela classe dominante. Assim, o desejo que deve mover a coletividade escolar é o de fazer com que as classes menos favorecidas tomem consciência política e absorvam o conhecimento historicamente acumulado, para que, assim, se entendam também como classes transformadoras, como agentes da história e não como meros espectadores. Entende-se, assim, que a participação e incentivo a esses segmentos de gestão é algo que precisa ser construído a cada dia dentro das escolas públicas. Por isso, é necessário estar constantemente revendo os principais documentos das escolas, repensando o papel de cada um na construção de uma coletividade, independente de ser professor, diretor, funcionário, aluno, pai ou pedagogo. Compartilhamos a significativa consideração de Spósito (2002), para a qual é preciso fazer da educação um serviço público, ou seja, transformá-lo a partir do eixo central da *res publica*, e não dos interesses privados, patrimoniais, clientelistas ou meramente corporativistas. Portanto, o papel do diretor, dos professores, alunos, agentes educacionais, equipe pedagógica e pais ou responsáveis é fortalecer o trabalho coletivo no intuito de organizar uma escola voltada ao processo de ensino aprendizagem e combater, a cada dia, dentro e fora da escola, à visão fragmentada de escola e sociedade.

3.4.3 Currículo

A Pedagogia Histórico Crítica aparece como fundamento na mediação do conhecimento escolar, *“propondo-se a resgatar a importância dos conteúdos e a ressaltar a função básica da escola, a transmissão do saber*

sistematizado, do conhecimento científico, universal e objetivo, a ser dominado por todos os estudantes" (citação da sistematização da Semana Pedagógica – Julho 2008, de escola da rede estadual de ensino). Nesse sentido, as contribuições apontaram que a educação se expressa num *"processo de apropriação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, o qual é condição para emancipação da pessoa humana"* (citação da sistematização da Semana Pedagógica – Julho 2008, de escola da rede estadual de ensino). Hoje, em termos de currículo, mais do que indicar uma tendência em educação, os princípios que sustentam as necessidades da escola pública do Paraná estão apoiados numa concepção progressista, sustentada na teoria critica de currículo. "tratar os conteúdos curriculares em sua totalidade, significa compreendê-los como síntese de múltiplos fatos e determinações, como um todo estruturado, marcado pela disciplinaridade didática. Tratar os conteúdos em sua dimensão prática é compreender que a atividade educativa e uma ação verdadeiramente humana e que requer consciência de uma finalidade em face à realidade, por meio dos conteúdos, impossibilitando o tratamento evasivo e fenomênico destes (...) na opção por um currículo que trabalha com a totalidade de conhecimento historicamente produzido pela humanidade, citada acima, automaticamente ha a renuncia ao enfoque individualista e, portanto, fragmentado e superficial de tratamento ao conhecimento" (PARANA, SEED,SUED, 2008). Dentre estes possíveis consensos, destacam-se: as necessidades de superação da visão mercadológica dos Parâmetros Curriculares Nacionais que, em nome de desenvolver competências e habilidades, responsabiliza o indivíduo pelas questões sociais e econômicas dos pais, bem como retiram da escola o elemento que lhe é imprescindível: o conteúdo; a superação da Pedagogia de Projetos, que responsabiliza a escola em dar conta dos problemas ambientais, sociais e culturais, a qual e pontual e insuficiente para possibilitar o acesso ao conhecimento de forma organizada e sistematizada; a opção pelo currículo disciplinar, que busca garantir a especificidade do conhecimento, a partir de cada disciplina, com o cuidado em trabalhá-lo em suas múltiplas determinações e relações que são históricas, sociais, culturais e políticas.

3.4.4 Ensino e Aprendizagem

Para uma aprendizagem significativa é necessário o envolvimento do aluno na situação problema, para que se estabeleçam relações entre o que já sabe e o que está aprendendo. Essa aprendizagem depende de uma motivação intrínseca, isto é, o aluno precisa tomar para si a necessidade e a vontade de aprender. A aprendizagem deve despertar nos alunos novos interesses levando-os a descoberta, isto é, a ter uma atitude de investigação que garanta o desejo mais duradouro de saber. É importante ainda ressaltar, para que o verdadeiro processo ensino-aprendizagem ocorra, o aluno deve compreender a utilidade daquilo que está sendo trabalhado e o conteúdo deve ter sentido para a sua vida.

Além da discussão entre o que se ensina e o que se aprende, o trabalho pedagógico também vem sendo debatido em torno da forma como esta relação se manifesta. Portanto, além de passar pela compreensão do currículo, passa pela concepção de ensino e aprendizagem. Aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar segundo Saviani “é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1995, p.17), Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários a sua formação e a sua humanização. A função da escola é atender à diversidade social, econômica e cultural existentes, que lhe garanta ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos. O grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (SEED/PR, 2005). Para Vygotsky (1995) “a aprendizagem é um processo histórico, fruto de uma relação mediada e possibilita um processo interno, ativo e interpessoal.” O conhecimento é, portanto, fruto de uma relação mediada entre o sujeito que aprende o sujeito que ensina e o objeto do conhecimento. Os processos de produção do conhecimento permitem, ao aluno, sair do papel de passividade e fazer parte dessa relação, através do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, entre elas a linguagem. Esta defesa da dimensão política da educação, da indissociabilidade entre o ensino e aprendizagem,

entre o fazer e o pensar, do movimento dialético de apropriação do conhecimento que possibilite compreender o real em suas contradições, são algumas das muitas defesas da abordagem histórico-cultural.

3.4.5 Letramento

O letramento tem como objeto de reflexão, de ensino, ou de aprendizagem os aspectos sociais da língua escrita. Assumir como objetivo letramento no contexto do ciclo escolar implica adotar na alfabetização uma concepção social da escrita, em contraste com uma concepção tradicional que considera a aprendizagem de leitura e produção textual como aprendizagem de habilidades individuais. Essa escolha implica, ainda, que a pergunta estruturadora/estruturante do planejamento das aulas seja: “quais os textos significativos para o aluno e para sua comunidade”, em vez de: “qual a sequência mais adequada de apresentação dos conteúdos (geralmente, as letras para formarem sílabas, as sílabas para formarem palavras e das palavras para formarem frases)”.

3.4.6 Avaliação

A avaliação do trabalho pedagógico é desenvolvida com base em teorias que visam à reorganização da escola com resolutividade e serve também como fundamentação na reflexão das práticas escolares. Ao se defender uma concepção de avaliação diagnóstica, somativa, processual, qualitativa e formativa, (definida também pela legislação vigente - Del 07/99) a escola está assumindo um compromisso de ir para além de momentos pontuais de avaliação, como: semanas de prova, simulados, recuperação apenas de instrumentos, entre outros. Ao falar em avaliação deve-se ter em mente o que se ensinou e o que se aprendeu. É o ensino e a aprendizagem em seus condicionantes que deve pautar a avaliação na escola. A relação entre o dito, o pretendido e o feito deve ser guiada pela coerência entre a concepção de avaliação expressa nesse projeto político pedagógico e a efetivação do processo de ensino e aprendizagem e a definição adequada dos critérios de avaliação. A nota deve expressar esses critérios considerando que a avaliação é processual e não pontual, ou seja, a avaliação processual tem, antes de tudo,

o objetivo de diagnosticar o que se aprendeu ou não para, enfim, proceder a retomada dos conteúdos, a recuperação de estudos e, consequentemente, a reavaliação. As notas não são o fim último, o fim é à aprendizagem. Compor nota, portanto, é uma responsabilidade do professor, sobre a qual está toda uma compreensão da concepção de avaliação, de ensino-aprendizagem, bem como da própria educação.

3.4.7 Avaliação no Contexto Escolar

Esta prática de avaliação, objetiva analisar as condições atuais do desempenho escolar do aluno, as habilidades emergentes, os aspectos socioculturais, a relação professor aluno e o contexto educacional como um todo. Trata-se de uma prática de avaliação de cunho não classificatório e seletivo, que reforce uma visão prática excludente.

3.4.7.1 Finalidade

Este processo de avaliação, possibilita a identificação dos sucessos, das dificuldades e fracassos, apoiando encaminhamentos e tomadas de decisões sobre ações necessárias, sejam elas de natureza pedagógica, estrutural ou administrativa. As informações obtidas permitem conhecer, descrever, compreender, explicar, prever e formular um juízo de valor acerca da realidade avaliada e permitem também tomar decisões educativas, sociais e permitem conhecer, descrever, compreender, explicar, prever e formular um juízo de valor acerca da realidade avaliada e permitem também tomar decisões educativas, sociais e terapêuticas, para prevenir possíveis distorções ou disfuncionalidades, ou para modificar e, em suma, otimizar - quando necessário - a realidade avaliada. Esta avaliação configura-se tanto como uma prática de investigação do processo educacional quanto como um meio de transformação da realidade escolar. É a partir da observação, da análise, da reflexão crítica e do registro sobre a realidade/contexto, pelos profissionais envolvidos nesse modo de avaliar, que se estabelecem as necessidades, prioridades e as propostas de ação para os processos de ensino e de aprendizagem, proporcionando informações a fim de melhorar a ação docente do professor e a aprendizagem dos alunos.

3.4.7.2 Objetivos

- Obter informações sobre o processo de ensino e de aprendizagem.
- Analisar o contexto da aprendizagem e decidir qual tipo e intensidade do apoio requerido pelo aluno.
- Detectar e prevenir as dificuldades de aprendizagem antes que elas se agravem.
- Buscar soluções e alternativas para a remoção de barreiras da aprendizagem, através de medidas de intervenções pedagógicas.
- Promover um ensino de melhor qualidade para todos.
- Tomar decisões quanto ao processo avaliativo para identificação das necessidades educacionais.
- Promover uma participação efetiva do professor especializado no processo avaliativo.
- Instrumentalizar o professor da Classe Comum para que ele se torne um avaliador-investigador de seu aluno em sala de aula.
- Envolver a equipe pedagógica do Núcleo Regional da Educação (NRE), da escola e o professor especializado, junto ao professor da classe comum, na tomada de decisão quanto ao tipo e intensidade de apoio que o aluno irá necessitar.
- Propor flexibilização curricular.

3.4.7.3 O que avaliar

- As estratégias utilizadas pelo aluno para a aprendizagem.
- Contexto sociocultural em que se encontra inserido este aluno.
- Desenvolvimento motor, cognitivo, sócio afetivo e escolar deste aluno.
- A metodologia utilizada pelo professor na realização das intervenções no dia a dia.
- Identificar os conhecimentos do que o aluno manifesta na sala de aula (conhecimentos
- prévios, cultura, assim como as dificuldades/necessidades individuais), em

relação aos novos conteúdos de aprendizagem.

3.4.7.4 Como Avaliar

- Realizar entrevistas (professor, equipe técnico pedagógica, família, aluno).
- Observar o aluno no coletivo e no individual.
- Analisar a produção do aluno (material escolar).
- Investigar as áreas do desenvolvimento: cognitivo, motor, afetivo e social e áreas do conhecimento: acadêmico.
- Utilizar testes formais somente quando necessário e em situações específicas.
- Utilizar instrumentos como: observações, jogos, avaliação dos conteúdos pedagógicos e outros.
- Registar todas as informações possíveis, no decorrer do processo avaliativo valorizando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

3.4.7.5 Pessoal Envolvido

- Todos os profissionais da escola responsáveis pelo processo de ensino e de aprendizagem.
- Professor especializado, professores da classe comum e profissionais capacitados psicólogos, pedagogos, entre outros).
- Família do aluno.

3.4.8 Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando que esteja freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No estágio não-obrigatório, é compulsório o recebimento de bolsa ou outra forma de contraprestação acordada, bem como auxílio-transporte.

A eventual concessão de benefícios relacionados ao auxílio-transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

As instituições de ensino da rede estadual, obrigatoriamente, deverão prever o estágio não-obrigatório.

O desenvolvimento do estágio não-obrigatório deverá estar descrito no Plano de Estágio de cada curso.

O estágio Profissional não-obrigatório deverá ser assumido pela instituição de ensino a partir da demanda dos alunos, desenvolvido como atividade opcional para o aluno, acrescida à carga-horária regular e obrigatória.

O estágio não-obrigatório não interfere na aprovação/reprovação do aluno e não é computado como componente curricular.

Segundo a Lei do Estágio Nº 11.788, de setembro de 2008, “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos”, e no Colégio faz parte das Modalidades: Técnico em Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho e Cuidador de Idoso.

3.4.9 Educação Fiscal

A educação arbitrária fiscal no currículo da educação brasileira tem por função social o exercício da cidadania, compreendida como participação responsável de cada um no destino comum, que implica “enxergar o sistema tributário, que subsidia o modelo de solidariedade no âmbito de uma nação, reconhecer a sua argumentação, compreender seus mecanismos para poder bem adotá-lo, guardar vigilância sobre a sua gestão e funcionamento e, também contribuir a seu aperfeiçoamento”. Em um sentido amplo, há, pelo menos, 3 propósitos principais que justificam a instalação de um programa escolar básico de Educação Tributária: o primeiro é conhecer e discutir o papel da tributação em sua relação com a cidadania, o seu peso na promoção da justiça social e do bem estar da população e na organização da sociedade nacional; o segundo é identificar e distinguir o seu sistema vigente, seus mecanismos, conhecer e analisar o seu processamento real, levando-a a juízo; o terceiro é desvelar responsabilidade no funcionamento de tributação e da gestão fiscal correspondente, de modo a incentivar a vigilância cidadã da aplicação dos recursos públicos. Na prática, esses propósitos precisam se adaptar em sua extensão e profundidade, aos perfis das classes escolares, aos interesses discentes, aos focos das discussões, aos caminhos didáticos adotados pelos professores. O trabalho com a educação tributária deve estabelecer-se como um conhecimento básico. A escola deve se utilizar de recursos didáticos variados para a mobilização desses estudos.

3.4.10 Hora Atividade

A hora atividade foi uma conquista dos docentes dando condições e tempo para o planejamento das aulas, estudarem, trocar ideias, contribuindo para a qualidade do ensino nas escolas. A Secretaria de Estado de Educação do Paraná – SEED/PR lançou no ano de (2007) um desafio aos Núcleos de todo o Estado, criando um projeto de hora atividade concentrada. Com o propósito de responder a este desafio, e atender a um anseio dos professores, no sentido de oportunizar um momento em que os docentes possam reunir-se com os seus pares para trocar experiências e realizar atividades inerentes ao

trabalho pedagógico. Em nossa escola, não foi possível contemplar a hora atividade concentrada em todas as disciplinas.

Questionados sobre como utilizam o tempo das horas atividades, os professores responderam que usam para planejar e preparar as aulas, elaborar e corrigir atividades, e também utilizam a hora atividade para lerem textos, inclusive os indicados pela Secretaria Estadual de Educação, acessar o portal dia a dia educação no sentido de contribuir para a formação continuada dos docentes. Elencaram também que disponibilizam um tempo quando solicitados para o atendimento de pais.

Os professores do Colégio Estadual Marechal Rondon, utilizam o livro didático, revistas, jornais, Internet, como fonte de pesquisa para planejar suas aulas. O índice de leitura entre os professores vem aumentando, bem como o uso da internet, isto verificado nas bibliografias indicadas no Plano Pedagógico Curricular e nos Planos de Ensino que são reorganizados semestralmente. A maioria dos professores desta escola possui computador, sendo que todos têm acesso a Internet em casa ou no colégio, e são assinantes de diversos meios de informação.

3.4.11 Formação Continuada

A formação continuada de professores, entendida como um processo constante de busca do aprimoramento das praticas educativas, é uma das condições essenciais para a melhoria da educação pública. Para isso, o Departamento de Educação Básica desenvolve um programa de formação continuada com ações que privilegiem a formação teórico-metodológica, a reflexão sobre conceitos que fundamentam a disciplina de ensino, sobre a interdisciplinaridade e a análise crítica e produtiva da atividade docente, de modo a possibilitar mudanças efetivas na prática educacional. Tal formação deve pressupor encontros presenciais com docentes de Instituições de Ensino Superior e outros professores da rede, pois as discussões teórico metodológicas, as trocas de experiências das diferentes realidades regionais e a compreensão das diversas linhas de pensamento que fundamentam os cursos de formação inicial, tornam-se mais ricas e cumprem efetivamente sua função formativa possibilitando esses debates diretos. Ações do Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação são os Grupos de

Estudo, Simpósios, Salas de apoio, Formação para os agentes de execução, Formação para os profissionais que atuam na biblioteca, Literatura e Ensino, DEB-Itinerante,FOLHAS,PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional).

3.5 CONHECIMENTO

Dentre as ideias que o homem produz, parte delas constitui o conhecimento referente ao mundo. O conhecimento humano, em suas diferentes formas (senso comum, cientifico, tecnológico, filosófico, estético, etc.) exprime as condições materiais de um dado momento histórico. O conhecimento é construído através das relações de trabalho dos homens, influenciado pelo modo de produção, gerando uma concepção de homem, ideologia, cultura e sociedade. Como uma das formas de conhecimento produzido pelo homem no decorrer de sua história, a ciência é determinada pelas necessidades materiais do homem em cada momento histórico, ao mesmo tempo em que nelas interfere.

3.5.1 Ciência

A ciência caracteriza-se pela necessidade do homem de explicar, através de métodos, os fatos observados, de forma sistematizada. É a tentativa de o homem entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitam a atuação humana. O conhecimento acadêmico é fruto de disputas políticas. Portanto, estudar a produção científica de cada área é conhecer não apenas o que está sendo produzido, mas quais são as principais discussões e disputas que se processam no espaço acadêmico e compreender sua historicidade, ou seja, porque estas questões estão sendo postas neste momento histórico e qual o contexto em que surgem. A ciência não é neutra; ela é produzida em torno de discordâncias e disputas. O conhecimento acadêmico é transformado em conhecimento escolar ao adentrar à escola, adquirindo objetivos próprios. A incorporação dos avanços da ciência e da tecnologia aos programas da escola deve passar pelo estudo do caráter histórico da produção do conhecimento. Cabe à escola socializar e, possibilitar a apropriação deste conhecimento aos educandos.

3.5.2 Tecnologia

No contexto educacional o acesso às tecnologias de informação e comunicação amplia as transformações sociais e desencadeia uma série de mudanças na forma como se constrói o conhecimento. Frente a este cenário de desenvolvimento tecnológico que vem provocando mudanças nas relações sociais, a educação tem procurado construir novas estratégias pedagógicas elaboradas sob a influência do uso dos novos recursos tecnológicos, resultando em práticas que promovam o currículo nos seus diversos campos dentro do sistema educacional. A extensão do uso desses recursos tecnológicos na educação, além de se constituir como uma prática libertadora, uma vez que contribui para inclusão digital, também busca levar os agentes do currículo a se apropriarem criticamente dessas tecnologias, de modo que descubram as possibilidades que elas oferecem no incremento das práticas educacionais. As tecnologias de informação e comunicação representam não somente meios que contribuem com a democratização do conhecimento na escola, como também instrumentos de informação que ampliam o acesso às políticas e programas, junto à comunidade escolar. As tecnologias disponíveis nos espaços escolares, em ambientes educativos, nos laboratórios de ciências e de informática, nas salas de aula possibilitam, além da formação docente, na perspectiva do sujeito epistêmico, que produz o conhecimento no âmbito das práticas pedagógicas, também o aprimoramento da prática docente. Revelam-se, aqui, os necessários materiais pedagógicos e recursos didáticos encaminhados para as escolas, a fim de restabelecer propostas de aprendizagem. É o caso dos conteúdos digitais, das televisões multimídia, dos livros didáticos e paradidáticos, dos computadores e estações de trabalho, dos jogos e materiais didáticos para uso nas atividades formativas da escola. Considerando a organização do trabalho pedagógico na escola, entre as possíveis temáticas a serem consideradas nesse processo de reflexão sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação, destacam-se: o papel de mediação do professor na aprendizagem; o processo de interação e colaboração em ambientes virtuais de aprendizagem; as mídias impressas e televisivas presentes na escola e a pesquisa escolar na internet.

4 PROPOSIÇÕES DE AÇÕES

4.1 APREDINZAGEM

A preocupação da escola, dentre outras, é com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existentes que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos(…) o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (SEED/PR, 2005).Porém, outros problemas são percebidos na escola: a média participação dos pais nos momentos relevantes para o sucesso escolar dos filhos; evasão e número de faltas elevados no período noturno; alunos usuários de drogas; rotatividade de professores; desinteresse dos alunos pela aprendizagem de qualidade; alguns focos de indisciplina, alunos do 6º ano sem pré-requisitos para acompanhamento da referida turma; número elevado de alunos por sala; condições insalubres de trabalho do professor: a indisciplina e descompromisso de alunos e, consequentemente, a frustração profissional, acarretando afastamento para tratamento de saúde, gerando aumento no quadro de professores substitutos e resultados educacionais aquém do idealizado.

Diante deste quadro, as ações da escola se voltam para: o envolvimento dos pais nas atividades realizadas na escola, como: gincanas culturais e esportivas, palestras sobre drogas, DSTs, segurança, doenças epidemiológicas, exposição de atividades realizadas pelos alunos. Quanto ao incentivo do resgate dos valores morais, promove-se momentos de reflexão em muitas disciplinas; o trabalho com filmes e músicas que despertam o respeito mútuo; orientação sobre civilidade pelo corpo docente. Na questão da aprendizagem, destacam-se os simulados aplicados com o objetivo de preparar para os desafios da sociedade; realização de diagnósticos e análises de dados do desempenho escolar; promoção de projetos de leitura, canto, dança, escrita, cálculos, teatro, xadrez, fanfarra, música e outros; o uso de tecnologias na educação, contato permanente com pais para evitar o abandono intelectual, participação dos programas direcionados pelo MEC, promoção de grupos de

estudos aos professores, envolvimento de professores e alunos em atividades culturais extra às atividades de rotina escolar, promoção de um olhar diferenciado para os alunos de necessidades especiais.

4.2 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno e a qualidade do ensino ofertado. A avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste, no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização. A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas aqui expressas. É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar são elaborados em consonância com a organização curricular e descritos no presente Projeto Político Pedagógico.

A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

4.2.1 Critérios de Avaliação

O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino. Na avaliação do aluno devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma. Os resultados das atividades avaliativas serão analisados, durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

4.2.2 Recuperação de Conteúdos

A recuperação de conteúdos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino-aprendizagem e será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados. A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina.

A avaliação da recuperação de conteúdos terá os registros de notas expressos em uma escala de zero(0) a dez(10,0). Os resultados das avaliações dos alunos serão registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar. Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

4.3 CLASSIFICAÇÃO

A classificação no Ensino Fundamental e Médio do Colégio Marechal Rondon é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatíveis com a idade, experiência e desenvolvimento adquirido por meios formais ou informais, podendo ser realizada por: promoção, por transferência e independentemente da escolarização anterior conforme Regimento Escolar. A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem.

4.4 RECLASSIFICAÇÃO

A reclassificação é o processo pelo qual o estabelecimento de ensino avalia o grau de experiência do aluno matriculado, preferencialmente no início do ano, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatíveis com sua experiência e desenvolvimento, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar. Cabe aos professores, ao verificarem as possibilidades de avanço na aprendizagem do

aluno, devidamente matriculado e com frequência na série/disciplina, dar conhecimento à equipe pedagógica para que a mesma possa iniciar o processo de reclassificação. Os alunos, quando maior, ou seus responsáveis poderão solicitar aceleração de estudos através do processo de reclassificação, facultando à escola aprová-lo ou não. A equipe pedagógica comunicará, com a devida antecedência, ao aluno e/ou seus responsáveis, os procedimentos próprios do processo a ser iniciado, a fim de obter o devido consentimento e deverá ser assessorada pela equipe do Núcleo Regional de Educação que instituirá Comissão, conforme orientações emanadas da SEED, a fim de discutir as evidências e documentos que comprovem a necessidade da reclassificação. Cabe à Comissão elaborar relatório dos assuntos tratados nas reuniões, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do aluno. O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

4.5 PROMOÇÃO

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência. Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a média final mínima exigida é de seis (6,0), observando a frequência mínima exigida por lei.

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a seis (6,0) em cada disciplina, serão considerados aprovados ao final do ano letivo. Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio serão considerados retidos ao final do ano letivo quando apresentarem: frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar; frequência superior a 75% do total de horas letivas e média inferior a seis (6,0), em cada disciplina.

A disciplina de Ensino Religioso não se constitui em objeto de retenção do aluno, não tendo registro de notas na documentação escolar. Os resultados obtidos pelo aluno no decorrer do ano letivo serão devidamente inseridos no

sistema informatizado, para fins de registro e expedição de documentação escolar.

A Educação Profissional segue as normas de avaliação da aprendizagem e da recuperação de estudos do Sistema Estadual de Ensino.

4.6 ADAPTAÇÃO

A adaptação de estudos de disciplinas é atividade didático-pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o aluno possa seguir o novo currículo. A adaptação de estudos far-se-á pela Base Nacional Comum. Na conclusão do curso, o aluno deverá ter cursado, pelo menos, uma Língua Estrangeira Moderna. A adaptação de estudos será realizada durante o período letivo. A efetivação do processo de adaptação será de responsabilidade da equipe pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o aluno está sujeito, elaborando um plano próprio, flexível e adequado ao aluno. Ao final do processo de adaptação, será elaborada Ata de resultados, os quais serão registrados no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final.

4.7 DA PROGRESSÃO PARCIAL

O estabelecimento de ensino não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial. As transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos. É vedada a matrícula de alunos em regime de Progressão Parcial, nos cursos de Educação Profissional Técnica, de nível médio, com organização curricular subsequente ao Ensino Médio (semestral).

5 ÓRGÃOS COLEGIADOS

5.1 CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do

trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da SEED. O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais, organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o(a) diretor(a) escolar. A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e frequentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos. A participação dos representantes dos movimentos sociais organizados, presentes na comunidade, não ultrapassará um quinto (1/5) do colegiado. O Conselho Escolar poderá eleger seu vice-presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos.

O Conselho Escolar tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino. Os representantes do Conselho Escolar são escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino. As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento, convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva. O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros: diretor (a); representante da equipe pedagógica; representante da equipe docente (professores); representante da equipe técnico-administrativa; representante da equipe auxiliar operacional; representante dos discentes (alunos); representante dos pais ou responsáveis pelo aluno; representante do Grêmio Estudantil; representante dos movimentos sociais organizados da comunidade(APMF, Associação de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde, etc.). O Conselho Escolar é regido por Estatuto próprio, aprovado por 2/3(dois terços) de seus integrantes.

5.2 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto

Político- Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados, é a de intervir em tempo hábil no processo ensino e de aprendizagem, oportunizando, ao aluno, formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos. É da responsabilidade da equipe pedagógica organizar as informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe. No Conselho de Classe, verifica-se se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino. O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo de ensino e aprendizagem. O Conselho de Classe é constituído pelo(a) diretor(a) e/ou diretor(a) auxiliar, pela equipe pedagógica, por todos os docentes e os alunos representantes que atuam numa mesma turma e/ou série, por meio de:

I. Pré-Conselho de Classe, com toda a turma em sala de aula, sob a coordenação do professor representante de turma e/ou pelo(s) pedagogo(s);

II. Conselho de Classe Integrado, com a participação da equipe de direção, da equipe pedagógica, da equipe docente, da representação facultativa de alunos e pais de alunos, por turma e/ou série.

A convocação, pela direção, das reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho de Classe, deve ser divulgada em edital, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas. O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em datas previstas em calendário escolar e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário. As reuniões do Conselho de Classe serão lavradas em Livro Ata, pelo(a) secretário(a) da escola, como forma de registro das decisões tomadas. São atribuições do Conselho de Classe: analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e práticas avaliativas que se referem ao processo ensino e aprendizagem; propor procedimentos e formas diferenciadas de ensino e de estudos para a melhoria

do processo ensino e aprendizagem; estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam às reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular de cada disciplina; acompanhar o processo de avaliação de cada turma, devendo debater e analisar os dados qualitativos e quantitativos do processo ensino e aprendizagem; atuar com responsabilidade na decisão sobre a possibilidade de avanço do aluno, para série/etapa subsequente ou retenção, após a apuração dos resultados finais, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do aluno; receber pedidos de revisão de resultados finais, até 72 (setenta e duas)horas úteis, após sua divulgação em edital.

5.3 GRÊMIO ESTUDANTIL

O Grêmio Estudantil está por dois anos sem funcionamento na escola. No ano de 2010 retomou-se na perspectiva de reativá-lo e organizou-se um grupo, feito através de convite, que o representou em eventos ofertados pela SEED/NRE.

5.4 ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS – APMF

APMF, ou similares, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado.

6 DIVERSIDADE

A diversidade é trabalhada na escola contemplando as Relações Étnicos Raciais e Afro Descendência como estabelece na Lei 10.639/2003, Cultura Indígena Lei 11.645/2008, Gênero e diversidade Sexual Lei 11733 - 28 /05/1997. As atividades são dinamizadas através de leituras, cartazes, seminários e produções textuais. Toda a organização curricular, por sua natureza e especificidade contempla várias dimensões da ação humana, entre

elas a concepção de cultura. Em nossa escola, temos a equipe Multidisciplinar Implantada pela Lei que cumpre a responsabilidade de estudar, estruturar e orientar os professores, dando suporte pedagógico quando solicitado acerca de como introduzir estes conteúdos dentro de sua disciplina. Tentando assim efetivar a prática do respeito e do conhecimento das diversidades.

Toda prática pedagógica está articulada a uma concepção filosófica da educação. É função da Educação é refletir criticamente os problemas relativos ao homem e suas ações, ao conhecimento do mundo e do meio, dos fins, da natureza, cultura, técnicas, valores, sociedade, e ainda para onde educando e educador podem caminhar.

A atividade escolar exige a crítica, ou seja, procedimentos racionais, sistemáticos e argumentativos, que necessitam de esforços de análise e interpretações reflexivas.

A escola é o lugar institucional do Projeto Educacional. A instituição escolar se dá como lugar do entrecruzamento dos projetos coletivos da sociedade com os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores. É ela que viabiliza as ações pedagógicas dos educadores, na medida em que os impregna das finalidades políticas da cidadania que interessa aos educandos. (Severino, 1998).

O universo escolar é marcado eminentemente pela presença de pessoas, que apresentam suas singularidades: etnias, visões de mundo, modo de ser, sentir, agir, sonhar. A escola é um espaço eminentemente da diferença, da diversidade, e também de encontros, embates, conflitos, possibilidades... É um espaço do múltiplo. Nesse sentido, imbuídos do desejo de superação dos obstáculos que envolvem o trabalho numa perspectiva multicultural, pretende-se discutir a presença da diferença, da diversidade na escola, numa abordagem pluriética, multicultural e multidisciplinar, tomando como desafio novas possibilidades mais democráticas de tratar a diferença, o outro no cotidiano da escola; potencializar educadores a se aventurarem em experiências criativas, promotoras de uma educação não racista, não machista e não elitista; proporcionar momentos de encontros; atualização e, consequentemente, construção, produção coletiva do conhecimento a favor de uma educação para todos, efetivamente inclusiva, a partir do olhar sobre a nossa diversidade cultural é preciso conhecer e respeitar as diferentes culturas e grupos que as constituem. Um dos grandes desafios da

escola é conhecer e valorizar a trajetória particular dos grupos que compõem a comunidade escolar, estabelecendo uma nova relação entre conhecimento compreendido como produto e como processo da ação humana.

Para tanto, há de se recorrer a uma sólida formação geral de conhecimentos, que proporcionem a todos os sujeitos a possibilidade de exercerem reflexivamente sua criticidade e sua criatividade para a transformação de sua realidade.

6.1 ESPAÇO ESCOLAR E AMBIENTES PEDAGÓGICOS

Neste segundo semestre, foram construídas rampas, alargamento de portas e passagens, adaptação de sanitários e na implementação de sinalização visual, tátil e sonora. Sala de aula com TV Pendrive, Sala de apoio ofertada aos alunos com dificuldades psicopedagógicas, Sala Multifuncional para atendimento a alunos com déficit de aprendizagem com laudo e diagnóstico médico, laboratório de informática (PROINFO e PARANÁ DIGITAL), Laboratório de química, física, biologia(compactados), Sala dos professores com dois computadores, no entanto segundo a Direção Geral há interesse em ampliar o número, Biblioteca com computadores para pesquisa escolar, no entanto, há a necessidade de adquirir mais acervos bibliográficos, para todas as disciplinas e principalmente em especial aos Cursos Técnicos Profissionalizantes. Sala de xadrez, Ginásio de esportes, Quadra descoberta, Sala de Ginástica, Sala de Língua Estrangeira Moderna - CELEM. Contamos, também, com uma Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I: É um espaço organizado com materiais didático-pedagógicos, equipamentos e profissionais especializados, que visa atender as necessidades educacionais especiais dos alunos que apresentam Deficiência Intelectual, Transtornos Funcionais Específicos, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Deficiência Física Neuromotora matriculados na Rede Pública de Ensino.

6.1.1 Nome Social

Conforme os pareceres CP/CEE nº 01/09, nº 04/09 do Ministério Público do Paraná e a Instrução Conjunta nº 02/2010 – SEED/SUED/DAE estabelecem que o nome social é o nome pelo qual travestis e transexuais femininos ou

masculinos se reconhecem e preferem ser chamados, sendo que os estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino do Paraná deverão incluir, a partir do ano letivo de 2010, o nome social do aluno e/ou aluna travesti ou transexual, maior de 18 anos, que queira, por escrito (declaração) esta inserção, nos documentos escolares internos, tais como: espelho do Livro Registro de Classe, Edital de Nota e Boletim Escolar. A referida declaração deverá ser arquivada na pasta individual do aluno e/ou aluna. Os documentos escolares oficiais deverão permanecer inalterados.

6.1.2 Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I

É um espaço organizado com materiais didático-pedagógicos, equipamentos e profissionais especializados, que visa atender as necessidades educacionais especiais dos alunos que apresentam Deficiência Intelectual, Transtornos Funcionais Específicos, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Deficiência Física Neuromotora matriculados na Rede Pública de Ensino.

7. REGIME DE FUNCIONAMENTO

8. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

A Proposta Pedagógica Curricular é parte integrante do Projeto Político-Pedagógico e se constitui em um documento que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. Nela se expressam os fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina da Matriz Curricular nos cursos desta instituição bem como os conteúdos de ensino nela dispostos de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais, por níveis e modalidades.

A Proposta Pedagógica Curricular é constituída pelos seguintes elementos, de acordo com os níveis e modalidades ofertados pelo estabelecimento de ensino: Matriz Curricular específica e a indicação da área ou fase de estudos a que se destina; forma de organização do conhecimento no currículo: disciplinas curriculares, conteúdos de ensino; fundamentos teórico-metodológicos, práticas avaliativas e critérios gerais de avaliação; atividades escolares em geral e as ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante o tempo e espaço escolar.

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

7.1. ENSINO FUNDAMENTAL

Estabelecimento: RONDON, C E MAL - E FUND MEDIO PROF	
Curso: ENSINO FUNDAMENTAL	Turno: Manhã e Tarde
Ano de Implantação: ...	Módulo: 40 semanas

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações				Grupo Disciplina	O (*)
			5	6	7	8		
1	ARTE (704)	BNC	0	0	0	2		S
2	CIENCIAS (301)	BNC	0	0	0	4		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0	0	0	2		S
4	GEOGRAFIA (401)	BNC	0	0	0	3		S
5	HISTORIA (501)	BNC	0	0	0	4		S
6	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0	0	0	4		S
7	MATEMATICA (201)	BNC	0	0	0	4		S
8	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	0	0	0	2		S
		Total C.H. Semanal	0	0	0	25		

7.2. ENSINO MÉDIO

Estabelecimento: RONDON, C E MAL - E FUND MEDIO PROF									
Curso: ENSINO MEDIO								Turno**:** **Manhã/Noite**	
Ano de Implantação: 2011 – SIMULTANEA								Módulo: 40 semanas	
Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
0704 - ARTE	BNC	2							
1001 - BIOLOGIA	BNC	2	2	2					
0601 - EDUCACAO FISICA	BNC	2	2	2					
2201 - FILOSOFIA	BNC	2	2	2					
0901 - FISICA	BNC	2	2	2					
0401 - GEOGRAFIA	BNC	2	2	2					
0501 - HISTORIA	BNC	2	2	2					
0106 - LINGUA PORTUGUESA	BNC	3	4	4					
0201 - MATEMATICA	BNC	2	3	3					
0801 - QUIMICA	BNC	2	2	2					
2301 - SOCIOLOGIA	BNC	2	2	2					
1107 - L.E.M.-INGLES	PD	2	2	2					
1108 - L.E.M.-ESPANHOL *	PD	4	4	4					
Carga Horária Total		**29**	**29**	**29**					

ARTE

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Arte no ensino regular nos mostra a necessidade básica do ser humano se comunicar. E mais, ele se dá, também, pela necessidade da humanização dos nossos discentes. E segundo ARCO-VERDE (2003), quando o aluno em contato com este instrumento, “a arte”, tende a perceber quem somos e a que viemos. Assim estamos possibilitando a eles o domínio dos sentidos para a vida; instrumentalizando-os para as batalhas que se apresentam no dia-a-dia.

A arte possibilita, dentro de seu processo de criação, o recriar do ser humano. E nessa produção dialética nasce um ser propenso a perceber a si e ao outro.

Acreditamos, também, que o processo histórico de formação desta disciplina é imprescindível para a compreensão de quem realmente somos. Assim passemos a um breve relato do como tudo ocorreu.

- 1549 a 1759 – No território do Brasil colônia e principalmente onde hoje é o Estado do Paraná, ocorreu, nas cidades, vilas e missões jesuítas a primeira forma registrada de arte na educação. A congregação católica denominada Companhia de Jesus (Jesuítas), instituída na contra reforma, veio no Brasil e desenvolveu uma educação de tradição religiosa para todas as camadas sociais. Nas missões das comunidades indígenas, realizaram um trabalho de catequização com os ensinamentos de artes e ofícios, através da retórica, literatura, escultura, pintura, música e artes manuais. Essa arte era de tradição da alta idade média e renascentista européia.

- 1792 a 1800 – Com influência do projeto iluminista, que rompeu com o teocentrismo medieval, propondo a razão como a salvação do ser humano (antropocentrismo), o governo do Marquês de Pombal extingue o currículo dos Jesuítas a apresenta a primeira reforma Educacional Brasileira – Reforma Pombalina – que dá ênfase ao ensino da Ciência com o objetivo de desenvolver o Brasil. O Ensino de Arte se torna irrelevante e, apenas o desenho associado à matemática, é considerado importante. Neste período são implantadas as aulas régias, que eram aulas avulsas que supriam as

disciplinas antes oferecidas pelos jesuítas.

- 1808 – a família real, fugindo da invasão de Napoleão Bonaparte a Portugal, vem para o Brasil e D. João VI inicia uma série de obras e ações para acomodar, em termos materiais e culturais, a corte portuguesa. Entre estas ações está o convite a vários artistas para virem ao Brasil com a finalidade de instituírem escolas de arte e promover um ambiente cultural aos moldes europeus.

- 1816 a 1826 – chega ao Brasil um grupo de artistas franceses encarregados da fundação da Academia de Belas Artes, na qual os alunos poderiam aprender as artes e ofícios artísticos.

- No Brasil, apesar dos artistas já estarem desenvolvendo uma arte Barroca, com características próprias, sofrem a imposição do neoclassicismo.

- A partir deste período, foram disseminadas as aulas de piano domiciliares.

- Em 1886, no Paraná, iniciou-se um processo de constituição da “Escola Profissional Feminina”, oferecendo desenho, pintura, corte-costura, flores e bordado, que faziam parte da formação da mulher

- 1890 – surge a primeira reforma educacional, direcionando o ensino, novamente, para a valorização da ciência e da geometria.

- 1920 – em contraposição a todas as formas anteriores de ensino que impõem modelos que não correspondem à cultura dos alunos se inicia um movimento de valorização da cultura nacional, expressada na educação pela escola nova. Esse movimento valorizava a cultura do povo.

- 1922 – a semana da Arte moderna é considerada um marco importante para a arte brasileira e os movimentos nacionalistas.

- Esta semana influenciou os artistas brasileiros valorizando o ensino da arte para a educação das crianças através da expressividade, espontaneidade e a criatividade. Este ensino rompeu com padrões da escola tradicional.

- 1931 – foi instituído, nas escolas, o ensino de música através do canto orfeônico com grande incentivo do compositor Heitor Villa Lobos. A música foi bastante difundida nas escolas e conservatórios com ensino de hinos, canto coral com apresentações para grandes públicos.

- 1945 - Augusto Rodrigues, cria no Rio de Janeiro, a 1ª escolinha de arte do Brasil, na forma de Atelier – livre com a finalidade de desenvolver a criatividade, incentivando a expressão individual, seguindo a pedagogia da Escola Nova.

- 1954 – É criada a primeira Escola de Arte na Educação Brasileira do Paraná, no (CEP) em Curitiba, com o objetivo de trabalhar a dimensão criativa do aluno através das Artes Plásticas, Música e Teatro.

- 1971 – Lei Federal n.º 5692-71, no seu artigo7, determinou a obrigatoriedade do ensino da arte nos currículos do Ensino Fundamental (a partir da 5ª série) e Médio. Cabia ao professor trabalhar com o aluno o domínio dos materiais que seriam utilizados na sua expressão.

- 1990 – durante os anos 80, houve uma grande mobilização dos movimentos sociais para a redemocratização do país e para a constituinte de 1988. Também neste período, durante o ano de 1992, a Escola Profissional República Argentina, passa a denominar-se Centro de Artes _Guido Viaro, voltada ao ensino de arte.

- 1996–Lei Federal n.º 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – mantém a obrigatoriedade do ensino da arte nas escolas de Educação Básica. Essa lei propõe a formação geral dos alunos em oposição a lei federal n.º 5692/71.

- 1998 – São normatizadas, pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM.)

- 2003 – Inicia-se o processo de Construção Coletiva das Orientações Curriculares do Ensino Médio.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Formar o cidadão apto a construir gradualmente sua identidade cultural, conhecedor de seus direitos e deveres; tendo na arte desenvolvidas as suas possibilidades de corporeidade holística. Interagindo assim, com os indivíduos advindos de todas as regiões (urbanas ou rurais), portadores ou não de necessidades especiais, nas dinâmicas diárias; objetivando o processo

inclusivo. Partindo da utilização da estrutura desenvolvida para o Ensino Médio das Diretrizes Curriculares que são: os elementos formais, a composição e os movimentos e períodos.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DA DISCIPLINA

Valendo se de todas as linguagens disponíveis, no momento, nas artes (meios tecnológicos[1] para sua produção e veiculação.) para a construção do pensamento de uma sociedade realmente preocupada com o seu meio iniciamos a reorganização e a reordenação dos conteúdos específicos do Ensino Médio, partindo dos conteúdos estruturantes determinados para esta disciplina.

[1] Tecnológicos aqui entendidos como: todas as descobertas realizadas pelo homem; partindo de uma simples marreta para esculpir até o computador com a internet.

6º ANO

Áreas	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS BÁSICOS DAS	**PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS**	**ELEMENTOS CONTEXTUALIZADOR**
	Conteúdos Específicos		
ARTES VISUAIS	*a) **Forma:** III. Suporte IV. Especialidade V. Texturas VI. Movimento	XI. Imagens bidimensionais (desenho, pintura, gravura, fotografia, propaganda visual); XII. Imagens tridimensionais (esculturas,	XVI. Contextualização histórica XVII. Autores/artistas XVIII. Gêneros XIX. Estilos XX. Técnicas XXI. Correntes artísticas (evolução da arte brasileira)
MUSICA	***** Som** V. Melodia VI. Ritmo VII. Harmonia VIII. Intensidade IX. Duração	XII. Composições musicais XIII. Improvisações musicais XIV. Interpretações musicais	
TEATRO	**a) Personagem**: XV. Expressões corporais XVI. Expressões gestuais XVII. Expressões vocais XVIII. Expressões faciais XIX. Caracterização	XXVI. Apresentação teatral direta e indireta XXVII. Improvisação cênica XXVIII. Dramatização XXIX. Educação ambiental XXX. Educação fiscal XXXI. Enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente	
DANÇA	a) **Movimento**: XXXII. Espaço XXXIII. Ações	XXXVI. Composições coreográficas XXXVII. Improvisações	

7º ANO

	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS BÁSICOS DAS	**PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS**	**ELEMENTOS CONTEXTUALIZADOR**
	Conteúdos Específicos		
ARTES VISUAIS	*a) **Forma**: XXII. Suporte XXIII. Especialidade XXIV. Texturas XXV. Movimento *b) **Luz**:	XXX. Imagens bidimensionais (desenho, pintura, gravura, fotografia, propaganda visual); XXXI. Imagens tridimensionais (esculturas,	XXXV. Contextualização histórica XXXVI. Autores/artistas XXXVII. Gêneros XXXVIII. Estilos XXXIX. Técnicas XL. Correntes artísticas (arte pré-histórica, idade antiga e Antiguidade clássica)
MÚSICA	* **Som** XXXVIII. Melodia XXXIX. Ritmo XL. Harmonia XLI. Intensidade XLII. Duração	XLV. Composições musicais XLVI. Improvisações musicais XLVII. Interpretações musicais	
TEATRO	a) **Personagem:** XLVIII. Expressões corporais XLIX. Expressões gestuais L. Expressões vocais LI. Expressões faciais LII. Caracterização da personagem b) **Espaço Cênico:**	LIX. Apresentação teatral direta e indireta LX. Improvisação cênica LXI. Dramatização LXII. Educação ambiental LXIII. Educação fiscal LXIV. Enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente	
DANÇA	a) **Movimento:** LXV. Espaço LXVI. Ações LXVII. Dinâmicas/ritm	LXIX. Composições coreográficas LXX. Improvisações coreográficas	

8º ANO

Áreas	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS BÁSICOS DAS	**PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS**	**ELEMENTOS CONTEXTUALIZADOR**
	Conteúdos Específicos		
ARTES VISUAIS	*a) **Forma:** XLI. Suporte XLII. Especialidade XLIII. Texturas XLIV. Movimento *b) **Luz:** XLV. Sombra	XLIX. Imagens bidimensionais (desenho, pintura, gravura, fotografia, propaganda visual); L. Imagens tridimensionais (esculturas, instalações, construções	LIV. Contextualização histórica LV. Autores/artistas LVI. Gêneros LVII. Estilos LVIII. Técnicas LIX. Correntes artísticas (idade média e idade moderna)
MÚSICA	* **Som** LXXI. Melodia LXXII. Ritmo LXXIII. Harmonia LXXIV. Intensida	LXXVIII. Composições musicais LXXIX. Improvisações musicais LXXX. Interpretações musicais	
TEATRO	a) **Personagem:** LXXXI. Expressões corporais LXXXII. Expressões gestuais LXXXIII. Expressões vocais LXXXIV. Expressões faciais Caracterização de	XCI. Apresentação teatral direta e indireta XCII. Improvisação cênica XCIII. Dramatização XCIV. Educação ambiental XCV. Educação fiscal XCVI. Enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente	
DANÇA	a) **Movimento:** XCVII. Espaço XCVIII. Ações	CI. Composições coreográficas CII. Improvisações	

9º ANO

	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS BÁSICOS DAS LINGUAGENS	**PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS**	**ELEMENTOS CONTEXTUALIZADOR**
	Conteúdos Específicos		
ARTES VISUAIS	*a) **Forma:** LX. Suporte LXI. Especialidade LXII. Texturas LXIII. Movimento *b) **Luz:** LXIV. Sombra	LXVIII. Imagens bidimensionais (desenho, pintura, gravura, fotografia, propaganda visual); LXIX. Imagens tridimensionais (esculturas, instalações construções	LXXIII. Contextualização histórica LXXIV. Autores/artistas LXXV. Gêneros LXXVI. Estilos LXXVII. Técnicas LXXVIII. Correntes artísticas (idade contemporânea, século XX e arte dos dias atuais)
MÚSICA	***** Som** CIII. Melodia CIV. Ritmo CV. Harmonia CVI. Intensidade CVII. Duração	CX. Composições musicais CXI. Improvisações musicais CXII. Interpretações musicais	
TEATRO	a) **Personagem:** CXIII. Expressões corporais CXIV. Expressões gestuais CXV. Expressões vocais CXVI. Expressões faciais CXVII. Caracterizacão	CXXIV. Apresentação teatral direta e indireta CXXV. Improvisação cênica CXXVI. Dramatização CXXVII. Educação ambiental CXXVIII. Educação fiscal CXXIX. Enfrentamento à violência contra a crianca e	
DANÇA	a) **Movimento:** CXXX. Espaço CXXXI. Ações CXXXII. Dinâmic	CXXXIV. Composições coreográficas CXXXV. Improvisações coreográficas	

1º ANO

Áreas	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS BÁSICOS DAS	**PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES**	**ELEMENTOS CONTEXTUALIZADOR**
	Conteúdos Específicos		
ARTES VISUAIS	LXXIX. Ponto LXXX. Linha LXXXI. Superfície LXXXII. Textura LXXXIII. Volume	LXXXVI. Figurativa LXXXVII. Abstrata LXXXVIII. Figura/fundo LXXXIX. Bidimensional /tridimensional	XCV. Paleolítico Superior XCVI. Neolítico XCVII. Arte Africana XCVIII. Egito XCIX. Arte grega C. Arte romana CI. Arte bizantina CII. Arte românica CIII. Arte gótica CIV. Renascimento CV. Barroco CVI. Rococó CVII. Neoclassicismo CVIII. Romantismo CIX. Realismo CX. Impressionismo CXI. Neoimpressionismo CXII. Pós-impressionismo CXIII. Expressionismo CXIV. Fauvismo CXV. Cubismo CXVI. Futurismo
MÚSICA	CXXXVI. Altura CXXXVII. Duração CXXXVIII. Timbre CXXXIX. Intensidade CXL. Densidade	CXLI. Ritmo CXLII. Melodia CXLIII. Harmonia CXLIV. Intervalo Melódico CXLV. Intervalo Harmônico CXLVI. Total	
TEATRO	* **Personagem:** CLI. Expressões corporais CLII. Vocais, gestuais e faciais	CLIII. Representação CLIV. Sonoplastia/iluminação/cenografia/figurino/caracterização/maquiagem CLV. Adereços	
DANÇA	CLXI. Movimento corporal CLXII. Tempo CLXIII. Espaço	CLXIV. Ponto de apoio CLXV. Salto e queda CLXVI. Rotação CLXVII. Formação CLXVIII. Deslocamento CLXIX. Sonoplastia	

* Conforme a Lei 11.645

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

- Festival Cultura Afro-Brasileira e Africana
  Festival de Folclore
- 100% Cultura
- Datas comemorativas
- História do Paraná
- Evolução da História da Música no Brasil
- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana
- Educação Ambiental (Lei n°9795/99), Dec.4201/02;
- Educação Fiscal
- Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal n°11525/07);
- Educação Tributária Dec. N°1143/99, portaria n°413/02.

METODOLOGIA

A educação pela Arte possibilita ao educando a ampliação de sua visão construindo sua corporeidade holística. Entendendo visão não só como o olhar e ver um objeto, mas sim à compreensão desse objeto em relação a si e ao outro. A arte é um instrumento que alavanca os sentidos, as percepções, auxiliando na construção de sua identidade cultural, independente das diversidades sócio-culturais e das necessidades especiais

Ao utilizar os recursos artísticos, é importante que ocorra dentro da visão de ensino-aprendizagem da pedagogia Histórico-Crítica. Para tanto a escola deve ser percebida com um todo e vista como um “centro de experiência permanente”. Deve também possibilitar a co-responsabilidade do professor e aluno no processo de aprendizagem. É fundamental que durante as aulas o professor, num primeiro momento, deixe claro para os alunos a importância do conteúdo, partindo do seu ponto de vista e indo para a explicação dos ***porquês*** e dos ***como*** serão trabalhados. A postura do professor deve ser a de quem: explica, informa, questiona, corrige. Isso é agir na zona de desenvolvimento imediato do aluno, segundo Vigotski. Com isso buscar a catarse[2] no aluno para

[2] Segundo GASPARIN catarse é a síntese, ou seja, é a sistematização do conhecimento adquirido, a

que este possa explicar, agir e interagir as informações adquiridas com os colegas, com o professor, com a escola, enfim com o meio que o cerca, o mundo.

Os conteúdos devem ser abordados partindo do conhecimento prévio dos alunos, incluindo as suas idéias pré-concebidas sobre o ensino da arte. Para tanto a cada conteúdo serão realizadas discussões em sala de aula sobre a importância que estes têm na vida prática do aluno. Os trabalhos serão realizados em grupos ou individuais, pesquisa, oficinas, visita a museus, teatros e bibliotecas; visando atender a toda diversidade que se encontra na comunidade escolar.

Para Ana Mae Barbosa ao trabalharmos com o ensino da arte devemos ter em mente o tripé: do fazer, do sentir e do perceber as dimensões artísticas. Assim, o trabalho em sala de aula poderá iniciar por qualquer desses eixos ou pelos três simultaneamente. Uma vez que para o Ensino Fundamental as formas de relação da arte com a sociedade serão tratadas numa dimensão ampliada, enfatizando a associação da arte com a cultura e da arte com a linguagem.

Visando que os conteúdos complementares da disciplina serão realizados dentro das eventualidades realizadas na escola, como: Palestras, projetos e atividades extraclasse.

AVALIAÇÃO

A Arte em toda a sua trajetória contou a história da humanidade e o seu meio, e dentro da disciplina de Artes procuramos contemplar todos os alunos, independentemente de suas características físicas, mental, social e espiritual, buscando dentro do social abranger o maior conhecimento, nunca obstante se esquecendo que cada ser é único em seu universo e que respeitar estas diferenças é nos respeitar. Deixando o fluir das artes, aflorar diante dos alunos para que estes busquem o conhecimento na compreensão das realidades e que, ao se ampliar sua sensibilidade, possa discutir assuntos os mais variados com propriedade, aguçando os seus sentidos.

De acordo com a LDBEN (nº. 9.394/96, art. 24, inciso V) e com Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação (Capitulo I, art. 8º.), a

---

conclusão que o aluno chegou; dentro de um processo com seus objetivos já determinados.

avaliação em Arte deverá levar em conta as relações estabelecidas pelo aluno entre os conhecimentos em arte e a sua realidade, evidenciada tanto no processo, quanto na produção individual e coletiva desenvolvidas a partir desses saberes.

Avaliar exige, acima de tudo, que se define aonde se quer chegar; que se estabeleçam os critérios, para em seguida, escolherem seus procedimentos, inclusive aqueles referentes à seleção dos instrumentos que serão usados no processo de ensino aprendizagem. E se tratando de avaliação devemos ter o cuidado de conduzir a teoria de forma específica, contextualizando, trazendo para a Arte a realidade de cada sala de aula e para a realidade de cada aluno e, sendo neste ou no momento oportuno dispor de materiais expositivos, para maior clareza e para que possam atuar na prática com o conhecimento, diante disso é notório que o professor deva ter o conhecimento de linguagem artística em questão, bem como da relação entre criador e o que foi criado. Pois, assim que o aluno dentro do conhecimento gerando critérios adquiridos, possa se expressar de uma forma pessoal, ampla e irrestrita, abandonando a prática pragmática.

Neste processo oportunizamos o surgir da pessoa crítica, conhecedora de sua realidade, diante de um social a que envolve, podendo traçar metas, objetivos para poder mudar a realidade de si e de seus, buscando a felicidade. Isto nos dará com clareza as soluções das problematizações apresentadas.

Assim a avaliação será continua, ou seja, se dará constantemente a cada encontro, e será considerado o avanço individual de cada aluno em relação as suas potencialidades. E em cada atividade serão focados os pontos determinados pelos conteúdos estruturantes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario de. **História da Música no Brasil**. Editora Ática.

APOSTILA NOBEL. **O Multiverso das Artes** – Artes Visuais. Maringá: Editora Nobel, 2003.

BERTELLO, Maria Augusta. Palavra em Ação – **Mini manual de Pesquisa – ARTE**. Uberlândia: Claranto Editora, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília, 1998.

CANTELE, Bruna R. & LEONARDI, Ângela C. **Arte Linguagem Visual**. São Paulo: IBEP, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. 8º edição. São Paulo: Editora Ática, 1997.

D'ANDREA, Flávio Fortes. **Desenvolvimento da Personalidade**; enfoque psicodinâmico. 9º edição. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

FEIST, Hildegard. **Pequena viagem pelo mundo da arte**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-critíca**. 3.ed.Ver. – Campinas: Editora e Autores Associados, 2005. 191p.

GOMBRICH, E. A. **A história da Arte**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999.

JASON, H. W. e JASON, Anthony F.; [tradução Jefferson Luiz Camargo]. **Iniciação a História da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCHESI JÚNIOR, Isaías. **Atividades de Educação Artística**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MANGE, Marilyn Diggs. **Arte brasileira para crianças**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NEWBERY, Elizabeth. **Os segredos da Arte**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares de Arte para o Ensino Médiol**. Curitiba: SEED/DEPG, 2006.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Currículo Básico para Escola Pública do Paraná**. Curitiba: SEED, 1990.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Lei nº11525/07 Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente.** Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.** História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais/Paraná. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. -110p. – (Cadernos Temáticos).

_____**. Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**. Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da

Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

POUGY, E. **Descobrindo as Artes Visuais**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

REVERBEL, Olga. **Teatro na Escola**. Porto Alegre: Ed. Ática.

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2007.

_____**. Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Psicologia da arte**. São Paulo: M. Fontes, 1999.

WELL, Pierre & TOMPAKOW, Roland. **O Corpo Fala**; A linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 3º edição. Petrópolis: Ed. Vozes, l973.

BIOLOGIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Biologia era tida como matéria descritiva baseada em termos técnicos presentes nos livros didáticos, restringindo-se a um conjunto de dados isolados e estanques, tornou-se indispensável através da observação tentar compreender o mundo em que vivemos. Isso é justificado, porque o acesso ao conhecimento científico, histórico e socialmente acumulado parte de fatos concretos da prática social e das diversas formas objetivas e dinâmicas da natureza, em um movimento de compreensão das concatenações existentes entre elas. Estas uma vez descobertas são demonstradas, por via experimental, até onde seja possível.

É objeto de estudo da Biologia o fenômeno vida em toda sua diversidade de manifestações. Esse fenômeno se caracteriza por um conjunto de processos organizados e integrados, quer no nível de uma célula, de um indivíduo, ou ainda, de organismos no seu meio. Um sistema vivo é sempre fruto da interação entre seus elementos constituintes e da interação entre esse mesmo sistema e os demais componentes de seu meio. As diferentes formas de vida estão sujeitas a transformações que ocorrem no tempo e no espaço, sendo, ao mesmo tempo, transformadas e transformadoras do ambiente.

Ao longo da história da humanidade várias foram as explicações para o surgimento e a diversidade da vida, de modo que os modelos científicos conviveram e convivem com outros sistemas explicativos como, por exemplo, os de inspiração filosófica ou religiosa. O aprendizado deve permitir a compreensão da natureza viva e dos limites dos diferentes sistemas explicativos, a contraposição entre os mesmos e a compreensão de que a ciência não tem respostas definitivas para tudo, sendo uma de suas características a possibilidade de ser questionada e de se transformar.

Nas ultimas décadas, o ensino de Biologia vem sendo marcado por uma dicotomia que constitui um desafio para os educadores. Seu conteúdo e sua metodologia no ensino médio voltados, quase que exclusivamente, para a preparação do aluno para a vida. Além disso, temas relativos à área de

conhecimento da Biologia vêm sendo mais e mais discutidos pelos meios e mais discutidos pelos meios de comunicação, jornais, revistas ou pela rede mundial de computadores - Internet -, instando o professor a apresentar esses assuntos de maneira a possibilitar que o aluno associe a realidade do desenvolvimento científico atual com os conceitos básicos do pensamento biológico. Assim, um ensino pautado pela memorização de denominações e conceitos e pela reprodução de regras e processos - como se a natureza e seus fenômenos fossem sempre repetitivos e idênticos - contribui para a descaracterização dessa disciplina enquanto ciência que se preocupa com os diversos aspectos da vida no planeta e com a formação de uma visão do homem sobre si próprio e de seu papel no mundo.

O conhecimento de Ciência deve subsidiar a análise e reflexão de questões polêmicas que dizem respeito ao desenvolvimento, ao aproveitamento de recursos naturais e à utilização de tecnologias que implicam em intensa intervenção humana no ambiente, levando-se em conta à dinâmica dos ecossistemas, dos organismos, enfim, o modo como à natureza se comporta e a vida se processa levando ao educando a compreensão dos avanços biotecnológicos, considerando a Bioética e o desenvolvimento sustentável, bem como sensibilizar o educando a respeito das conseqüências das agressões ambientais e do impacto negativo do desenvolvimento das tecnologias voltadas ao suprimento e ampliação do sistema capitalista para a manutenção da vida no planeta. Como também, desenvolver hábitos de saúde pessoal, social e ambiental, visando bens coletivos onde o homem como agente racional, construtivo e modificador tenha como prioridade a conservação da vida e do ambiente, usufruindo sem destruir.

O ensino da Biologia deve enfrentar alguns desafios: um deles seria possibilitar ao aluno a participação nos debates contemporâneos que exigem conhecimento biológico. O fato de o Brasil, por exemplo, ser considerado um país megadiverso, ostentando uma das maiores biodiversidades do planeta, nem sempre resulta em discussões na escola de forma a possibilitar ao aluno perceber a importância desse fato para a população de nosso país e o mundo, ou de forma a reconhecer como essa biodiversidade influencia a qualidade de

vida humana, compreensão necessária para que se faça o melhor uso de seus produtos.

Contraditoriamente, apesar de a Biologia fazer parte do dia-a-dia da população, o ensino dessa disciplina encontra-se tão distanciado da realidade que não permite à população perceber o vínculo estreito existente entre o que é estudado na disciplina Biologia e o cotidiano. Essa visão dicotômica impossibilita ao aluno estabelecer relações entre a produção científica e o seu contexto, prejudicando a necessária visão holística que deve pautar o aprendizado sobre a Biologia. O grande desafio do professor é possibilitar ao aluno desenvolver as habilidades necessárias para a compreensão do papel do ser humano na natureza.

Nesse contexto, a Disciplina de Biologia deve completar o estudo das questões contemporâneas, como da História e Cultura Afro Brasileira e Indígena (conforme Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008), bioética, gênero, diversidade sexual, violência nas escolas, etc.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino da Biologia, compreender o fenômeno Vida e sua complexidade das relações significa pensar em uma ciência em transformação.
Neste sentido, o ensino Biologia pode contribuir para que os alunos em formação tornem-se cidadãos competentes, informados e críticos, pois quando o aluno percebe a escola como espaço para discutir e encontrar pistas e encaminhamento para questões de sua vida e das pessoas que constituem seu grupo vivencial, este espaço se torna espaço de vida. Assim ele estará produzindo e não apenas reproduzindo.

É fundamental que o ensino de Biologia relacione o desenvolvimento das ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar, bem como entender o impacto das tecnologias na sua vida pessoal, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Sendo objeto de estudo da Biologia o fenômeno Vida em toda sua diversidade de manifestações, deve permitir a compreensão da natureza viva e dos limites dos diferentes sistemas explicativos, a contraposição entre os mesmos e a compreensão de que a ciência não tem respostas definitivas para tudo, tendo a possibilidade de ser questionada e de se transformar.

Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Biologia:

- Compreender as ciências como construções humanas, como elas se desenvolvem, por acumulação, continuidade e ruptura de paradigmas, relacionando o desenvolvimento científico com a transformação da sociedade.
- Identificar o trabalho científico como resultado do trabalho de gerações de homens e mulheres em busca do conhecimento para a compreensão do mundo, valorizando-o como instrumento para o exercício da cidadania competente;
- Discernir conhecimento científico de crendices e superstições;
- Utilizar os conceitos básicos de Biologia na interpretação dos fenômenos naturais;
- Fazer observações, experiências, comparações e chegar a conclusões necessárias para o aprimoramento do espírito lógico e organizado;
- Analisar de maneira comparada a grande diversidade de seres vivos, associando a manutenção da vida a esse funcionamento ao caráter dinâmico das interações dos organismos com o meio;
- Discutir questões fundamentais relacionadas ao seu corpo e sua forma de inserção no mundo. Questões que vão desde os aspectos relativos à sua sexualidade, até seu papel enquanto consumidor e cidadão;
- Relacionar os diversos conteúdos conceituais de Biologia na compreensão de fenômenos.
- Reconhecer a Biologia como um fazer humano, e portanto, histórico, fruto da conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e tecnológicos
- Identificar a interferência de aspectos místicos e culturais nos conhecimentos do senso comum relacionados a aspectos biológicos.
- Reconhecer o ser humano como agente e paciente de transformações intencionais por ele produzidas no seu ambiente.

- Julgar ações de intervenção, identificando aquelas que visam à preservação e implementação da saúde individual, coletiva e do ambiente
- Identificar as relações entre o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico, considerando a preservação da vida, as condições de vida e as concepções de desenvolvimento sustentável.
- Estudar as questões do mundo contemporâneo, como da História e Cultura Afro Brasileira e Indígena (conforme Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008), bioética, gênero, diversidade sexual, violência nas escolas, etc, na perspectiva da área da Biologia.
- Valorizar a vida em sua diversidade e a conservação dos ambientes.

CONTEÚDOS

Conteúdos Estruturantes

Os conteúdos estruturantes de Biologia são:

- organização dos seres vivos
- mecanismos biológicos
- biodiversidade
- manipulação genética

2.2.2 Conteúdos Básicos

Como diz o anexo das Diretrizes Curriculares de Biologia, os conteúdos básicos de Biologia são os conhecimentos fundamentais para cada série da etapa final do ensino fundamental e para o ensino médio, considerados imprescindíveis para a formação conceitual dos estudantes nas diversas disciplinas da Educação Básica. O acesso a esses conhecimentos é direito do aluno na fase de escolarização em que se encontra e o trabalho pedagógico com tais conteúdos é responsabilidade do professor.

Esses conteúdos foram elencados a partir de debates nos encontros dos educadores de Biologia da Rede Estadual de Ensino, realizados pelo Departamento de Educação Básica (DEB) da Secretaria de Estado da Educação, nos DEB´s itinerantes 2007/2008.

- Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos.
- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia.

- Mecanismos de desenvolvimento embriológico.
- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos.
- Teorias evolutivas.
- Transmissão das características hereditárias.
- Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente.
- Organismos geneticamente modificado.

1ª série

---

1. O surgimento da vida na Terra.
2. Ecologia:

- Os seres e o meio ambiente.
- Os ecossistemas.
- Biologia das populações.
- Alguns conceitos ecológicos.
- Cadeias e teias alimentares.
- As pirâmides ecológicas.
- As sucessões ecológicas.
- Relações entre os seres vivos.
- Os ciclos biogeoquímicos.

3. A constituição química dos organismos

- Água
- Glicídios
- Lipídios
- Proteínas
- Enzimas
- O pH e a vida.
- Vitaminas
- Ácidos nucléicos

4. Citologia

- Medidas em citologia.
- Organização básica das células.
- A célula como unidade viva
- A membrana plasmática e a parede celular

- O cito esqueleto.
- Os centríolos
- O núcleo.
- O citoplasma
- O retículo endoplasmático e os ribossomos.
- A síntese de proteínas pela célula.
- O complexo de Gole
- Lisossomos, peroxissomos e glixissomos.
- Os vacúolos vegetais.
- Os plastos.
- As mitocôndrias
- As células e o metabolismo energético
- Fotossíntese e respiração.

V. As divisões celulares.

- Mitose e meiose.
- Gametogênese
- Embriologia anima

6. Histologia animal

- Tecido Epitelial.
- Tecido Conjuntivo
- Tecido Cartilaginoso
- Tecido Ósseo.
- Tecido Sangüíneo
- Tecido Muscular
- Tecido Nervoso
- Tecido Adiposo

2ª série

---

1. Seres vivos :

- Diversidade entre os seres vivos
- Nomenclatura Científica
- Classificação dos seres vivos
- Vírus

2. Reino Monera

3. Reino Protista:

4. Reino Fungi:

5. Reino Plantae

CXLII. Vegetais inferiores

CXLIII. Vegetais intermediários

CXLIV. Vegetais superiores

6. Reino Animália

CXLV. Poríferos

CXLVI. Cnidários

CXLVII. Platelmintos

CXLVIII. Asquelmintos

Αρτ. 1. Anelídeos

Αρτ. 2. Artrópodes

Αρτ. 3. Moluscos

Αρτ. 4. Equinodermos

Αρτ. 5. Cordados: peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos

VII. Fisiologia Animal e Vegetal.

3ª série

---

1 Reprodução e desenvolvimento

- Tipos básicos de reprodução
- O sistema reprodutor masculino
- O sistema reprodutor feminino
- Gravidez e nascimento
- Anticoncepção

2 A genética de Mendel

- Conceitos Fundamentais em genética
- Como explicar a hereditariedade
- Cálculos de probabilidade
- 1º lei de Mendel
- Monohibridismo
- A co-dominância
- Dihibridismo e a 2º Lei de Mendel

3 Genética posterior a Mendel

3. Alelos múltiplos

4. Os grupos sangüíneos sistema ABO

5. Os grupos sangüíneos do sistema Rh e do sistema MN
6. Epistasia
7. Herança quantitativa
8. O determinismo do sexo

4 Teorias da evolução

VI. O Fascismo e o Evolucionismo;
VII. O Lamarquismo;
VIII. O Darwinismo;
IX. O Mutacionismo;
X. Evidencias da evolução

5 Anatomia e fisiologia humana

IV. Sistema digestório
V. Sistema respiratório
VI. Sistema circulatório
VII. Sistema excretor
VIII. As atividades hormonais
IX. As atividades nervosas

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

A proposta de condução do ensino de Biologia está no tratamento interdisciplinar de diversos temas sobre o qual o caráter ativo e coletivo do aprendizado se firmará buscando demonstrar o avanço cientifico e a sua relação com o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas dando condições aos alunos para desenvolver uma visão de mundo atualizada, tornando-os capaz de entender a realidade, participar de forma ativa na sociedade sentirem-se alfabetizados cientifica e tecnologicamente proporcionando-os ao desenvolvimento de uma postura critica e reflexiva frente às descobertas e fatos científicos que inclui uma compreensão mínima das técnicas e dos princípios científicos em que se baseiam.

A aplicação dos conteúdos de Biologia, será feita a partir dos elementos vivenciais, do mundo conhecido dos alunos, através de levantamentos temáticos ou outras formas de diálogo que permitam articular os saberes

trazidos pelo aluno e o conteúdo científico. Isso contribuirá também para a valorização da diversidade cultural e a promoção do dialogo intercultural, no ambiente escolar.

Em Biologia, são inúmeros os procedimentos (estratégias) que podem ser utilizados. Entre elas, destacam-se: textos; noticiários; experimentos; visitas orientadas (excursões); debates; júri simulado; aulas expositivas; recursos tecnológicos; jogos; pesquisas; projetos; aulas práticas; relatórios; entrevistas; atividades individuais, em duplas ou em grupos; dramatizações, palestras, etc. A determinação do professor no sentido de trabalhar com uma Biologia contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados .

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a Biologia.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMABIS, José Mariano & MARTHO, Gilberto Rodrigues. Biologia. São Paulo: Moderna. 2004. Volumes 1, 2, 3.

BURNIE, David. Dicionário Temático de Biologia. São Paulo: Scipione, 1997.

CARVALHO, W. Biologia em Foco, volume único. São Paulo: ed. FTD, 2004.

FAVARETTO, José Arnaldo & MERCADANTE, Clarinda. Biologia. São Paulo: Moderna. 2004. Volume único.

FONSECA, Albino. Biologia. São Paulo: IBEP. Volume único.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas – SP: autores Associados, 2002.

LEI Nº 11.645, de 10 março de 2008. Dispõe da inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm

LOPES, Sônia, Bio. São Paulo: Saraiva. 2000. Volume único.

MARCONDES, A. e MEDEIROS, P.S.S. O ensino da Biologia e os Parâmetros Curriculares Nacionais. São Paulo: ed. Atual, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Livro Didático Público. Vários autores. Biologia. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de Currículos inclusivos. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, junho de 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Disciplina de Biologia. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, 2008. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/diretrizes_2009/biologia.pdf Acesso em 10 de maio 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Diretrizes para a educação das relações étnicos- raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, junho de 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Desafios Educacionais contemporâneos. Site para consulta disponível em: http://www.diaadia.pr.gov.br/cdec/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=311

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Portal Educação e Diversidade, disponível em: http://www.diaadia.pr.gov.br/dedi/

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Portal Biologia, disponível em: http://www.biologia.seed.pr.gov.br/

PAULINO, Wilson Roberto. Biologia. São Paulo:Ática,2000. Volume único.

PAULINO, Wilson Roberto. Biologia. São Paulo:Ática,2005. Vol. 1, 2 e 3.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 8a. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1997.

SOARES, José Luís. Biologia volume 1,2 e 3. São Paulo: Scipione, 1996.

SOARES, José Luís. Biologia volume único . São Paulo: Scipione, 1997.

EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA Sua apresentação é baseada nas DCE (2008), mas lembre-se que ao utilizar o pensamento ou citações que algum autor devemos a referência

O mundo em que vivemos sofre constantes transformações. Sociedades se modificam na medida em que os valores são alterados de acordo com a evolução dos tempos. Assim desde a antiga Grécia até os dias atuais a Educação Física continua modificando seus conceitos de acordo com o momento social, político e histórico no qual se encontra. Na Grécia a visão dos romanos em relação à atividade física ou ginástica era a preparação dos indivíduos para a guerra, sem nenhuma finalidade moral ou estética.

Assim as primeiras sistematizações ocorreram a partir da prática higienista partindo de princípios médicos que consiste em medidas sócio-humanitárias, sociais e educacionais que influenciam física e mentalmente o

indivíduo. Pós a fase higienista instalou-se a fase da instrução física militar, onde a finalidade era a de promover a disciplina moral e o adestramento físico de maneira a preparar o indivíduo para o cumprimento dos seus deveres para a economia e a defesa da nação. Este movimento consistia em formar homens fortes, sadios, robustos com condutas morais e intelectuais para o desenvolvimento do Brasil.

Neste contexto a Educação Física ganha espaço na escola, porém seus princípios continuaram pautados nos moldes médicos-higiênicos. Segundo o parecer de Rui Barbosa no Projeto 224/1882 – propôs a reforma do Ensino Primário, que reforça a importância da ginástica nos currículos escolares. Posteriormente no período pré-guerra (1930), as exigências continuavam sendo de corpos atléticos e disciplinados, pois se precisava garantir a defesa da pátria. Após a II Guerra Mundial (1945), o escolanovismo buscava estimular o interesse do aluno e a sua auto-realização.

Na década de 70, o sistema educacional foi totalmente reformulado e, a partir daí, as consequências dessa reforma desencadearam inúmeras mudanças em nossa sociedade. A Educação baseou-se na Pedagogia tecnicista, que tinha como princípios a racionalidade e a eficiência. Foi um período marcado pela meta da produtividade, onde os profissionais da área influenciados pelas características da política educacional vigente, e com uma postura totalmente autoritária, apresentavam uma forte tendência em valorizar o rendimento físico, a perfeição e o domínio dos movimentos adquiridos poe meio da aplicação de métodos rígidos de automatização e adestramento, para atingir um melhor desempenho esportivo.

No mesmo período o enfoque passou a priorizar o desenvolvimento psicomotor, que também não estabeleceu um novo arcabouço de conhecimento para a Educação Física, passando a mesma em alguns casos subordinada a outras disciplinas escolares. Em função dessa realidade política, na década de 80 a Educação Física sofreu uma crise de identidade que originou uma mudança nas políticas educacionais. Com a abertura de cursos na área de humana, principalmente em educação, novas tendências ou correntes de ensino da Educação Física passaram a subsidiar as teorizações dessa disciplina escolar.

Neste contexto das teorizações críticas em educação e Educação Física, no final da década de 1980 e inicio de 1990, no Estado do Paraná, tiveram

inicio as discussões para a elaboração do Currículo Básico. Os avanços teóricos da Educação Física sofreram retrocesso na década de 1990 quando, após a discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394/96), o Ministério da Educação (MEC) apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a disciplina de Educação Física, que passaram a subsidiar propostas curriculares nos Estados e Municípios brasileiros. O que deveria ser um referencial curricular tornou-se um currículo mínimo, para além da idéia de parâmetros, e propôs objetivos, conteúdos, métodos, avaliação e temas transversais.

Os temas transversais acarretaram, sobretudo, num esvaziamento dos conteúdos próprios da disciplina. Temas como ética, meio ambiente, saúde e educação sexual tornaram-se prioridade no currículo, em detrimento do conhecimento e reflexão sobre as práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, entendidos aqui como objeto principal da Educação Física. Apontados por alguns críticos de proporem um ecletismo teórico, os PCN não apresentaram uma coerência interna de proposta curricular. Ou seja, continham elementos da pedagogia construtivista piagetiana, psicomotora, da abordagem tecnicista, sob a idéia de eficiência e eficácia no esporte e, também, defendia o conceito de saúde e qualidade de vida do aluno pautado na perspectiva da aptidão física. Nessa tentativa de absorver o maior número possível de concepções teóricas, o documento acabava tratando tais teorizações de forma aligeirada, deixando, inclusive, de destacar os autores responsáveis pelas diferentes abordagens.

Apesar de sua redação aparentemente progressista, pode-se dizer que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental e Médio constituíram uma proposta teórica incoerente. As diversas concepções pedagógicas ali apresentadas valorizaram o individualismo e a adaptação do sujeito à sociedade, ao invés de construir e oportunizar o acesso a conhecimentos que possibilitem aos educandos a formação crítica.

Diante da análise de algumas das abordagens teóricas que sustentaram historicamente as teorizações em Educação Física escolar no Brasil, desde as mais reacionárias até as mais críticas, opta-se, nestas Diretrizes Curriculares, por interrogar a hegemonia que entende esta disciplina tão-somente como treinamento do corpo, sem nenhuma reflexão sobre o fazer corporal.

Dentro de um projeto mais amplo de educação do Estado do Paraná, entende- se a escola como um espaço que, dentre outras funções, deve garantir o acesso aos alunos ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade (PARANÁ, 2008).

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Sendo assim, seja qual for o objetivo de conhecimento em questão, os processos de ensino e aprendizagem devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, da relação interpessoal e inserção social). O aluno deve aprender além das técnicas de execução, discutir regras, estratégias e apreciá-las criticamente, analisá-las esteticamente, eticamente e recriá-las.

É tarefa da Educação Física Escolar, garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de praticá-los e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-los criticamente.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

6º ANO

Conteúdo Estruturante:	Conteúdos Básicos
• Esporte	• Esportes Coletivos e Individuais
• Jogos e brincadeiras	• Jogos e brincadeiras populares • Brincadeiras e cantigas de roda • Jogos de Tabuleiro • Jogos Cooperativos
• Ginástica	• Ginástica rítmica • Ginástica circense • Ginástica Geral
• Lutas	• Lutas de aproximação • Capoeira
• Dança	• Danças Folclóricas • Danças de rua • Danças criativas

7º ANO

Conteúdo Estruturante:	Conteúdos Básicos
• Esporte	• Esportes Coletivos e Individuais
• Jogos e brincadeiras	• Jogos e brincadeiras populares • Brincadeiras e cantigas de roda • Jogos de Tabuleiro • Jogos Cooperativos
• Ginástica	• Ginástica rítmica • Ginástica circense • Ginástica Geral
• Lutas	• Lutas de aproximação • Capoeira
• Dança	• Danças Folclóricas • Danças de rua • Danças criativas

8º ANO

Conteúdo Estruturante:	Conteúdos Básicos
• Esporte	• Esportes Coletivos e Radicais
• Jogos e brincadeiras	• Jogos e brincadeiras populares • Brincadeiras e cantigas de roda • Jogos de Tabuleiro • Jogos Cooperativos
• Ginástica	• Ginástica rítmica • Ginástica circense • Ginástica Geral
• Lutas	• Lutas com instrumento mediador • Capoeira
• Dança	• Danças criativas • Danças circulares

9º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
• Esporte	• Esportes Coletivos e Radicais
• Jogos e brincadeiras	• Jogos de Tabuleiro • Jogos dramáticos • Jogos Cooperativos
• Ginástica	• Ginástica rítmica • Ginástica Geral
• Lutas	• Lutas com instrumento mediador • Capoeira
• Dança	• Danças criativas • Danças circulares

1ª SÉRIE

Conteúdo Estruturante:	Conteúdos Básicos
• Esporte	• Esportes Coletivos, Individuais e Radicais
• Jogos e brincadeiras	• Jogos de Tabuleiro • Jogos dramáticos • Jogos Cooperativos
• Ginástica	• Ginástica rítmica • Ginástica Geral
• Lutas	• Lutas de aproximação • Lutas que mantêm à distância • Lutas com instrumento mediador • Capoeira
• Dança	• Danças Folclóricas • Danças de Salão • Danças de rua

2ª SÉRIE

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
• Esporte	• Esportes Coletivos, Individuais e Radicais
• • Jogos	• Jogos de Tabuleiro • Jogos dramáticos • Jogos Cooperativos
• Ginástica	• Ginástica rítmica/olímpica • Ginástica de Academia • Ginástica Geral
• Lutas	• Lutas de aproximação • Lutas que mantêm à distância • Lutas com instrumento mediador • Capoeira
• Dança	• Danças Folclóricas • Danças de Salão • Danças de rua

3ª SÉRIE

Conteúdo Estruturante:	Conteúdos Básicos
• Esporte	• Esportes Coletivos, Individuais e Radicais
• • Jogos	• Jogos de Tabuleiro • Jogos dramáticos • Jogos Cooperativos
• Ginástica	• Ginástica rítmica/olímpica • Ginástica de Academia • Ginástica Geral
• Lutas	• Lutas de aproximação • Lutas que mantêm à distância • Lutas com instrumento mediador • Capoeira
• Dança	• Danças Folclóricas

	• Danças de Salão • Danças de rua

ENCAMINHAMENTOS METODOLOGICOS

A Educação Física é uma área de intervenção social, sendo também produtora de um conhecimento que problematize suas especialidades, enquanto práticas da cultura corporal, assim devem levar em consideração alguns pressupostos metodológicos, que são:

- Aspectos sócio-cognitivos – é fundamental que se considere a realidade sócio-cognitiva dos alunos, como ponto de partida na organização metodológica.
- Sujeitos da aprendizagem – A quem ensinar? Perceber a função social dos desdobramentos significa não reforçar a exclusão nas aulas e colocar o foco das ações nas problematizações sociais. As relações que os estudantes fazem entre seu conhecimento prévio, e o conhecimento escolar, são condições para que eles tenham outra visão da realidade histórica. Eles devem ser provocados a refletir, opinar, constatar, interpretar e explicar o que está acontecendo.
- Compreensão do saber de uma forma superadora - romper com a verdade estabelecida a partir das impressões casuais dos alunos, e contrapor esta formulação com o conhecimento escolar, é papel importante na construção do pensamento crítico-intervencionista.
- Aulas como espaço da diversidade - o respeito aos diversos aspectos da cultura deve ser considerado. Deve-se criar um espaço onde o respeito pelo diferente seja garantido. Assim o conhecimento não deve ser transmitido de forma fragmentada. A importância do processo de ensino-aprendizagem é muito grande, pois, faz com que o aluno entenda a realidade de seu mundo vivido e sobre ele reagir, no sentido da sua transformação, ele precisa adquirir acima de tudo, uma determinada competência educacional e uma capacidade intelectual, que podem ser desenvolvidas por uma prática dialógica.

Compreender que cada ser é um ser único, com diferenças individuais, cabendo assim um desenvolvimento de ações que garantam uma educação de qualidade a todos, dando especial atenção às diferenças que cada um apresenta, promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades pela socialização e apropriação dos conhecimentos.

A problematização coloca em evidência o conhecimento construído a partir do senso comum, apresentando diversas alternativas rumo a reelaboração do conhecimento. O professor tem o papel central neste processo, ao apresentar aos estudantes, através da instrumentalização, o saber elaborado com base nas diversas produções humanas. No momento em que se apresenta ao aluno uma contraposição ao saber produzido pelo senso comum, há a necessidade de verificar qual foi a compreensão desta contraposição.

A catarse – passagem do caótico para o sistema ligado acontece quando ao reestruturar o conhecimento que, agora, surge de forma reelaborada no pensamento do aluno.

Ao final deste processo, pretende-se que o aluno retorne a prática social, com um salto qualitativo decorrente da formação da consciência crítica e da estruturação do saber escolar.

A abordagem pedagógica das demandas relacionadas aos Desafios Educacionais Contemporâneos e a diversidade, ocorrerá de forma articulada aos conteúdos básicos da disciplina.

Os conteúdos de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei nº 11.645/08), como as lutas, danças, música e jogos recreativos e esportivizados, serão abordados de forma prática e contextualizada e relacionadas aos conteúdos de ensino de Capoeira e Uka-Uka, entre outras lutas, Maculelê, samba, maracatu, entre outras danças, sempre articuladas entre os mesmos.

Os conteúdos sobre a prevenção ao uso indevido de drogas e sexualidade humana, como alcoolismo, tabagismo, esteróides anabolizantes e demais drogas ilícitas, bem como a sensualização e sexualização banalizadas, contidas nas expressões corporais populares da atualidade, serão abordados de forma contextualizada e relacionadas aos conteúdos de ensino de esportes, lutas, danças e ginástica, sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação deverá levar em consideração a faixa etária dos alunos e o grau de autonomia e discernimento que possuem. Esse processo, por se manifestar de forma contínua, poderá revelar o diagnóstico correto para cada aluno, possibilitando a identificação das possíveis causas de seus fracassos e dificuldades visando a retomada dos conteúdos trabalhados a fim de que contribuam para que todos tenham sucesso na aprendizagem.

A busca incessante por novas técnicas e estratégias que possam demonstrar mais fielmente o progresso que cada educando alcançou e que valorize as experiências vividas de cada um, construindo assim, uma ponte com o conhecimento sistematizado e produzido historicamente pelos meios acadêmicos, deve se fazer presente em todo processo avaliativo.

A observação contínua das atividades práticas possibilitará avaliar se o aluno está agindo de maneira cooperativa, utilizando formas de expressão que favoreçam a integração grupal, adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade, reconhecendo e respeitando suas características físicas e de desempenho motor, bem como a de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais. Da mesma forma, se o aluno organiza e pratica atividades da cultura corporal de movimento, demonstrando capacidade de adaptá-las, com o intuito de torná-las mais adequadas ao momento do grupo, favorecendo a inclusão de todos.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Práticas desportivas.
- Atividades práticas individuais, duplas, trios e grupos.
- Palestras, vídeos e debates sobre os temas propostos.
- Montagens de coreografias ligadas aos temas trabalhados.
- Participação de gincana cultural, esportiva e recreativa.
- Relatório de apreciação de eventos esportivos ou espetáculos de dança, onde determinados aspectos serão ressaltados.

- Dinâmica de criação de jogos, produção e transição para outros grupos.

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO

- Em todas as atividades práticas, será analisado o comprometimento e a participação do aluno, num processo de observação diária, direta e contínua das mesmas;
- Nas demais atividades serão avaliadas a consistência dos temas pesquisados, o domínio do conteúdo e a criatividade das apresentações.

REFERÊNCIAS

_____**. Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.** História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnicas- raciais/Paraná. Secretaria de Estado e Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. - 110p. – (Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos).

_____. **Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –152 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**. Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**. Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

_____**. Lei nº11525/07 Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Norteadoras da Educação Básica. Educação Física.** Curitiba – Pr SEED 2008.

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2007.

_____**. Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O Ensino Religioso era, tradicionalmente, o ensino da Religião Católica Apostólica Romana, religião oficial do Império conforme determinava a constituição de 1824.

Após a proclamação da República, o ensino passou a ser laico, público, gratuito e obrigatório. A partir da constituição de 1934, o Ensino Religioso passou a ser admitido como disciplina na escola pública, porém, com matrícula facultativa.

A disciplina pretende contribuir para o reconhecimento e respeito às diferentes expressões religiosas advindas da elaboração cultural dos povos e possibilitar o acesso às diferenças fontes da cultura sobre o fenômeno religioso.

O conhecimento religioso insere-se como patrimônio da humanidade, e em conformidade com a legislação brasileira, pressupõe promover ao educando a oportunidade de processo de escolarização fundamental para se tornarem capazes de entender os movimentos religiosos específicos de cada cultura, a fim de superar as desigualdades étnicas e religiosas, e garantir o direito constitucional de liberdade e crença de expressão.

Portanto, o Ensino Religioso visa a propiciar ao educando a oportunidade de identificação, de entendimento, de conhecimento, de aprendizagem em relação às diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade, rompendo qualquer forma de preconceito e discriminação e o reconhecimento de que, todos nós, somos portadores de singularidade.

Assim, o Ensino Religioso permitirá que o educando possa refletir e entender como os grupos sociais se constitui culturalmente e como se relacionam com o Sagrado.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

- Conhecer o Sagrado numa visão laica, incentivando o diálogo inter-religioso e o respeito às diferentes formas de crer, contribuindo para a superação das desigualdades étnico-religiosas, para garantir o direito

constitucional de liberdade de crença e de expressão e, por consequência, o direito à liberdade individual e política;

CXLIX. Entender o sagrado como o centro da experiência religiosa; e as atitudes morais causadas pelo fenômeno religioso;

CL. Propiciar o conhecimento e a compreensão do processo histórico na concretização dos símbolos e dos espaços e sua organização em territórios sagrados;

CLI. Construir significados por meio das relações com o fenômeno religioso;

CLII. Compreender o sentido da existência humana, os direitos individuais e as diferenças;

VI. Orientar para a apropriação dos saberes sobre as expressões e organizações religiosas das diversas culturas na sua relação com os outros campos do conhecimento;

VII. Conhecer e respeitar as expressões religiosas advindas de culturas diferentes, inclusive das que não se organizam em instituições, e suas elaborações sobre o fenômeno religioso, superando o preconceito religioso, com vistas à consolidação do respeito à diversidade cultural e religiosa;

VIII. Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações sócio-culturais.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

6º ANO

Conteúdos Estruturantes:

- Paisagem Religiosa.
- Símbolo.
- Texto Sagrado

Conteúdos Básicos:

I - Respeito à Diversidade Religiosa

- Instrumentos legais que visam assegurar a liberdade religiosa:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos e Constituição Brasileira;

- Respeito à liberdade religiosa;
- Direito a professar fé e liberdade de opinião e expressão;
- Direito à liberdade de reunião e associação pacífica;
- Direitos Humanos e sua vinculação com o Sagrado;

II – Lugares Sagrados

- Caracterização dos lugares e templos sagrados:

- Lugares de peregrinação, de reverência, de culto, de identidade, principais práticas de expressão do sagrado nestes locais.
- Lugares na natureza: rios, lagos, montanhas, grutas, cachoeiras, etc.
- Lugares construídos: templos, cidades sagradas, etc.

III – Textos orais e escritos - sagrados

V. Ensinamentos sagrados transmitidos de forma oral e escritos pelas diferentes culturas religiosas;

XI. Literatura oral e escrita (cantos, narrativas, poemas, orações, etc.).

IV – Organizações religiosas:

As organizações religiosas compõem os sistemas religiosos organizados institucionalmente. Serão tratadas como conteúdos, destacando-se as suas principais características de organização, estrutura e dinâmica social dos sistemas religiosos que expressam as diferentes formas de compreensão e de relações com o sagrado.

- Fundadores e/ou Líderes Religiosos;
- Estruturas Hierárquicas.

7º ANO

Conteúdos Estruturantes:

- Paisagem Religiosa.
- Símbolo.
- Texto Sagrado.

Conteúdos Básicos:

I – Universo simbólico religioso

- Os significados simbólicos dos gestos, sons, formas, cores e textos:

Αρτ. 6. Nos Ritos;

Αρτ. 7. Nos Mitos;

Αρτ. 8. No cotidiano.

II – Ritos

- São práticas celebrativas das tradições/manifestações religiosas, formadas por um conjunto de rituais. Podem ser compreendidos como recapitulação de um acontecimento sagrado anterior, é imitação, serve à memória e à preservação da identidade de diferentes tradições/manifestações religiosas e também podem remeter a possibilidades futuras a partir de transformações presentes:

VIII. Ritos de passagem;

IX. Mortuários;

X. Propiciatórios;

III – Festas Religiosas

- São os eventos organizados pelos diferentes grupos religiosos, com objetivos diversos: confraternização, rememoração dos símbolos, períodos ou datas importantes;

- Peregrinações.
- Festas familiares.
- Festas nos templos.
- Datas comemorativas;

IV – Vida e Morte

As respostas elaboradas para vida além da morte nas diversas tradições/manifestações religiosas e sua relação com o sagrado.

h) O sentido da vida nas tradições/manifestações religiosas;
i) Re-encarnação;
j) Ressurreição – ação de voltar à vida;
k) Além Morte;
l) Ancestralidade – vida dos antepassados – espíritos dos antepassados se torna presentes;
m) Outras interpretações.

METODOLOGIA

A metodologia do Ensino Religioso deve possibilitar uma relação dialética, um “fazer pedagógico” dinâmico, permitindo a interação e o diálogo no processo de construção e socialização do conhecimento, de maneira que professor e aluno juntos possam (re) significar o conhecimento.

Diante disso, os conteúdos ou materiais a serem adotados em sala de aula pressupõe um constante repensar das ações que subsidiam esse trabalho, pois, uma abordagem nova de um conteúdo escolar leva, inevitavelmente, a novos métodos de investigação, análise e ensino.

Conforme as orientações das Diretrizes Curriculares, o trabalho pedagógico proposto no Ensino Religioso ancora-se na perspectiva da superação de práticas tradicionais que têm marcado o ensino escolar ao longo da história.

Portanto, o encaminhamento metodológico será baseado na aula dialogada, isto é, partir da experiência religiosa do aluno e de seus conhecimentos prévios para, em seguida, apresentar o conteúdo que será trabalhado.

Diante disso, o professor, por sua vez, deve posicionar-se de forma clara, objetiva e crítica quanto ao conhecimento sobre o Sagrado e seu papel sócio-cultural. Assim, exercerá o papel de mediador entre os saberes que o aluno já possui e os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula.

Inicialmente o professor anuncia aos alunos o conteúdo que será trabalhado e dialoga com eles para verificar o que conhecem sobre o assunto e que usos fazem desse conhecimento em sua prática social cotidiana. Sugere-se que o professor faça um levantamento de questões ou problemas envolvendo essa temática para que os alunos identifiquem o quanto já conhece a respeito do conteúdo, ainda que de forma caótica. Evidencia-se, assim, que qualquer assunto a ser desenvolvido em aula está de alguma forma, presente na prática social dos alunos. (PARANÁ, 2008, p. 66).

Num segundo momento didático propõe-se a problematizarão do conteúdo. Trata-se da “identificação dos principais problemas postos pela prática social de detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da Prática Social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar” (Saviani, 1991, 80). Essa etapa pressupõe a elaboração de questões que

articulem o conteúdo em estudo à vida do educando. É o momento da mobilização do aluno para a construção do conhecimento. (PARANÁ, 2008, p. 66).

A abordagem teórica do conteúdo, por sua vez, pressupõe sua contextualização, pois o conhecimento só faz sentido quando associado ao contexto histórico, político e social. Ou seja, estabelecem-se relações entre o que ocorre na sociedade, o objeto de estudo da disciplina, nesse caso, o Sagrado, e os conteúdos estruturantes. A interdisciplinaridade é fundamental para efetivar a contextualização do conteúdo, pois se articulam os conhecimentos de diferentes disciplinas curriculares e, ao mesmo tempo, assegura-se a especificidade dos campos de estudo do Ensino Religioso.

Para efetivar esse processo de ensino/aprendizagem com êxito faz-se necessário abordar cada expressão do Sagrado do ponto de vista laico, não religioso.

Assim, o professor estabelecerá uma relação pedagógica frente ao universo das manifestações religiosas, tomando-o como construção histórico-social e patrimônio cultural da humanidade. Nestas Diretrizes, repudiam-se, então, quaisquer juízos de valor sobre esta ou aquela prática religiosa.

Ao considerar a diversidade de referenciais teóricos para suas aulas, toma-se recomendável que o professor dê prioridade às produções de pesquisadores da respectiva manifestação do Sagrado em estudo para evitar fontes de informação comprometidas com interesses de uma ou outra tradição religiosa. Tal cuidado é importante porque, como estratégia de valorização da própria doutrina ou como meio de atrair novos adeptos, há produções de cunho confessional que buscam legitimar seus pressupostos e, por essa razão, desqualificam outras manifestações.

É preciso respeitar o direito à liberdade de consciência e a opção religiosa do educando, razão pela qual a reflexão e a análise dos conteúdos valorizarão aspectos reconhecidos como pertinentes ao universo do Sagrado e da diversidade sociocultural. Portanto, para a efetividade do processo pedagógico na disciplina de Ensino Religioso, propõe-se que seja destacado o conhecimento das bases teóricas que compõem o universo das diferentes culturas, nas quais se firmam o Sagrado e suas expressões coletivas.

Faz-se necessário um aporte dentro dos conteúdos básicos de Ensino Religioso quando da sua abrangência social, política e religiosa, como

obrigatoriedade elencadas em leis com o intuito de reforçar os saberes historicamente construídos e necessários como eixo de legitimação do ato democrático. Para tanto, conforme determina a Lei 11.645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena; Prevenção ao uso de drogas, sexualidade humana; Educação Ambiental (Lei 9795/99 e Dec. 4.201/02); Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal nº 11.525/07), os temas serão abordados de forma contextualizada e relacionados aos conteúdos da disciplina de Ensino Religioso, sempre que for possível a articulação entre os mesmos. Assim o enfoque será abordado simultaneamente fazendo inter-relação no 6º e no 7º ano de ensino fundamental II.

Diante disso, o professor pode fazer uso dos recursos didático-pedagógicos que podem se úteis em seu trabalho diário:

- Aulas expositivas dialogadas; aulas em visitas guiadas a organizações religiosas;
- Exercícios escritos e oralmente apresentados e discutidos;
- Leituras de textos: temáticos, didáticos, literários, religiosos; debates e seminários de temas relevantes fundamentados em leituras e pesquisa;
- Pesquisa de campo: visitas aos lugares sagrados e templos religiosos
- Pesquisa bibliográfica;
- Análises críticas: de filmes, documentários, músicas;
- Análise crítica de imagens (fotografias, charges, tiras, publicidade), entre outros.

Assim as discussões e os instrumentos devem ser diversificados, para superar as fragilidades e permitir uma análise mais objetiva do desenvolvimento do aluno por meio da prática pedagógica mais eficaz.

AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo que influencia significativamente toda a prática escolar e as relações interpessoais, bem como se apresenta como parte integrante do processo ensino/aprendizagem tendo como função superar as fragilidades, diagnosticar e orientar a intervenção pedagógica.

Para efetivar o processo de avaliação no Ensino Religioso, é necessário estabelecer os instrumentos e definir os critérios que explicitem o quanto o aluno se apropriou do conteúdo específico da disciplina e foi capaz de relacioná-lo com as outras disciplinas. A avaliação pode revelar também em que medida a prática pedagógica, fundamentada no pressuposto do peito à diversidade cultural e religiosa, contribui para a transformação social. (PARANÁ, 2008, p. 67).

Conforme as Diretrizes do Estado do Paraná (2008), a apropriação do conteúdo trabalhado pode ser observada pelo professor em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Eis algumas sugestões que podem ser tomadas como amplos critérios de avaliação no Ensino Religioso:

- O aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que têm opções religiosas diferentes da sua?
- O aluno aceita as diferenças de credo ou de expressão de fé?
- O aluno reconhece que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social?
- O aluno emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do Sagrado?

A avaliação é um elemento integrante do processo educativo na disciplina do Ensino Religioso. Cabe, então, ao professor programar práticas avaliativas e construir instrumentos de avaliação que permitam acompanhar e registrar o processo de apropriação de conhecimentos pelo aluno em articulação com a intencionalidade do ensino explicitada nos planos do trabalho docente. O que se busca, em última instância, com o processo avaliativo é identificar em que medida os conteúdos passam a ser referenciais para a compreensão das manifestações do Sagrado pelos alunos.

Diante da sistematização dos resultados da avaliação, o professor terá elementos para planejar as necessárias intervenções no processo pedagógico, bem como para retomar as lacunas identificadas na aprendizagem do aluno.

Terá também elementos indicativos dos níveis de aprofundamento a serem adotados em conteúdos que desenvolverá a *posteriori* e da possível necessidade de reorganização do trabalho com o objeto e os conteúdos estruturantes.

Para a avaliação do conhecimento na disciplina de Ensino Religioso, deve levar em conta as especificidades de oferta e frequência dos alunos nesta disciplina que todo professor ao ministrá-la deve estar ciente, pois tal disciplina está em processo de implementação nas escolas e, por isso, a avaliação pode contribuir para sua legitimação como componente curricular.

Apesar de não haver aferição de notas ou conceitos que impliquem aprovação ou reprovação do aluno, recomenda-se que o professor registre o processo avaliativo por meio de instrumentos que permitam à escola, ao aluno, aos seus pais ou responsáveis a identificação dos progressos obtidos na disciplina.

A avaliação permite diagnosticar o quanto o aluno se apropriou do conteúdo, como resolveu as questões propostas, como reconstituiu seu processo de concepção da realidade social e, como, enfim ampliou o seu conhecimento em torno do objeto de estudo. Os instrumentos avaliativos que serão desenvolvidos na disciplina de Ensino Religioso são atividades de leitura, pesquisa, produção de texto, relatórios, trabalho em grupo e apresentação oral seguidos de atividades com textos sagrados e atividades a partir de recursos audiovisuais.

REFERÊNCIAS

CLASTRES, P. **A fala sagrada: mitos e cantos Sagrados dos índios guarani**. Tradução
Nícia Adan Bonatti. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Ensino Religioso**. PARANÁ, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Enfrentamento a Violência na Escola**. Cadernos Temáticos Desafios Contemporâneos. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Prevenção ao uso indevido de Drogas.** Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Educação Ambiental.** Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Educação Ambiental. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Sexualidade.** Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Historia e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Cadernos Temáticos Lei nº 10.639/03. Curitiba, SEED/PR, 2005.

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2007.

_____**. Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1991.

WAGNER, R. (Orgs.) **O ensino religioso no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2004.

Consulta *on line*:

DECLARAÇÃO universal dos direitos humanos. (http://www.mj.gov.br/sedh/dpdh/gpdh/ddh_bib_inter_universal.htm)

http://www.assintec.org.br/

www.fonaper.com.br

História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei nº11645/08)

Educação Ambiental *(Lei nº9795/99 Dec.4201/02)*

Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal nº11525/07)

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE CIÊNCIAS

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Como toda construção humana, o conhecimento científico está em permanente transformação. Além disso, não há acumulação linear, contínua e sucessiva de conhecimentos, estes decorrem do pensamento, da observação dos fenômenos naturais e das necessidades cotidianas.

Por isso, o ensino de ciências deve atender as necessidades cotidianas de pessoas comuns e, ao mesmo tempo, expandir seus horizontes e sua imaginação.

Mesmo antes da descoberta do fogo, o homem já utilizava técnicas de conservação de alimentos, tingimento de peles, confecção de ferramentas entre outras. Toda nova descoberta gera novas necessidades fazendo com que o homem evolua seu pensamento em busca de soluções possíveis para cada situação problema que surge no dia-a-dia. Desta forma, a ciência é um processo dinâmico em que a verdade científica modifica-se constantemente.

Com o advento da revolução industrial, no século passado, as descobertas foram ocorrendo de forma acelerada e as invenções tecnológicas puderam ser notadas dentro de uma mesma geração, obrigando o homem a adaptar-se a realidade social que se modifica constantemente.

Ao analisar a educação e o currículo de Ciências, em cada momento histórico, percebe-se que seu desenvolvimento segue uma trajetória de acordo com interesses sociais, tecnológicos, culturais, éticos e políticos de cada período, determinando assim, a mudança de foco do processo ensino-aprendizagem. Esta nova postura não foi diferente no campo da Educação Escolar, levando os educadores à reflexão sobre suas metodologias e práticas, acarretando mudanças de paradigmas. Isso alterou a concepção de aluno, professor, ensino, aprendizagem, escola e educação, contribuindo para a formação, em diferentes épocas, de novos cientistas, de cidadãos críticos, participativos e transformadores.

O ensino-aprendizagem de Ciências está organizado a partir da concepção de Ciência como construção humana, provisória, falível, intencional dos conteúdos específicos por disciplina.

Dessa forma, o conteúdo específico será analisado, compreendido e adquirido em meio a um dinamismo social, envolto em um vasto campo de conhecimentos produzidos pela humanidade no decorrer de sua história.

A disciplina de ciências constitui-se num conjunto de conhecimentos científicos necessários para compreender e explicar os fenômenos da natureza e suas interferências no mundo, estabelecendo relações entre os diferentes conhecimentos físicos, químicos e biológicos, bem como o cotidiano, ou seja, os problemas reais socialmente importantes, enfim, à prática social.

Nessa concepção, o processo de ensino-aprendizagem de Ciências valoriza a dúvida, a contradição, a diversidade e a divergência, o questionamento das certezas e incertezas, superando o tratamento curricular dos conteúdos por eles mesmos e priorizando assim a sua função social.

A ciência pressupõe um método que não é único, nem permanece inalterado, pois reflete o momento histórico em que o conhecimento foi produzido, as necessidades materiais da humanidade, a movimentação social para atendê-las, o grau de desenvolvimento da tecnologia, as idéias e os saberes previamente elaborado.

Nessa perspectiva, a disciplina de Ciências no Ensino Fundamental, deve favorecer a reflexão, a contextualização e a articulação dos conteúdos específicos propiciando uma análise crítica sobre a relação entre a Ciência, Tecnologia e Sociedade, considerando os seguintes elementos: aspectos sociais, políticos, econômicos, éticos, culturais e tecnológicos abordados por meio da historicidade da produção de conhecimentos científicos; da aplicabilidade desses conhecimentos; das relações e inter-relações estabelecidas entre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, o objetivo da disciplina, o conhecimento e a prática social.

O conhecimento de ciência deve subsidiar a análise e reflexão das questões polêmicas que dizem respeito ao desenvolvimento, ao aproveitamento de recursos naturais e à utilização de tecnologias que implicam em intensa intervenção humana no ambiente, levando-se em conta a dinâmica dos ecossistemas, dos organismos, enfim, o modo como a natureza se comporta e a vida se processa levando ao educando a compreensão dos avanços biotecnológicos, considerando a Bioética e o Desenvolvimento Sustentável, bem como conscientizar o educando a respeito das consequências das agressões ambientais e do impacto negativo do

desenvolvimento das tecnologias voltadas ao suprimento e ampliação do sistema capitalista para a manutenção da vida no planeta. Como também, desenvolver hábitos de saúde pessoal, social e ambiental, visando bens coletivos onde o homem como agente racional, construtivo e modificador tenha como prioridade a conservação da vida e do ambiente, usufruindo sem destruir.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Na escola, somam-se experiências, informações e afeto. Ao desenvolver e possibilitar ao aluno o exercício da solidariedade, da cooperação, do respeito às normas, à opinião dos colegas e às diferenças culturais, a escola promove oportunidades para o exercício da cidadania de forma consciente, contribuindo para a formação de uma postura participativa de indivíduos ciosos de seus direitos e deveres.

Os alunos não podem ser encarados como meros receptáculos de informações. Eles devem ter participação ativa, com experiências que merecem consideração. Os alunos não são todos iguais: vêm de lares diferentes e são portadores de culturas diversas; possuem vivências e expectativas próprias em relação à escola, à vida. Em comum, tem a curiosidade, o desejo de decifrar o que parece um novo código e um novo mundo, os colegas, o espaço classe-professor. A motivação dos alunos, seu progresso e suas novas aquisições alimentam o trabalho do professor. Educadores e alunos são, desse modo, cúmplices no processo de ensino-aprendizagem.

O estudo de ciências deve contribuir para que os alunos compreendam melhor o mundo e suas transformações, possam agir de forma responsável em relação ao meio ambiente e aos seus semelhantes e reflitam sobre as questões éticas que estão implícitas na relação entre ciência e sociedade. Nesse processo, o papel do educador é fundamental. Sua atitude é sempre uma referência para os alunos: a consideração das múltiplas opiniões, a persistência na busca de informações, a valorização da vida e o respeito às individualidades serão observados e servirão de exemplo na formação dos valores dos estudantes.

O conhecimento científico tem o mérito de ampliar nossa capacidade de compreender e atuar no mundo em que vivemos. Por isso, o ensino de ciências

deve oferecer ao aluno oportunidade de reflexão e ação e prepará-lo para reivindicá-las por amadurecimento próprio.

O ensino de ciências pode alcançar esse objetivo se estiver vinculado a situações cotidianas, nas quais o aluno seja convidado a posicionar-se diante de fatos e fenômenos novos. Dessa forma, o estudante aprende a problematizar situações aparentemente inquestionáveis e a aceitar diferentes maneiras de entender o mundo.

Graças à abrangência e à natureza dos objetos de estudo das ciências, o trabalho escolar pode ser efetivado de forma bastante dinâmica, despertando o interesse do estudante para a observação de fenômenos da natureza e dos mais diversos produtos tecnológicos, tanto os que estão próximos como os mais distantes no espaço e no tempo procurando estabelecer relações entre o "comum" e o "diferente", entre conceitos conhecidos e novas hipóteses, entre variados fenômenos e até produtos tecnológicos, com base nos mais diversos elementos do nosso universo.

O conjunto de objetivos para o ensino de ciências aponta uma intenção geral: criar oportunidades sistemáticas para que o aluno, ao final do ensino fundamental, tenha adquirido um conjunto de conceitos, procedimentos e atitudes que operem como instrumentos para a interpretação do mundo científico e tecnológico em que vivemos, capacitando-o nas escolhas que fará como indivíduo e como cidadão.

CONTEÚDOS

6º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**
Astronomia	Universo Sistema Solar Movimentos terrestres Movimentos Celestes
Matéria	Litosfera Hidrosfera Atmosfera
Sistemas Biológicos	Níveis de organização celular
Energia	Formas de energia Conversão de energia

	Transmissão de energia
Biodiversidade	Organização dos seres vivos Ecossistemas Evolução dos seres vivos

7º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**
Astronomia	Origem e evolução do universo
Matéria	Constituição da matéria
Sistemas biológicos	Célula Interações entre os seres vivos Morfologia e fisiologia dos seres vivos
Energia	Energia luminosa e os seres vivos Formas de energia Transmissão de energia
Biodiversidade	Origem da vida Organização dos seres vivos Sistemática

8º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**
Astronomia	Origem e evolução do universo
Matéria	Constituição da matéria
Sistemas biológicos	Célula Morfologia e fisiologia do ser humano Nutrição Mecanismos de herança genética
Energia	Formas de energia
Biodiversidade	Evolução e estrutura do ser humano

9º ANO

Astronomia	Astros Gravitação universal
Matéria	Constituição da matéria Formas de energia Conservação da matéria
Sistemas biológicos	Morfologia e fisiologia dos seres vivos Mecanismos de herança genética
Energia	Formas de energia Conservação de energia
Biodiversidade	Interações ecológicas

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Para que o currículo de ciências se efetive na escola é preciso que o processo de ensino-aprendizagem partilhe da concepção de ciência como construção humana onde conhecimentos científicos são passíveis de alteração ao longo da história da humanidade e marcados por intensas relações de poder. A partir dessa compreensão da ciência, o tratamento dos conteúdos na escola, exige conhecimentos científicos de outras ciências para explicar os inúmeros fenômenos naturais que ocorrem no mundo. A química, a física, a biologia, a geociências, a astronomia, e outras áreas contribuem significativamente para o estudo, a explicação e a compreensão dos fenômenos naturais, objeto de estudo da disciplina de Ciências.

Esta proposta de encaminhamento metodológico orienta-se por uma abordagem crítica que considere a prática social do sujeito histórico, priorizando na escola os conteúdos historicamente constituídos. Essa abordagem propõe conteúdos estruturantes e específicos de 5ª a 8ª séries, por considerar que o professor, autor do planejamento de suas ações pedagógicas, conhece os conteúdos específicos determinados historicamente em cada uma das séries finais do Ensino Fundamental.

É importante que o professor de Ciências estabeleça as relações entre os diversos conteúdos específicos, pois, a articulação entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos possibilita ir além da abordagem “tradicional” dos conteúdos, sendo que estes conhecimentos precisam estar articulados de

modo a favorecer a compreensão dos fenômenos estudados, uma vez que esses conhecimentos são contribuições das respectivas ciências de referência e precisam ser tratados em todas as séries finais do Ensino Fundamental. Dentre os conteúdos trabalhados, serão abordados: a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, em conformidade com a Lei 11.645, Educação Ambiental, conforme Lei 9.795/99, Prevenção ao uso indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente (lei Federal nº11525/07.

O conhecimento sistematizado pela educação escolar deve oportunizar aos alunos idênticas possibilidades e direitos, ainda que apresentem diferenças sociais, culturais e pessoais, efetivando-se a igualdade de oportunidades, principalmente, em condições semelhantes aos demais, cabendo ao professor orientar o aluno, sejam eles especiais ou não, para a promoção de competências e o desenvolvimento de valores.

O processo de ensino-aprendizagem na área de ciências naturais pode ser desenvolvido dentro do contexto social e culturalmente relevantes, que potencializam a aprendizagem significativa, com temas flexíveis o suficiente para abrigar a curiosidade e as dúvidas dos estudantes, proporcionando a sistematização dos diferentes conteúdos e seu desenvolvimento histórico, conforme as características e necessidades das classes dos alunos nas diferentes séries, utilizando-se de pesquisa, criando espaços na sala de aula para que o aluno possa elaborar individualmente ou em grupo relatos orais, escritos, perguntas e suposições sobre os temas em estudo, trabalhos práticos sobre elaboração e interpretação de gráficos, tabelas, figuras, diagramas, atividades interativas baseadas no uso do computador, atividades a partir de recursos audiovisuais, pesquisas bibliográficas e entrevistas, questões objetivas ou discursivas que possibilitem ao aluno expressar o que foi apropriado, entre outros. Citamos também as aulas práticas a serem desenvolvidas no contexto escolar que devem considerar sempre a ação e reflexão, isto é, além de envolver os alunos na realização de experimentos, também procurar integrar o trabalho prático com a discussão, análise e interpretação dos dados obtidos. Dessa forma, o professor deixa de ser apenas o transmissor de conteúdos – assim como os alunos deixam de ser meros receptores – e adota uma postura estimuladora, capaz de criar um ambiente não somente questionador como também transformador da realidade

A metodologia é interativa e de construção dos conceitos pelos educandos, relacionando a teoria com a prática vivenciada e/ou percebida na realidade, onde o sujeito situa-se no mundo participando de forma ativa na sociedade, entendendo e avaliando questões de ordem social e política, restando, enfim, alfabetizados científica e tecnologicamente, de modo a proporcionar o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva frente às descobertas e os fatos científicos do mundo real.

A disciplina de Ciências pretende propiciar ao aluno o entendimento dos fenômenos naturais e sócio-culturais e suas interações e transformações no ambiente. Para tanto, cabe ao professor planejar as intervenções, no sentido de possibilitar ao educando o desenvolvimento da criatividade, da consciência crítica, do trabalho em equipe e do respeito à diversidade.

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará ao longo do processo de ensino-aprendizagem, de forma contínua, cumulativa e inclusiva, possibilitando ao professor uma interação diária com os alunos e propiciando contribuições importantes para verificar os avanços dos conteúdos específicos tratados nesse processo. O processo avaliativo deverá valorizar os conhecimentos que os alunos possuem sobre determinados conteúdos, a prática social desses alunos, o confronto entre esses conhecimentos e os conteúdos específicos, as relações e interações estabelecidas por eles no seu progresso cognitivo ao longo do processo de ensino-aprendizagem e no seu cotidiano.

Nesse sentido, é imprescindível a coerência entre o planejamento das ações pedagógicas do professor, o encaminhamento metodológico e o processo avaliativo, a fim de que os critérios de avaliação estabelecidos estejam diretamente ligados ao propósito principal do processo de ensino-aprendizagem que é a aquisição dos conteúdos específicos e a ampliação de seu referencial de análise crítica da realidade, por meio da abordagem articulada. Este se constitui em um dos principais desafios de uma educação comprometida com a aprendizagem significativa, isto é, dar sentido à linguagem utilizada, estabelecer relações entre os vários elementos de um universo simbólico, relacionar o conhecimento elaborado com os fatos do dia-a-dia, vividos pelo sujeito da aprendizagem ou por outros sujeitos.

A avaliação permitirá diagnosticar e identificar as limitações e as fragilidades do processo de ensino e de aprendizagem, utilizando-se de diversos instrumentos avaliativos, agregando as diferentes culturas tendo como eixo a diversidade e a inclusão e respeitando o ritmo e estilos de aprendizagem variados do educando, com isso planejar as intervenções necessárias ao processo de aprendizagem objetivando a promoção da aprendizagem significativa e de forma contínua.

A ação avaliativa é importante no processo ensino-aprendizado, pois pode propiciar um momento de interação e construção de significados no qual o estudante aprende. Para que tal ação torne-se significativa, o professor precisa refletir e planejar sobre os procedimentos a serem utilizados e superar o modelo consolidado de avaliação tão somente classificatória e excludente.

A investigação da aprendizagem significativa pelo professor pode ser por meio de problematizações invocando relações conceituais, interdisciplinares ou contextuais, ou mesmo a partir da utilização de jogos educativo, entre outras possibilidades, como o uso de recursos instrucionais que representem como o estudante tem solucionado os problemas propostos e as relações estabelecidas diante dessas problematizações. Dentre essas possibilidades, a prova pode ser um excelente instrumento de investigação do aprendizado do estudante e de diagnóstico.

Pode-se pensar como critério avaliativo o quanto e de que forma o aluno se apropriou do conhecimento científico, no que se refere à importância do conteúdo utilizando-se dos instrumentos avaliativos diversificados. Os alunos podem expressar os avanços na aprendizagem, na medida em que interpretam, produzem, discutem, relacionam, refletem, analisam, justificam, se posicionam e argumentam.

À avaliação interessa o que estava acontecendo antes, o que está acontecendo e o que poderá acontecer com o educando, na medida em que ela está a serviço de um projeto pedagógico construtivo, que olha para o ser humano como um ser em construção permanente. Para um verdadeiro processo avaliativo, o que interessa é sua aprendizagem, conseqüentemente, o seu crescimento, daí ela ser diagnóstica, permitindo que se tomem decisões para melhorar, por conseqüência ser inclusiva, já que, em vez de descartar e excluir convida para a melhoria.

Avaliação é um instrumento no processo educativo. Para que seja eficaz,

a avaliação deve ser elaborada com clareza, seriedade e maturidade para que sua real função seja consolidada na escola. Os instrumentos para a realização da avaliação podem ser:

- **Atividade de leitura** – a avaliação de leitura possibilita ao professor verificar a compreensão dos conteúdos abordados em aula e, nesse sentido, faz-se necessário a escolha criteriosa do texto, o roteiro de análise e os critérios de avaliação, de forma a permitir a reflexão e a discussão, bem como a ampliação de conhecimento. Quanto aos critérios avaliativos é necessário considerar se o aluno:
    - Compreende as idéias presentes no texto e interage com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias;
    - Ao falar sobre o texto expressa suas idéias com clareza e sistematiza o conhecimento de forma adequada.
    - Estabelece relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

- **Projeto de Pesquisa Bibliográfica** - a solicitação de uma pesquisa exige o enunciado claro e recortes precisos do que se pretende. Como critério avaliativo é necessário ponderar se o aluno:
    - Na contextualização identifica a situação e o contexto com clareza;
    - Ao problema, apresenta de forma clara, objetiva o tema levantado, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução;
    - Na justificativa aponta argumentos sobre a importância da pesquisa;
    - Na escrita, remete-se aos textos lidos, por meio de citações ou paráfrases, referenciando-os adequadamente.

- **Produção de Texto** - a atividade de produção escrita deve considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Portanto, precisa ser relacionada ao que se escreve fora da escola, atendendo aos diferentes gêneros textuais. Quanto aos critérios de avaliação devem ser observados se o aluno:

- Produz textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.)
- Adéqua a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura;
- Expressa as idéias com clareza (coerência e coesão);
- Elabora argumentos consistentes;
- Estabelece relações entre as partes do texto;
- Estabelece relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

- **Palestra/Apresentação Oral -** a atividade de palestra/apresentação oral possibilita ao aluno demonstrar sua compreensão a respeito do conteúdo abordado, bem como argumentar, organizar e expor suas idéias. Nos critérios de avaliação é preciso analisar se o aluno:
  - Demonstra conhecimento do conteúdo;
  - Apresenta argumentos selecionados;
  - Demonstra seqüência lógica e clareza na apresentação;
  - Faz uso de recursos para ajudar na sua produção.

- **Atividades Experimentais –** estas atividades requerem clareza no enunciado e propiciam ao aluno criar hipóteses sobre o fenômeno que está ocorrendo, levando em consideração as dúvidas, o erro, o acaso, a intuição, de forma significativa.

  Nessa atividade, o aluno pode expressar sua compreensão do fenômeno experimentado, do conceito a ser construído ou já construído, da qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidades. Para este instrumento no critério avaliativo deve ser considerado se o aluno ao realizar seu experimento:
  - Registra as hipóteses e os passos seguidos;
  - Demonstra compreender o fenômeno experimentado;
  - Sabe usar adequadamente e de forma conveniente os materiais;
  - Consegue utilizar apropriadamente o ambiente e os instrumentos necessários.

- **Projeto de Pesquisa de Campo –** essa atividade exige um planejamento prévio que demande a busca de informações nos lugares que se pretende trabalhar. Nesse sentido, colabora para a construção de conhecimentos e formação dos alunos como agentes sociais. Quanto aos critérios de avaliação, o aluno ao proceder sua pesquisa de campo:
    - Registra as informações, no local de pesquisa;
    - Organiza e examina os dados coletados, conforme orientações;
    - Apresenta sua compreensão a respeito do conhecimento construído, sua capacidade de análise dos dados coletados, capacidade de síntese;
    - Atende ao que foi solicitado como conclusão do projeto (relatório, elaboração de croquis, produção de texto, cartazes, avaliação escrita, entre outros)

- **O Relatório -** é um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida, auxiliando no aprimoramento da habilidade escrita, possibilitando ainda, a reflexão sobre o que foi realizado e a reconstrução de seu conhecimento.

  No relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles. São elementos do relatório: introdução, metodologia e materiais, análise e considerações finais. Deve-se observar nos critérios de avaliação se o aluno:
    - Faz a introdução com informações que esclareçam a origem de seu relatório, apontando quais os objetivos da atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado e dos conceitos construídos;
    - Descreve objetiva e claramente como se deu o trabalho ou atividade desenvolvida, possibilitando ao leitor a compreensão do que se está falando, ou para uma reflexão que permita que se aprimore a atividade.
    - Faz a descrição dos dados coletados durante os procedimentos e dos resultados obtidos, estabelecendo uma relação entre eles e as discussões teóricas que deram origem à atividade em questão.

- **Seminário -** oportuniza a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Trata-se de uma discussão rica de idéias, na qual cada um participa questionando, de modo fundamentado, os argumentos apresentados, colocando o estudante em contato direto com a atividade científica e engajando-o na pesquisa. Nos critérios é necessário ponderar se o aluno:
    - Demonstra consistência nos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas;
    - Apresenta compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados);
    - Faz adequação da linguagem à exposição das idéias;
    - Demonstra pertinência quanto às fontes de pesquisa;
    - Traz relatos para enriquecer a apresentação;
    - Faz adequação e toma como relevante as intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

- **Debate** – possibilita a exposição de idéias, avaliação dos argumentos, permitindo que haja turno de fala entre os ouvintes. Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir a participação de todos. Como critério de avaliação deste instrumento se deve considerar se o aluno:
    - Aceita a lógica da confrontação de posições, ou seja, respeita os pensamentos divergentes;
    - Ultrapassa os limites das suas posições pessoais;
    - Explicita racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a sua posição;
    - Faz uso adequado da língua portuguesa em situações formais;
    - Busca, por meio do debate, da persuasão e da superação de posições particulares, uma posição de unidade, ou uma maior aproximação possível entre as posições dos participantes;
    - Registra, por escrito, as idéias surgidas no debate;
    - Demonstra conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate;
    - Apresenta compreensão sobre o assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.

- **Atividades com textos literários -** possibilita discussões acerca do conteúdo que está sendo discutido, no contexto de outra linguagem. Esse trabalho passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação. Tem como critério avaliativo, considerar se o aluno:
    - Compreende e interpreta a linguagem utilizada no texto;
    - Faz a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido;
    - Reconhece os recursos expressivos específicos do texto literário.

9. **Atividades a partir de recursos Audiovisuais** - o trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros. Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar que o conteúdo abordado naquela mídia não está didatizado, vem apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diversa daquela que existe na escola. A didatização do conteúdo cabe ao professor. Neste contexto, como critério de avaliação, deve-se ajuizar se o aluno:
    - Compreende e interpreta a linguagem utilizada;
    - Articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual;
    - Reconhece os recursos expressivos específicos daquele recurso.

- **Trabalho em grupo –** desenvolve dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem. Nesse sentido, possibilita a interação social, conduzindo o aluno a compartilhar seu conhecimento. O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos. Deve-se verificar se o aluno atende os seguintes critérios:
    - Interage com o grupo;
    - Compartilha o conhecimento;

- Demonstra os conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos;
- Compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano.

- **Questões discursivas -** Essas questões possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva possibilita que o professor avalie o processo de investigação e reflexão realizada pelo aluno durante a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos. Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que o professor identifique com maior clareza o erro do aluno, para que possa dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento. Nos critérios de avaliação deste instrumento é preciso analisar se o aluno:
  - Compreende o enunciado da questão.
  - Planeja a solução, de forma adequada.
  - Comunica-se por escrito, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa.
  - Sistematiza o conhecimento de forma adequada

- **Questões objetivas** – Este tipo de questão tem como principal objetivo a fixação do conteúdo. Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado. Para a construção desse tipo de questão o professor não deve desconsiderar um bom planejamento, ou seja, definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer injustiças. Neste instrumento deve que ser considerados critérios de avaliação em que o aluno demonstre que:
  - Realiza leitura compreensiva do enunciado;
  - Apropria de alguns aspectos definidos do conteúdo;
  - Utiliza de conhecimentos adquiridos.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Daniel. **O Meio Ambiente**. 5ª Série, 20ª Edição. Ed. Ática.

_____. **Os Seres Vivos**. 6ª Série, 21ª Edição. Ed. Ática.

_____. **O Corpo Humano**. 7ª Série, 22ª Edição. Ed. Ática.

_____. **Química e Física**. 8ª Série, 27ª Edição. Ed. Ática.

CRUZ, José Luiz Carvalho. Editor responsável. **Projeto Arriba: Ciências/ obra coletiva, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna**. 1° ed. São Paulo: Moderna, 2006. Obra em quatro volumes para alunos de 5ª a 8ª séries.

BARROS, Carlos-Paulino Wilson R. **Ciências – Meio Ambiente**. 5ª Série, 72ª. Edição. Ed. Ática.

_____. **Ciências – Os Seres Vivos**. 6ª Série, 66ª. Edição. Ed. Ática.

_____. **Ciências – O Corpo Humano**. 7ª Série, 65ª Edição. Ed. Ática.

_____. **Ciências – Física e Química**. 8ª Série, 58ª Edição. Ed. Ática.

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. MEC/SEB Brasília, 2004.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em 11.11.2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Secretaria de Educação e Tecnologia – Brasília: MEC, SEMTEC, 2004

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia**. 4ª ed. Ver e ampla. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes curriculares da Educação Básica**. SEED. Curitiba: SEED, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Lei nº11525/07 Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente.** Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.** História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais/Paraná. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. -110p. – (Cadernos Temáticos).

_____**. Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**.Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –152 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____. **Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental**/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).
RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2010.

_____. **Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

VALLE, Cecília. **Terra e Universo**. 5ª Série, 1ª Edição. Ed. Positivo

_____. **Vida e Ambiente**. 6ª Série, 1ª Edição. Ed. Positivo

_____. **Ser Humano e Saúde**. 7ª Série, 1ª. Edição. Ed. Positivo

_____. **Tecnologia e Sociedade**. 8ª Série, 1ª. Edição. Ed. Positivo

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FILOSOFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

As Diretrizes Curriculares Estaduais preveem que a disciplina a ser ministrada na sala de aula da escola pública paranaense, seja uma introdução ao estudo da Filosofia e aborde questões das ciências, do mito, da ética, da estética, da política, do conhecimento. Se por um lado, a dificuldade para seu ensino está no fato de nela residir o pensamento racional e sistemático de mais de 2500 anos, por outro lado, a facilidade para o seu ensino está no fato de que nela se pode encontrar pedagogias e métodos que trazem luz para a definição da pedagogia e do método ideal a ser adotado pelo professor para o ensino da filosofia.

É de suma importância o conhecimento específico proporcionado por essa disciplina no contexto escolar, pois resulta num aprimoramento das capacidades intelectuais, éticas, morais e sociais, e pode favorecer a expressão de pensamentos, desde que devidamente realizadas as

contextualizações sócio-históricas. Além do conhecimento/pensamento racional o ensino da filosofia almeja reestabelecer e resignificar conceitos, valores e virtudes, com o estimulo à busca, ao questionamento, a compreensão, a imaginação, a investigação. E, desta feita, possibilita ao aluno aumentar sua condição de argumentar e questionar; de conhecer e compreender; de fundamentar; de sistematizar; de aceitar ou rejeitar com criticidade (conhecimento de causa); de propor novas questões relevantes para a realidade, para a humanidade, para a compreensão e a transformação do mundo.

Diferente de outras disciplinas, a filosofia faz chegar a resultados que não são tidos como definitivo-absolutos. Assim, ela pode não oferecer a segurança que uma ciência exata dá ao aluno, e isso pode ser prejudicial ao ensino da mesma; por outro lado, se bem entendida pelos alunos as possibilidades ilimitadas que essa não exatidão dá, pode ser fator estimulante ao aprendizado dos mesmos.

O ensino da filosofia apresenta inúmeras possibilidades de abordagem. As mais tradicionais são: a divisão cronológica linear, geográfica e por conteúdos estruturantes, mas, para não ser apenas História da Filosofia, faz-se mister preservar suas características específicas, ex: diálogo, problematização, argumentação, sistematização, imparcialidade, busca constante.

No âmbito educacional nacional, no Brasil Monárquico, primeiramente a Filosofia foi um instrumento de formação moral e intelectual das elites econômicas, políticas, eclesiais, etc. Com a Proclamação da República e seu ensino obrigatório nos currículos, ela ficou acessível à população em geral, mas serviu como instrumento ideológico para manutenção do *status quo*.

Em 2003, a Câmara dos Deputados aprovou a volta da Filosofia ao currículo do Ensino Médio, mas não como disciplina obrigatória e sim na transversalidade, isto é, como uma ferramenta útil ao exercício de uma cidadania com baixa exigência de participação.

A Lei Estadual nº 15.228, em seu artigo segundo, deixa claro que a Filosofia tem como objetivo “consolidar a base humanista da formação do educando, propiciar a capacidade do pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pela humanidade, sua relação com o mundo e a constituição de valores culturais, históricos e sociais, fundamental na construção e aprimoramento da cidadania”. Ela está em consonância com as

regras e os princípios que orientam o Ensino Médio no Brasil, definidos na LDB, que objetivam um processo educacional que leve ao “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” bem como “a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (Seção IV, Art. 35 e Art. 36, incisos III e IV).

A lei 11645 de 10 de março de 2008 determinou no artigo 26-A que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Nesse sentido, O Conselho Estadual de Educação/PR aprova a deliberação n.º 03/08, que estabelece a inclusão gradativa da disciplina na grade curricular: uma série em 2009; duas em 2010; três em 2011; quatro em 2012 nos cursos de 04 anos.

Nas Diretrizes Curriculares, o ensino de Filosofia trabalha com conteúdos estruturantes, tomados como conhecimentos básicos, que se constituíram ao longo da história da Filosofia e de seu ensino, em épocas, contextos e sociedades diferentes, e que, tendo em vista o estudante do Ensino Médio, ganham especial sentido e significado político, social e educacional.

Esses conteúdos estruturantes abaixo relacionados estão presentes em todos os períodos da história da Filosofia – antiga, medieval, moderna e contemporânea – sendo que em cada período, recebem tratamento diferenciado para garantir que o ensino de Filosofia não perca suas características essenciais de dialogar criticamente todos os conceitos, de maneira interdisciplinar.

OBJETIVOS

Como disciplina na matriz curricular do Ensino Médio, considera-se que a Filosofia pode viabilizar interfaces com as outras disciplinas para a compreensão do mundo da linguagem, da literatura, da história, das ciências e da arte, possibilitando ao aluno um saber que opere por questionamentos, conceitos e categorias e que busque articular o espaço-temporal e sócio-histórico em que se dá o pensamento e a experiência humana.

JUSTIFICATIVA

A Filosofia é um modo de pensar, é uma postura diante do mundo. A filosofia não é um conjunto de conhecimentos prontos, um sistema acabado, fechado em si mesmo. Ela é, antes de tudo, uma prática de vida que procura pensar os acontecimentos além de sua pura aparência. Assim, ela pode se voltar para qualquer objeto. Pode pensar a ciência, seus valores, seus métodos, seus mitos; pode pensar a religião; pode pensar a arte; pode pensar o próprio homem em sua vida cotidiana, a economia, a política, a ética. Diz-se que a Filosofia incomoda certos indivíduos e instituições porque questiona o modo de ser das pessoas, das culturas, do mundo. Isto é, questiona a prática política, científica, técnica, ética, econômica, cultural e artística.

Desse modo, compreender a importância do ensino da Filosofia no Ensino Médio é entendê-la como um conhecimento que contribui para a formação do aluno. Cabe a ela indagar a realidade, refletir sobre as questões que são fundamentais para os homens, em cada época.

A reflexão filosófica não é, pois, qualquer reflexão, mas rigorosa, sistemática e deve sempre pensar o problema em relação à totalidade, para alcançar a radicalidade do problema, isto é, ir à sua raiz. Esta é a preocupação do Colégio ao instituir a disciplina de Filosofia no Ensino Médio; a busca pelo ensino da reflexão filosófica, instrumentalizando os alunos para estarem aptos a compreender e atuar em sua realidade. A Filosofia objetiva consolidar a base humanista da formação do educando, propiciar a capacidade do pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pela humanidade, sua relação com o mundo e a constituição de valores culturais, históricos e sociais, fundamental na construção e aprimoramento da cidadania.

O específico do ensino da Filosofia está claramente definido na Lei nº 15.228, quando diz, no artigo segundo: “propiciar a capacidade do pensar e repensar de modo crítico”. Ou seja, o principal no ensino da filosofia não é transmitir conteúdo, mas promover o pensar e o repensar crítico sobre tudo – pois tudo é assunto filosófico – especialmente sobre todo o conhecimento já produzido pela humanidade - visando assim a construção cidadã do aluno. Assim, a questão não é que filosofia ensinar, mas auxiliar o alunado a filosofar.

E como fazer isso? Com certeza não é tratando a disciplina como História da Filosofia senão ela terá caráter conteudista e destoará do objetivo que se pretende na lei.

Sua contribuição é imprescindível para a sua própria formação cidadã. Para tanto, o educador deve procurar relacionar os conteúdos da disciplina aos problemas a serem trabalhados pelos alunos, bem como levar a eles a analisar estes problemas à luz da história da filosofia, da leitura e interpretação de textos filosóficos. Desta forma, quer incentivar o estudante a refletir, pesquisar, estabelecer relações, criar conceitos, a posicionar-se criticamente, e a colocar o resultado obtido em prática.

A aula de filosofia deve ser um espaço onde os alunos aprendam a problematizar bem como buscar solução para os problemas. Ao professor cabe mediar essa questão, com a clareza de que o processo de ensino-aprendizagem em filosofia só se concretiza na experiência que acontece em cada aula e na relação professor e discente. Como também, com a problematização e a busca de soluções orientada pela reflexão de textos filosóficos, pelo contexto histórico e social e na avaliação de conceitos filosóficos a serem aplicados na realidade.

Desta forma, as aulas de filosofia precisam ser promotoras de leituras, de debates, de produção de textos, de atividades individuais e coletivas, sempre orientadas pelo diálogo investigatório. Para tanto as aulas requerem bom planejamento. No que diz respeito ao ensino da disciplina no ensino médio o conteúdo proposto parte do pressuposto de que o aluno já aprendeu lógica - como pensar corretamente, fazer idéias, construir juízos de valor e também argumentos lógicos – pois é base para a Metafísica , que engloba a Teoria do Conhecimento e a Ontologia.

A teoria do conhecimento deve ser o principal conteúdo no ensino médio. Entretanto, seria muito bom se o professor conseguisse trabalhar também a questão ontológica por ser nela que se aprende a distinguir os princípios, os valores, as essências, as substâncias, a existência, as causas e finalidades. A ontologia é essencial como base para o aprendizado da ética. Sem a ética, o conhecimento filosófico e a formação integral do ser humano ficam debilitados justamente quando se verifica o feedback que comprova o objetivo atingido, qual seja, a formação integral do ser humano e sua vivência

cidadã dentro de sua realidade, de seu contexto. Sem a ética a vida sai prejudicada em todos os seus aspectos: particular, comunitário, social, político.

Para os anos que compreendem o ensino médio, a disciplina de filosofia adquire uma importância ímpar para a formação dos estudantes, especialmente para aqueles que pretendem fazer curso de nível superior, pois, propicia ao aluno a condição de, criticamente, pensar, repensar, todas as coisas, incluindo o conhecimento produzido pela humanidade ao longo de sua história; a relação que ele estabelece com o mundo; a constituição de valores históricos e socioculturais e consequentemente desenvolver sua concepção de cidadania e definir sua posição e sua ação enquanto cidadão.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

Os conteúdos apresentados nesse planejamento seguem as orientações da DCE de Filosofia, o qual se organizou também o livro didático público de Filosofia, a partir de conteúdos denominados conteúdos estruturantes. A partir dos conteúdos estruturantes, adaptamos os conteúdos específicos e complementares que irão ser trabalhados com os alunos no decorrer do ano letivo.

1º SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

1. Mito e Filosofia

CONTEÚDO BÁSICO

- Saber mítico;
- Saber filosófico;
- Relação Mito e Filosofia;
- Atualidade do mito;
- O que é Filosofia?

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

2. Teoria do Conhecimento

CONTEÚDO BÁSICO

- Possibilidade do conhecimento;
- As formas de conhecimento;
- O problema da verdade;
- A questão do método;
- Conhecimento e lógica.

2º SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

3. Ética

CONTEÚDO BÁSICO

- Ética e moral;
- Pluralidade ética;
- Ética e violência;
- Razão, desejo e vontade;
- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das Normas;

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

4. Filosofia Política

CONTEÚDO BÁSICO

- Relações entre comunidade e poder;
- Liberdade e igualdade Política;
- Política e Ideologia;
- Esfera pública e privada;
- Cidadania formal e/ou Participativa;

3º SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

5. Filosofia da Ciência

CONTEÚDO BÁSICO

- Concepções de ciência;
- A questão do método Científico;
- Contribuições e limites da Ciência;
- Ciência e ideologia;
- Ciência e ética;

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

6. Estética

CONTEÚDO BÁSICO

- Natureza da arte;
- Filosofia e arte;
- Categorias estéticas – (feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc.).
- Estética e sociedade;

METODOLOGIA

Trabalhar a formação cidadã numa perspectiva pluridimensional e democrática. Viabilizar interfaces com as outras disciplinas para a compreensão do mundo da linguagem, da literatura, da história, das ciências e das artes, dialogando criticamente todos os conceitos. Relacionar os conteúdos estruturantes com os problemas a serem trabalhados com os alunos sendo analisados e estudados à luz da história da filosofia com o auxílio de textos filosóficos. A leitura do texto deve dar subsídios para que o aluno possa pensar o problema, pesquisar, fazer relações, criar conceitos e desenvolver o exercício do próprio pensamento, isto é, problematizar filosoficamente situações da vida atual, sem doutrinação, dogmatismo e niilismo.

Mobilização para o Conhecimento - Preparar a aula para ser um espaço de experiência e problematização, mediado pelo professor, na qual os alunos possam pensar e argumentar criticamente, orientando a própria solução. Isto se dá por meio do diálogo investigativo, primeiro passo para possibilitar a

experiência filosófica em sala de aula. E deve ser incrementado com a inclusão de diversificado número de atividades individuais e coletivas, de leitura, de debates e produção de textos e outras formas de apresentação a fim de que a investigação filosófica seja de fato a linha condutora da aula, atendendo também, os alunos com necessidades educacionais especiais, flexibilizando e adaptando temporalidade, conteúdos, objetivos e estratégias metodológicas específicas.

Utilizar dos recursos didáticos normais - em especial o livro didático público de Filosofia, bem como de recursos didáticos e tecnológicos atuais, tais como: aula expositiva mesclada com todo o aparato tecnológico à disposição da clientela escolar, trabalhar com leituras e releituras de textos, filmes e figuras, que possam ser contextualizados, como de pesquisas bibliográficas, produções escritas, laboratório de informática, internet, multimídia *data show* e TV *pendrive*, bem como seminários, palestras e debates para argumentação e conceitualização.

Os assuntos relacionados pela instrução 009/2011 devem ser trabalhados de forma associada aos conteúdos exigidos pelas DCEs. São eles: história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei nº 11.645/08); história do Paraná (Lei nº13381/01); música (Lei 11.769/08); prevenção ao uso indevido de drogas; sexualidade humana; educação ambiental (Lei 9795/99) Dec.4201/02; educação fiscal; enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente (Lei Federal nº 11525/07); educação tributária Dec. nº1143/99, portaria nº 413/02.

A História e cultura afro-brasileira, africana e indígena, como também a História do Paraná, no que se refere às manifestações mitológicas, devem ser abordadas no primeiro ano do Ensino Médio, ao serem trabalhados o conteúdo estruturante Mito e Filosofia.

Os conteúdos Educação Ambiental, Sexualidade Humana, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas e Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente devem ser contemplados no segundo ano do Ensino Médio, inclusos no conteúdo estruturante de Ética. Ainda nesse mesmo período de estudos, devem ser contextualizados a Educação Fiscal e a Educação Tributária, ambas inseridas no conteúdo estruturante de Filosofia Política, como meio para incentivar e preparar o estudante a participação na vida política.

A Educação Ambiental e Sexualidade Humana devem ser abordadas também no terceiro ano do Ensino Médio, porém sob a perspectiva da Filosofia da Ciência, tema Bioética. O livro didático público de Filosofia do Estado do Paraná trata dos referidos assuntos Ainda nesse mesmo período letivo do Ensino Médio, a música deve ser abordada sob a ótima da Estética

AVALIAÇÃO

A avaliação, de acordo com a LDB nº 9394/96, artigo 24, deve ser concebida na sua função diagnóstica e processual, isto é, ela não possui uma finalidade em si mesma, mas tem por função subsidiar e mesmo redirecionar o curso da ação do processo ensino-aprendizagem, tendo em vista garantir a qualidade do processo educacional em que professores, estudantes e a própria instituição de ensino estão construindo coletivamente. Ou seja, ela não quer tanto avaliar o aluno em si, mas o processo educacional utilizado, com o intuito de aprimorá-lo.

No ensino de Filosofia, a avaliação deve procurar medir o quanto o aluno assimilou do conteúdo filosófico a ele apresentado, bem como a sua capacidade de tratar deste ou daquele tema. Deve perceber e registrar o crescimento, a capacidade de argumentar e de identificar os limites da própria posição. Assim, a avaliação de filosofia tem início com a sensibilização, coletando qual conceito trabalhou, criou ou recriou, qual discurso o aluno tinha antes (preconceitos) e o qual discurso apresenta após o processo de estudos filosóficos com conceitos. Neste sentido é possível entender a avaliação como um processo que se dá no interior da própria aula de filosofia e não um momento em separado destinado a avaliar.

Nesse processo educativo, o professor poderá utilizar-se de diversos instrumentos de avaliação, individual ou em grupo, partindo da leitura de textos, pesquisas bibliográficas (contextualização, problema e justificativa), figuras e filmes, onde poderá verificar junto aos alunos, a compreensão das ideias abordados, a interação por meio de questionamentos, concordâncias e discordâncias.

Isso se dará através de produção de texto (estabelecendo relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la – coesão e coerência textual), relatos escritos ou exposição oral (argumentando e organizando suas

ideias consistentemente – argumentação e sistematização), na forma de diálogos investigativos, seminários, para percepção da clareza e sistematização do conhecimento e das relações que o estudante faz com o processo intelectual.

Quanto à avaliação escrita, as questões devem ser preferencialmente discursivas, pois favorece a verificação da qualidade de interação do estudante com os conteúdos, suas relações, argumentações, posicionamentos, sistematizações e contextualizações. Se forem objetivas, podem estar vinculadas à contra-argumentação de frases erradas. Em questões de verdadeiro ou falso, por exemplo.

É importante diversificar os instrumentos de avaliação utilizando debate que possibilite a exposição de ideias e a avaliação da argumentação, garantindo, dinamicamente, a participação de todos. Deve ser analisada a lógica de confrontação e persuasão de posições, o respeito aos pensamentos divergentes, a racionalidade com que ultrapassa e supera limites pessoais, acerca dos conceitos e valores com os quais argumenta e se posiciona.

Quanto à avaliação de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, se buscará atender as diferenças individuais a partir da flexibilização e adaptação de temporalidade, objetivos e metodologia.

A proposta de trabalho de avaliar ocorrerá no sentido de contribuir tanto para o professor, possibilitando avaliar a própria prática, como para o desenvolvimento do aluno; permitindo-lhe perceber seu próprio crescimento e sua contribuição para a coletividade. Será, portanto, de caráter diagnóstico e som ativo (em caráter de zero a dez), conforme o desempenho individual e/ou coletivo. Por esse motivo serão adotados como instrumentos de avaliação:

- A produção de texto/redação individual e/ou dupla em sala e/ou extraclasse para que o aluno demonstre a apreensão e o domínio dos conceitos filosóficos trabalhados e os relacione com o cotidiano vivido;
- Atividades em sala e participação nas discussões e reflexões sobre o tema de estudo;
- Avaliação bimestral individual de caráter reflexivo;
- Auto-avaliação.
- Para ter direito a recuperação paralela o professor adotará os critérios estabelecidos pela instituição de ensino.

REFERÊNCIA

ASPIS, R. **O professor de filosofia: o ensino da filosofia no ensino médio como experiência filosófica**. In: Cadernos CEDES, n.º 64. A Filosofia e seu ensino. São Paulo: Cortez, 2004.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **Filosofia**. Série Novo Ensino Médio, São Paulo, Ática, 2004.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: Historia e Grandes Temas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GALLO, S.; KOHAN, W. (Orgs) **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4.ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2006.

KOHAM & WAKSMAN. **Perspectivas atuais do ensino de Filosofia no Brasil**. In : PARANÁ, Inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Curitiba, 2005.

KOHAN, Walter O. (org.) **Filosofia: Caminhos para seu Ensino**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Ensino Médio**. Curitiba, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência de Educação. DEM. **Livro didático público de filosofia**. Curitiba, 2006.

_____. **Lei nº11525/07 Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente**
Enfrentamento à Violência na Escola/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

_____. **Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.**
História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais/ Paraná. Secretaria de Estado e Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. -110p. – (Cadernos Temáticos).

_____. **Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana.**
Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –152 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____. **Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____. **Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental**/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

REZENDE, Antônio (org.). **Curso de Filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação**. 13.ed. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2010.

_____**. Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007

SCHIMDT, MARIA A.[org.], **Diálogos e Perspectivas de Investigação.** Coleção Cultura Escola e Ensino. Ed. Unijuí.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. 2. ed. São Paulo. Nacional, 1977.

TOMELIN, Janes F. e TOMELIN, Karina N. **Diálogos Filosóficos**. 3. Ed. Blumenau. Nova Letra, 2007.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Ao abordar fenômenos naturais que podem ser previstos e analisados de forma matemática a disciplina de Física quer preparar um estudante que se torne um cidadão consciente e que consiga contribuir para a sociedade. O objetivo de 'contribuir para a sociedade' está ligado a dizer que o aluno terá condições de poder observar um fenômeno ou uma tecnologia e discernir suas causas e seus efeitos.

Outros objetivos da disciplina de Física é preparar o aluno para observar o mundo com olhos científicos e reconhecer o que é ciência e o que é senso comum. Sendo que será dada muita importância aos objetivos específicos do estudante de ensino médio que são principalmente: reconhecer fenômenos físicos no seu dia-a-dia para poder debater sobre eles e estar preparado para resolver exercícios de vestibulares.

Ao abordarmos um conteúdo do currículo de Física, temos que tentar (quando possível) partir de experiências anteriores do aluno, uma vez que ele

possui uma visão de mundo anterior a aquela vivida dentro da sala de aula e essas experiências podem ser utilizadas como ponto inicial, rumo às teorias formais.

Outro foco da disciplina é a interdisciplinaridade. Podemos tratar um conceito como recorte e, a partir desse recorte, discutir outros temas que pertencem a outras disciplinas como, por exemplo, o tema energia. Nesse temas, podemos a partir do conceito Físico, passar a tratar do contexto geográfico do local da construção de uma usina hidroelétrica, do contexto social de 'remanejamento' da população humana e animal que vive na área alagada entre tanto outros contexto. Dessa maneira, o aluno percebe a abrangência e significado no aprendizado, ficando claro que apenas calcular o valor da energia produzida em Joules é meramente um ponto do conceito energia.

Outro ponto de vista que deve ser abordado na disciplina é o contexto sócio-histórico das teorias e descobertas. Uma vez que o aluno pode observar qual era a 'situação de mundo' no momento em que os Físicos, Filósofos e Matemáticos desenvolveram seus pensamentos poderá ficar claro que houve uma necessidade ou significado para isso, não apenas um 'gênio inspirado por Deus'. Por exemplo, a teoria da relatividade de Einstein foi aceita quando se observou um comportamento diferente do explicado por Newton. Dessa forma, houve a necessidade de se ter em mão uma teoria capaz de explicar esse comportamento diferente do antigo.

Podemos ter em mente que, ao preparar um cidadão com uma base intelectual e questionadora fortes, que sabe discernir sobre o uso de tecnologias e que esteja preparado para dar continuidade aos seus estudos, estamos contribuindo para a nossa sociedade no plano de poder decidir os rumos tecnológicos futuros.

Um cidadão consciente terá noção de fontes de energia alternativas, saberá entender o funcionamento de máquinas do seu dia-a-dia, dar-se-á conta da reciclagem e reutilização de materiais para a 'manutenção' do nosso mundo dentre tantas outras coisas que poderiam ser citadas. E, um objetivo pessoal do professor de Física, que é desmistificar que esta disciplina é algo complexo, difícil e feita para poucos aprender, fazendo assim com que os alunos tenham maior interesse e dedicação.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Compreender as leis e teorias cientificas que levam ao conhecimento da Física como ciência e aplicá-la na solução de problemas;

n) Propiciar ao aluno o conhecimento do Universo, assim como a compreensão do mundo onde vive, convive e se relaciona.

IX. Desenvolver o raciocínio, através da observação dos fenômenos naturais e como manipulá-los através de experimentos;

CLIII. Introduzir metodologias práticas dos conteúdos para que todos os alunos compreendam melhor a disciplina;

- Formar um cidadão capaz de compreender e conviver com as diversidades culturais existentes na sociedade onde interage.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

Os conteúdos estruturantes são: Estudo dos Movimentos, Termodinâmica e Eletromagnetismo.

1º Série

Conteúdo Estruturante:

- Estudo dos Movimentos

Entidades Fundamentais:

X. Espaço, Tempo e Massa.

Conteúdos Específicos:

XI. Quantidade de movimento e inércia, conservação da Quantidade de Movimento;

XII. Tipos de movimento;

XIII. Variação da quantidade de movimento e impulso: 2ª Lei de Newton;

XIV. Tipos de Forças: Forças no movimento circular, Força de Atrito, Medida de uma Força;

XV. Energia e o princípio da conservação da energia;

XVI. Conceito de Equilíbrio e 3ª Lei de Newton;

XVII. Colisões de corpos;

XVIII. Potência;

XII. Surgimento do universo e Gravitação universal;

XIII. Estática;

XIV. Hidrostática: Fluidos, Propriedades físicas da matéria, Viscosidade dos fluidos, Pressão, Teorema de Pascal, Empuxo;

Conteúdos Complementares:

XV. Educação fiscal; Educação inclusiva; Educação tecnológica; Agenda 21; Cultura afro-brasileira e indígena.

2º Série

Conteúdo Estruturante:

XVI. Termodinâmica

Entidades Fundamentais:

XVII. Calor e Entropia.

Conteúdos Básicos:

II. Temperatura e calor;

III. Leis da Termodinâmica: Lei zero da Termodinâmica, equilíbrio térmico, propriedades termométricas, medidas de temperatura.

IV. 1ª Lei da Termodinâmica: idéia de calor como energia, sistemas termodinâmicos que realizam trabalho, a conservação da energia;

V. 2ª Lei da Termodinâmica: máquinas térmicas, Entropia;

VI. 3ª Lei da Termodinâmica: as hipóteses da sua formulação, o comportamento da matéria nas proximidades do zero absoluto;

VII. As idéias da termodinâmica desenvolvidas no âmbito da Mecânica Quântica e da Mecânica Estatística. A quantização da energia no contexto da Termodinâmica;

VIII. Estudo da Óptica Física e Geométrica;

IX. Propriedades da luz como uma onda e como uma partícula;

X. Ondas;

XI. Acústica;

XII. Conteúdos Complementares:

XIII. Educação fiscal; Educação inclusiva; educação tecnológica; Agenda 21; Cultura afro-brasileira e indígena.

3ª Série

Conteúdo Estruturante:

Αρτ. 9. Eletromagnetismo

Entidades Fundamentais:

Αρτ. 10. Carga, Campos e Pólos Magnéticos.

Conteúdos Específicos:

VI. Conceitos de Carga e Pólos magnéticos;

VII. As leis de Maxwell: Lei de Coulomb, Leis de Gauss, Lei de Faraday, Lei de Ampère e Lei de Lenz;

VIII. Campo elétrico e magnético, linhas de campo;

IX. Força elétrica e Magnética, Força de Lorentz;

X. Circuitos elétricos e magnéticos: elementos do circuito, fontes de energia num circuito;

XI. As interações eletromagnéticas, a estrutura da matéria;

XII. Física moderna;

XIII. Astronomia;

XIV. Radioatividade;

XV. Física nuclear;

XVI. Teoria da relatividade;

Conteúdos Complementares:

XI. Educação fiscal; Educação inclusiva; educação tecnológica; Agenda 21; Cultura afro-brasileira e indígena.

METODOLOGIA

O processo de ensino-aprendizagem deve sempre partir do conhecimento prévio que o aluno já possui sobre o conteúdo, valorizando sua história, respeitando suas raízes, sua raça e suas diferenças, sejam essas física, religiosa, cultural etc. Dessa forma é importante fazer com que o aluno exponha os seus conhecimentos, através de debates e atividades individuais e em grupo onde ele possa compartilhar com o professor e com os demais colegas aquilo que sabe sobre o tema a ser trabalhado.

Partindo da experiência do aluno, o professor passa a atuar como um mediador e facilitador do conhecimento científico, sistematizando e organizando o saber. Por meio desse confronto de saberes o aluno modifica e enriquece o conhecimento já existente.

Os conteúdos de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei nº 11.645/08), História do Paraná (Lei nº 13.381/01), Música (Lei nº 11.769/08), prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, Educação Ambiental (Lei nº 9795/02), Educação Fiscal, Enfretamento à violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal nº 11525/07) e Educação Tributária (Decreto nº 1143/99, portaria nº 413/02) serão abordados de forma contextualizados e relacionados aos conteúdos de ensino de Física, sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve levar em conta os pressupostos teóricos adotados pelas diretrizes curriculares para o ensino de Física. Consideram-se importante os aspectos históricos, conceituais e culturais, a evolução das idéias em Física e a não neutralidade da Ciência, a avaliação em si deve levar em conta o progresso do estudante. Ainda, se o objetivo é garantir o objeto de estudo da Física, então ao avaliar deve-se também considerar a apropriação desses objetivos.

Dessa forma, a avaliação deve ter caráter diversificado, levando em consideração todos os aspectos à compreensão dos conceitos físicos: a capacidade de elaborar uma redação sobre um fenômeno Físico cotidiano, ou qualquer outro evento que envolva a Física.

No entanto, a avaliação não pode ser utilizada para classificar os alunos com uma nota, tendo como objetivo de testar o aluno ou mesmo puni-lo, mas sim de auxiliá-lo na aprendizagem, ou seja, avaliação só tem sentido quando utilizada como instrumento para intervir no processo de aprendizagem dos estudantes, visando o seu crescimento.

Na avaliação da escola em conformidade com o regimento interno, será ofertada entre um número mínimo de 2 e 6 avaliações por bimestre totalizando 10,0 (dez) como somatória da média. Pode ser em forma de: provas objetivas ou dissertativas, atividades de revisão, pesquisas científicas, questões propostas com atividades coletivas ou individuais, testes comprobatórios, práticas no laboratório, etc. E, a recuperação paralela será ofertada apenas aos alunos que não atingiram a média 6,0 (seis) no bimestre. Tendo como valor estipulado 10,0 (dez) a qual poderá ser em forma de provas objetivas ou dissertativas ou mesmo trabalhos dirigidos a critério do professor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria José P.M. **Discursos da ciência e da escola: ideologia e leituras possíveis**. Mercado de letras: Campinas. 2004.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Maria Isabel da. **O Bom Professor e Sua Prática**. Campinas: Papirus, 1992.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Cortez, São Paulo,

GATTI, Bernadete A. **Habilidades cognitivas e competências sociais**. [s.n.t.].

GRINSPUN, Mirian Paura Sabrosa Zippin. **Paradigmas em educação: avaliação e perspectivas**. Ensaio, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 29-40, jan. / mar. 1994.

LÉVY, Pièrre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LOPES, Alice C. e MACEDO, Elizabeth. **Currículo de Ciências em debate**. Papirus, Campinas, 2004.

LOPES, Alice C., GOMES, Maria Margarida e LIMA, Inilcéia dos Santos. **Diferentes Contextos na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Integração com Base no Mercado**.** Anais do III ENPEC, Atibaia, 2001.

MENEZES, Luiz Carlos. Uma Física para o Novo Ensino Médio. **Física na Escola**, Nº 1 Vol. 1, 2000. www.df.ufscar/fisicanovoensinomedio.pdf.30/4/2003

MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 7ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**, 3.ª ed., São Paulo, Cortez. 2001.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes curriculares da Educação Básica: Física**. Curitiba: SEED, 2008

_____**. Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.** História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnicas- raciais/Paraná. Secretaria de Estado e Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. - 110p. – (Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos).

_____. **Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –152 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**. Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**. Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

_____**. Lei nº11525/07 Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2007.

_____**. Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

SCHÖN, Donald A., **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Artes Médicas Editora, Porto Alegre, 2000.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet. 2000.

SOARES, M.B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Autêntica, Belo Horizonte, 1999.

VALENTE, José A., **Por que o computador na educação**? In: José A. Valente (org), Computadores e Conhecimento: repensando a educação. Campinas: Unicamp/Nied., 1993.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 2.ed. São Paulo: Papirus, 1996.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O conhecimento geográfico ao longo de sua história passou por uma grande transformação. Neste pressuposto é de fundamental importância o entendimento do espaço, bem como a interação homem/sociedade e natureza

O homem ao longo de sua história, desenvolveu técnicas que o permitiu transformar o meio ambiente a seu bel prazer, ao se apropriar da natureza para os mais diversos fins este poluiu, desmatou, contribuiu para a desertificação de imensas áreas enfim transformou o meio ambiente em reprodução do modo capitalista.

O período pré-científico se estende deste a antiguidade clássica até o século XVIII, e é caracterizado por um saber totalizante desprovido de sistematização. No segundo momento busca-se, com maior intensidade, apresentar as principais discussões sobre a Geografia cientifica. Para isso serão abordados os seguintes paradigmas: determinismo ambiental, possibilismo, método regional, nova geografia e a geografia crítica.

No período pré-científico a contribuição dos gregos, na antiguidade clássica, é a mais relevante e significativa. São quatro as escolas que se destacam. A Escola Jônica privilegiava a medição do espaço e a discussão da forma da Terra. A Escola Pitagórica estudava a física da Terra. A Escola os Independentes se preocupava com as discussões dos lugares em uma perspectiva regional. A Escola de Alexandria estudava os aspectos físico-espaciais da Terra. Para Corrêa (2003), desde a antiguidade clássica a geografia compunha um saber totalizante, não desvinculado da filosofia, das ciências da natureza e da matemática.

Os séculos XV e XVI são marcados pelas grandes navegações portuguesas e espanholas. A maior preocupação neste período era com a espacialização, através do desenvolvimento de técnicas cartográficas. Isso é explicado em virtude das necessidades de expansão impostas pelo capitalismo comercial. Até o século XVIII, se destacam os estudos sobre relatos de viagens, obras sistêmicas agrupando os conhecimentos a respeito dos fenômenos naturais e a elaboração de mapas.

Segundo Moraes (1983), a sistematização do conhecimento geográfico somente vai ocorrer no século XIX, na Alemanha, em razão do caráter tardio da penetração das relações capitalistas de produção.

Milton Santos (1986) nos ensina que se queremos encontrar os fundamentos filosóficos da geografia no momento da sua construção como ciência no final do século XIX e inicio do XX, temos que buscá-los em Descartes, Kant, Darwn, Comte, Hegel e Marx.

Santos (1986) esclarece que a Geografia nasceu tardiamente como ciência oficial e teve profundas dificuldades para se desligar dos interesses imperialistas inclusos em sua formação. Para Chistofoletti (1982), a organização e estruturação da Geografia como ciência ocorre em função das obras de Humboldt e Ritter.

Segundo a análise de Moraes (1983), a Geografia é sistematizada sobre as bases do positivismo. É nessa concepção filosófica e metodológica que os geógrafos vão buscar suas orientações gerais. Para o positivismo, os estudos devem restringir-se ao visível, real, mensurável e palpável; como se os fenômenos se demonstrassem diretamente ao cientista, que seria um simples observador (MORAES, 1983).

Corrêa (2003) argumenta que o determinismo ambiental foi o primeiro paradigma a caracterizar a geografia no século XIX. Isso ocorre com a passagem do capitalismo na sua fase concorrencial para uma fase monopolista e imperialista. O determinismo ambiental foi amplamente utilizado para justificar o processo de expansão imperialista.

Segundo Corrêa (2003), as idéias deterministas tiveram no geógrafo alemão Ratzel o grande organizador e divulgador. Os defensores desse paradigma argumentavam que as condições naturais, especialmente as climáticas, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Para Moraes (1983), a obra de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação do expansionismo do Estado alemão.

Em reação ao determinismo ambiental, surge na França, no final do século XIX, outro paradigma – o possibilismo. A visão possibilista focaliza as relações entre o homem e o meio natural, mas não o faz considerando a natureza determinante do comportamento humano (CORRÊA, 2003).

Vidal de La Blache foi o grande expoente do possibilismo. De acordo com Moraes (1983), a proposta de La Blache manifestava um tom mais liberal, consoante com a evolução francesa. As críticas de La Blache ao determinismo dizem respeito ao tratamento das questões políticas, ao seu caráter naturalista, a minimização do elemento humano e a concepção mecanicista das relações entre homens e natureza.

Segundo Moraes (1983), Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. O homem deve ser compreendido como ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o.

Torna-se famosa, na primeira metade do século XX, a polêmica entre deterministas e possibilistas. Os possibilistas arrogando-se o privilégio de incluir a ação do homem e admitindo que os deterministas dessem prioridade aos fatores naturais. (SANTOS, 1986)

De acordo com Corrêa (2003), o método regional consiste no terceiro paradigma da Geografia. Neste paradigma a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, mais sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma porção da superfície da Terra.

Hartshorne, geógrafo norte-americano e grande expoente do método regional, busca a integração entre os fenômenos heterogêneos em seções do espaço terrestre. Moraes (1983) aponta que os conceitos básicos formulados por Hartshorne foram às de “área” e de “integração”.

Chistofoletti (1982), explica que o método regional considerava que cada categoria de fenômeno era objeto de determinada ciência (Sociologia, Economia, Demografia, Botânica, Hidrologia, etc.). Todas essas ciências executavam a análise sobre os assuntos particulares. Á Geografia, considerando a totalidade, correspondia o trabalho de síntese, reunindo e coordenando todas as informações a fim de salientar a visão global da região.

O determinismo ambiental, o possibilismo e o método regional constituem os três paradigmas da Geografia Tradicionais cunhados dentro do método Positivista.

No final da segunda metade do século XX, no período pós-segunda guerra mundial, inicia-se o movimento de renovação da geografia. Segundo Milton Santos (1986), a geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos após 1950.

Moraes (1983) aponta que essa renovação advém do rompimento de grande parte dos geógrafos com relação à Geografia Tradicional. Esse movimento é denominado de Nova Geografia por Manley (1966). Santos (1986), explica que a Nova Geografia se queria caracterizar por não ser apenas diferente, mas também ser oposição à Geografia Tradicional.

A Nova Geografia se manifestou, sobretudo, através da quantificação e da abordagem sistêmica, ficando conhecida, também, como Geografia Quantitativa. Para Santos (1986), a quantificação ocorre em razão da procura de uma linguagem matemática para dar cientificismo à geografia.

Na Geografia Quantitativa é utilizado o emprego de técnicas estatísticas como: média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, entre outros. É conhecida também como Geografia Teorética (CORRÊA, 2003).

Para Chistofoletti (1982), a Geografia Quantitativa se caracterizava pelo maior rigor na aplicação da metodologia científica embasada no positivismo

lógico, uso de técnicas de estatística e matemática, abordagem sistêmica e uso de modelos.

Segundo Corrêa (2003), a partir da década de 1970, a Nova Geografia e os paradigmas tradicionais são submetidos à severa crítica, assim surge a Geografia Crítica. Chistofoletti (1982) classifica as tendências críticas em: Geografia Humanística, Geografia Idealista e Geografia Radical.

O vetor mais significativo da Geografia Radical está baseado no materialismo histórico dialético elaborado pelos alemães Marx e Engels. O autor que formulou a maior crítica a geografia tradicional foi Yves Lacoste, com a obra “A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra”. Lacoste faz profundas críticas ao uso da Geografia como instrumento de dominação burguesa carregada de ideologia.

Segundo Chistofoletti (1982), as principais discussões dentro da linha de orientação marxista são encontradas em David Harvay, Yves Lacoste, Massimo Quaine e James Anderson. No Brasil, é importante destacar o trabalho de Milton Santos e Ruy Moreira.

Segundo Lencioni (1999), a influência do marxismo significou um redimensionamento da prática política dos geógrafos, inspirando o envolvimento em propostas de mudanças sociais e, em alguns casos, de dissolução do sistema capitalista de produção. Para Moraes (1983), os geógrafos críticos, em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva da transformação da ordem social.

Tal perspectiva vem da análise das grandes contradições do sistema capitalista e da produção de espaços desiguais, sendo mais evidentes os problemas enfrentados na periferia do sistema como se observa na América Latina, África, e inúmeros países da Ásia. A pobreza, a miséria, as desigualdades sociais, o desemprego, a corrupção e até mesmo a fome onde se produz alimentos se manifestam de forma escancarada. A somatória desses problemas levou a configuração de uma Geografia marcada pelo materialismo histórico dialético.

A Geografia Humanística, embasada na fenomenologia, procura valorizar a experiência do individuo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares (CHISTOFOLETTI, 1982). Para cada individuo existe uma visão de

mundo, que se expressa através das suas atitudes e valores para com o ambiente.

Segundo Chistofoletti (1982), as noções de espaço e lugar surgem como conceitos chaves na Geografia Humanística. O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquele que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas. Um dos principais geógrafos que discutem o conceito de lugar é Yi-fu Tuan, com a obra Topofilia.

O idealismo, para Chistofoletti (1982), é uma alternativa ao positivismo, tomando plena consideração da dimensão do pensamento do comportamento humano. O idealismo considera que as ações humanas não podem ser explicadas adequadamente a menos que se compreenda o pensamento subjacente a elas.

Onde os positivistas procuram explicar o comportamento como uma função dos atributos externos dos fenômenos, a idealista procura compreende-lo em termos dos princípios internos do indivíduo ou do grupo. Segundo Chistofoletti (1982), o objetivo do geógrafo humano idealista é compreender o desenvolvimento da paisagem cultural da Terra ao revelar o pensamento que jaz atrás dele.

A Geografia Cultural tem em Paul Claval seu principal expoente. Este geógrafo francês está ligado ao processo de reanimação dos estudos culturais na França. Claval estuda as relações entre a cultura e a vida social, analisando aspectos como o modo de transmissão dos conhecimentos e das regras de conduta, o papel mediador da cultura na relação do indivíduo com a sociedade e as articulações entre cultura e poder. No Brasil merece destaque os estudos do geógrafo Roberto Lobato Corrêa.

São diversos os paradigmas da Geografia. Eles contribuem para o enriquecimento e dinamismo dessa ciência. Cabe a cada geógrafo conhecer os paradigmas, avaliar os pontos negativos e os pontos positivos que cada um possui e, conscientemente, escolher o seu caminho.

Na atualidade o método materialista histórico Dialético faz-se necessário no ensino de Geografia, para que se possam entender as novas relações estabelecidas de apropriação do meio. No sentido de enfatizar uma Geografia crítica no que se refere às questões econômicas, sociais e políticas como fundamentais para a compreensão do estudo geográfico.

OBJETIVO GERAL

A disciplina de Geografia tem como objetivo propiciar ao aluno o desenvolvimento de uma consciência crítica, para que o mesmo possa ter uma leitura de mundo visando diminuir as mais diversas formas de alienação e manipulação impostas pela sociedade dominante, e assim analisar e entender a produção e reprodução do Espaço Geográfico e sua participação como agente transformador da sociedade na qual está inserido, por meio de um currículo articulado onde os conteúdos estruturantes e seus desdobramentos, sejam abordados numa perspectiva crítica e contextualizados com objetivo de analisar os fenômenos espaciais a partir da relação homem/natureza procurando compreender sua implicação sobre o meio e a sociedade.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

6º ANO

Conteúdos Estruturantes

- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico;
- Dimensão Política do Espaço Geográfico;
- Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico;
- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico.

Conteúdos Básicos

CLIV. Formação e transformação das paisagens naturais e culturais;

CLV. Dinâmica da natureza e sua alteração aliada à tecnologia;

CLVI. A formação, localização e exploração dos recursos naturais;

CLVII. A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re) organização do espaço geográfico;

CLVIII. As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista;

CLIX. A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural;

CLX. A transformação demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos da população;

CLXI. As diversas regionalizações do espaço geográfico.

7º ANO

Conteúdos Estruturantes

- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico;
- Dimensão Política do Espaço Geográfico;
- Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico;
- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico.

Conteúdos Básicos:

XII. A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro;

XIII. A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;

XIV. As diversas regionalizações do espaço brasileiro;

XV. As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;

XVI. A transformação demográfica, a distribuição espacial indicadores estatísticos da população;

XVII. Movimentos migratórios e suas motivações;

XVIII. O espaço rural e a modernização da agricultura;

XIX. A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização;

XX. A distribuição espacial das atividades produtivas, e a (re) organização do espaço geográfico;

XXI. A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.

8º ANO

Conteúdos Estruturantes:

- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico;

- Dimensão Política do Espaço Geográfico;
- Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico;
- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico.

Conteúdos Básicos:

Αρτ. 11. **As diversas regionalizações do espaço geográfico;**

Αρτ. 12. **A formação, a mobilidade das fronteiras e reconfiguração dos territórios do continente americano;**

Αρτ. 13. **A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado;**

Αρτ. 14. **O comércio e as implicações socioespaciais;**

Αρτ. 15. **A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e informações;**

Αρτ. 16. **A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re) organização do espaço geográfico;**

Αρτ. 17. **As relações entre o campo e a cidade da sociedade capitalista**;

XVIII. O espaço rural e a modernização da agricultura;

XIX. A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;

XX. Os movimentos migratórios e suas motivações;

XXI. As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;

XXII. **A formação, a localização e exploração dos recursos naturais**.

9º ANO

Conteúdos Estruturantes

- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico;
- Dimensão Política do Espaço Geográfico;
- Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico;
- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico.

Conteúdos Básicos

- **As diversas regionalizações do espaço geográfico;**
- **A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado;**
- **A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção;**
- **O comércio mundial e as implicações socioespaciais;**
- **A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios;**
- **A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;**
- **As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;**
- **Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações;**
- **A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re) organização do espaço geográfico;**

X. **A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;**

XI. **O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.**

1ª SÉRIE

Conteúdos Estruturantes

- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico;
- Dimensão Política do Espaço Geográfico;
- Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico;
- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico.

Conteúdos Básicos

XIV. A formação e transformação das paisagens;

XV. A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico;

XVI. A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais;

XVII. A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção;

XVIII. O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial;

XIX. A transformação demográfica a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;

2ª SÉRIE

Conteúdos Estruturantes

- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico;
- Dimensão Política do Espaço Geográfico;
- Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico;
- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico.

Conteúdos Básicos

- A circulação de mão de obra, do capital, das mercadorias e das informações;
- Formação, mobilidades das fronteiras e a reconfiguração dos territórios;
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista;
- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente;
- A transformação demográfica a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;

3ª SÉRIE

Conteúdos Estruturantes

- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico;
- Dimensão Política do Espaço Geográfico;
- Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico;
- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico.

Conteúdos Básicos

- Os movimentos migratórios e suas motivações;
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;

- O comércio e as implicações socioespaciais;
- As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- As implicações socioespaciais do processo de mundialização;
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado;

METODOLOGIA

O processo metodológico tem o objetivo de contribuir da melhor maneira possível, para o desenvolvimento do trabalho docente. Para tanto, propõe-se uma prática pedagógica que busca privilegiar as dimensões subjetivas do aluno, por intermediário da valorização de sua experiência de vida e dos conhecimentos que possui sobre a realidade. Dessa forma o aluno é visto como um ser criativo, autônomo e articulador de idéias. Ao professor, cabe o papel de sistematizar conhecimentos, correlacionando-os aos conteúdos propostos e dando-lhes uma fundamentação teórica e prática, atuando como mediador, desafiador e questionador, que leva o aluno a um trabalho cada vez mais independente, sem que haja uma mera transmissão de “verdades” ou de problemas solucionados. Essa interatividade por meio dos diversos questionamentos, os quais resgatam os conhecimentos prévios dos alunos, estimulam a exposição de opiniões e a participação em grupo nos diálogos e trabalhos de equipes, entre outras atividades e tem como objetivo desenvolver atitudes de sociabilidade, convivência em grupo, respeito mútuo e a tomada de decisões. Questionar constitui uma estratégia para que o professor possa relacionar a realidade do aluno ao conteúdo teórico, e outras vezes, passando a teoria à realidade em que vive.

Durante o ano letivo utilizar-se-á vários recursos didáticos que levem os alunos a compreender o objetivo dos conteúdos, tais como a linguagem oral e escrita, pesquisa em várias fontes, a literatura, debates em sala de aula, seminários, também como a biblioteca geral e do professor, Atlas geográfico, recursos áudio visuais (filmes, trechos de filmes, programas de reportagem e imagens em geral, fotografias, slides, charges, ilustrações, paródias e letras de músicas, a cartografia, jornais, revistas, Laboratório de Informática e aulas de campo).

Os conteúdos de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei n° 11.645/08); Educação Ambiental (Lei 9795/99) Dec. 4201/02 e a Geografia do Paraná será abordados de modo contextualizado, e relacionados aos conteúdos de ensino de Geografia sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

AVALIAÇÃO

A avaliação tem caráter investigativo, diagnóstico e processual, sendo somatória e cumulativa, levando-se em conta todo o processo de aprendizagem do aluno, envolvendo todas as atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela.

A avaliação se dá com flexibilidade, observando o conhecimento já obtido sobre o assunto abordado, tendo o educando como o sujeito de transformação da sociedade.

No que diz respeito ao ensino de Geografia, a avaliação deve ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de que forma e em quais condições. Nesse sentido as avaliações ocorrerão nas modalidades:

- Formal – acontece a cada instante da relação com os estudantes por meio de diferentes instrumentos avaliativos;
- Contínua – permite avaliar o grau de aprendizagem do estudante ao longo do período, neste caso, bimestralmente, de modo contínuo e cumulativo do desempenho, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Diagnóstica – verifica como está o processo de construção do conhecimento, se a metodologia está dando resultados efetivos e a partir destas constatações tomam-se decisões e promove mudanças em relação à continuidade do trabalho,
- Formativa – após avaliar o processo como um todo, realimenta-se o processo para sanar falhas e atingir objetivos proposto sempre priorizando o repensar sobre as ações e não o resultado;
- Somativa – dá uma visão geral, de maneira concentrada, dos resultados obtidos durante o processo de ensino e aprendizagem. Sua aplicação

informa quanto ao nível de aprendizagem alcançada; visa a atribuição de notas; fornece *feedback* ao aluno, de forma que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos.

Sob esse enfoque, adota-se como princípio fundamental que deve-se avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, parte-se da avaliação inicial, retomando sempre que necessário o processo de aprendizagem, até que se chegue à avaliação final.

A avaliação da inclusão dos alunos especiais ocorrerá da seguinte forma: os alunos com necessidades especiais incluídos no ensino fundamental podem ser avaliados com os mesmos critérios que o estabelecimento de ensino adota para os demais alunos, sendo cobrados os conteúdos trabalhados normalmente. Apenas deve ser adaptada a forma de avaliar as necessidades e habilidades.

Para que se efetive essa proposta avaliativa lançar-se-á mão de diferentes instrumentos e critérios de avaliação, conforme segue:

INSTRUMENTOS		**CRITÉRIOS**
1. Atividade de leitura	A avaliação de leitura possibilita ao professor verificar a compreensão dos conteúdos abordados em aula e, nesse sentido, faz-se necessário a escolha criteriosa do texto, o roteiro de análise e os critérios de avaliação, de forma a permitir a reflexão e a discussão, bem como a ampliação de conhecimento.	O aluno: compreende as idéias presentes no texto e interagem com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias, ao falar sobre o texto, expressam suas idéias com clareza e sistematiza o conhecimento de forma adequada, estabelece relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.
2. Projeto de Pesquisa Bibliográfica	A solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do	O aluno, quanto: -a contextualização, identifica a situação e o contexto com

	que se pretende.	clareza; -ao problema, apresenta de forma clara, objetiva o tema levantado, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução; -a justificativa, aponta argumentos sobre a importância da pesquisa; -o aluno, na escrita, remete-se aos textos lidos, por meio de citações ou paráfrases, referenciando-os Adequadamente.
3. Produção de Texto	A atividade de produção escrita deve considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Portanto, precisa ser relacionada ao que se escreve fora da escola, atendendo aos diferentes gêneros textuais.	O aluno: -produz textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.); -adequa a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura; -expressa as idéias com clareza (coerência e coesão); -elabora argumentos consistentes; -estabelece relações entre as partes do texto; -estabelece relação entre a tese e os argumentos

		elaborados para sustentá-la.
4. Palestra / Apresentação Oral	A atividade de palestra/ apresentação oral possibilita ao aluno demonstrar sua compreensão a respeito do conteúdo abordado, bem como argumentar, organizar e expor suas ideias.	O aluno: demonstra conhecimento do conteúdo; -apresenta argumentos selecionados; -demonstra seqüência lógica e clareza na apresentação; -faz uso de recursos para ajudar na sua produção.
5. Atividades Experimentais	Estas atividades requerem clareza no enunciado e propiciam ao aluno criar hipóteses sobre o fenômeno que está ocorrendo, levando em consideração as dúvidas, o erro, o acaso, a intuição, de forma significativa Nessa atividade, o aluno pode expressar sua compreensão do fenômeno experimentado, do conceito a ser construído ou já construída, a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidade.	O aluno ao realizar seu experimento: -registra as hipóteses e os passos seguidos; -demonstra compreender o fenômeno experimentado; -sabe usar adequadamente e de forma conveniente os materiais; -consegue utilizar apropriadamente o ambiente e os instrumentos necessários.
6. Projeto de Pesquisa de Campo	Essa atividade exige um planejamento prévio que demande a busca de informações nos lugares que se pretende trabalhar. Nesse sentido, colabora	O aluno ao proceder sua pesquisa de campo: -registra as informações, no local de pesquisa; -organiza e examina os dados coletados, conforme

	para a construção de conhecimentos e formação dos alunos como agentes sociais.	orientações; -apresenta sua compreensão a respeito do conhecimento construído, sua capacidade de análise dos dados coletados, capacidade de síntese; -atende ao que foi solicitado como conclusão do projeto (relatório, elaboração de croquis, produção de texto, cartazes, avaliação escrita, entre outros).
7. O Relatório	É um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida, auxiliando no aprimoramento da habilidade escrita, possibilitando ainda, a reflexão sobre o que foi realizado e a reconstrução de seu conhecimento. No relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles. São elementos do relatório: -introdução, metodologia e materiais, análise e considerações finais.	O aluno: -faz a introdução com informações que esclareçam a origem de seu relatório, apontando quais os objetivos da atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado e dos conceitos construídos; - descreve objetiva e claramente como se deu o trabalho ou atividade desenvolvida, possibilitando ao leitor a compreensão do que se está falando, ou para uma reflexão que permita que se aprimore a atividade. -faz a descrição dos dados coletados durante os procedimentos e dos resultados obtidos, estabelecendo uma relação entre eles e as discussões teóricas que deram

		origem à atividade. em questão.
8. Seminário	Oportuniza a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Trata-se de uma discussão rica de idéias, na qual cada um participa questionando, de modo fundamentado, os argumentos apresentados, colocando o estudante em contato direto com a atividade científica e engajando-o na pesquisa.	O aluno: -demonstra consistência nos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas; -apresenta compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados); -faz adequação da linguagem; -demonstra pertinência quanto às fontes de pesquisa; -traz relatos para enriquecer a apresentação; -faz adequação e toma como relevante às intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.
9. Debate	Possibilita discussões acerca do conteúdo que está sendo discutido, no contexto de outra linguagem. Esse trabalho passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação.	O aluno: -aceita a lógica da confrontação de posições, ou seja, respeita os pensamentos divergentes; -ultrapassa os limites das suas posições pessoais; -explicita racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a sua posição; -faz uso adequado da língua portuguesa em situações formais; -busca, por meio do debate, da persuasão e da superação de posições particulares, uma

		posição de unidade, ou uma maior aproximação possível entre as posições dos participantes; -registra, por escrito, as idéias surgidas no debate; -demonstra conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate; -apresenta compreensão sobre o assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.
10. Atividades com textos literários	Possibilita discussões acerca do conteúdo que está sendo discutido, no contexto de outra linguagem. Esse trabalho passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação.	O aluno: -compreende e interpreta a linguagem utilizada no texto; -faz a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido; -reconhece os recursos expressivos específicos do texto literário.
11. Atividades a partir de recursos Audiovisuais	O trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros. Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar que o conteúdo abordado naquela mídia não está didatizado, vem	O aluno: -compreende e interpreta a linguagem utilizada; - articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual; -reconhece os recursos

	apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diferente daquela que existe na escola. A didatização do conteúdo cabe ao professor.	expressivos específicos daquele recurso.
12. Trabalho em grupo	Desenvolver dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem. Nesse sentido, possibilita a interação social, conduzindo o aluno a compartilhar seu conhecimento. O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.	O aluno: -interage com o grupo; -compartilha o conhecimento; -demonstra os conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos; -compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano.
13. Questões discursivas	Essas questões possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva possibilita que o professor	O aluno: -compreende o enunciado da questão. -planeja a solução, de forma adequada. -comunica-se por escrito, com clareza, utilizando-se da norma

	avalie o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos. Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que o professor identifique com maior clareza o erro do aluno, para que possa dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento.	padrão da língua portuguesa. -sistematiza o conhecimento de forma adequada
14. Questões objetivas	Este tipo de questão tem como principal objetivo a fixação do conteúdo. Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado. Para a construção desse tipo de questão o professor não deve desconsiderar um bom planejamento, ou seja, definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer	O aluno: -realiza leitura compreensiva do enunciado; -demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; -utiliza de conhecimentos adquiridos.

	injustiças.	

Portanto, cabe ao professor de Geografia, buscar, em sua prática educacional instrumentos avaliativos inovadores; alternativas metodológicas de desenvolver conhecimentos e estar proporcionando aos seus alunos novos desafios, para incentivá-los a buscarem novas descobertas.

Com isso, objetivamos alunos capazes de fazer uma leitura crítica, possibilitando-os a condição de se apresentarem como sujeitos transformadores da sociedade.

Será oportunizada ao estudante a recuperação de estudos de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem. Esta será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados e os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o processo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhen. **Os impasses da globalização e o mundo desenvolvido**. Editora Moderna.

ARAUJO, Regina. **Construindo a geografia.** Editora Moderna.

BOLIGIAN, Levon. **A ciência geográfica.** Atual Editora: São Paulo -1 edição-2001.

_____. **A organização do espaço Brasileiro.** São Paulo - 1 edição -2001.

_____. **Espaço e vivência - O mundo desenvolvido**. Atual editora. São Paulo-1 edição 2001.

CASTELLAR, Sonia. **Geografia e o mundo**. Quinteto editorial.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção do conhecimento.** Campinas – SP: Papirus, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ática, 2003.

ENE, Eustáquio de. **Trilhas da geografia-espaço geográfico mundial e a globalização**. Editora Scipione. São Paulo-2000

HAESBAERT, Rogério. *Dês-caminhos e perspectivas do território*. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

LUCCI, Elian Alabi. **Homem e espaço.** Editora Saraiva.

MARCOS E DIAMANTINO. **Geografias do mundo.** São Paulo -1 edição- 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Geografia**. Curitiba, 2008.

_____**. Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental**/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

_____**. Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.**

História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais/ Paraná. Secretaria de Estado e Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. -110p. – (Cadernos Temáticos).

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Livro Didático Público. **Geografia.** 2.ed. Curitiba: SEED – PR, 2006. Disponível em: http://www.seed.pr.gov.br/portals/bancoquestaoavaliativa/OrientacoesGeraisGE2008.pdf?PHPSESSID=2010080411160589 acesso em 04/08/2010.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Biogeografia e Paisagem**. Presidente Prudente: UNESP, 1988

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2007.

_____**. Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and histor***y*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamente geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

História é a ciência que tem como objetivo de estudo as relações entre os homens, bem como suas realizações ao longo do tempo. Para tanto, devemos considerá-la em todos os aspectos, que sejam eles culturais, políticos, econômicos e sociais.

A disciplina de História contribui significativamente para a construção da subjetividade, independentemente da sua pertença aos diferentes referenciais identitários (identidades étnicas, identidades político-territoriais, como imigrantes de nações já constituídas, de gênero, religiosas, etc.) por considerar e valorizar essas origens, sem idealizar o passado e nem pretender uma postura conservadora que simplesmente reproduza as identidades estabelecidas, desconsiderando o seu diálogo com o presente e o futuro.

Da consciência adquirida mediante o conhecimento histórico, decorre a participação do indivíduo no lugar social onde vive, como agente de transformação. Portanto, o estudo do passado da humanidade não deve ser feito em segmentos, mas em seus múltiplos aspectos. Para que os alunos tenham uma postura crítica com relação aos conteúdos trabalhados e aprendam a construir seu próprio ponto de vista, acreditamos que se reserva ao professor a articulação entre as experiências sociais vividas por cada um e o saber sistematizado, mediando a construção do processo de ensino-aprendizagem.

Pretende-se que o aluno compreenda o contexto de diferentes sociedades em tempos e espaços distintos e saiba relacionar ao seu contexto. História é a busca da superação das vivencias humanas fundamentadas por meio de um conhecimento constituído por representações históricas, essas nos permitem pensar ações no presente e projetos de futuro.

Assim, a disciplina de História propicia o acesso aos saberes científico, filosófico e artístico, que interagem com o saber popular, e é neste processo dinâmico de ensino-aprendizagem que se constrói a consciência sobre a história das sociedades. Nesse sentido, perscrutar a história do Paraná, bem como a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é parte essencial a

completude da compreensão da história nacional, que servem à ilustração do vislumbre histórico contemplado pelos docentes dessa instituição de ensino.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

O ensino de história no Colégio Marechal Rondon de Campo Mourão tem como objetivo geral a apropriação de experiências do passado, a fim de que essas possam contribuir para formação de uma consciência histórica/social que permita aos atores sociais realizarem práticas transformadoras.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

ENSINO FUNDAMENTAL

5ª SÉRIE/6º ANO

Conteúdos Estruturantes

- Relação de trabalho, de poder e relações culturais.

Conteúdos Básicos

- A experiência humana no tempo.
- Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.
- As culturas locais e a cultura comum.

6ª SÉRIE/7º ANO

Conteúdos Estruturantes

- Relação de trabalho, poder e relações culturais.

Conteúdos Básicos

- As relações de propriedade.
- A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade.
- As relações entre o campo e a cidade.
- Conflitos e resistências e produção cultural campo/cidade.

7ª SÉRIE/8º ANO

Conteúdos Estruturantes

- Relação de poder, trabalho e relações culturais.

Conteúdos Básicos

- História das relações da humanidade com o trabalho.
- O trabalho e a vida em sociedade.
- O trabalho e as contradições da modernidade.
- Os trabalhadores e as conquistas de direito.

8ª SÉRIE/9º ANO

Conteúdos Estruturantes

- Relação de trabalho, poder e relações culturais.

Conteúdos Básicos

- A constituição das instituições sociais.
- A formação do Estado.
- Sujeitos, Guerras e revoluções.

ENSINO MÉDIO

1ª SÉRIE

Conteúdos Estruturantes

- Relações de trabalho, de poder e relações culturais

Conteúdos básicos:

- Trabalho livre, escravo, servil, assalariado e o trabalho livre
- Urbanização e industrialização.

2ª SÉRIE

Conteúdos Estruturantes

- Relações de trabalho, de poder e relações culturais

Conteúdos básicos:

- Sujeitos, revoltas, guerras e revoluções
- O estado e as relações de poder.

3ª SÉRIE

Conteúdos Estruturantes

- Relações de trabalho, de poder e relações culturais

Conteúdos básicos:

- Movimentos sociais, políticos e culturais
- Guerras e revoluções
- Cultura e religiosidade
- Transformações do trabalho no mundo contemporâneo

METODOLOGIA

Segundo as diretrizes curriculares da SEED os conteúdos estruturantes do ensino de História devem ser abordados a partir de temas. Para tanto a metodologia usada para definir a temática envolve, necessariamente, três dimensões: - o primeiro passo é definir o acontecimento que se quer representar a partir da historiografia; - o segundo momento envolve a delimitação temporal e espacial, bem como uma separação entre seu início e fim; - por fim professores e alunos definem como será feita a observação e/ou estudo do conteúdo tematizado, levando em conta os documentos disponíveis para esta análise.

Após a seleção do tema, dentre as várias possibilidades de se construir uma narrativa histórica, há três formas que devem ser privilegiadas, sendo elas: a narração, que consiste na ordenação dos fatos históricos que se sucederam num determinado “período”; a descrição, usada para representar as

permanências que ocorrem entre diferentes contextos históricos; e a argumentação, explicação e problematização, esta etapa responde aos questionamentos formulados a partir da elaboração do tema, além de levar o aluno a produzir o “seu conhecimento” sobre o tema abordado, sendo capaz de refutar conceitos pré-estabelecidos.

As imagens, livros, jornais, histórias em quadrinhos, fotografias, pinturas, gravuras, músicas, museus, filmes, são documentos históricos, que, em sala de aula proporciona a produção de conhecimento histórico, ajudam a responder os questionamentos feitos a partir da problematização do tema. Permitindo, também, a criação de novos conceitos sobre o passado e o questionamento dos conceitos já existente.

Tais temas, documentos, problematizações, são o ponto de partida para a elaboração de biografias, textos históricos, danças folclóricas, exposição de objetos que estejam ao alcance do aluno, dramatizações, cartazes, pesquisas e outras produções que possam concretizar o conhecimento aprendido e produzido pelo aluno.

A constituição federal de 1988, explícita pela primeira vez, que o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades especiais deverá ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. A partir de então, abriu-se um precedente para que o educador, a escola e a comunidade viessem adaptar-se a esta exigência. Assim tais “necessidades especiais” vão além das deficiências físicas, abrangendo o lado emocional afetivo, bem como aqueles que possuem desenvolvimento intelectual acima da média.

Cabe a todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, ou seja, a comunidade escolar, abrir caminhos para que estes alunos sejam atendidos sem que haja nenhum tipo de descriminação. O educador, evidentemente, é aquele que está mais próximo desta situação, pois convive com o aluno, e cabe a este profissional, mais não isoladamente, fazer com que o conhecimento sistematizado pela educação escolar seja oportunizado aos alunos de forma idêntica, mesmo que estes apresentem diferenças culturais, sociais e pessoais, efetivando-se assim, a igualdade de oportunidades no âmbito escolar.

A exigência da lei nº 13.381/01 que torna obrigatório no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual os conteúdos de História do Paraná, possibilitará a contextualização da história local, combatendo o

reducionismo e as idéias preconceituosas de um Estado que apresenta uma diversidade étnica e conseqüentemente uma pluralidade cultural.

Todas as disciplinas da Educação Básica disponibilizarão aos alunos conteúdos que resgatem a cultura e a história dos povos africanos e indígenas, segundo as leis nº10.390/03 e 11.645/08. Na História Africana e Cultura Afro destaca-se a contribuição desses povos na formação de diversas sociedades, inclusive da sociedade brasileira. A partir do estudo da origem dos reinos africanos, de seus elementos culturais, políticos, econômicos e religiosos, se desperta o interesse e uma conscientização dos alunos sobre as questões etnico-raciais presentes nos desafios contemporâneos. O estudo das etnias indígenas brasileiras explorará o conceito de diversidade cultural. Os alunos deverão perceber que os indígenas não podem ser considerados um único e mesmo povo, mas um povo de diferentes culturas que no encontro com os colonizadores europeus, receberam o tratamento genérico de “índios”. Será oportunizado aos alunos questões problematizadoras para que haja a reflexão sobre o encontro e desencontro entre as culturas e como durante muito tempo não foram respeitados como representantes de outra organização social.

AVALIAÇÃO

Propõe-se para o ensino de História uma avaliação formal, processual, continuada e diagnóstica. Nessa avaliação o professor encontrará as respostas ao processo de produção de conhecimento por parte do aluno. Respostas estas que virão a partir do acompanhamento do processo, percebendo o desenvolvimento de cada educando durante a apropriação/construção do conhecimento histórico.

Ao avaliar é necessário considerar três aspectos importantes: a apropriação de conceitos históricos; o aprendizado dos conteúdos estruturantes dos conteúdos específicos. Sendo que este três aspectos são entendidos como complementares e indissociáveis.

Podem ser utilizadas diferentes atividades avaliativas, destacando alguns instrumentos e critcomo:

- Leitura - permitir a reflexão e a discussão, bem como a ampliação do conhecimento;
- Interpretação e análise de textos históricos - perceber as mudanças e permanências no processo histórico; o tipo de textos, a data de

publicação a época de produção o autor e o contexto em que foi produzido;

- Produção de narrativas históricas - seminários: oportunizar a pesquisa, a leitura e a interpretação de texto;
- Palestras - demonstrar conhecimento do conteúdo, argumentando de forma lógica e clara e fazer uso de recursos que ajudem sua produção;
- Projeto de pesquisa de campo - colaborar para a construção de conhecimentos e formação dos alunos como agentes fundamentais;
- Projeto de pesquisa bibliográfica - oportunizar a contextualização com clareza, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução dos problemas propostos; trabalho em grupo: desenvolver dinâmicas, na tentativa de proporcionar, aos alunos, compartilhando seus conhecimentos;
- Questões discursivas - verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula;
    - Questões objetivas - fixar o conteúdo, apresentando um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado.
    - Imagens - identificar o tema a natureza da imagem, a data, o autor, a função da imagem e o contexto; observar a construção da imagem, o enquadramento, o ponto de vista, distinguir os personagens, os lugares e outros elementos contidos na imagem. Atividades que revelam se o educando se apropriou da capacidade de leitura de documentos com linguagens contemporâneas.

As atividades citadas têm como objetivo ajudar o professor a identificar a intensidade do aprendizado de seus alunos, e se há lacunas a serem preenchidas, ou seja, se há necessidade de retomar conteúdos já trabalhados em sala de aula, mas tais critérios não esgotam o processo de avaliação pelo professor, são indicativos a serem enriquecidos para orientar nesse processo.

A recuperação é o instrumento de retomada do conteúdo proposto inicialmente com a utilização de determinado instrumento avaliativo, para contemplar o processo de ensino-aprendizagem não efetivado. Cabe ao professor reorientar sua prática com outras estratégias avaliativas para garantir ao aluno a sua aprendizagem, não esquecendo que o tempo.

O processo avaliativo deve respeitar a diferenças sociais, culturais e pessoais (física, psicológica) dos alunos, lembrando que cada indivíduo possui uma forma de expressar o seu aprendizado e estas diferenças devem ser valorizadas, para que o aluno possa desenvolver sua auto-estima e conseqüentemente o seu aprendizado escolar.

REFERÊNCIAS

LIMA, Ivan Costa. ROMÃO, Jeruse. **Negros e Currículo**. Florianópolis: NEN, 1997

PARANÁ. Secretária de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica:** História. Curitiba: SEED, 2008.

_____**. Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.** História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnicas- raciais/Paraná. Secretaria de Estado e Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. - 110p. – (Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos).

_____. **Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –152 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**. Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**. Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da

Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

_____**. Lei nº11525/07 Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2007.

_____**. Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

SCHMITH, Mário. **História Crítica**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2004.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser Negro no Brasil Hoje**. São Paulo: Ed. Moderna, 1995.

LÍNGUA PORTUGUESA

APRESENTAÇÃO

Historicamente, o processo de ensino de Língua Portuguesa no Brasil iniciou-se com a educação jesuítica. Essa educação era instrumento fundamental na formação da elite colonial ao mesmo tempo em que se propunha a “alfabetizar” e “catequizar” os indígenas (MOLL, 2006, p. 13). A concepção de educação e o trabalho de escolarização dos indígenas estavam vinculados ao entendimento de que a linguagem reproduzia o modo de pensar. Ou seja, pensava-se, segundo uma concepção filosófica intelectualista, que a linguagem se constituía no interior da mente e sua materialização fônica revelava o pensamento.

Evidenciava-se, já na constituição da escola e do ensino no Brasil, que o acesso à educação letrada era determinante na estrutura social, fazendo com que os colégios fossem destinados aos filhos da elite colonial a partir do século XVIII, época que coincide com as expedições bandeirantes e a descoberta da riqueza mineral do solo brasileiro, essa situação de bilingüismo passou a não interessar aos propósitos colonialistas de Portugal que precisavam manter a colônia e, para isso, a unificação e padronização lingüística constituíram-se fatores de relevância.

Para reverter esse quadro, em 1758, um decreto do Marquês de Pombal tornou a língua portuguesa idioma oficial do Brasil, proibindo o uso da língua geral. No ano seguinte, os jesuítas, que haviam catequizado índios e produzido literatura em língua indígena, foram expulsos do Brasil. Essa foi uma das primeiras medidas para tornar hegemônica a língua portuguesa em todo o território. Essa hegemonia foi “conseguida, historicamente, a ferro e fogo: com decretos e proibições, expulsões e prisões, perseguições e massacres” (BAGNO, 2003, p. 74).

A Reforma Pombalina, em 1759, impôs a Língua Portuguesa como idioma base do ensino, entre outras medidas que visavam à modernização do sistema educacional, a cargo dos jesuítas por mais de dois séculos. Tal reforma era reflexo do Iluminismo, que trazia em seu bojo idéias de reorganização da sociedade por meio de princípios racionais decorrentes do cartesianismo e do empirismo do século XVII. A Língua Portuguesa passa, então, com a Reforma Pombalina, a fazer parte dos conteúdos curriculares, mesmo assim seguindo os moldes do ensino de latim. (LUZ-FREITAS, 2004, s/p.)

Somente nas últimas décadas do século XIX, a disciplina de Língua Portuguesa passou a integrar os currículos escolares brasileiros. Até 1869, entretanto, o currículo privilegiava as disciplinas clássicas, sobretudo o latim, restando ao Português um espaço sem relevância (LUZ-FREITAS, 2004).

O ensino de Língua Portuguesa manteve a sua característica elitista até meados do século XX, quando se iniciou, no Brasil, a partir da década 1960, um processo de expansão do ensino primário público, que incluiu, entre outras ações, a ampliação de vagas e eliminação dos chamados exames de admissão (FREDERICO E OSAKABE, 2004). Como conseqüência desse processo, a

multiplicação de alunos, as condições escolares e pedagógicas, as necessidades e as exigências culturais passaram a ser outras bem diferentes.

Nesse período, que foi, também, de consolidação da ditadura militar, uma concepção tecnicista de educação gerou um ensino baseado em exercícios de memorização, no qual “a visão de reforço é acentuada, pois a aprendizagem é entendida como processada pela internalização inconsciente de hábitos (teoria comportamentalista/behaviorista)” (PERFEITO, 2007, p.827). A pedagogia da formação de hábitos, memorização e reforço era adequada ao contexto autoritário que cerceava a reflexão e a crítica no ambiente escolar, impondo uma formação acrítica e passiva.

A Lei nº 5692/71 ampliaria e aprofundaria esta vinculação ao dispor que o ensino deveria estar voltado à qualificação para o trabalho. Desse vínculo decorreu a instituição de uma pedagogia tecnicista que, na disciplina de Língua Portuguesa, pautava-se na concepção de linguagem como meio de comunicação (cujo objeto é a língua vista como código). O ensino de Língua Portuguesa fundamentava-se, então, em exercícios estruturais, técnicas de redação e treinamento de habilidades de leitura.

Referente ao ensino de Literatura, até meados do século XX, o principal instrumento do trabalho pedagógico eram as antologias literárias, com base nos cânones. A leitura do texto literário, no ensino primário e ginasial, visava transmitir a norma culta da língua, com base em exercícios gramaticais e estratégias para incutir valores religiosos, morais e cívicos. O objetivo era despertar o sentimento nacionalista e formar cidadãos respeitadores da ordem estabelecida.

Nos anos 70, o ensino de Literatura restringiu-se ao então segundo grau, com abordagens estruturalistas e/ou historiográficas do texto literário.

A partir de 1979, com o movimento que levaria ao fim do regime militar, houve um aumento de cursos de pós-graduação para a formação de uma elite de professores e pesquisadores, possibilitando um pensamento crítico em relação à educação. Ganham força as discussões sobre o currículo escolar e sobre o papel da educação na transformação social, política e econômica da sociedade brasileira.

A consolidação da abertura política resultou em pesquisas que fortaleceram a pedagogia histórico-crítica, propiciando uma rede de outras

pesquisas, inserindo, no pensamento pedagógico dos anos 80, uma vertente progressista.

Os estudos lingüísticos centrados no texto e na interação social das práticas discursivas e as novas concepções sobre a aquisição da Língua Materna chegaram ao Brasil no final da década de 1970 e início dos anos 80, quando as primeiras obras do Círculo de Bakhtin passaram a ser lidas nos meios acadêmicos.

Essas produções teóricas influenciaram os programas de reestruturação do Ensino de 2.º Grau, de 1988, e do Currículo Básico, de 1990, que já denunciavam "o ensino da língua, cristalizado em viciosas e repetitivas práticas que se centram no repasse de conteúdos gramaticais" (PARANÁ, 1988, p. 2) e valorizavam o direito à educação lingüística. O Currículo de Língua Portuguesa orientava os professores a um trabalho de sala de aula focado na leitura e na produção, buscava romper com o ensino tradicionalista: "optamos por um ensino não mais voltado à teoria gramatical ou ao reconhecimento de algumas formas de língua padrão, mas ao domínio efetivo de falar, ler e escrever" (CURRÍCULO BÁSICO, 1990, p. 56).

Esta disciplina tem como objeto de estudo a língua e busca levar o educando a empregá-la em diferentes situações reais de uso. Sabendo adequá-la a cada contexto e interlocutor, descobrindo as intenções que estão implícitas nos discursos do cotidiano e posicionando-se diante dos mesmos.

Desenvolver o uso da língua em situações discursivas realizadas por meio de práticas sociais, considerando-se os interlocutores, os seus objetivos, o assunto tratado, os gêneros e suportes textuais e o contexto de produção e leitura.

Refletir sobre os textos produzidos, lidos ou ouvidos atualizando o gênero e tipo de texto, assim como, os elementos gramaticais empregados na sua organização.

Aprimorar pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética dos alunos, propiciando através da literatura a constituição de um espaço **dialógico** que permita a expansão lúdica do trabalho com as práticas da oralidade da leitura e escrita.

A partir dessas mudanças influenciadas por Bakhtin, o ensino de língua materna "requer que se considerem os aspectos sociais e históricos em que o

sujeito está inserido, bem como o contexto de produção do enunciado" (DCE, 2009).

Nesse sentido, o discurso oral ou escrito é fundamental para o processo de ensino/aprendizagem da língua, porque é a partir dele que se concretizam experiências reais do uso da língua, do uso da palavra em toda sua amplitude, enfim, o ensino pautado nessa teoria considera que a aprendizagem não ocorre

a partir de elementos linguísticos isolados, ela se dá a partir do trabalho com o texto.

No entanto, é preciso lembrar que texto não se restringe à formalização do discurso oral ou escrito, isso porque ele abrange um antes e um depois, portanto não pode ser pensado apenas em seus aspectos formais, uma vez que é a linguagem em uso efetivo.

Para Bakhtin, os textos podem ser agrupados em gêneros discursivos, porém essa definição não limita o texto a determinada propriedade formal, isso porque "antes de o gênero constituir um conceito, é uma prática social e deve orientar a ação pedagógica com a língua"(DCE, 2009). O trabalho pedagógico desenvolvido a partir dos gêneros é importante, uma vez que muitos deles já fazem parte do cotidiano dos alunos, desenvolvendo assim sua prática pedagógica, a escola não priorizaria apenas textos didatizados, mas levaria para sala textos presentes nas diversas esferas da sociedade, possibilitando ao aluno a inserção social no sentido de poder formular seu próprio discurso e interferir na sociedade da qual faz parte.

O trabalho com gêneros, sejam eles os mais diversificados possíveis, no entanto não exclui o ensino de gramática nem impede que o professor apresente regras gramaticais aos seus alunos, contudo essas regras precisam reforçar a compreensão de que como se estrutura um texto, como essas regras se juntam para produzirem determinados efeitos de sentido, e não centrar-se apenas em suas nomenclaturas e classificações.

Enfim, a partir dessas considerações, fica evidente que as DCEs (2009) propõem o trabalho com uma língua "viva, dialógica, em constante movimentação, permanentemente reflexiva e produtiva". Para isso, é importante que a escola considere as práticas linguísticas que o aluno apresenta ao ingressar nela, para que daí sejam trabalhados os saberes relativos ao uso da norma padrão e acesso aos conhecimentos para a

construção do multiletramento, possibilitando que os alunos se utilizem da leitura, escrita e oralidade como forma de participação na sociedade letrada.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA:

O ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa visa aprimorar os conhecimentos linguísticos e discursivos dos alunos, para que como cidadãos possam compreender os discursos que os cercam e terem condições de interagir com esses discursos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA:

• empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;

• desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado, além do contexto de produção;

• analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos linguístico-discursivos;

• aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;

• aprimorar os conhecimentos linguísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao aluno condições para adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais, apropriando-se, também, da norma padrão.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE/ BÁSICOS DA DISCIPLINA

O conteúdo estruturante da disciplina de Língua Portuguesa é “O discurso como prática social”.

GÊNEROS DISCURSIVOS

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise lingüística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries.

CONTEÚDOS BÁSICOS POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

6º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE**:** DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

GÊNEROS DISCURSIVOS: Para o trabalho com as práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. De acordo com Cereja (2002) os gêneros para esta série serão: **história em quadrinho, relato pessoal, lendas, fábulas, contos de fadas, poemas, carta pessoal, e-mail, cartaz, diário e resumo**. 0s Gêneros selecionados serão estudados explorando os seguintes aspectos:

XII. Marcas do Gênero
- Conteúdo Temático
- Estilo
- Elementos Composicionais

XIII. Esfera social de circulação

XIV. Suporte

PRÁ TICAS DISCURSIVAS DE:

LEITURA

- Interlocutor;
- Tema do texto;
- Finalidade do texto;
- Argumentos do texto;

- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Informações explícitas e implícitas;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Repetição proposital de palavras;
- Léxico;
- Ambiguidade;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal/nominal.

ESCRITA

- Contexto de produção;
- Finalidade do texto;
- Interlocutor;
- Informatividade;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas , travessão e negrito), figuras de linguagem;
- Processo de formação de palavras;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

Αρτ. 18. Tema do texto;

Αρτ. 19. Finalidade;

Αρτ. 20. Papel do locutor e interlocutor;

Αρτ. 21. Elementos extralinguísticos: entonação pausas, gestos...;

Αρτ. 22. Adequação do discurso ao gênero;

Αρτ. 23. Turnos de fala;

Αρτ. 24. Variações linguísticas;

Αρτ. 25. Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

Αρτ. 26. Semântica.

7ºANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

GÊNEROS DISCURSIVOS: Para o trabalho com as práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação: **entrevista (oral e escrita), poema, narrativa mítica, tiras, cartum, notícia, resumo, relato de experiências vividas, memórias, pesquisa e relatório**. Os Gêneros selecionados serão estudados explorando os seguintes aspectos:

XV. Marcas do Gênero

- Conteúdo Temático
- Estilo
- Elementos Composicionais

XVI. Esfera social de circulação

XVII. Suporte

PRÁTICAS DISCURSIVAS DE:

LEITURA

Interlocutor;

Tema do texto;

Finalidade do texto;

Argumentos do texto;

Contexto de produção;

Intertextualidade;

Informações explícitas e implícitas;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Repetição proposital de palavras;

Léxico;

Ambiguidade;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância verbal/nominal.

ESCRITA

- Contexto de produção;
- Finalidade do texto;
- Interlocutor;
- Informatividade;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas , travessão e negrito), figuras de linguagem;
- Processo de formação de palavras;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

XXIII. Tema do texto;

XXIV. Finalidade;

XXV. Papel do locutor e interlocutor;

XXVI. Elementos extralinguísticos: entonação pausas, gestos...;

XXVII. Adequação do discurso ao gênero;

XXVIII. Turnos de fala;

XXIX. Variações linguísticas;

XXX. Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

XXXI. Semântica.

8° ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

GÊNEROS DISCURSIVOS: Para o trabalho com as práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação: **texto teatral, narrativa de humor, memórias, crônica, anúncio publicitário, sinopse, resenha crítica, poema, paródia, pesquisa, relatório**. Os Gêneros selecionados serão estudados explorando os seguintes aspectos:

XVIII. Marcas do Gênero
- Conteúdo Temático
- Estilo
- Elementos Composicionais

XIX. Esfera social de circulação

XX. Suporte

PRÁTICAS DISCURSIVAS DE:

LEITURA

XXI. Conteúdo temático;

XXII. Interlocutor;

XXIII. Intencionalidade do texto;

XXIV. Argumentos do texto;

XXV. Contexto de produção;

XXVI. Intertextualidade;

XXVII. Vozes sociais presentes no texto;

XXVIII. Elementos composicionais do texto;

XXIX. Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

XXX. Marcas linguísticas: coesão coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como: (aspas, travessão, negrito);

XXXI. Semântica:

_ operadores argumentativos;

_ ambiguidade;

_ sentido figurado;

_ expressões que denotam ironia e humor no texto;

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto
- Informatividade;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas , travessão e negrito);
- Concordância verbal e nominal;
- Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto;
- Semântica;

- Operadores argumentativos;
- Ambiguidade;
- Significado das palavras;
- Sentido figurado;
- Expressões que denotam ironia e humor no texto.

ORALIDADE

CLXII. Conteúdo temático;

CLXIII. Finalidade;

CLXIV. Argumentos;

CLXV. Papel do locutor e interlocutor;

CLXVI. Elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas;

CLXVII. Adequação do discurso ao gênero;

CLXVIII. Turnos de fala;

CLXIX. Variações linguíticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre

outras);

CLXX. Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

CLXXI. Elementos semânticos;

CLXXII. Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);

CLXXIII. Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

9º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE**:** DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

GÊNEROS DISCURSIVOS: Para o trabalho com as práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação: **a reportagem oral e escrita, editorial, poema, contos, crônicas, texto dissertativo-argumentativo, pesquisa, resenha e relatório**. Os Gêneros selecionados serão estudados explorando os seguintes aspectos:

XXXII. Marcas do Gênero

- Conteúdo Temático
- Estilo
- Elementos Composicionais

XXXIII. Esfera social de circulação

XXXIV. Suporte

PRÁTICAS DISCURSVAS DE:

LEITURA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Argumentos do texto;
- Contexto de produção;
- Discurso ideológico presente no texto;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequências entre as partes e elementos do

texto;

- Partículas conectivas do texto;
- Progressão referencial no texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Semântica:
    _ operadores argumentativos;
    _ polissemia;
    _expressões que denotam ironia e humor no texto;

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Informatividade;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequências entre as partes e elementos do texto;
- Partículas conectivas do texto;
- Progressão referencial no texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;
- Sintaxe de concordância;
- Sintaxe de regência;
- Processo de formação de palavras;
- Vícios de linguagem;
- Semântica:
    _ operadores argumentativos;
    _ modalizadores;
    _ polissemia;

ORALIDADE

o) Conteúdo temático;
p) Finalidade;
q) Argumentos;
r) Papel do locutor e interlocutor;
s) Elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas...;
t) Adequação do discurso ao gênero;
u) Turnos da fala;
v) Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas entre outras);
w) Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, conectivos;
x) Semântica;
y) Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
z) Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

10.5 CONTEÚDOS BÁSICOS POR SÉRIE PARA ENSINO MÉDIO, PROFISSIONALIZANTE E NORMAL

1ª SÉRIE:

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

GÊNEROS DISCURSIVOS: Para o trabalho com as práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação**: poemas, texto teatral, carta pessoal, relato pessoal, relatório científico, crônicas, seminário, debate, artigo de opinião, resenha crítica de filmes, tira humorística, cartum letra de música**. Os Gêneros selecionados serão estudados explorando os seguintes aspectos:

XXXV.Marcas do Gênero

- Conteúdo Temático
- Estilo
- Elementos Composicionais

XXXVI. Esfera social de circulação

XXXVII. Suporte

PRÁTICAS DISCURSIVAS DE:

LEITURA

XXII. Conteúdo temático;

XXIII. Interlocutor;

XXIV. Finalidade do texto;

XXV. Intencionalidade;

XXVI. Argumentos do texto;

XXVII. Contexto de produção;

XXVIII. Discurso ideológico presente no texto;

XXIX. Intertextualidade;

XXX. Vozes sociais presentes no texto;

XXXI. Elementos composicionais do gênero;

XXXII. Contexto de produção da obra literária;

XXXIII. Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

XXXIV. Progressão referencial:

XXXV. Relação de causa e consequências entre as partes e elementos do texto;

XXXVI. Partículas conectivas do texto;

XXXVII. Semântica:

_ operadores argumentativos;

_ modalizadores;

_ figuras de linguagem.

ESCRITA

XXXVIII. Conteúdo temático;

XXXIX. Interlocutor;

XL. Finalidade do texto;

XLI. Intencionalidade;

XLII. Informatividade;

XLIII. Contexto de produção;

XLIV. Intertextualidade;

XLV. Referência textual;

XLVI. Vozes sociais presentes no texto;

XLVII. Ideologia presente no texto;

XLVIII. Elementos composicionais do gênero;

XLIX. Relação de causa e consequências entre as partes e elementos do texto;

L. Progressão referencial no texto;

LI. Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;

LII. Sintaxe de concordância;

LIII. Sintaxe de regência;

LIV. Processo de formação de palavras;

LV. Vícios de linguagem;

LVI. Semântica:

_ operadores argumentativos;

_ modalizadores;

_ figuras de linguagem.

ORALIDADE

LVII. Conteúdo temático;

LVIII. Finalidade;

LIX. Intencionalidade;

LX. Argumentos;

LXI. Papel do locutor e interlocutor;

LXII. Elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas...;

LXIII. Adequação do discurso ao gênero;

LXIV. Turnos da fala;

LXV. Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas entre outras);

LXVI. Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

LXVII. Elementos semânticos;

LXVIII. Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);

LXIX. Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

2ª SÉRIE:

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

GÊNEROS DISCURSIVOS: Para o trabalho com as práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação: **cartaz, mesa redonda, poemas (românticos, parnasianos e simbolistas), romances (românticos, realistas e naturalistas) contos (realistas e góticos), notícia, entrevista, reportagem anuncio publicitário, editorial, resenha crítica de filmes, tira humorística, cartum letra de música, artigo de opinião**. Os Gêneros selecionados serão estudados explorando os seguintes aspectos:

XXXVIII. Marcas do Gênero

- Conteúdo Temático
- Estilo
- Elementos Composicionais

XXXIX. Esfera social de circulação

XL. Suporte

PRÁTICAS DISCURSIVAS DE:

LEITURA

LXX. Conteúdo temático;

LXXI. Interlocutor;

LXXII. Finalidade do texto;

LXXIII. Intencionalidade;

LXXIV. Argumentos do texto;

LXXV. Contexto de produção;

LXXVI. Discurso ideológico presente no texto;

LXXVII. Intertextualidade;

LXXVIII. Vozes sociais presentes no texto;

LXXIX. Elementos composicionais do gênero;

LXXX. Contexto de produção da obra literária;

LXXXI. Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas,

travessão, negrito);

LXXXII. Progressão referencial:

LXXXIII. Relação de causa e consequências entre as partes e elementos do texto;

LXXXIV. Partículas conectivas do texto;

LXXXV. Semântica:

_ operadores argumentativos;

_ modalizadores;

_ figuras de linguagem.

ESCRITA

LXXXVI. Conteúdo temático;

LXXXVII. Interlocutor;

LXXXVIII. Finalidade do texto;

LXXXIX. Intencionalidade;

XC. Informatividade;

XCI. Contexto de produção;

XCII. Intertextualidade;

XCIII. Referência textual;

XCIV. Vozes sociais presentes no texto;

XCV. Ideologia presente no texto;

XCVI. Elementos composicionais do gênero;

XCVII. Relação de causa e consequências entre as partes e elementos do texto;

XCVIII. Progressão referencial no texto;

XCIX. Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;

C. Sintaxe de concordância;

CI. Sintaxe de regência;

CII. Processo de formação de palavras;

CIII. Vícios de linguagem;

CIV. Semântica:

_ operadores argumentativos;

_ modalizadores;

_ figuras de linguagem.

ORALIDADE

CV. Conteúdo temático;

CVI. Finalidade;

CVII. Intencionalidade;

CVIII. Argumentos;

CIX. Papel do locutor e interlocutor;

CX. Elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas...;

CXI. Adequação do discurso ao gênero;

CXII. Turnos da fala;

CXIII. Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas entre outras);

CXIV. Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

CXV. Elementos semânticos;

CXVI. Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);

CXVII. Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

3ª SÉRIE:

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

GÊNEROS DISCURSIVOS: Para o trabalho com as práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação: **Pintura, poemas (de vanguarda, modernistas, da geração de 30, concretos e contemporâneos) manifestos de vanguarda, crônicas, cartas (de leitor, argumentativas, de solicitação e reclamação), romances (moderno, da geração de 30 e 45 e os contemporâneos), debate regrado público, dissertação argumentativa, texto de opinião, resenha crítica de filmes, tira humorística, cartum letra de música**. Os Gêneros selecionados serão estudados explorando os seguintes aspectos:

XLI. Marcas do Gênero

- Conteúdo Temático

- Estilo
- Elementos Composicionais

XLII. Esfera social de circulação

XLIII. Suporte

PRÁTICAS DISCURSIVAS DE:

LEITURA

CXVIII. Conteúdo temático;

CXIX. Interlocutor;

CXX. Finalidade do texto;

CXXI. Intencionalidade;

CXXII. Argumentos do texto;

CXXIII. Contexto de produção;

CXXIV. Discurso ideológico presente no texto;

CXXV. Intertextualidade;

CXXVI. Vozes sociais presentes no texto;

CXXVII. Elementos composicionais do gênero;

CXXVIII. Contexto de produção da obra literária;

CXXIX. Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

CXXX. Progressão referencial:

CXXXI. Relação de causa e consequências entre as partes e elementos do texto;

CXXXII. Partículas conectivas do texto;

CXXXIII. Semântica:

_ operadores argumentativos;

_ modalizadores;

_ figuras de linguagem.

ESCRITA

CXXXIV. Conteúdo temático;

CXXXV. Interlocutor;

CXXXVI. Finalidade do texto;

CXXXVII. Intencionalidade;

CXXXVIII. Informatividade;

CXXXIX. Contexto de produção;

CXL. Intertextualidade;

CXLI. Referência textual;

CXLII. Vozes sociais presentes no texto;

CXLIII. Ideologia presente no texto;

CXLIV. Elementos composicionais do gênero;

CXLV. Relação de causa e consequências entre as partes e elementos do texto;

CXLVI. Progressão referencial no texto;

CXLVII. Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;

CXLVIII. Sintaxe de concordância;

CXLIX. Sintaxe de regência;

CL. Processo de formação de palavras;

CLI. Vícios de linguagem;

CLII. Semântica:

_ operadores argumentativos;

_ modalizadores;

_ figuras de linguagem.

ORALIDADE

CLIII. Conteúdo temático;

CLIV. Finalidade;

CLV. Intencionalidade;

CLVI. Argumentos;

CLVII. Papel do locutor e interlocutor;

CLVIII. Elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas...;

CLIX. Adequação do discurso ao gênero;

CLX. Turnos da fala;

CLXI. Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas entre outras);

CLXII. Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

CLXIII. Elementos semânticos;

CLXIV. Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);

CLXV. Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

10.6 METODOLOGIA DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

“O ensino de Língua portuguesa seguiu, e ainda segue, em alguns contextos _ uma concepção de linguagem não privilegiada, no processo de aquisição e no aprimoramento da língua materna, a história, o sujeito e o contexto”. (PARANÁ, 2008, p. 15)

Os conteúdos de Língua portuguesa serão trabalhados de forma a oportunizar o domínio discursivo da leitura, da escrita e da oralidade, interligando teoria, prática e realidade, possibilitando, dessa forma, a emancipação e autonomia do educando em relação ao pensamento e às práticas de linguagem.

Espera-se que o aluno amplie o seu domínio quanto à **oralidade**, permitindo que, gradativamente, possa conhecer e usar a variedade linguística padrão, bem como entender a necessidade do seu uso em determinados contextos sociais. Tendo em vista os objetivos que se pretendem com os gêneros, as possibilidades para o trabalho com este serão realizadas por meio de diversas estratégias, como a apresentação de temas variados; depoimentos de situações significativas vivenciadas pelo aluno ou por pessoas do seu convívio; dramatização; contação de histórias; declamação de poemas; troca de opiniões; debates; seminários e outras atividades que possibilitem o desenvolvimento da argumentação. A partir das propostas dessas atividades, o aluno poderá perceber, tanto pela sua fala quanto pela fala do outro, as diferenças lexicais, sintáticas e discursivas que caracterizam a linguagem formal e informal; o papel do locutor e do interlocutor; os argumentos utilizados; os procedimentos e as marcas linguísticas típicas da conversação (como a repetição, o uso das gírias, a entonação) , entre outros.

Com relação à prática da **escrita**, deve-se levar em consideração o aprendizado da língua sob a premissa de que o texto é um elo de interação social e os gêneros textuais são construções coletivas. Nessa perspectiva, a escrita será trabalhada associada ao estudo dos gêneros (selecionados para cada série), uma vez que os mesmos são dinâmicos e refletem as necessidades culturais e sociais. Dessa forma, o trabalho com a escrita deverá ser feito pela seleção de um gênero das diversas esferas sociais de circulação, como cotidiana, literária, artística, científica, escolar, publicitária, política, imprensa, jurídica, produção e consumo e midiática.

O trabalho com a prática da escrita poderá ser desenvolvido através de atividades de discussão sobre o tema, leitura de textos sobre o mesmo assunto (gêneros diferentes), adequação da linguagem ao gênero, organização de parágrafos, coerências e coesão textual, argumentatividade, tipos de discursos, vícios de linguagem e outras. Nesse trabalho, tanto o professor quanto o aluno precisam planejar o que será produzido; em seguida escrever a primeira versão sobre a proposta apresentada e posteriormente fazer a revisão, re-estruturação e re-escrita do texto. Por meio desse processo, o aluno perceberá que a reformulação da escrita é um importante recurso para o aprimoramento dessa prática.

Na concepção utilizada pelas diretrizes para nortear o letramento, a **leitura** é vista como um ato dialógico, interlocutivo. O leitor, nesse contexto, tem um papel ativo e para se efetivar como coprodutor, procura pistas formais , formula e reformula hipóteses, aceita ou rejeita conclusões. Utiliza ainda estratégias baseadas no seu conhecimento linguístico, nas suas experiências e na sua vivência sociocultural. Visando um sujeito crítico e atuante nas práticas de letramento da sociedade, o trabalho pedagógico com a leitura, acontecerá pelo contato com diferentes textos produzidos no âmbito social _ jornalístico, artístico, científico, didático-pedagógico, cotidiano,literário, publicitário, etc., bem como a leitura de fotos, cartazes, propagandas, imagens digitais e virtuais. Nessa perspectiva, serão desenvolvidas atividades de interpretação e compreensão textual, analisando os conhecimentos de mundo do aluno, os conhecimentos linguísticos, o conhecimento da atuação comunicativa dos

interlocutores envolvidos, dos gêneros e suas respectivas esferas e do suporte em que o gênero está publicado.

Segundo Antunes (2007, p.77), “A gramática é constitutiva do texto, e o texto é constitutivo da atividade da linguagem. (...). Tudo o que nos deve interessar no estudo da língua culmina com a exploração das atividades textuais discursivas”.

O estudo do texto e da sua organização sintático-semântica permitirá ao professor explorar as categorias gramaticais, conforme o texto em análise. No entanto, nesse estudo o que vale não é a categoria em si, mas sim a função que ela desempenha para os sentidos do texto.

Sendo a **análise linguística** uma prática didática complementar às práticas de leitura, oralidade e escrita, os conteúdos gramaticais serão estudados a partir de seus aspectos funcionais na constituição da unidade de sentidos e enunciados. Daí a importância de se considerar, não somente a gramática normativa, mas também as outras como a descritiva e a internalizada no processo de Língua Portuguesa.

Considerando a flexibilidade dada pelo trabalho com gêneros discursivos serão trabalhados a história e cultura afro-brasileira e indígena atendendo o que está prescrito na lei 11.645/08, e o enfrentamento à violência contra a Criança e ao adolescente lei Federal-11525/07, os quais serão abordados de forma contextualizada e relacionadas aos conteúdos de ensino de Língua Portuguesa, sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

Os recursos didáticos que serão utilizados nas aulas de Língua Portuguesa são: recursos audiovisuais, tais como transparências em retro projetor, músicas e filmes que abordem o tema do assunto estudado, pesquisas virtuais no laboratório de informática, uso de trechos de vídeos e imagens através da TV multimídia.

.

10.7 AVALIAÇÃO

É imprescindível que a avaliação seja contínua e priorize a qualidade e o processo de aprendizagem, o professor poderá utilizar de avaliações formativa e a somativa que servem para diferentes finalidades.

A avaliação somativa não tem como pressuposto a punição ou premiação. Ela prevê que os estudantes possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes. Por isso, o professor diversifica as formas de avaliar em sala de aula.

A oralidade será avaliada considerando a participação do aluno nos diálogos, relatos e discussões, a clareza que o aluno mostra as idéias, fluência da sua fala, argumentação que apresenta ao defender seus pontos de vista e principalmente a capacidade de adequar o discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações, isso vale também para a escrita.

A avaliação é um processo dinâmico que qualifica os alunos e oferece subsídios aos professores, equipe pedagógica e administrativa, e também ao projeto político pedagógico, para que as decisões sejam tomadas, efetivamente para a formação integral do educando e que possibilite sua participação com direito a cidadania.

A avaliação é parte integrante de todo o processo educativo, e, portanto, diagnóstica, considerada como sendo o ponto de partida da formação intelectual e cognitiva, estando sempre a serviço da aprendizagem.

Ao iniciar o processo da avaliação e para obter informações em relação aos processos de aprendizagem é necessário considerar a importância de uma diversidade de instrumentos e situações, que possibilitem por um lado, avaliar as diferentes capacidades e conteúdos curriculares e por outro lado contrastar os dados obtidos e observar a transferência das aprendizagens em contextos diferentes.

A avaliação será entendida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

A avaliação do aproveitamento escolar incidirá sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem. Dando-se relevância à

atividade crítica e à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas nas diretrizes curriculares da disciplina de Língua Portuguesa, equivalendo 50% da avaliação contínua e cumulativa (atividades, apresentação de trabalhos, leituras diversas, projetos, debates, pesquisas de campo e bibliográficas, enquetes, seminários, relatórios). E os 50% restantes da nota do aluno, avaliações individuais referentes aos conteúdos trabalhados no bimestre.

A recuperação dos estudos é direito dos alunos, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem.

Portanto, a avaliação segue o regimento escolar, as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Paraná, sendo processual, cumulativa, contínua, permanente e flexível.

10.8 INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS AVALIATIVOS

Atividades de leitura compreensiva de textos: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende as ideias presentes no texto; interage com o texto por meio de questionamentos, concordância ou discordâncias; fala sobre o texto, expressa suas ideais com clareza e sistematiza o conhecimento de forma adequada; estabelece relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala.

Projeto de pesquisa bibliográfica: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: apresenta em seu texto os seguintes passos: 1. Contextualização – introdução ao tema; 2. Problema - questões levantadas sobre o tema; 3. Justificativa argumentando sobre a importância da pesquisa 4. Consulta bibliográfica - texto produzido pelo aluno a partir das leituras que fez, através de paráfrases, citações referenciando adequadamente. 5. Referência – cita as fontes pesquisadas.

Produção de textos: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: atende as três etapas articuladas da prática escrita como:

planeja o que será produzido, faz a escrita da primeira versão sobre a proposta apresentada a partir daí, revisa, reestrutura e reescreve o texto na perspectiva da intencionalidade definida. A partir disso, o professor observará se o aluno: produz o texto atendendo as circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidades, etc.); expressa as idéias com clareza (coerência e coesão); adequa a linguagem às exigências do contexto de produção, dando diferentes graus de formalidade ou informalidade, atende os termos de léxico, de estrutura; elabora argumentos consistentes; respeita o tema; estabelece relações entre as partes do texto e estabelece relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

Palestra/apresentação Oral: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra conhecimento do conteúdo; apresenta argumentos selecionados; adequa a linguagem; apresenta sequência lógica e clareza na exposição oral e se usa os recursos adequadamente.

Relatório: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno atende aos seguintes tópicos:

1. **Introdução:** fornece informações iniciais apresentando o trabalho (atividade) que deu origem ao relatório, apontando quais são (foram) os objetivos desta atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado, dos conceitos construídos.
2. **Metodologia e materiais:** descreve, objetiva e claramente, como realmente se deu o trabalho ou atividade desenvolvida. Embora seja uma descrição suscinta, não pode omitir informações que sejam relevantes para que o leitor compreenda a respeito do que se está falando, ou para que o leitor faça uma reflexão que permita o aprimoramento da atividade.
3. **Análise:** consta os elementos e situações interessantes que tenham acontecido. É importante, na análise, que se estabeleçam as relações entre a atividade, os procedimentos realizados e o objeto de estudo que deram origem à atividade em questão.
4. **Considerações Finais:** apresenta os resultados obtidos de forma crítica, confrontando-os com os objetivos da atividade realizada. Este é um item importante, pois vai possibilitar que o aluno faça a apreciação

sobre o trabalho (atividade) realizado, seus objetivos, a aprendizagem alcançada.

Seminário: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: apresenta os argumentos com consistência; compreende o conteúdo abordado, faz adequação da linguagem, faz uso e referencia as fontes de pesquisa com pertinência, traz relatos para o enriquecimento da apresentação, adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

Debate: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: aceita a lógica da confrontação de posições; está disposto e aberto a ultrapassar os limites das suas posições pessoais; explicita racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a posição e admite o caráter, por vezes contraditório, da sua argumentação; faz uso adequado da língua portuguesa em situações formais; apresenta o conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate, demonstra compreensão do assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.

Atividades com textos literários: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende e interpreta a linguagem utilizada no texto; articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido; reconhece os recursos expressivos específicos do texto literário.

Atividades a partir de recursos Audiovisuais: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende e interpreta a linguagem utilizada; articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual; reconhece os recursos expressivos específicos daquele recurso.

Trabalho de grupo: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos na sala de aula ou em espaços diferenciados; compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade.

Questões discursivas: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra compreensão do enunciado da questão;

comunica por escrito, com clareza utilizando-se da norma padrão da Língua Portuguesa, sistematiza o conhecimento de forma adequada.

Questões objetivas: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: realiza leitura compreensiva do enunciado; demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; é capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos e principalmente a fixação do conteúdo.

10.9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da Gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, MARCOS. **A NORMA OCULTA – LINGUA E PODER NA SOCIEDADE.** SAO PAULO: PARABOLA, 2003.

CEREJA, Willian Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens**. (5ª a 8ª Séries). 2 ed. São Paulo: Atual, 2002.

_____. **Português: Linguagens**. (1º, 2º e 3º-Ensino Médio). 5 ed. São Paulo: Atual, 2005.

LUCKESI,Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**, Cortez Editora , São Paulo,1995.

LUZ-FREITAS, Márcia de Souza. E a Língua Portuguesa tornou-se disciplina curricular. (PUC-SP e FEFI-MG). Disponível em:http://www.filologia.org.br/revista/ 33/04. acesso em 23 de outubro,2010.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização Possível: reinventando o ensinar e o aprender**. 6ªed. Porto Alegre: Mediação, 2002

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação - SEED. ***Diretrizes curriculares da Educação Básica - Língua Portuguesa***. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Básico para Escola Pública do Paraná. Curitiba: SEED, 1990.

PPP – **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Marechal Rondon de Campo Mourão**, Campo Mourão, 2007.

PERFEITO, A. M. Concepções de Linguagem, análise lingüística e proposta de intervenção.. In: CLAPFL - I Congresso Latino-Americano de Professores de Línguas, 2007, Florianópolis.

_____. Grupo de Estudo de 2008. Disponível em http://www.seed.pr.gov.br/portals/bancoquestaoavaliativa/OrientacoesGeraisGE2008.pdf?PHPSESSID=2010080411160589 acesso em 04/08/2010.

Lei nº11525/07 Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente

Enfrentamento à Violência na Escola/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.

História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico- raciais/Paraná. Secretaria de Estado e Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR,2006.-110p. – (Cadernos Temáticos).

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Matemática é uma ciência que foi criada a fim de contar e resolver problemas cujas existências tinham finalidades práticas. Teorias das mais complexas contadas por matemáticos sobrevoaram a mente humana de como a matemática foi criada.

Ela foi criada com o intuito de inventar uma lei sobre todas as quais ela é soberana e determina o possível e o impossível com uma questão de lógica. Essa lógica serviu para os primeiros raciocínios, desde trocas a vendas, de que nossos ancestrais necessitavam.

Surgiu da necessidade do homem primitivo, de quantificar, contar e realizar trocas, ou seja, de contar e assinalar quantidades, em forma de marcas ou símbolos; remonta ainda à época na qual o homem vivia ainda em cavernas. Iniciou, inconscientemente, aquilo a que deu o nome de cálculo, aperfeiçoado muitas centenas de anos depois.

É importante entender a História da Matemática no contexto da prática escolar como componente necessário de um dos objetivos primordiais da disciplina, ou seja, que os estudantes compreendam a natureza da matemática e sua relevância na vida da humanidade.

A matemática está presente na vida cotidiana de todo cidadão. É impossível abrir uma página de jornal, cuja compreensão não requeira certo conhecimento matemático e um domínio mínimo da linguagem que lhe é próprio como porcentagens, gráficos ou tabelas que são necessários para descrever, modelar e resolver problemas nas diversas áreas da atividade humana. Um médico que interpreta um eletrocardiograma está utilizando um modelo matemático; ao dar um diagnóstico, está utilizando o raciocínio matemático e empregando conhecimentos de estatística. Um pedreiro utiliza um método prático para construir ângulos retos que já era empregado pelos egípcios na época dos faraós. Uma costureira, ao cortar uma peça, criar um modelo, pratica sua visão espacial e resolve problemas de geometria.

No mundo contemporâneo verifica-se que a matemática está embutida na urbanização, na comunicação, na produção, na tecnologia e na economia. Sendo a Matemática uma das mais importantes ferramentas da sociedade

moderna, apropriar-se dos conceitos e procedimentos matemáticos básicos contribui para a formação do cidadão, que se engajará no mundo do trabalho, das relações sociais, culturais e políticas.

Portanto, na sociedade atual, a Matemática é cada vez mais solicitada para descrever, modelar e resolver problemas nas diversas áreas da atividade humana.

Segundo as DCEs a aprendizagem da Matemática consiste em criar estratégias que possibilitam ao aluno atribuir sentido e construir significado às idéias matemáticas de modo a tornar-se capaz de estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar. Desse modo, supera o ensino baseado apenas em desenvolver habilidades, como calcular e resolver problemas ou fixar conceitos pela memorização ou listas de exercícios.

A finalidade da Matemática é fazer o estudante compreender e se apropriar da própria Matemática “concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos, etc." Outra finalidade apontada pelos autores é fazer o estudante construir, “por intermédio do conhecimento matemático, valores e atitudes de natureza diversa, visando à formação integral do ser humano e, particularmente, do cidadão, isto é, do homem público”.

Para exercer plenamente a cidadania, é preciso saber contar, comparar, medir, calcular, resolver problemas, construir estratégias, comprovar e justificar resultados, argumentar logicamente, conhecer formas geométricas, organizar, analisar e interpretar criticamente as informações, conhecer formas diferenciadas de abordar problemas

OBJETIVO GERAL

A finalidade da Matemática é fazer o estudante compreender e se apropriar da própria Matemática “concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos, etc." Outra finalidade apontada pelos autores é fazer o estudante construir, “por intermédio do conhecimento matemático, valores e atitudes de natureza diversa, visando à formação integral do ser humano e, particularmente, do cidadão, isto é, do homem público”.

Segundo as DCEs a aprendizagem da Matemática consiste em criar estratégias que possibilitam ao aluno atribuir sentido e construir significado às idéias matemáticas de modo a tornar-se capaz de estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar. Desse modo, supera o ensino baseado apenas em desenvolver habilidades, como calcular e resolver problemas ou fixar conceitos pela memorização ou listas de exercícios.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

6º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos	Critérios de Avaliação
NÚMEROS E ÁLGEBRA	CLXVI. Sistemas de Numeração; CLXVII. Números Naturais; CLXVIII. Múltiplos e divisores; CLXIX. Potenciação e radiciação; CLXX. Números Fracionários; CLXXI. Números decimais.	CLXXII. Conheça os diferentes sistemas de numeração; CLXXIII. Identifique o conjunto dos naturais, comparando e reconhecendo seus elementos; CLXXIV. Realize operações com números naturais; CLXXV. Expresse matematicamente, oral ou por escrito, situações problema que envolva as operações com números naturais; CLXXVI. Estabeleça relação de igualdade e transformação entre:

GRANDEZAS E MEDIDAS	• Medidas de comprimento; • Medidas de massa; • Medidas de área; • Medidas de volume; • Medidas de tempo; • Medidas de ângulos; • Sistema Monetário.	Αρτ. 27. Identifique o metro como unidade-padrão de medida de comprimento; Αρτ. 28. Reconheça e compreenda os diversos sistemas de medidas; Αρτ. 29. Opere com múltiplos e submúltiplos do quilograma; Αρτ. 30. Calcule o perímetro usando unidades de medida padronizadas; Αρτ. 31. Compreenda e utilize o metro cúbico como padrão de medida de volume; Αρτ. 32. Realize transformações de unidades de medida de tempo
GEOMETRIAS	CLXXIV. Geometria Plana; CLXXV. Geometria Espacial.	CLXXVI. Reconheça e represente ponto, reta, plano, semi-reta e segmento de reta; CLXXVII. Conceitue e classifique polígonos; CLXXVIII. Identifique corpos redondos; CLXXIX. Identifique e relacione os elementos geométricos que
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Dados, tabelas e gráficos; • Porcentagem.	• Interprete e identifique os diferentes tipos de gráficos e compilação de dados, sendo capaz de fazer a leitura desses recursos nas diversas formas em que se apresentam; • Resolva situações problema que envolva porcentagem e relacione-as com os números na forma decimal e fracionária.

7º ANO

Conteúdo	Conteúdos Básicos	Critérios de Avaliação

Estruturante		
NÚMEROS E ÁLGEBRA	Números Inteiros; Números racionais; Equação e Inequação do 1º grau; Razão e proporção; Regra de três simples.	10. Reconheça números inteiros em diferentes contextos; 11. Realize operações com números inteiros; 12. Reconheça números racionais em diferentes contextos; 13. Realize operações com números racionais; 14. Compreenda o princípio de equivalência da igualdade e desigualdade; 15. Compreenda o conceito de incógnita; 16. Utilize e interprete a linguagem
GRANDEZAS E MEDIDAS	aa) Medidas de temperatura; bb) Medidas de ângulos.	cc) Compreenda as medidas de temperatura em diferentes contextos; dd) Compreenda o conceito de ângulo; ee) Classifique ângulos e faça uso do
GEOMETRIAS	• Geometria Plana; • Geometria Espacial; • Geometrias Não-Euclidianas	• Classifique e construa, a partir de figuras planas, sólidos geométricos; • Compreenda noções topológicas através do conceito de interior, exterior, fronteira, vizinhança
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Pesquisa Estatística; • Média Aritmética; • Moda e mediana; • Juros simples.	• Analise e interprete informações de pesquisas estatísticas; • Leia, interprete, construa e analise gráficos; • Calcule a média aritmética e a moda de dados estatísticos; • Resolva problemas envolvendo cálculo de juros simples.

8º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos	Critérios de Avaliação
NÚMEROS E ÁLGEBRA	• Números Irracionais; • Sistemas de Equações do 1º grau; • Potências; • Monômios e Polinômios;	• Extraia a raiz quadrada exata e aproximada de números racionais; • Reconheça números irracionais em diferentes contextos; • Realize operações com números racionais; • Compreenda, identifique e reconheça o número (pi) como um número irracional especial; • Compreenda o objetivo da notação
GRANDEZAS E MEDIDAS	• Medida de comprimento; • Medida de área;	• Calcule o comprimento da circunferência; • Calcule o comprimento e área de polígonos e círculo; • Identifique ângulos formados entre
GEOMETRIAS	XIX. Geometria Plana XX. Geometria Espacial; XXI. Geometria Analítica;	XXIII. Reconheça triângulos semelhantes; XXIV. Identifique e some os ângulos internos de um triângulo e de polígonos regulares; XXV. Desenvolva a noção de paralelismo, trace e reconheça retas paralelas num

9º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos	Critérios de avaliação

NÚMEROS E ÁLGEBRA	• Números Reais; • Propriedades dos radicais; • Equação do 2º grau; • Teorema de Pitágoras; • Equações Irracionais; • Equações Biquadradas;	• Opere com expoentes fracionários; • Identifique a potência de expoente fracionário como um radical e aplique as propriedades para a sua simplificação; • Extraia uma raiz usando fatoração; • Identifique uma equação do 2º grau na forma completa e incompleta, reconhecendo seus elementos; • Determine as raízes de uma equação do 2o grau utilizando diferentes
GRANDEZAS E MEDIDAS	• Relações Métricas no Triângulo Retângulo; • Trigonometria no Triângulo	• Conheça e aplique as relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo; • Utilize o Teorema de Pitágoras na determinação das medidas dos lados
FUNÇÕES	4. Noção intuitiva de Função Afim. 5. Noção intuitiva de Função Quadrática.	• Expresse a dependência de uma variável em relação à outra; • Reconheça uma função afim e sua representação gráfica, inclusive sua declividade em relação ao sinal da função; • Relacione gráficos com tabelas que descrevem uma função; • Reconheça a função quadrática e sua
GEOMETRIAS	3. Geometria Plana; 4. Geometria Espacial; 5. Geometria Analítica; 6. Geometria Não-Euclidiana.	7. Verifique se dois polígonos são semelhantes, estabelecendo relações entre eles; 8. Compreenda e utilize o conceito de semelhança de triângulos para resolver situações problemas; 9. Conheça e aplique os critérios de semelhança dos triângulos; 10. Aplique o Teorema de Tales em

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Noções de Análise Combinatória; • Noções de Probabilidade; • Estatística; • Juros Composto.	• Desenvolva o raciocínio combinatório por meio de situações problema que envolva contagens, • Aplicando o princípio multiplicativo; • Descreva o espaço amostral em um experimento aleatório; • Calcule as chances de ocorrência de um determinado evento; • Resolva situações problema que envolva cálculos de juros compostos.

1º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos	Critérios de Avaliação
NUMEROS E ALGEBRA	• Números Reais; • Polinômios; • Equação e Inequações Exponenciais,	• Amplie os conhecimentos sobre conjuntos numéricos e aplique em diferentes contextos; • Identifique e realize operações com polinômios;

GRANDEZAS E MEDIDAS	• Trigonometria no triângulo retângulo.	• Aplique as relações trigonométricas no triângulo retângulo.
FUNÇÕES	• Função Afim; • Função Quadrática; • Função polinomial; • Função exponencial;	• Identifique diferentes funções e realize cálculos envolvendo-as; • Aplique os conhecimentos sobre funções para resolver situações problema; • Realize análise gráfica de diferentes funções;
GEOMETRIAS	• Geometria Plana.	• Realize cálculo de superfície das figuras planas.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Matemática financeira	• Compreenda a Matemática Financeira aplicada aos diversos ramos da atividade humana.

2º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos	Critérios de Avaliação
NUMEROS E ALGEBRA	• Matrizes e determinantes; • Sistemas lineares.	• Conceitue e interprete matrizes e suas operações; • Conheça e domine o conceito e as soluções de problemas que se realizam por meio de determinantes;
GRANDEZAS E MEDIDAS	• Medida de área; • Trigonometria no triângulo retângulo e no	• Perceba que as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas e compreenda as relações matemáticas existentes nas
FUNÇOES	XXXII. Função trigonométrica.	XXXIII. Aplique os conhecimentos sobre funções trigonométricas para resolver situações-problema; XXXIV. Realize análise gráfica da
GEOMETRIAS	XXXV. Geometria Plana.	XXXVI. Ampliem e aprofundem os conhecimentos de Geometria Plana.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	XLIV. Analise Combinatória; XLV. Binômio de Newton; XLVI. Estudos das Probabilidades;	XLVII. Recolha, interprete e analise dados por meio de cálculos, a fim de permitir uma leitura crítica dos mesmos; XLVIII. Realize cálculos utilizando Binômio de Newton; XLIX. Compreenda a idéia de probabilidade.

3º ANO

Conteúdo	Conteúdos Básicos	Critérios de Avaliação

Estruturante		
NUMEROS E ALGEBR	• Números complexos;	• Compreenda os números complexos e suas operações.
GRANDEZAS E MEDIDA	• Medidas de superfície e volume.	• Compreenda como as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas e perceba as relações matemáticas existentes nas suas
GEOMETRIAS	XVII. Geometria Analítica; XVIII. Geometria Espacial;	XIX. Realize cálculo da área e volume de poliedros; XX. Amplie e aprofunde os conhecimentos de Geometria Espacial; XXI. Determine posições e medidas de elementos geométricos
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Estatística; • Matemática financeira.	• Realize estimativas, conjecturas a respeito de dados e informações estatísticas; • Aprofunde os conceitos da Matemática financeira aplicada no cotidiano.

METODOLOGIA

Segundo as DCEs o conhecimento matemático deve ser abordado sob uma visão histórica, de modo que os conceitos são apresentados, discutidos, construídos e reconstruídos, influenciando na formação do pensamento do aluno. A efetivação desta proposta requer um encaminhamento ao qual a Educação Matemática desempenha um importante papel, pois ela almeja um ensino que possibilite aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de idéias. Aprende-se Matemática não

somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas, para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Então, no decorrer do ano letivo os conteúdos serão trabalhados de forma que o aluno compreenda a matemática como um meio de resolver situações cotidianas. Para tanto, cada novo tema será iniciado com atividades que façam os alunos participarem de forma dinâmica, partindo de experiências já adquiridas e que os levem a ampliar ou formalizar novos conceitos contextualizando e articulando os conteúdos.

Os conteúdos serão inseridos em um contexto mais amplo, provocando a curiosidade do aluno, ajudando a criar a base para um aprendizado sólido que só será alcançado através da real compreensão dos processos envolvidos na construção do conhecimento. Para proporcionar a aprendizagem matemática com significado é fundamental:

XX. Trabalhar as ideias, os conceitos matemáticos intuitivamente, antes da simbologia, antes da linguagem matemática;

XXI. Aprender por compreensão;

XXII. Estimular o aluno para que pense, raciocine, crie, relacione ideias, descubra e tenha autonomia de pensamento;

XXIII. Trabalhar a matemática por meio de situações-problema próprias da vivência do aluno e que o façam realmente pensar, analisar, jogar e decidir pela melhor solução;

XXIV. Trabalhar o conteúdo com significado, levando o aluno a sentir que é importante saber aquilo para sua vida em sociedade ou que o conteúdo trabalhado lhe será útil para entender o mundo em que vive;

XXV. Estimular o aluno para que faça cálculo mental, estimativas e arredondamento, obtendo resultados aproximados;

XXVI. Considerar mais o processo do que o produto da aprendizagem – “Aprender a aprender” mais do que levar em conta resultados prontos e acabados;

XXVII. Permitir o uso adequado de calculadoras e computadores e utilizar jogos;

XXVIII. Trabalhar o desenvolvimento de uma atitude positiva em relação à matemática;

XXIX. Os conteúdos de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei nº11. 645/08); Educação Fiscal e Educação Tributária Dec. nº1143/99, portaria nº 413/02 serão abordados de forma contextualizada e relacionados aos conteúdos de ensino de matemática, sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

Para enriquecer as aulas de matemática, serão utilizados os recursos didáticos e tecnológicos, tais como:

- Resolução de problemas: fazer o aluno pensar, desenvolver o raciocínio lógico, enfrentar situações novas, elaborar e executar o plano de solução, verificando os resultados obtidos.
- Modelagem matemática: consiste em construir um modelo da realidade que queremos estudar, trabalhar com tal modelo e interpretar os resultados obtidos nesse trabalho, para responder as questões inicialmente apresentadas, constituindo uma alternativa interessante para as aulas dos diferentes níveis de ensino.
- Mídias tecnológicas: Atividades com lápis e papel ou mesmo quadro e giz, para construir gráficos, por exemplo, se forem feitas com o uso dos computadores, permitem ao estudante ampliar suas possibilidades de observação e investigação, porque algumas etapas formais do processo construtivo são sintetizadas (D'AMBROSIO & BARROS, 1988).

Partindo da busca e da organização de informações oriundas de distintas fontes de tecnologias, valoriza-se a articulação entre novas formas de representação de conhecimentos através das mídias e respectivas formas de linguagem que mobilizam pensamentos criativos, sentimentos e representações, contribuindo para a comunicação, a interação de pessoas e objeto de conhecimento, aprendizagem e o desenvolvimento de produções.

- Etnomatemática: valoriza a matemática nos diferentes grupos sócios - culturais e propõem uma maior valorização dos conceitos matemáticos informais construídos pelos alunos através de suas experiências, fora do contexto da escola.
- História da Matemática: permite compreender a origem das idéias que deram forma a nossa cultura e observar também os aspectos humanos

do seu desenvolvimento: enxergar os homens que criaram essas ideias e estudaram circunstâncias em que elas se desenvolveram. Essa história é um valioso instrumento para o ensino-aprendizagem, permitindo também estabelecer conexões com a história, a filosofia, a geografia e várias outras manifestações da cultura.

- Investigações matemáticas: desenvolve-se com formulação e a resolução de problemas concretos, das necessidades reais, econômicas, biológicas, portanto, a formalização da ciência matemática, há de ser antecedida pela intuição e a experimentação.

AVALIAÇÃO

Considera-se que a avaliação deverá ser ao longo do processo de ensino-aprendizagem, tanto como meio diagnóstico quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica, ancorada em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação e discussão que considerem a relação do aluno com o conteúdo trabalhado, o significado deste conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

Para que isso ocorra, é preciso que haja diálogo entre professor e alunos na tomada de decisões, no estabelecimento de critérios de avaliação, na definição da função da avaliação e nas posteriores intervenções, quando necessárias.

A função da avaliação é proporcionar aos alunos novas oportunidades para aprender, melhorar e refletir sobre seu próprio trabalho, bem como fornecer dados sobre as dificuldades de cada aluno. Para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa, que envolva o ensino e a aprendizagem. Dessa forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas.

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento.

Tais oportunidades devem incluir manifestação escritas, orais e de demonstração.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestação escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador e calculadora. É necessário que o professor elabore uma proposta de práticas avaliativas que mostrem se o aluno:

- Comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004).
- Participa coletiva e colaborativamente nos trabalhos realizados em grupos.
- Compreende, por meio da leitura, o problema matemático.
- Elabora um plano que possibilite a solução do problema.
- Encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático.
- Realiza o retrospecto da solução de um problema.

A avaliação será efetivada através de diferentes atividades, tais como:

5. Trabalhos individuais e em grupo;
6. Leitura de textos
7. Pesquisas bibliográficas;
8. Provas teóricas e práticas.
9. Registros em forma de relatórios, gráficos, audiovisuais e outros.

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, portanto deverá ser avaliado o desenvolvimento da aprendizagem, de modo que a avaliação da aprendizagem auxilie o educando no seu desenvolvimento pessoal e na apropriação dos conteúdos significativos. Definindo-a como um procedimento sistemático e compreensivo em que se utilizam múltiplos instrumentos.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem. E será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados. Esta deverá indicar na área de estudos e os conteúdos da disciplina a proposta de recuperação. Os resultados da recuperação deverão ser incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

Cabe ressaltar que os alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem serão avaliados a partir da flexibilização curricular que facilitará a integração dos mesmos, assim respeitando a diversidade e o tempo de cada aluno.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. **Avaliação e educação matemática.** [s.e.] RJ: MEM/USU/GEPEM, 1994. (Série Reflexões em Educação Matemática.)

BICUDO, M. A. V. (Org.). **Educação matemática.** SP: Moraes, 1988.

BONGIOVANNI, V.; LAUREANO, J. L. T.; LATTE, O. R. V. **Matemática e vida.** SP: Ática, 1991.

BURIASCO, R. L. C. **Análise da produção escrita: a busca do conhecimento escondido.** In: ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A (Orgs.). Conhecimento local e conhecimento universal: a aula, aulas nas ciências naturais e exatas, aulas nas letras e nas artes. [s.e.] Curitiba: Champagnat, 2004.

D`AMBROSIO, U. ; BARROS, J. P. D. **Computadores, escola e sociedade.** SP: Scipione, 1988.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: Arte ou técnica de explicar ou conhecer.** 5ª ed. SP: Ática, 1998. (Série Fundamentos).

D'AMBRÓSIO, B. S. Como ensinar matemática hoje? **Temas e Debates**, nº 2, ano II, p. 15-19, 1989.

DANTE, L. R. **Didática da resolução de problemas de matemática.** 12ª ed. SP: Ática, 2002.

_____. **Tudo é matemática** – 5ª a 8ª Séries. 2ª ed. SP: Ática, 2008.

GIOVANNI, J. R.; CASTRUCCI, B.; GIOVANNI Jr., J. R. **A conquista da matemática.** [s.e.] SP: FTD, 2002.

MIGUEL, A.; MIORIM, M. A. **História na educação matemática: propostas e desafios.** [s.e.] MG: Autêntica, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Educação Básica. **Diretrizes curriculares da educação básica.** Paraná: SEED, 2008.

_____**. Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.** História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnicas- raciais/Paraná. Secretaria de Estado e Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. - 110p. – (Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos).

_____. **Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –152 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____. **Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____. **Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

_____. **Lei nº11525/07 Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

POZO, J. I. **A solução de problemas: aprender a resolver para aprender.** PA: Artmed, 1998.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Estadual Marechal Rondon – EFMP. Campo Mourão, 2007.

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2007.

_____. **Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

SMOLE, K. C. S.; CENTURIÓN, M. A matemática de jornais e revistas. **RPM**, nº 20, 1º quadrimestre de 1992.

_____. Educação Tributária

www.leaozinho.receita.fazenda.gov.br/biblioteca/arquivos/pet_ceara.doc – (Acessado em 27/09/2011 as 09:51).

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Desde 400 a.C. já se conheciam muitos produtos químicos como, por exemplo, óxidos de ferro e de zinco, sulfato de ferro e de cobre, entre outros e também muitas técnicas de transformação química como fusão, dissolução, filtração, aquecimento com fogo direto, em banho “maria”, etc. Entretanto, não existiam explicações para esses fenômenos. Os povos mais antigos se preocupavam com práticas de produção das coisas e não com teorias e do porque das coisas acontecerem.

Sendo assim, os gregos foram os primeiros a se preocuparem com a composição da matéria e com os fenômenos da natureza. Demócrito (460-370 a.C.) afirmava que todas as coisas do mundo (um grão de areia, uma gota de água, etc.) poderiam ser divididas em partículas cada vez menores, até se chegar a uma partícula mínima que não poderia mais ser dividida e que seria denominado átomo (do grego: a, “não”, e tomos, “partes”);

Mas, a partir dos 500 a 1500 da era cristã se desenvolveu, entre árabes e europeus, a Alquimia, cujo sonho era descobrir o elixir da longa vida, ou seja, tornar o homem imortal, e a pedra filosofal, que teria o poder de transformar metais baratos em ouro.

Entretanto, não conseguiram realizar o sonho, mais com suas pesquisas acabaram produzindo novos materiais, como o álcool, o ácido sulfúrico, o ácido nítrico, etc.

No século XVI, na Europa, os pesquisadores partiram para produção de medicamentos, e desde essa época foi aparecendo as primeiras sociedades científicas, onde os cientistas se reuniam para trocas de informações sobre suas descobertas.

E a partir do século XVII, ocorreu o avanço da ciência química, através do vínculo das investigações sobre a composição e estrutura da matéria, estudos estes partilhados com a Física, que investigava as forças internas que regem a formação da matéria.

Nos séculos XVIII e XIX, firmou-se realmente o caráter científico da Química e com o trabalho de muitos cientistas, surgiu a Química Moderna,

que proporcionou uma explicação lógica para a existência de muitos materiais diferentes e suas possíveis transformações químicas.

Foi nesta época que surgiram as primeiras atividades educativas de química, como consequência das transformações políticas e econômicas que ocorriam na Europa.

Em 1919 foi aprovado um projeto para a criação do Curso de química industrial, de nível superior. Em 1922, foi realizado no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Brasileiro de Química. Esse evento teve grande repercussão: proporcionou a fundação da Sociedade Brasileira da educação e o movimento de modernização para o Ensino Brasileiro, com criação da Academia Brasileira de Ciências.

No início dos anos 50, foi organizado no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) em São Paulo, um grupo de professores universitários que também aspirava à melhoria do ensino das Ciências. As décadas entre 1950 e 1970 foram caracterizadas pelo método de ensino de ciências, cujo objetivo era formar cientistas. Ao final da década de 70, prosseguindo até o fim da década de 80, popularizou-se o método construtivista, que visava levar o aluno a relacionar suas concepções de aprendiz com o conceito científico pré-estabelecido.

No início dos anos 80, a partir dos movimentos das concepções alternativas a pesquisa em ensino de química passou a fazer parte da didática das ciências, que desde então, vem se consolidando como campo de investigação, a fim de formar um tipo de profissional acadêmico: o pesquisador em ensino de química.

No decorrer do século XX ocorreu um grande progresso na área da Química, esse período foi marcado pela fabricação de novos materiais como plásticos, tecidos, borrachas sintéticas, medicamentos, tintas, corantes, entre outros, e a descoberta da engenharia genética, exploração da biodiversidade, obtenção de diferentes combustíveis, pelos estudos espaciais e pela farmacologia; marca o processo de consolidação científica, com destaque à Química, que participa das diferentes áreas das ciências e colabora no estabelecimento de uma cultura científica, cada vez mais arraigada no capitalismo e presente na sociedade.

A abordagem do ensino de química deve ser norteada pela construção e reconstrução de significados e conceitos científicos, vinculada a

contextos históricos, políticos, econômicos, tecnológicos, sociais e culturais a fim de formar o aluno com os conhecimentos necessários para atuar criticamente na sociedade.

No domínio da contextualização e ação, o ensino de Química deve acontecer de forma que o aluno possa compreender a ciência e a tecnologia como partes integrantes da cultura humana contemporânea, reconhecer e avaliar seu desenvolvimento e suas relações com as ciências, seu papel na vida humana, sua presença no mundo cotidiano e seus impactos na vida social; reconhecer e avaliar o caráter ético do conhecimento científico e tecnológico e utilizar esses conhecimentos no exercício da cidadania.

A Química é uma ciência que tem sua razão de ser, sua especificidade, seu modo de interagir com a natureza, controlar respostas por meio de instrumentos técnicos e de sua linguagem peculiar, que contribui para a melhora da qualidade de vida das pessoas, nos aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais, éticos, entre outros.

A partir dos conteúdos estruturantes: Matéria e sua natureza, Biogeoquímica e Química sintética no Ensino Médio, é fundamental identificar e trabalhar com metodologias alternativas para facilitar o ensino – aprendizagem, através de uma visão crítica e que incentive a criatividade dos alunos para que os mesmos possam relacionar e aplicar no cotidiano os conhecimentos adquiridos.

Cabe destacar que o conhecimento Químico, assim como todo conhecimento, não é algo pronto acabado e inquestionável, mas algo que está em constante transformação. Esse processo de elaboração e transformação do conhecimento ocorre a partir das necessidades humanas, uma vez que a Ciência é construída por homens e mulheres inseparáveis dos processos sociais, políticos e econômicos.

OBJETIVO GERAL

Formar um aluno que se aproprie dos conhecimentos químicos e seja capaz de refletir criticamente sobre o meio em que se encontra inserido, conhecendo os conceitos químicos presentes nos materiais por ele utilizados em seu cotidiano e compreendendo a Ciência como uma construção de

homens e mulheres, portanto, inseparável dos processos sociais, políticos e econômicos.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

1ª SERIE:

Conteúdos estruturantes:

- Matéria e sua Natureza,
- Biogeoquímica,
- Química Sintética.

Conteúdos Básicos:

- Matéria,
- Solução,
- Ligação Química,
- Funções Químicas,
- Reações Químicas,
- Gases,
- Radioatividade.

2ª SÉRIE:

Conteúdos Estruturantes:

- Matéria e sua Natureza,
- Biogeoquímica,
- Química Sintética.

Conteúdos Básicos:

- Solução,
- Reações Químicas,
- Velocidade das Reações, Equilíbrio Químico.

3ª SÉRIE:

Conteúdos Estruturantes:

- Matéria e sua Natureza,
- Biogeoquímica,
- Química Sintética.

Conteúdos Básicos:

- Ligação Química,
- Funções Químicas,
- Reações Químicas.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O conhecimento na área de Química, no Ensino Médio, será explorado de forma interdisciplinar e contextualizado, cabe ao professor fazer com que o aluno entenda as idéias fundamentais das ciências, levando-o a utilizá-las para compreender melhor o seu funcionamento e sua interação com o mundo, evitando que o estudo de Química se constitua meramente em uma descrição dos fenômenos, repetição de fórmulas, números e unidades de medida, priorizando preparar os estudantes para a vida.

O desenvolvimento de um conceito científico deve começar com a linguagem usual para os assuntos da vida cotidiana, sendo de suma importância ser estimuladas as atividades experimentais, pois elas despertam a curiosidade do aluno e é uma forma do mesmo explicitar suas idéias sobre o fenômeno a ser estudado.

Cabe ao professor criar situações de aprendizagem de modo que o aluno pense mais criticamente sobre o mundo, sobre as razões dos problemas ambientais. Essa análise proporcionará uma visão mais abrangente dos diversos motivos que levaram, por exemplo, a substituição da madeira pelo plástico.

Sendo assim, as aulas de Química serão teóricas, expositivas, dialogadas e com questionamentos. O professor deverá levar o aluno a relacionar o conteúdo da disciplina com fatos do cotidiano, tendo como apoio: textos e exercícios do livro didático, artigos de revista, jornais, pesquisa individual e em grupo, filmes, documentários, páginas eletrônicas, aulas experimentais e tecnologias educacionais, como: CD, DVD, TV Multimídia; atividades

complementares para fixação dos conteúdos, seminários, trabalhos de pesquisa em grupo e individual.

Os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, de acordo com a Lei n. 11.645/08, a Educação Ambiental com base na Lei 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, serão abordados de forma contextualizada e relacionados aos conteúdos da disciplina de química, sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos conteúdos de Química será efetuada de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais Orientadoras da Educação Básica, e deve ser tratada como um processo de intervenção processual, formativo, contínuo e diagnóstico, levando em conta o conhecimento prévio do aluno, valorizando o processo de construção e reconstrução de conceitos, orientando e facilitando a aprendizagem, assim como também deve subsidiar e redirecionar as ações dos professores, buscando assegurar a qualidade do processo educacional no coletivo da escola.

A avaliação deverá ser feita através de instrumentos diversificados que possibilitem as várias formas de expressão dos alunos. Um deles é a leitura e interpretação de textos, onde o professor verificará se houve compreensão das ideias presentes no texto, se o aluno interage com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias; se o aluno, ao falar sobre o texto, expressou suas idéias com clareza e sistematizou o conhecimento de forma adequada e ainda se foram estabelecidas relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

Outro instrumento é o de produção de textos onde o professor deverá verificar se o educando é capaz de produzir textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.); expressar as idéias com clareza (coerência e coesão); adequar a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura; elaborar argumentos consistentes; produzir textos respeitando o

tema; estabelecer relações entre as partes do texto; estabelecer relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

Quando for solicitado que os alunos façam uma pesquisa bibliográfica, é de se esperar do aluno quanto à contextualização, identifica a situação e o contexto com clareza; ao problema, apresenta de forma clara, objetiva o tema levantado, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução; a justificativa aponta argumentos sobre a importância da pesquisa; o aluno, na escrita, remete-se aos textos lidos, por meio de citações ou paráfrases, referenciando-os adequadamente**.**

As atividades experimentais requerem que o aluno, ao realizar o experimento, seja capaz de registrar as hipóteses e os passos seguidos; demonstra compreender o fenômeno experimentado; sabe usar adequadamente e de forma conveniente os materiais; consegue utilizar apropriadamente o ambiente e os instrumentos necessários.

Na apresentação de seminários, os professores deverão considerar se o aluno demonstra consistência nos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas; apresenta compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados); faz adequação da linguagem; demonstra pertinência quanto às fontes de pesquisa; traz relatos para enriquecer a apresentação; faz adequação e toma como relevante as intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

Ao fazer uso de questões discursivas, os professores deverão considerar se o aluno demonstra compreensão do enunciado da questão; comunica por escrito, com clareza utilizando-se da norma padrão da Língua Portuguesa, sistematiza o conhecimento de forma adequada. Já nas questões objetivas se o aluno realiza leitura compreensiva do enunciado; demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; é capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos e principalmente a fixação do conteúdo.

Outros instrumentos poderão ser empregados desde que se mostrem adequados aos critérios estabelecidos para cada conteúdo. Logo, espera-se que o aluno entenda e questione a Ciência de seu tempo e os avanços tecnológicos na área de Química; construa e reconstrua o significado dos conceitos químicos; tome posições críticas frente às situações sociais e ambientais desencadeadas pela produção do conhecimento químico;

compreenda a constituição química da matéria a partir dos conhecimentos sobre modelos atômicos, estados de agregação e natureza elétrica da matéria.

Espera-se ainda que o aluno formule o conceito de soluções a partir dos desdobramentos deste conteúdo básico, associando substâncias, misturas, métodos de separação, solubilidade, concentração, forças intermoleculares; identifique a ação dos fatores que influenciam a velocidade das reações químicas; compreenda o conceito de equilíbrio químico, a partir da concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalisadores; elabore o conceito de ligação química, na perspectiva da interação entre o núcleo de um átomo e eletrosfera de outro a partir dos desdobramentos desse conteúdo básico.

Por fim, se espera que entendam as reações químicas como transformações da matéria a nível microscópico e diferencie as reações nucleares das demais reações que ocorrem na natureza; diferencie gás de vapor, a partir dos estados físicos da matéria, propriedades dos gases, modelo de partículas e as leis dos gases; reconheça as funções químicas, ácidos, bases, sais e óxido em relação a outras funções com a qual estabelece interação.

Esse processo avaliativo tem como finalidade não separar teoria e prática, e sim, observar a posição do aluno em relação à leitura de mundo, que se espera, seja crítica nos debates conceituais, articule o conhecimento químico às questões sociais, econômicas e políticas agindo assim no meio em que está inserido.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Geraldo C. & SOUZA, Celso L de. **Química**: de olho no mundo de trabalho. Editora Scipione: São Paulo, 2005.

COVRE, Geraldo José. **Química Total**. Editora FTD: São Paulo, 2001.

FELTRE, R. **Química Geral**. Editora Moderna. 6ª. Edição, vol. 01; 02 e 03. São Paulo 2004.

LEVORATO, A. R.; et al – **Química: Ensino Médio**. Editoração Eletrônica Ícone Audiovisual Ltda. SEED - Curitiba – Pr. 2006

MALDANER, O. A. **A formação inicial e continuada de professores de química:** professor/ pesquisador. 2. Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2003. p.120.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação - SEED. **Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica.** Química. Curitiba 2008.

_____**. Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental**/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

_____**. Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**.Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –152 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

PEQUIS - Pequis - **Projeto de Ensino de Química e Sociedade**. A ciência, os materiais e o lixo, Módulo - 1, Editora nova geração – 2003.

PERUZZO, Tito Miragaia & CANTO, Eduardo Leite do. **Química.** São Paulo: Editora Moderna: 2001.

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2010.

_____. **Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

SARDELLA, Antonio. **Química**. Editora Ática: São Paulo, 2002.

_____. **Químico ensino médio**. 5ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2003.

SANTOS, W. L. P; **Projeto de ensino de química e sociedade**, PEQUIS, ensino médio, 1ª ed. São Paulo, editora nova geração, 2005.

http://www.exatas.com/quimica/historia.html#magia. Acesso em: 06/02/2009

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE SOCIOLOGIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

De acordo com Celso Vasconcelos (2009), há duas tarefas básicas em relação à Proposta Curricular: definir os saberes necessários e organizar a forma de trabalhá-los no âmbito da instituição de ensino. Cabe aqui, esclarecer os propósitos da própria proposta curricular, apresentar a disciplina de Sociologia, seus conteúdos e sua importância, além do processo histórico que a levaram a fazer parte da grade curricular nacional a partir de 2008, como disciplina obrigatória. O currículo alcança uma dimensão política e social e neste contexto, a disciplina de Sociologia teve uma trajetória de idas e vindas no histórico escolar do ensino médio no Brasil.

Evidencia-se a necessidade de relatar brevemente a trajetória desta disciplina exatamente pela instabilidade da Sociologia nos currículos escolares, ora presente, ora ausente, ao sabor dos interesses dos governantes em determinar os saberes e os conteúdos que deveriam ser ensinados nas escolas de nível médio. Os saberes e os conteúdos relacionados a esta disciplina devem ser contextualizados exatamente porque se faz necessário problematizar e discutir nas escolas as questões políticas e sociais.

Segue-se a orientação por uma proposta pedagógica que seja articulada a partir das noções de trabalho e conhecimento. Parte-se da noção de trabalho porque ele é o elemento organizador da vida social, pois é a única atividade

que permite ao ser humano desenvolver uma auto-reflexão sobre a natureza a ponto de transformá-la, segundo suas necessidades. Sendo o trabalho uma atividade coletiva, percebe-se que os seres humanos atuam uns com os outros e tecem assim as relações sociais. Parte-se também do conhecimento porque é uma dimensão do próprio ato de trabalhar: nos gestos da produção e reprodução da sua existência, os indivíduos organizam e acumulam experiências, desenvolvem uma reflexão (sistematizada ou não), que lhes permitem aperfeiçoar sua vida. O conhecimento também é, portanto, expressão de um determinado modo de organização social. (Meksenas, 1994)

De acordo com o sociólogo Paulo Meksenas (1994, p. 23-24), “ser cidadão é ter direito ao trabalho, à participação consciente das riquezas sociais que o indivíduo ajuda a construir. O que só é possível plenamente quando o sujeito compreende a organização do trabalho e do conhecimento na sociedade contemporânea em que ele vive e atua”.

Para atingir o objetivo de que o aluno obtenha o domínio dos conhecimentos de Sociologia para o exercício da cidadania como está escrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/94, é necessário ir além dos conteúdos programáticos. Enxergar o aluno como sujeito de direitos. É preciso apreender, professores e alunos a importância de todas as disciplinas e como elas se inter-relacionam no intuito de formar para a vida em comunidade.

Com o título de Sociologia: O que estuda e como se relaciona com as disciplinas afins, Alfredo Guilherme Galliano em seu livro Introdução à Sociologia, explica que a palavra Sociologia é de origem recente, do mesmo modo que a própria disciplina. É uma mistura composta de elementos de duas línguas, criada pelo francês Augusto Comte em 1839. Do latim vem o termo sócio, que exprime a idéia de “social”, e do grego vem o termo logos, que significa “palavra” ou “estudo”. A definição etimológica de Sociologia significaria então, simplesmente, “o estudo do social” ou “o estudo da sociedade” (GALLIANO, 1981, p. 5). Logicamente que a etimologia da palavra não é suficiente para definir e entender o que é a Sociologia. Nesta ótica Galliano explica:

Quando se fala em sociedade, o que se tem em mente é sempre a idéia de homens (seres humanos) em interdependência. A noção de interdependência diz respeito, aqui, ao fato básico de que os homens não

vivem isolados, mas juntos; à formação de agrupamentos estáveis onde se dá o encontro do homem com o homem; ao estabelecimento de relações de cooperação, luta e domínio entre os homens no interior desses agrupamentos; e ao desenvolvimento ou destruição das culturas humanas que decorrem de tais relações (GALLIANO, 1981, p. 5).

Assim aproxima-se um pouco mais da definição do termo Sociologia, e também se define melhor o objeto de estudo desta disciplina. Ainda segundo Galliano: “Sociologia é o estudo dos homens em interdependência” (GALLIANO, 1981, p. 5).

Um dos autores que melhor sintetizou a trajetória da Sociologia no Brasil e da Sociologia no Ensino Médio no Brasil é Nelson Dácio Tomazi, professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com base em suas análises aponta-se aqui um breve histórico desta disciplina. Para esse autor, desde 1865, a Sociologia começa a dar os primeiros passos no Brasil. Sob forte influência do positivismo comtiano, foi publicada a obra A escravatura no Brasil, de F. A. Brandão Júnior. Em seguida, um dos precursores da Sociologia no Brasil, Sílvio Romero, publicou Etnologia selvagem, em 1872, e Etnografia brasileira, em 1888. No início da década de 1920, a Sociologia inicia sua trajetória no Ensino Médio através das escolas de São Paulo e Rio de Janeiro (TOMAZI, 2000, p. 9)

Pode-se afirmar que é no período 1930/1940 que a Sociologia coloca as suas bases no Brasil, pois procura, por um lado, definir mais claramente as fronteiras com outras áreas do conhecimento afins, como a literatura, a história e a geografia. Por outro lado, institucionaliza-se com a criação de escolas e universidades, nas quais a disciplina de Sociologia passa a ter um espaço e é promovida a formação de sociólogos (TOMAZI, 2000, p. 9).

Assim, foi criada em 1933 a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSE), em São Paulo, com o objetivo de formar técnicos, assessores e consultores capazes de produzir conhecimento científico sobre a realidade brasileira e, principalmente, que aliassem esse conhecimento à tomada de decisões no interior do aparato estatal/governamental federal, estadual e municipal (TOMAZI, 2000, p. 9).

A seguir foram fundadas a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF), respectivamente, em 1934 e 1935. Nelas, através das Faculdades de Filosofia, a preocupação maior era formar

professores para o ensino médio, principalmente para as escolas normais, formadores de professores para o ensino fundamental. Definia-se, assim, o espaço profissional dos sociólogos: trabalhar nas estruturas governamentais ou serem professores (TOMAZI, 2000, p. 9).

Foram muitos os professores estrangeiros que aqui vieram principalmente para a implantação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo; por isso, pode-se afirmar que foram eles que deram o grande arranque inicial para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Entre eles podem ser citados: Donald Pierson, Radcliff Brown, Claude Levi-Strauss, Georges Gurvitch, Roger Bastide, Charles Mozaré, e Jacques Lambert, que estiveram tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro e permitiram a formação e o desenvolvimento de inúmeros sociólogos no Brasil (TOMAZI, 2000, p. 9).

Com as obras de Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Fernando Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior já se encontrava uma produção sociológica significativa. Agora com a presença dos professores estrangeiros, essa produção aumenta e a Sociologia no Brasil se firma, surgindo uma nova geração que vai definir claramente os rumos dessa disciplina no Brasil. Os trabalhos de Egon Shaden, Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Azis Simão, Rui Coelho, Maria Izaura de Queiroz, em São Paulo, e A. Guerreiro Ramos, A. Costa Pinto e Hélio Jaguaribe, no Rio de Janeiro, terão seguidores em todo o território nacional (TOMAZI, 2000, p. 9-10).

A partir das décadas de 1950/1960 disseminam-se as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil, em universidades ou fora delas, e a Sociologia vai fazer parte do currículo dos cursos de Ciências Sociais ou apresentar-se como independente em outros cursos. O objetivo dos cursos de Ciências Sociais era formar pessoas (técnicos e professores) capazes de produzir uma “solução racional”, isto é, baseada na razão e na ciência, para as questões nacionais. Assim, a Sociologia, nessas décadas, tornou-se disciplina hegemônica no quadro das Ciências Sociais no Brasil, a primeira a formar uma “escola” ou uma “tradição”, tendo em Florestan Fernandes um dos seus principais mentores (TOMAZI, 2000, p.10).

Como decorrência desse projeto, vários autores surgem em diferentes áreas do pensamento sociológico e estes desenvolverão pesquisas e ensino. Apenas para citar alguns daqueles que a partir das décadas de 1960/1970 passam a ter suas obras lidas e reconhecidas: Octavio Ianni, Fernando

Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, José de Souza Martins, Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes, Maurício Tragtenberg, entre outros (TOMAZI, 2000, p. 10)

Em relação a presença da Sociologia no ensino médio, o mesmo autor aponta que pela primeira vez no Brasil, a disciplina de Sociologia foi apresentada como integrante do currículo do ensino fundamental e médio através da reforma proposta por Benjamim Constant, cuja morte não permitiu a continuidade de discussão do projeto. Somente a partir de 1925 é que a disciplina passou a integrar o currículo do curso médio do Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, por iniciativa de Fernando de Azevedo (TOMAZI, 2000, p. 10).

A partir de então, a disciplina de Sociologia teve um percurso de difícil presença no currículo do ensino médio. A Reforma Rocha Vaz (1928) integrou os currículos dos cursos das Escolas Normais do Distrito Federal e de Recife. Nesta última cidade a Sociologia foi incluída por iniciativa de Gilberto Freire, cuja obra marcaria a consolidação da pesquisa científica na área (TOMAZI, 2000, p. 10)

A Reforma Francisco Campos (1931) ampliou a inserção da disciplina nas escolas de nível médio, mas a reforma educacional de Gustavo Capanema (1942) restringiu seu ensino, determinando sua presença obrigatória apenas nas Escolas Normais e no período de 1964 até 1982 foram promulgadas a Lei 7.044 e a Resolução SE/236/83. Esta última recomendava, explicitamente, a inserção da Sociologia na grade curricular optativa das escolas de nível médio, ela estava fora do currículo (TOMAZI, 2000, p. 10)

Mais recentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n° 9394/1996, recolocou a disciplina na estrutura curricular do ensino médio. Afirma que os alunos, ao final do período, devem deter os conhecimentos sociológicos, deixando, portanto, para os governos estaduais, núcleos regionais de ensino e até para as escolas a liberdade da definição do modo como serão passados esses conhecimentos (TOMAZI, 2000, p. 10)

A luta pela reinserção das disciplinas de Sociologia e Filosofia extrapolou os âmbitos do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais de Educação e ganhou força em toda a sociedade civil organizada. Partidos políticos, grêmios estudantis, sindicatos de professores entre outras organizações, todos no intuito de que essas disciplinas voltassem a ser

obrigatórias nas grades curriculares do Ensino Médio em todo o Brasil. Na década de 1990 foi aprovada no Congresso Nacional uma lei que incluía as disciplinas de Sociologia e Filosofia no ensino médio. Em 2001 essa lei foi vetada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, dizendo que não haveria professores suficientes para ministrarem essas aulas entre outras alegações.

A partir de 2002 as reivindicações continuaram e os atores envolvidos na questão não desistiram da luta pela obrigatoriedade do ensino destas disciplinas nas escolas de nível médio. Em 24 de novembro de 2005 foi protocolado no Conselho Nacional de Educação o Ofício n° 9647/GAB/SEB/MEC. Neste ofício o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação encaminhou para apreciação um documento anexado sobre as “Diretrizes Curriculares das disciplinas de Filosofia e Sociologia do ensino médio”, elaborado pela Secretaria com a participação de representantes de várias entidades. O documento juntado continha uma série de considerações favoráveis à inclusão obrigatória das disciplinas no currículo do ensino médio. Com apoio na própria LDB, mas com a necessidade de alterá-la, os componentes desta comissão desenvolveram uma argumentação que defendia a presença da Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias.

O Conselho Nacional de Educação - CNE aprovou parecer favorável à inclusão das disciplinas de forma obrigatória no Ensino Médio e abriu caminho para a deliberação no Congresso Nacional. Estas disciplinas passaram a ser obrigatórias no Ensino Médio após a aprovação da Lei Federal n° 11.684, de 02 de junho de 2008. No Paraná a obrigatoriedade da Sociologia já havia sido determinada pela lei nº 15.228 de 25/07/2006, mas diante da nova determinação legal de que a disciplina deve estar presente em todas as séries do Ensino Médio, o Conselho Estadual de Educação/PR, aprovou em 07/11/08 a deliberação n.º 03/08, com o seguinte teor: uma série em 2009; duas em 2010; três em 2011; quatro em 2012 nos cursos de 04 anos. Nesse sentido, esta Proposta Pedagógica Curricular busca orientar o trabalho com a disciplina de Sociologia no âmbito das escolas públicas jurisdicionada ao NRE de Campo Mourão.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum e assim produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas; possibilitando assim construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a visão de mundo e o horizonte de expectativas, nas relações interpessoais com os vários grupos sociais e suas culturas preservando o direito à diversidade.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

1ª ANO DO ENSINO MÉDIO

Conteúdos estruturantes:

- O surgimento da Sociologia e as Teorias sociológicas.
- Conteúdos básicos:
- Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social;
- Teorias sociológicas clássicas: Comte, Durkheim, Engels e Marx, Weber.
- O desenvolvimento da Sociologia no Brasil.
- Processo de socialização e as instituições sociais.

Conteúdos básicos:

L. Processo de socialização;
LI. Instituições familiares;
LII. Instituições escolares;
LIII. Instituições religiosas;
LIV. Instituições de reinserção.

2ª ANO DO ENSINO MÉDIO

Conteúdos estruturantes

CLXXXII. Cultura e Indústria Cultural
CLXXXIII. Conteúdos básicos:

CLXXXIV. Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades;

CLXXXV. Diversidade cultural;

CLXXXVI. Identidade;

CLXXXVII. Indústria cultural;

CLXXXVIII. Meios de comunicação de massa;

CLXXXIX. Sociedade de consumo;

XXXVII. Trabalho, Produção e Classes Sociais

Conteúdos básicos

XXXVIII. O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades;

XXXIX. Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais

XL. Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições;

XLI. Globalização e Neoliberalismo;

XLII. Relações de trabalho;

XLIII. Trabalho no Brasil.

3ª ANO DO ENSINO MÉDIO

Conteúdos estruturantes

ff) Poder, Política e Ideologia

gg) Conteúdos básicos:

hh) Formação e desenvolvimento do Estado Moderno;

ii) Democracia, autoritarismo, totalitarismo;

jj) Estado no Brasil;

kk) Conceitos de Poder;

ll) Conceitos de Ideologia;

mm) Conceitos de dominação e legitimidade;

nn) As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.

Direito, Cidadania e Movimentos Sociais

Conteúdos básicos

Direitos: civis, políticos e sociais;

Direitos Humanos;

Conceito de cidadania;

Movimentos Sociais;

Movimentos Sociais no Brasil;

A questão ambiental e os movimentos ambientalistas;

A questão das ONG's.

METODOLOGIA

A Diretriz de Sociologia trás uma proposta de abordagem metodológica para o trabalho em sala de aula, "os quais devem ser trabalhados com rigor metodológico para a construção do pensamento científico e o desenvolvimento do espírito crítico: pesquisa de campo; análise crítica de filmes e vídeos; leitura crítica de textos sociológicos" (PARANÁ, 2008, p. 95). Ao apresentar cada uma das proposta ressalta a importância do trabalho com os estudantes, na perspectiva de desenvolver um aprendizado significativo e crítico. Sobre o trabalho com a pesquisa de campo salienta

A pesquisa de campo pode ser iniciada antes ou depois de se apresentar o conteúdo a ser desenvolvido. Quando a pesquisa preceder a apresentação do conteúdo, os resultados obtidos devem servir como base para problematizações a serem desenvolvidas. Se a pesquisa suceder o desenvolvimento dos conteúdos, os resultados deverão comprovar ou refutar o que foi discutido à luz das teorias sociológicas (PARANÁ, 2008, p. 95).

A prática da pesquisa de campo é uma boa opção para envolver os estudantes em um trabalho mais dinâmico, mas para isso é necessário um bom planejamento. Cabe ao professor a tarefa de planejar e conduzir a execução da pesquisa que pode ser realizada no próprio ambiente escolar e na comunidade ao entorno.

A opção por "filmes e vídeos sob um olhar crítico" também é alternativa para o ensino de sociologia, para tanto, uma advertência, "um filme deve ser entendido também como texto e, como tal, é passível de leitura pelos alunos. Os filmes são dotados de linguagem própria e compreendê-los não significa apenas apreciar imagens e sons" (PARANÁ, 2008, p. 96).

No que tange a esse encaminhamento é preciso ter claro a dificuldade de se trabalhar com tais ferramentas e o planejamento deverá ser rigoroso. Ao

professor cabe propor uma interpretação analítica e contextual e, assim sendo, alguns passos devem ser seguidos: a) a escolha do filme não deve estar relacionada somente ao conteúdo, mas também à faixa etária e o repertório cultural dos alunos; b) aspectos da ficha técnica do filme devem estar incluídos na atividade como o ano, o local de produção, a direção, premiações, assunto da obra, onde e quando se passa; c) a elaboração de um roteiro que contemple aspectos fundamentais para o conteúdo em estudo possibilitará uma melhor compreensão do trabalho, chamando a atenção dos alunos para questões sociológicas que possam estar correlacionadas; d) a discussão das temáticas contempladas deve estar articulada às teorias sociológicas e à realidade histórica referida; e) a sistematização das análises a partir do filme e/ou vídeo, pode ser feita por meio da produção de um texto ou de outro meio de expressão – visual, musical, literário – para completar a atividade (PARANÁ, 2008, p. 96 - 97).

Na Diretriz Curricular propõe-se o trabalho em sala de aula a partir da leitura e análise de textos sociológicos, organizado pelo professor, a partir dos recortes permitidos pelos conteúdos. Tais recortes precisam ser contextualizados com a obra do autor e com outros textos para que os estudantes percebam as controversas entre os autores e assim, rompem com a visão dogmática das “verdades” estabelecidas. Para tanto, “recomenda-se articular os excertos dos textos sociológicos acadêmicos a textos de livros didáticos, procurando garantir a cientificidade do conteúdo trabalhado, adequando-o ao universo cultural do aluno (PARANÁ, 2008, p. 97).

Uma das dificuldades para tal proposta diz respeito a falta de obras disponíveis ao alcance dos professores e alunos. Tal dificuldade pode ser solucionada com o “acervo bibliográfico formado pela Biblioteca do Professor, pela Biblioteca do Ensino Médio e pela Biblioteca de Temas Paranaenses. Nelas, estão disponíveis fontes de pesquisa para o professor, seja para seu próprio estudo e aperfeiçoamento, seja como material para dar suporte ao trabalho com os alunos”. Não se pode esquecer que o “Livro Didático Público de Sociologia é outro importante suporte teórico e metodológico desta disciplina e constitui um ponto de partida para professores e alunos” (PARANÁ, 2008, p. 97).

Embora a Diretriz Curricular aponte uma proposta metodológica, não significa que não se possa trabalhar com outras abordagens. Muitos

professores que atuam nas escolas conhecem e trabalham com a proposta formulada pelo professor João Luiz Gasparim, tal proposta contempla o que solicita a Diretriz. Existem ainda outras abordagens que podem ser usadas pelo professor (a).

Faz-se necessário um *aport* dentro dos conteúdos básicos da Sociologia quando da sua abrangência social e política, como obrigatoriedade elencadas em leis com o intuito de reforçar os saberes historicamente construídos e necessários como eixo de legitimação do ato democrático. Para tanto, conforme determina a Lei 11645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena, o enfoque será abordado simultaneamente fazendo inter-relação no primeiro ano do ensino médio com o conteúdo básico: Processo de socialização e as instituições sociais; no segundo ano do ensino médio com o conteúdo: Desigualdades Sociais: testamentos, castas e classes sociais; no terceiro ano do ensino médio com o conteúdo: Direitos cívis, políticas sociais e direitos humanos.

A Prevenção ao uso indevido de Drogas e Sexualidade Humana será contextualizada e inter-relacionada no primeiro ano do ensino médio no conteúdo: Processo de Socialização e Instituições familiares e sociais; no segundo ano do ensino médio com o conteúdo globalização e Neoliberalismo; no terceiro ano do ensino médio com o conteúdo: As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.

A Educação Ambiental Lei 9795/99 e decreto 4201/02, que trata de assuntos relacionados à educação ambiental, serão contextualizados e fará a inter-relação no primeiro ano do ensino médio com o conteúdo: Formação e consolidação da Sociedade Capitalista e o desenvolvimento do pensamento social; no segundo ano do ensino médio como conteúdo: Sociedade de consumo; no terceiro ano do ensino médio com o conteúdo: A Questão ambiental e os movimentos ambientalistas.

A Educação Tributária e Fiscal garantida pelo decreto 1143/99 e pela portaria 413/2, será contextualizada e inter-relacionada no conteúdo: Formação e consolidação da sociedade Capitalista e o desenvolvimento do pensamento social; no segundo ano do ensino médio com o conteúdo: Formação e desenvolvimento do Estado Moderno.

O Enfrentamento à Violência contra a criança e o adolescente, Lei Federal 11525/07, será contextualizado fazendo a inter-relação no primeiro ano

do ensino médio com o conteúdo: Processo de Socialização e as instituições sociais; no segundo ano do ensino médio com o conteúdo: Meios de comunicação de massa, e no terceiro ano do ensino médio com o conteúdo: Meios de comunicação de massa; e no terceiro ano do ensino médio com o conteúdo: As expressões da violência nas atividades contemporâneas.

Para finalizar, o professor conta ainda com uma orientação dos recursos didático-pedagógicos que podem ser úteis em seu trabalho diário: aulas expositivas dialogadas; aulas em visitas guiadas a instituições e museus, quando possível; exercícios escritos e oralmente apresentados e discutidos; leituras de textos: clássico-teóricos, teórico-contemporâneos, temáticos, didáticos, literários, jornalísticos; Debates e seminários de temas relevantes fundamentados em leituras e pesquisa: pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica; Análises críticas: de filmes, documentários, músicas, propagandas de TV; análise crítica de imagens (fotografias, charges, tiras, publicidade), entre outros.

AVALIAÇÃO

As propostas de avaliação que constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) serão levadas em consideração no ensino desta disciplina. Uma avaliação que seja diagnóstica, formativa, processual e continuada. De acordo com as DCEs:

A avaliação no ensino de Sociologia, proposta nestas Diretrizes, pauta-se numa concepção formativa e continuada, onde os objetivos da disciplina estejam afinados com os critérios de avaliação propostos pelo professor em sala de aula. Concebendo a avaliação como mecanismo de transformação social e articulando-a aos objetivos da disciplina, pretende-se a efetivação de uma prática avaliativa que vise “desnaturalizar” conceitos tomados historicamente como irrefutáveis e propicie o melhoramento de senso crítico e a conquista de uma maior participação na sociedade (PARANÁ, 2008, p. 98).

As formas de avaliação devem constar no Plano de Trabalho Docente. Abaixo, algumas formas de avaliação conforme segue:

- Prova individual com vários tipos de questões como: responder perguntas; questão para enumerar; questão para completar; questões objetivas com múltipla escolha;

- Prova individual com uma ou duas questões que deverão ser respondidas dissertativamente;
- Atividades diferenciadas como: trabalhos, pesquisas, relatórios, exercícios no caderno, participação nas aulas, entre outras;
- Atividade extra-classe;
- Trabalhos em grupo;
- Aplicar no mínimo três avaliações por bimestre;
- Realizar uma avaliação de recuperação de conteúdos, se necessário.

REFERÊNCIA

GALLIANO A. G. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas – SP: Autores Associados, 2002. – (Coleção Educação Contemporânea)

GIROUX, H. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 1983.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério 2º grau)

TOMAZI, Nelson D. (coord.) **Iniciação à Sociologia**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Sociologia**. Curitiba: SEED, 2008.

_____**. Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.** História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnicas- raciais/Paraná. Secretaria de Estado e Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. - 110p. – (Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos).

_____. **Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –152 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**. Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

_____**. Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

_____**. Lei nº11525/07 Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

RONDON, Colégio Estadual Marechal – EFMP. **Projeto Político-Pedagógico**. Campo Mourão, 2007.

_____**. Regimento Escolar.** Campo Mourão**,** 2007.

TOMAZI, Nelson D.(coord.). **Iniciação à Sociologia**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2000.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS

APRESENTAÇÃO

A Construção das Diretrizes Curriculares, coordenada pela Superintendência da Educação da Secretaria de Estado da Educação, assim como os estudos e as discussões realizados nas semanas pedagógicas apontaram os referenciais teóricos e metodológicos para construção desta Proposta Pedagógica Curricular.

Com relação ao ensino de línguas estrangeiras, uma nova perspectiva chegou ao Paraná em 1990 com a publicação do Currículo Básico que trazia uma concepção de língua entendida como prática social e historicamente construída. No entanto, este documento direcionava o trabalho com língua estrangeira para a prática de leitura, limitando assim as possibilidades de interação do aluno com a língua. A SEED estabeleceu parcerias para a formação e aprimoramento pedagógico e adquiriu livros de fundamentação teórica em língua estrangeira para escolas de Ensino Médio (EM) de toda a rede estadual e elaborou o livro didático do EM.

O conjunto de ações desenvolvido pela SEED, a partir de 2004, teve como foco principal promover a construção de novas Diretrizes Curriculares que favorecessem a formação continuada de professores na perspectiva de efetivarem-se como sujeitos epistêmicos, capazes de refletir, analisar e propor as indicações mais apropriadas para o processo de ensino aprendizagem.

No ano de 2008 foram realizados encontros organizados também pela SEED como DEB Itinerante, encontros por disciplinas realizados pelo Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão e semanas pedagógicas descentralizadas visando à disseminação das políticas curriculares do Estado, refletindo sobre a função social da escola pública e os processos de secundarização de seu papel. Esses encontros contemplaram a participação de toda a comunidade escolar na perspectiva de uma gestão democrática e na construção de uma proposta pedagógica curricular que superassem os descaminhos de uma política educacional fortemente marcada pela concepção neoliberal que permeou a educação na década de 90.

Como resultado dessas ações e visando a superação do contexto anterior, a SEED fez opção pelo currículo disciplinar, que toma o conteúdo como via de acesso ao conhecimento, considerando as dimensões científica, filosófica e artística dos mesmos, visto que a opção pelos conteúdos curriculares, em sua totalidade: [...] significa compreendê-los como síntese de múltiplos fatos e determinações, como um todo estruturado, marcado pela disciplinaridade didática. Tratar os conteúdos em sua dimensão práxica é compreender que a atividade educativa é uma ação verdadeiramente humana e que requer consciência de uma finalidade em face à realidade, por meio dos conteúdos, impossibilitando o tratamento evasivo e fenomênico destes. (PARANÁ, SEED, SUED, 2008, p.9).

Evidenciou-se igualmente, uma organização do processo de aprendizagem que possibilitaria a flexibilização/adaptação de conteúdos, metodologias e avaliações de modo a contemplar a participação e aprendizagem de todos os alunos, considerando seus conhecimentos prévios, suas necessidades linguísticas diferenciadas e o contexto social, vislumbrando a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

Nesse contexto, o ensino de língua inglesa, no ensino fundamental e médio, embasado na corrente sociológica e nos conceitos teórico-metodológicos do circulo de Bakhtin, configura-se como um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, oportunizando-lhe engajar-se discursivamente e compreender que a língua e a cultura são práticas sociais historicamente construídas e, portanto, passíveis de transformação. A língua é realizada num contexto concreto e preciso, levando o aluno à prática significativa com acesso a gêneros textuais orais, escritos e imagéticos. O aluno passa a sentir-se inserido em determinada realidade, sendo capaz de interagir com ela, ampliando seu conhecimento de mundo e desenvolvendo seu espírito crítico com relação ao outro e a si mesmo.

O objetivo da inclusão da Língua Inglesa no currículo do Colégio Estadual Marechal Rondon, parte da afirmação de que os estudantes têm o direito de acessar outras possibilidades culturais, ampliando e alargando sua visão de mundo, em um processo de afirmação de sua própria identidade e de possibilidades de aprendizagem. Para isso tem na língua materna a mais importante referência como ser coletivo.

O aprendizado de uma língua estrangeira não pode ser identificado apenas com a submissão econômica. Ao apropriar-se de outra língua, o ser particular apropria-se da herança cultural de toda a sociedade. Sendo assim, os professores precisam buscar alternativas que coloquem o ensino-aprendizagem da Língua Inglesa, seus métodos e suas metodologias nas relações entre as línguas e a formação de identidades no mundo globalizado, como preconizam as DCE:

> [...] ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentido, formar subjetividades, permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos independentemente do grau de proficiência atingido [...] analisar as questões sociais-político-econômicas da nova ordem mundial, suas implicações e desenvolver uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade" (PARANÁ, 2008, p.55)

=

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Tem-se como objetivo geral no ensino de línguas que o aluno seja capaz de: usar a língua em situações de comunicação oral e escrita; vivenciar, na aula de Língua Estrangeira, as formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas; compreender que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social; ter maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade, bem como ser capaz de reconhecer e compreender a diversidade linguística e cultural, assim como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

CONTEÚDOS ESTRURANTES E BÁSICOS

O Conteúdo Estruturante é o **discurso como prática social** materializado nas práticas discursivas de leitura, oralidade e escrita, as quais efetivarão o desenvolvimento do trabalho em sala de aula e a construção do significado por meio do engajamento discursivo.

Os conteúdos básicos serão trabalhados sempre a partir de um texto

significativo, atendendo as especificidades de cada um dos anos.

6º ANO

Gêneros Textuais

- Marcas do Gênero
  - Conteúdo Temático
  - Estilo
  - Elementos Composicionais
- Esfera social de circulação
- Suporte

Práticas discursivas:

LEITURA	**ORALIDADE**	**ESCRITA**
• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Léxico; • Repetição proposital de palavras; • Semântica: - operadores argumentativos; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.	• Tema do texto; • Finalidade; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.	• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Informatividade; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Ortografia; • Concordância verbal/nominal.

7º ANO

Gêneros Textuais

- Marcas do Gênero
  - Conteúdo Temático
  - Estilo
  - Elementos Composicionais
- Esfera social de circulação
- Suporte

Práticas discursivas

LEITURA	**ORALIDADE**	**ESCRITA**
• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Léxico; • Repetição proposital de palavras; • Situacionalidade; • Informações explícitas; • Discurso direto e indireto. • Semântica: operadores argumentativos; ambiguidade; sentido conotativo e denotativo das palavras no texto;	• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Informatividade; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Ortografia; • Concordância verbal/nominal.	• Tema do texto; • Finalidade; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.

• expressões que denotam ironia e humor no texto.		

8º ANO

Gêneros Textuais

- Marcas do Gênero
  - Conteúdo Temático
  - Estilo
  - Elementos Composicionais
- Esfera social de circulação
- Suporte

Práticas discursivas

LEITURA	**ORALIDADE**	**ESCRITA**
• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Léxico; • Repetição proposital de palavras; • Semântica: • Operadores argumentativos; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas,	• Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Semântica: - operadores argumentativos ; - ambiguidade; - significado das palavras; - sentido conotativo e denotativo; - expressões que denotam ironia e humor no	• Tema do texto; • Finalidade; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos. • Elementos semânticos; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos,

travessão, negrito), figuras de linguagem. • Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto	texto.	gírias, repetições, etc); • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

9º ANO

Gêneros Textuais

- Marcas do Gênero
  - Conteúdo Temático
  - Estilo
  - Elementos Composicionais
- Esfera social de circulação
- Suporte

Práticas discursivas

LEITURA	ORALIDADE	ESCRITA

• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade; • Aceitabilidade; • Informatividade; • Léxico; • Repetição proposital de palavras; • Semântica • Operadores argumentativos; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem. • Temporalidade; • Discurso direto e indireto; • Polissemia.	• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Informatividade; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Ortografia; • Concordância verbal/nominal. • Temporalidade; • Discurso direto e indireto; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Polissemia; • Processo de formação de palavras.	• Tema do texto; • Finalidade; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos. • Semântica.

ENSINO MÉDIO: 1ª, 2ª e 3ª SÉRIES

Gêneros Textuais

- Marcas do Gênero
  - Conteúdo Temático
  - Estilo
  - Elementos Composicionais

- Esfera social de circulação
- Suporte

Práticas discursivas:

LEITURA	ORALIDADE	ESCRITA
• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Situacionalidade; • Intertextualidade; • Temporalidade; • Referência textual; • Partículas conectivas do texto; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; • Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto; • Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto; • Polissemia; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto,	• Conteúdo temático; • Finalidade; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, semântica; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.	• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Situacionalidade; • Intertextualidade; • Temporalidade; • Referência textual; • Partículas conectivas do texto; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; • Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto; • Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto; • Polissemia; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto,

pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Léxico.		pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Ortografia; • Concordância verbal/nominal.

METODOLOGIA

A partir do conteúdo estruturante e dos conteúdos básicos serão desenvolvidas atividades que contemplem o uso da língua na leitura, na escrita, na oralidade. Tendo o texto como unidade de comunicação verbal, que pode ser escrita, oral ou visual.

Esse texto terá uma problematização, o que despertará o interesse dos alunos fazendo com que eles, na busca pela solução, desenvolvam uma prática reflexiva e crítica, ampliem seus conhecimentos linguísticos e percebam as implicações sociais, históricas, e ideológicos presentes em todo o discurso.

Importante trabalhar o vocabulário do texto, dependendo do grau de conhecimento do aluno tendo como objetivo o uso efetivo da língua e não apenas memorização de palavras soltas, descontextualizadas. Deste modo, a língua não será restrita ao ensino de estruturas linguísticas, mas sim estabelecerão objetivos realistas e sensíveis as diferenças regionais e individuais.

E a partir das necessidades surgidas durante o processo de interação do aluno com o texto, o professor abordará as questões linguísticas de modo a refletir e discutir sobre as mesmas. E nesses momentos o professor poderá mostrar aos alunos a importância de considerar quem disse o quê, para quem, onde, quando e porque, para entender a língua como uma pratica social e que acontece em contextos diferentes o que o levará a uma compreensão mais efetiva de um enunciado particular.

É fundamental que os textos trabalhados pertençam a vários gêneros do discurso, pois segundo Bakhtin, esses organizam nossa fala da mesma maneira que dispõe as formas gramaticais e seria impossível ter que criá-los pela primeira vez no processo da fala.

Assim, o aluno deverá ter contato com diferentes gêneros de textos, ressaltando suas diferenças estruturais e funcionais, a sua autoria o seu caráter público e ao mesmo tempo aproveitar o conhecimento da língua materna para que esse aluno seja um leitor crítico, sabendo que por traz de cada texto há um sujeito, com uma história, com uma ideologia e com valores particulares e próprios da comunidade em que estão inseridos. Isso favorecerá também a percepção de que as formas linguísticas não são sempre idênticas, nem tem sempre o mesmo significado, flexibilidade esta que depende e varia de acordo com o contexto e com a situação em que a prática social da língua ocorre.

A partir dessas considerações a efetivação do discurso como prática social acontecerá por meio das práticas discursivas a seguir:

- A oralidade: expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos e incentivá-los a expressar suas ideias em língua estrangeiras, respeitando seu nível linguístico, possibilitando a interação com sons específicos da língua.
- A escrita: propor atividades sócio-interativas, significativas para que o aluno perceba o uso real da língua, levando em consideração para quem se escreve e através desse diálogo, construir um texto coerente tanto ao gênero discursivo quanto a variedade linguística.
- A leitura: apresentar diferentes gêneros de textos aos alunos e propor atividades de reflexão, levando-os a percebê-los como uma prática social de uma sociedade em determinado contexto sócio-cultural. Além disso, instrumentalizar os alunos com conhecimentos linguísticos, discursivos, sócio-pragmáticos e sócio-culturais que necessitem para interagir melhor com esses textos.

Serão utilizadas alternativas viáveis para garantir ao aluno a aquisição e domínio dos mecanismos que compõem a estrutura da língua, possibilitando o emprego desses mecanismos num contexto específico para que se processe a comunicação. Gradativamente o aluno irá ampliando seus conhecimentos linguísticos e a medida que for superando dificuldades, serão apresentadas estruturas mais complexas e criadas situações para que ele possa perceber o verdadeiro sentido da função social da língua inglesa.

- A presente proposta também contempla a inclusão das temáticas “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645/08), Prevenção ao uso Indevido às Drogas, Sexualidade Humana, Educação Fiscal, Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, Direito da Criança e Adolescente (L.F. Nº 11.525/07), Educação Tributária (Dec. No1143/99, Portaria no 413/02), Educação Ambiental (L.F. Nº 9795/99, Dec. No 4201/02)” nos conteúdos a serem trabalhados, de acordo com o que for oportunizado pelo texto, dada a importância que essas temáticas trazem para a construção de um Estado Democrático de Direito, de acordo com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil e a obrigatoriedade de seu ensino, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a Deliberação Estadual 04/06 e a instrução 009/2011.

Os recursos didáticos utilizados serão aqueles disponibilizados pela escola. Dentre eles: Quadro-negro, giz, livro didático, pincel atômico, material fotocopiado, aparelho de som, televisão, aparelho de DVD/vídeo, data show, dicionários, Laboratório de Informática e internet.

AVALIAÇÃO

“A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo.” (LUCKESI, 1995)

A avaliação deve estar atrelada aos objetivos para o ensino de LEM já explicitados na fundamentação teórica. O aluno precisa ser envolvido no processo de avaliação uma vez que também é construtor do conhecimento. Seu esforço precisa ser reconhecido através de ações como o fornecimento de “feedback” sobre o seu desempenho e entendimento do “erro” como parte integrante da aprendizagem. É fundamental haver coerência entre o ensino e a avaliação, partes inseparáveis do mesmo processo.

Deve ser avaliada a capacidade de perceber a linguagem nos códigos específicos, a capacidade de compreender linguagens diferentes, em determinados momentos do cotidiano, a capacidade de perceber os diferentes

interesses vinculados pela linguagem, a capacidade de realizar-se enquanto ser humano pela e na língua.

Portanto, essa avaliação será processual, contínua e participativa, envolvendo diferentes instrumentos e critérios ao longo do processo, conforme segue:

- Atividades de leitura compreensiva de textos - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende as ideias presentes no texto; interage com o texto por meio de questionamentos, concordância ou discordâncias; fala sobre o texto, expressa suas ideais com clareza e sistematiza o conhecimento de forma adequada; estabelece relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala.
- Projeto de pesquisa bibliográfica - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno apresenta em seu texto os seguintes passos: 1. Contextualização – introdução ao tema; 2. Problema - questões levantadas sobre o tema; 3. Justificativa argumentando sobre a importância da pesquisa; 4. Consulta bibliográfica - texto produzido pelo aluno a partir das leituras que fez, através de paráfrases, citações referenciando adequadamente. 5. Referência – cita as fontes pesquisadas.
- Produção de textos - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: atende as três etapas articuladas da prática escrita como: planeja o que será produzido, faz a escrita da primeira versão sobre a proposta apresentada a partir daí, revisa, reestrutura e reescreve o texto na perspectiva da intencionalidade definida. A partir disso, o professor observará se o aluno: produz o texto atendendo as circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidades, etc.); expressa as idéias com clareza (coerência e coesão); adequa a linguagem às exigências do contexto de produção, dando diferentes graus de formalidade ou informalidade, atende os termos de léxico, de estrutura; elabora argumentos consistentes; respeita o tema; estabelece relações entre as partes do texto e estabelece relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.
- Palestra/apresentação Oral - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra conhecimento do

conteúdo; apresenta argumentos selecionados; adequa a linguagem; apresenta sequência lógica e clareza na exposição oral e se usa os recursos adequadamente.

- Relatório - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno atende aos seguintes tópicos: 1. Introdução - fornece informações iniciais apresentando o trabalho (atividade) que deu origem ao relatório, apontando quais são (foram) os objetivos desta atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado, dos conceitos construídos; 2. Metodologia e materiais **-** descreve, objetiva e claramente, como realmente se deu o trabalho ou atividade desenvolvida. Embora seja uma descrição suscinta, não pode omitir informações que sejam relevantes para que o leitor compreenda a respeito do que se está falando, ou para que o leitor faça uma reflexão que permita o aprimoramento da atividade; 3. Análise **-** constam os elementos e situações interessantes que tenham acontecido. É importante, na análise, que se estabeleça as relações entre a atividade, os procedimentos realizados e o objeto de estudo que deram origem à atividade em questão; 4. Considerações Finais **-** apresenta os resultados obtidos de forma crítica, confrontando-os com os objetivos da atividade realizada. Este é um item importante, pois vai possibilitar que o aluno faça a apreciação sobre o trabalho (atividade) realizado, seus objetivos, a aprendizagem alcançada.
- Seminário: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: apresenta os argumentos com consistência; compreende o conteúdo abordado, faz adequação da linguagem, faz uso e referencia as fontes de pesquisa com pertinência, traz relatos para o enriquecimento da apresentação, adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.
- Debate - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: aceita a lógica da confrontação de posições; está disposto e aberto a ultrapassar os limites das suas posições pessoais; explicita racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a posição e admite o caráter, por vezes contraditório, da sua argumentação; faz uso adequado da língua portuguesa em situações formais; apresenta o conhecimento sobre o conteúdo da disciplina

envolvido no debate, demonstra compreensão do assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.

- Atividades com textos literários - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende e interpreta a linguagem utilizada no texto; articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido; reconhece os recursos expressivos específicos do texto literário.
- Atividades a partir de recursos Audiovisuais - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende e interpreta a linguagem utilizada; articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual; reconhece os recursos expressivos específicos daquele recurso.
- Trabalho de grupo - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos na sala de aula ou em espaços diferenciados; compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade.
- Questões discursivas - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra compreensão do enunciado da questão; comunica por escrito, com clareza utilizando-se da norma padrão da Língua Portuguesa, sistematiza o conhecimento de forma adequada.
- Questões objetivas - Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: realiza leitura compreensiva do enunciado; demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; é capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos e principalmente a fixação do conteúdo.

A avaliação na inclusão

É fundamental que o professor, dentro desse processo seja flexível, verifique e valorize o progresso do aluno envolvendo-o num trabalho que inclua uma variedade de situações de aprendizagem.

Será oportunizada ao estudante a recuperação de estudos de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem. Esta será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados e os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o processo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento.

Para o fechamento da nota bimestral serão somados os valores atribuídos em cada instrumento avaliativo, de forma a atender o que consta no Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar do estabelecimento e também as orientações da LDB.

É fundamental que o professor, dentro desse processo de avaliação seja flexível, verifique e valorize o progresso do aluno envolvendo-o num trabalho que inclua uma variedade de situações de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Nº 11.645**, de 10 Março de 2008 .**

_____. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In: BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Introdução às Diretrizes Curriculares**. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a rede Pública Estadual de Ensino. SEED-PR.

____**. Lei nº11525/07 Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente**

Enfrentamento à Violência na Escola/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria Políticas e Programas Educacionais.

Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –93 (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 4).

____. **Lei nº 11525/07 História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.**
História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais/Paraná. Secretaria de Estado e Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2006. -110p. – (Cadernos Temáticos).

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Língua Estrangeira Moderna.** Curitiba, 2008.

____**. Sexualidade/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., - 2009 p. –216. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

____**. Decreto 4201/02; Lei nº 9795/99. Educação Ambiental**/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., - 2008 p. –112 (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

_____. **Grupo de estudos.** Disponível em http://www.seed.pr.gov.br/portals/bancoquestaoavaliativa/OrientacoesGeraisGE2008.pdf?PHPSESSID=2010080411160589 acesso em 04/08/2010

RONDON, Colégio Estadual Marechal- **Projeto Político Pedagógico**. Campo Mourão, 2011.

RONDON, Colégio Estadual Marechal- **Regimento Escolar**. Campo Mourão, 2011.

VYGOTSKY, L, S. **Pensamento e linguagem**. 2ed. São Paulo: 1999

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ao priorizar a retomada dessa modalidade de oferta, no período 2003/2006, a política para a Educação Profissional se iniciou pela realização de diagnóstico acerca das reais necessidades de expansão, considerando as tendências socioeconômicas das regiões do Estado, e do provimento de recursos materiais e humanos. Esta política de expansão considera também a reestruturação curricular dos cursos para favorecer a formação do cidadão/aluno/trabalhador, que precisa ter acesso aos saberes técnicos e tecnológicos requeridos pela contemporaneidade, para o que contribuiu a revogação do Decreto n. 2.208/97 e a promulgação do Decreto n. 5.154/04. Essa nova legislação possibilitou conceber propostas curriculares considerando a necessária articulação entre as diferentes dimensões do trabalho de formação profissional do cidadão/aluno, na perspectiva da oferta pública da Educação Profissional técnica de nível médio, enfatizando o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, como princípios fundantes da organização curricular integrada ao Ensino Médio. A partir do contexto apresentado, reafirma-se que com a política de retomada da Educação Profissional no Estado, a partir de 2003, assume-se uma concepção que rompe com a dimensão que a articula diretamente ao mercado de trabalho e à empregabilidade e laboralidade. Assume-se, também, o compromisso com a formação humana dos alunos, a qual requer a apreensão dos conhecimentos científicos, tecnológicos e históricosociais pela via escolarizada.

TÉCNICO EM CUIDADOS COM A PESSOA IDOSA/SUBSEQUENTE

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa.
Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança.

Forma: Subseqüente

Carga Horária total do Curso: 1.440 horas/aula – 1200 horas. Mais 50 horas de Estágio Supervisionado

Regime de Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período noite.

Regime de Matrícula: Semestral

Número de vagas: 35 alunos por turma. (Conforme m² - mínimo 30 ou 40)

Período de integralização do curso: Mínimo de 18 meses e máximo de cinco anos

Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio

Modalidade de Oferta: Presencial

A estruturação Curricular do Curso Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa se fez a partir da concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. O plano ora apresentado teve como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo.

Assim, os componentes curriculares integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam à base da formação técnica. Por outro lado, introduziram-se disciplinas que ampliam as perspectivas do "fazer técnico" para que o estudante se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura.

A área de cuidados com a pessoa idosa demanda profissionais com formação adequada que integre todos os aspectos da vida de forma a garantir o atendimento humanizado da pessoa idosa.

A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa, enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade.

De acordo com as projeções da Organização Mundial de Saúde (OMS), até 2025 a população de idosos no Brasil crescerá 16 vezes em relação ao crescimento da população total, o que nos dará a colocação de 6º país com maior população idosa. Esse aumento do número de idosos e na perspectiva

de vida deve-se principalmente aos avanços ocorridos na área da educação e da medicina.

O desenvolvimento científico e tecnológico incidiu sobre todas as instituições, organização do trabalho, configuração do espaço de vida e de conseqüência na dinâmica e arranjos familiares o que impõe novas necessidades no cuidado com pessoas que não conquistaram ou reduziram sua auto suficiência.

O maior desafio na atenção à pessoa idosa é conseguir contribuir para que, apesar das progressivas limitações que possam ocorrer e do aumento significativo de anos de vida, elas possam descobrir possibilidades de viver com a máxima qualidade.

Uma parcela da população jovem que concluiu o ensino médio e que não escolheu ou logrou continuar seus estudos a nível superior e que pretende ingressar no mundo do trabalho com uma capacitação que lhe amplie as possibilidades tem no curso técnico subseqüente a oportunidade de fazê-lo em tempo reduzido e, a área de cuidados com a pessoa idosa tem potencial atrativo para os jovens que têm interesse na área de cuidados com pessoas.

OBJETIVOS

a. Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem;

b. Oferecer um processo formativo que sustentado na educação geral obtida no nível médio assegure a integração entre a formação geral e a de caráter profissional.

c. Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.

d. Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área de cuidados com a pessoa idosa com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.

e. Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental.

f. Qualificar o estudante no cuidado com a pessoa idosa para que exerça sua prática profissional orientada pelo saber técnico fundado no conhecimento científico consolidado e com capacidade de acompanhar os avanços das pesquisas na área.

g. Formar Auxiliares e Técnicos em Cuidados com a Pessoa Idosa que sejam capazes de identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde doença;

h. Proporcionar conhecimentos na área biopsicossocial e espiritual que permitam uma prática informada e a construção de habilidades no trato com a pessoa idosa.

i. Formar Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa capaz de atuar e interagir com diferentes profissionais e com os familiares distinguindo a responsabilidade de cada um nos diferentes níveis de atendimento ao idoso.

j. Formar o Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa, com base teórico-prática, que seja capaz de compreender e aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta profissional.

k. Desenvolver conhecimento técnico, científico e humanístico que permitam cuidar dos indivíduos idosos, interagindo com as famílias, grupos sociais e comunidade desenvolvendo atividades de promoção, prevenção, apoio à recuperação e reabilitação da pessoa idosa.

l. Desenvolver capacidade de reflexão, de trabalho em equipe, de flexibilidade e de resolução de problemas no ambiente de trabalho.

m. Formar Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa capazes de responder às demandas de diferentes grupos sociais, respeitando as diferenças culturais, sociais, étnicas e econômicas envolvendo-se na definição das estratégias de atenção e cuidados formuladas de forma participativa e solidária com o usuário da saúde.

n. Proporcionar ao educando conhecimentos gerados pelo processo de envelhecimento e sua interferência no ambiente familiar, institucional e comunitário;

o. Desenvolver competências profissionais capazes de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades e valores necessários ao desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho de cuidados com a pessoa idosa;

p. Desenvolver habilidades e atitudes que possibilitem o auto-gerenciamento e o das pessoas entregues aos seus cuidados, para enfrentar situações rotineiras e inéditas na prática profissional;

q. Oferecer experiências de aprendizagem que permitam o desenvolvimento de atividades que contribuam na promoção da autonomia e hábitos saudáveis de vida no processo normal de envelhecimento;

r. Contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços prestados a comunidade através da promoção profissional e educacional do Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa.

s. Preparar o educando para a autonomia intelectual e para a educação continuada de forma a garantir sua adaptação às novas formas de ocupação.

MATRIZ CURRICULAR CUIDADOS COM A PESSOA IDOSA

Estabelecimento: RONDON, C E MAL - E FUND MEDIO PROF	
Curso: TEC.EM CUIDADO PES IDO-SUBS ET	Turno: Noite
Ano de Implantação: 2010 – GRADATIVA	Módulo: 20 semanas

Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
3057 - AMBIENTE E SEGURANCA	FE			3					
3058 - ANATOMIA E FISIO HUM PRO ENVEL	FE	4							
3059 - ATIVIDADES FISICAS E LAZER	FE			4					
3060 - ATIVIDADES OCUPA E LABORATIVAS	FE		4						
4022 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	FE			3					
3514 - FUNDAMENTOS DO TRABALHO	FE	2	2						
3061 - HIGIENE,SAUDE E PROFILAXIA	FE		4	4					
3062 - HISTORIA DO ENVELHECIMENTO	FE	4							
3063 - LINGUAGEM E PRATICA DISCURSIVA	FE	4							
3004 - NUTRICAO	FE		2	3					
3064 - PATOLOGIAS COMUNS NO IDOSO	FE	2	3						
3065 - POLITICAS PUBLICAS	FE	2	2						
3509 - PROCESSO SAUDE DOENCA	FE	2	3	2					
3066 - PROJETOS SOCIAIS	FE			5					
2101 - PSICOLOGIA	FE	4	4						
4446 - ESTAGIO PROF.SUPERVISIONADO	E	1	1	1					
Carga Horária Total		25	25	25					

Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.
FE=FORMACAO ESPECIFICA

EMENTAS

1. AMBIENTE E SEGURANÇA

Os espaços públicos e privados compartilhado pela pessoa idosa. Condições das vias e do transporte coletivo e da acessibilidade**.** Noções Básicas de Mobilização, Transporte e Reabilitação; Noções da Estrutura e Funcionamento do Movimento; Organização do Ambiente; Reconhecimento das Situações de Riscos e Prevenção de Acidentes.

CONTEÚDOS:

- Ambientes de uso da pessoa idosa: concepção arquitetônica, organização dos ambientes, condições para a segurança e autonomia**:** mobilização; transferência;
- ortes (cadeira de roda, muleta, andador, cadeira de banho, bengala);
- uso dos espaços e do transporte público; exercícios ativo e passivo.
- Prevenção de quedas: barras de apoio, corrimão, piso ante-derrapante, etc.

BIBLIOGRAFIA

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira; DIOGO, Maria José D'Elboux. Atendimento Domiciliar: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu, 2000.

FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia; CANÇADO, Flávio Aluízio Xavier; GORZONI, Milton Luiz. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

2. **ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA NO PROCESSO DE**

Estruturas e Funcionamento do Corpo Humano; alteração de cada Sistema no Processo de Envelhecimento.

CONTEÚDOS: Estrutura e funcionamento dos sistemas: esquelético, tegumentar, muscular, circulatório, respiratório, digestório, urinário, endócrino, nervoso, linfático, reprodutor masculino e feminino; Processo fisiológico do envelhecimento dos diversos sistemas no idoso.

BIBLIOGRAFIA

BUSSE, Ewald W.; BLAZER, Dan G. Psiquiatria Geriátrica. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

CARVALHO FILHO, Eurico Thomaz. Geriatria: Fundamentos, Clínica e Terapêutica. São Paulo: Atheneu, 1994.

DUTHIE JR, Edmund H.; KATZ, Paul R.. Geriatria Prática. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia; CANÇADO, Flávio Aluízio Xavier; GORZONI, Milton Luiz. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

LIBERMAN, Alberto. Cardiologia Geriátrica. São Paulo: Manole, 2005.

NOBILE, Luciana de Almeida. Sexualidade na Maturidade. Brasiliense, 2002.

3. ATIVIDADES FÍSICAS E LAZER

Os fundamentos científicos do movimento. Importância das atividades físicas. Atividades Físicas e Postural; Atividades Recreativas; Desenvolvimento de Talentos e Novas Habilidades;

CONTEÚDOS:

- Bases teórico práticas de atividades como Caminhada, Alongamento, Exercícios Físicos adequados à terceira idade,
- Orientação Postural, Dança,
- Música e participação em Centro de convivência.
- Fundamentação para orientação dessas atividades.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, M.A. Contribuições para o trabalho com a terceira idade. Santa Maria, 2002.

DIAS, J.F. Os novos tempos da velhice: reflexões, críticas e proposta. Santa Maria: O autor, 2004.

DORNELLES, Beatriz; COSTA, Gilberto José Corrêa da. Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos. Porto Alegre: Doravante, 2005.

LORDA, C.Raul. Recreação na terceira idade. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

OKUMA, Silene Sumire. O idoso e a atividade física: fundamentos e pesquisa. Campinas: Papirus, 1998.

SILVA, Fátima Sueli de Souza e. Turismo e psicologia no envelhecer. São Paulo: Roca, 2002.

4. ATIVIDADES OCUPACIONAIS E LABORATIVAS

Bases teóricas para o desenvolvimento de atividades ocupacionais; atividades laborativas Diárias e sua função para a manutenção da saúde física e mental.

CONTEÚDOS:

- Jogos de Memória;
- Jogos de Dama/Xadrez/Caça Palavras;
- AVD's (atividade de Vida Diária);
- Trabalhos Manuais;
- Leitura; contar histórias e experiências, etc. e sua função para a manutenção da saúde física e mental.

BIBLIOGRAFIA

CALDAS, Célia Pereira. A Saúde do Idoso: A arte de cuidar. Rio de Janeiro: EduERJ, 1998.

FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia; CANÇADO, Flávio Aluízio Xavier; GORZONI, Milton Luiz. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

JACOB FILHO, Wilson. Prática a caminho da senecultura. São Paulo: Atheneu, 2003.

LORDA, C.Raul. Recreação na terceira idade. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

MORAGAS, Ricardo Moragas. Gerontologia Social: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Paulinas, 1997.

WITTER, Geraldina Porto. Envelhecimento: referenciais teóricos e pesquisas. Campinas: Alínea, 2006.

5. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A Construção da Idéia de Direito no Estado Moderno; A Consolidação da perspectiva de Direito em função das Diferenças Etárias, de Gênero, Sócio-econômicas e Condições Físico-psicológicas; Fundamentos Éticos do Estado de Direito.

CONTEÚDOS:

- Estado moderno e a construção da idéia de direito; perspectiva histórica;
- Bases da vida societária na sociedade moderna; a sociedade urbana industrial e seu impacto sobre a organização familiar;
- Responsabilidade pública com a proteção do idoso;
- Ética, moral, valores e crenças;
- A proteção e o cuidado: responsabilidade do Estado, da sociedade e da família.

- Estatuto do Idoso.

BIBLIOGRAFIA

GODINHO, Robson Renault. Proteção Processual dos Direitos dos Idosos. Lumen Júris editora, 2007.

FRANCO, Paulo Alves. Estatuto do Idoso Anotado. São Paulo: Editora Servanda, 2007.

7. FUNDAMENTOS DO TRABALHO

O Trabalho humano nas perspectivas ontológicas e histórica; o trabalho como realização da humanidade, como produtor da sobrevivência e da cultura; o trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. As transformações no mundo do trabalho: tecnologias, globalização, qualificação do trabalho e do trabalhador.

CONTEÚDOS:

- O ser social; mundo do trabalho; sociedade
- Dimensões do trabalho humano;
- Perspectiva histórica das transformações do mundo do trabalho;
- O trabalho como mercadoria: processo de alienação;
- Emprego, desemprego e subemprego;
- O processo de globalização e seu impacto sobre o mundo do trabalho;
- O impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho; qualificação do trabalho e do trabalhador;
- Perspectivas de inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

LOPES, Andrea. *Os desafios da gerontologia no Brasil.* Campinas: Alínea, 2000.

MENDES, Walter. *Home Care: uma modalidade de assistência à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2001.

PY, Ligia. *Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

SANTOS, Silvia Maria Azevedo. Idosos*, família e cultura: um estudo sobre a construção do papel do cuidador.* Campinas: Alínea, 2003.

WITTER, Geraldina Porto. *Envelhecimento: referências teóricos e pesquisas*. Campinas: Alínea, 2006.

SANTOS, B. **Reinventando a democracia.** Entre o pre-contratualismo e o pós-contratuialismo. In: Beller, Agnes et al. ***A crise dos paradigmas em ciências sociais.*** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

CHESNAIS, F. ***Mundialização do capital***. Petrópolis: Vozes, 1997.

FROMM, E. ***Conceito marxista de homem***. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GENRO, T. **O futuro por armar. Democracia e socialismo na era globalitária**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, P. **A educação para o desemprego**. **A desintegração da promessa integradora**. In. Frigotto, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho*: perspectivas de final de século. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, A. ***Concepção dialética da história.*** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAMESON. F. ***A cultura do dinheiro***. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. *Temas de Ciências Humanas.* São Paulo: [s.n], 1978.

HOBSBAWM, E.. ***A era dos extremos*** - **O Breve Século XX** - 1914-1991. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H**. *A armadilha da globalização****:*** O assalto à democracia e ao bem-estar. São Paulo: Globo, 1996.

NEVES, L.M. W. *Brasil 2000*: **nova divisão do trabalho na educação**. São Paulo: Xamã, 2000.

NOSELLA, P. Trabalho e educação. ln: Frigotto, G. (Org**.). *Trabalho e conhecimento***: dilemas na educação trabalhador. 4 ed. São Paulo:Cortez, 1997.

8. HIGIENE, SAÚDE E PROFILAXIA

Princípios básicos de higiene pessoal e ambiental. Primeiros Socorros. Medidas profiláticas e imunização. Hábitos culturais do cuidado com a saúde; Desenvolvimento de técnica de higiene tanto para o saudável quanto para o acamado. Estímulo e orientação para o auto cuidado. Técnicas de conforto. Cuidados com medicamento (Via oral).

CONTEÚDOS:

- Conceito de cuidado e processo de cuidar;

- Técnicas básicas no cuidado com o idoso: objetivos e métodos de trabalho;
- Precauções universais: lavagem das mãos; Equipamentos de proteção individual;
- Conceitos de descontaminação, tipos de limpeza, desinfecção, antissepsia e assepsia;
- Higiene oral e corporal e ambiental;
- Tipos de banho; Pedicure e manicure;
- Tratamento de pediculose e escabiose;
- Limpeza e desinfecção do ambiente de vivência do idoso: acamado, com restrição de movimento, saudável;
- Preparo do leito;
- Procedimentos de conforto;
- Técnicas de alimentação; intervenção em urgência e emergência;
- Higiene no Ambiente;
- Necessidades Humanas básicas: Fisiológicas (Diurese/ Evacuação/ Piolho/ Sarna); Resíduos (Lixo).

BIBLIOGRAFIA

CALDAS, Célia Pereira. *A saúde do Idoso: a arte de cuidar*. Rio de Janeiro: EduERJ, 1998.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira; DIOGO, Maria José D'Elboux. *Atendimento Domiciliar: um enfoque gerontológico*. São Paulo: Atheneu, 2000.

FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia; CANÇADO, Flávio Aluízio Xavier; GORZONI, Milton Luiz. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PACHECO, Jaime Leandro. *Tempo rio que arrebata*. Holambra: Editora Setembro, 2005.

PAPALÉO NETO, M. *Gerontologia.* São Paulo: Atheneu, 1999.

RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani; DIOGO, Maria José DÉlboux. *Como Cuidar dos Idosos.* Campinas: Papirus, 1996.

SCORTEGAGNA, H.M. *Vivendo e aprendendo: para um envelhecer saudável.* Passo Fundo: UPF, 2001.

9. HISTÓRIA DO ENVELHECIMENTO

Histórico do Envelhecimento Humano; Conceitos de Gerontologia; Teorias do Envelhecimento; Epidemiologia; Avanço Científico-tecnológico na Área Médica e Social; Processo Saúde-doença.

CONTEÚDOS:

- Teoria do envelhecimento (biológico-psicológica -social);
- Envelhecimento humano;
- Aspectos demográficos;
- Epidemiologia do envelhecimento;
- Gerontologia.

BIBLIOGRAFIA

BEAUVOIR, Simone. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAMARANO, Ana Amélia. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia; CANÇADO, Flávio Aluízio Xavier; GORZONI, Milton Luiz. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

IBGE. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil. Rio de Janeiro, 2000.

MASCARO, S.A. O que é a velhice. São Paulo: Brasiliense, 1997.

10. LINGUAGEM E PRÁTICA DISCURSIVA

Processo de Comunicação; Diferentes Tipos de Linguagem; Codificação e Decodificação de Informações em diferentes Meios; Especificidades das Falas; Conteúdo das Falas; Leitura e Escrita de Registros Escritos de Orientações.

CONTEÚDO:

- Processos de comunicação: emissor, receptor e mensagem;
- Tipos de comunicação: escrita, verbal e não verbal;
- Normas e padrões da linguagem escrita e oral (ortografia, sintaxe, concordância...);
- Linguagem: científica, técnicas, informal, matemática, artística, jornalística, etc.;

- Leitura, análise, compreensão e interpretação de diferentes tipos de texto: domínio das representações estatísticas, matemáticas, gráficas e textuais;
- Produção de textos: relatórios, anotações, descrição de eventos, etc.;
- Utilização das principais ferramentas de informática e internet.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Michail. Estética da Criação verbal. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2005.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Gêneros do discurso na escola, 2 ed. São Paulo, Cortez. 2001.

BONINI, Adair; MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée. Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 65-80.

DESCARDECI, Maria Alice Andrade de Souza. Ler o mundo: um olhar através da semiótica social. ETD – educação temática digital, v.3, n.2, Campinas: Unicamp, jun.2002, p.19-26.

DIONISIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

KOCH, I.G.V. (1987) Argumentação e Linguagem. São Paulo, Editora. 1987.

_____. A inter-ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1993.

KOCH, I.G.V. e Travaglia, L.C. A Coerência Textual. São Paulo. Editora Contexto. 1990.

MEURER, José Luiz; MOTTA ROTH, Désirée. Gêneros textuais e práticas discursivas. São Paulo: EDUSC, 2002.

11. NUTRIÇÃO

Grupos de alimentos e suas funções no organismo. Higiene, conservação e acondicionamento dos alimentos. Hábitos alimentares. Manipulação, preparo e oferta de alimentos. Diferentes tipos de dietas.

CONTEÚDOS:

- Carboidrato, proteína, lipídeos, glicose, etc. e sua função na manutenção da saúde.

- Dietoterapia (hipossodica/hipercalorica);
- Alimentação saudável; Ingestão hídrica;
- Cuidados de higiene com alimentos;
- Data de Validade,aspectos bioquímicos,conservação dos alimentos, etc.

BIBLIOGRAFIA

DUTHIE, Edmundo H.; KATZ, Paul R. Geriatria Prática. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia; CANÇADO, Flávio Aluízio Xavier; GORZONI, Milton Luiz. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GUIMARÃES, R.M.; CUNHA, U.G.V. Sinais e Sintomas em Geriatria. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.

MORGENTHALER, Catalina Isnardi. O Idoso: Alimentação e saúde. São Paulo: Paulinas, 1996.

PAPALÉO NETO, M. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 1999.

12. PATOLOGIAS COMUNS NO IDOSO

Conceitos sobre patologias agudas e crônicas mais comuns nos idosos. Sinais e sintomas de cada patologia. Encaminhamento para serviço de saúde, acompanhamento e apoio nos cuidados.

CONTEÚDO:

- Terminologia Científica: características, sintomatologia e procedimentos de encaminhamento das Afecções crônicas e degenerativas:
- Diabetes mellitus, hipertensão arterial,
- Mal de Alzeihmer, Mal de Parkinson, demências, cardiopatias, osteoporose, acidente vascular cerebral, doença pulmonar obstrutiva crônica, câncer, depressão, glaucoma, úlcera venosa, etilismo e tabagismo.
- Afecções Agudas: pneumonias, diarréias, infecção de vias aéreas superiores, infecções de pele, doenças sexualmente transmissíveis.

BIBLIOGRAFIA
CALDAS, Célia P.; SALDANHA, Assuero Luiz. Saúde do Idoso a Arte de Cuidar. 2ª Edição, Editora Interciência.
BRASILEIRO, Marislei. Enfermagem na Saúde do Idoso. Editora: Ab Editora.
Mauricio Wajngarten, José Antonio Franchini Ramires, Sérgio Almeida de Oliveira. Cardiogeriatria. Editora Roca.
CAMARGO, Izabel Eri. Doença de Alzheimer. Editora AGE Ltda.
DAHLKE, Rüdiger. A doença como linguagem da alma. Editora Cultrix, Cultrix.
LIMONGI, João Carlos Papaterra. Conhecendo melhor a Doença de Parkinson: uma abordagem. Editora Plexus, 2001.
STOPPE JUNIOR, Alberto; LOUZA NETO, Mário Rodrigues. Depressão na terceira idade: apresentação clinica e abordagem terapêutica. São Paulo: Editora Lemos, 1996.

13. POLÍTICAS PÚBLICAS

Programas e Políticas Públicas para o Idoso; Rede de Proteção e Atendimento; Legislação.

CONTEÚDOS:

- Rede de Proteção e atendimento (família, governo, ONG);
- Direito e cidadania do idoso;
- Legislação; Estatuto do Idoso; SUS;
- Direito Previdenciário e Assistência Social;
- Recursos Institucionais e Comunitários.

BIBLIOGRAFIA
BARROS, Myriam Lins de. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.
BRASIL. Lei 10.741 de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.
BRASIL. Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Institui a Política Nacional do Idoso.
BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Portaria MPAS nº 73 de 10 de maio de 2001. Regulamenta normas de funcionamento de serviço de atenção ao idoso.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS nº 1.395 de 9 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Saúde do Idoso.

GORDILHO, Adriano. Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde na atenção ao idoso. Rio de Janeiro: UnATI, 2000.
GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de; SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Velhice e diferenças na vida contemporânea. Campinas: Alínea, 2006.
PACHECO, Jaime Leandro. Tempo rio que arrebata. Holambra: Editora Setembro, 2005.

14. PROCESSO SAÚDE E DOENÇA

Determinação Social do Processo Saúde/Doença; Ecossistema; Necessidades Humanas Básicas; Cadeia Epidemiológica das Doenças; Sistema Imunológico; Higiene e Profilaxia.

CONTEÚDOS:

- Conceito de saúde e doença: determinação histórica social;
- Ecossistema: seres vivos, ambiente físico, equilíbrio e saúde;
- Necessidades humanas básicas e qualidade de vida: habitação, alimentação, trabalho, transporte, segurança, educação, afetividade, espiritualidade;
- Fatores do processo de adoecimento: sociais, psicológicos, biológicos e ambientais;
- Microbiologia: Bactérias, vírus, fungos, ricketsias, prions – conceito, nomenclatura, características gerais, ciclo evolutivo, formas de infestação, contágio e principais doenças;
- Sistema imunológico: relação antígeno-anticorpo,resistência e imunidade natural adquirida;
- Níveis de atenção à saúde: primária, secundária e terciária;
- Saneamento básico: abastecimento de água, sistema de esgoto, coleta, remoção e destinação do lixo, drenagem de águas pluviais, controle de insetos e roedores, higiene, fontes de contaminação, poluição e medidas profiláticas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA FILHO, Naomar de. A clínica e a Epidemiologia. Salvador: APCE, 1992.
HELMAN, Cecil. Cultura, Saúde e Doença. 4ª Edição. Porto Alegre. ARTMED, 2003

LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M.H.P.; LEBRÃO, M.L. ET AL. Estatísticas de Saúde. 2ª Edição. São Paulo: EPU, 1987.

15. PROJETOS SOCIAIS

Elaboração de Projetos Sociais, Modelos de Projetos, Elaboração de Relatórios e Instrumento de Pesquisa; Utilização de Dados Secundários, Manipulação de Dados Censitários, Estudos Demográficos; Desenvolvimento de Projetos em Comunidade e Instituições.

CONTEÚDOS:

- Produção de resumos, resenhas e relatos;
- Modelos de projetos; Identificação e delimitação de problemas;
- Metodologia de Intervenção;
- Avaliação;
- Elaboração de relatórios;
- Processamento de dados e informações;
- Identificação do problema; Seleção de estratégias;
- Planejamento de todas as etapas do projeto.

BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, Célia M. Gestão de Projetos Sociais. 1999.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis. Vozes, 1993.

CONTADOR, Cláudio Roberto. Projetos Sociais: Avaliação e Prática. 3ª edição. São Paulo. Atlas-, 2000.

FREITAS, Maria Ester de. A história de um sonho: Premio FENEAD: Concurso nacional de projetos sociais para estudantes de administração. São Paulo: Fundação Educar D. Paschoal, 1997.

MARINO, Eduardo. Manual de Avaliação de Projetos Sociais. Editora Saraiva. 4ª Edição..Rio de Janeiro. Editora Atlas, 2001

_____. Projetos Sociais: como Elaborar? Projeto Nova América. Editora Paulina, 1998.

16. PSICOLOGIA

Aspectos Psicológicos do Envelhecimento; Fases do Crescimento e Desenvolvimento Humano; Sexualidade; Relacionamento Interpessoal;

Política Nacional de Saúde Mental; Estrutura da Personalidade Normal e Patológica; Depressão, Ansiedade e Estresse Psicosocial; A Vivência da Sexualidade na Velhice; Violência e maus Tratos; Relações Sociais e Estruturas Familiares; Comunicação: Tipos, Linguagens.

CONTEÚDOS:

- Fases do crescimento e desenvolvimento humano: fisiológico, estrutural e psicológico;
- Formação da identidade: auto estima, auto imagem; auto conhecimento, papéis sociais e seus impactos no envelhecimento;
- Relacionamento interpessoal: dinâmica dos grupos, papéis no grupo (alternância), trabalho em equipe multiprofissional;
- Relacionamento do profissional com o cliente e sua família;
- Políticas Públicas de saúde mental;
- Organização, Estrutura e Funcionamento das unidades de atendimento à saúde mental e transtornos psiquiátricos;
- Transtornos mentais mais comuns: fatores de risco, tratamento e complicações;
- Dependências químicas: drogas lícitas e ilícitas, medicamentosas;
- Abordagens nos diferentes transtornos;
- Funções mentais;
- Transtornos comportamentais;
- Personalidade, estabilidade e mudança;
- Qualidade de vida e bem estar.

BIBLIOGRAFIA

BROMLEY, D.B.; MIRANDA, Maria José. Psicologia do envelhecimento humano. Editora Ulisseia, 1996.

NERI, A.L. Psicologia do Envelhecimento. Campinas: Papirus, 1995.

PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimenta. Cognição e envelhecimento. Artmed, 2006.

OLIVEIRA, José Henriques Banos de. Psicologia do envelhecimento e do idoso. Legis editora, 2005.

PY, Ligia; PACHECO, Jaime Lisandro; GOLDMAN, S.N. Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

STUART-HAMILTON, Ian. A psicologia do envelhecimento: uma introdução. Artmed, 2002.

PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO DE TÉCNICO EM CUIDADOS COM PESSOA IDOSA

cnico em Cuidados com a Pessoa Idosa tem formação técnica baseada em conhecimentos científicos do processo de envelhecimento e atuará orientado por valores éticos e morais, respeitando as diversidades das expressões culturais sendo capaz de adaptar-se a diferentes estruturas institucionais e familiares, promovendo a qualidade de vida e preservando autonomia do indivíduo.

PLANO DE ESTÁGIO

O estágio supervisionado objetiva trazer o aluno o mais próximo possível de uma realidade que irá experimentar quando oficialmente estiver executando o papel de Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa, para tanto necessitam conhecer *in loco* as funções, as atribuições dos vários profissionais da saúde e entidades de atendimento longa permanência e do atendimento domiciliar e as reais e legais atribuições do Cuidador Formal, reconhecendo os vários atores envolvidos no atendimento de saúde.

De acordo com a Deliberação 10/05 em seu artigo 1º, parágrafo 1º diz, “Toda atividade de estágio prevista e desenvolvida nos Cursos de educação profissional Técnica de Nível Médio, será considerada curricular, devendo ser assumida pela Instituição de Ensino como Ato Educativo.

O estágio justifica-se, por ser entendido como uma alternativa para inserção de jovens no mundo do trabalho, sustentando uma política de educação profissional ou de preparação básica para o trabalho, na perspectiva do desenvolvimento de competências profissionais, caracterizando pela capacidade de enfrentar desafios imprevistos, não planejados e imprevisíveis, expresso pela capacidade de julgamento, decisão e intervenção diante do novo, da inusitada.

O maior desafio na atenção a saúde da pessoa idosa é conseguir, apesar das progressivas limitações, que possam ocorrer que elas possam descobrir possibilidades de viver com o máximo de qualidade de vida. Neste sentido o Cuidador Formal deve estar capacitado para realizar as atividades e tarefas da vida cotidiana, fazendo o elo entre o idoso, a família os serviços de saúde e a comunidade.

Objetivos do estágio

a) Promover o desenvolvimento profissional do educando para atuar na área dos cuidados com as pessoas idosas, mediante o exercício competente e ético, conectado com a dinâmica do ambiente.

b) Fornecer conhecimentos necessários na área biopsicossocial e espiritual que permitam uma prática informada e a construção de habilidades no trato com a pessoa idosa.

c) Proporcionar ao educando conhecimentos gerados pelo processo de envelhecimento e sua interferência no ambiente familiar, institucional e comunitário.

d) Desenvolver competências profissionais capazes de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades e valores necessários ao desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho de cuidados com a pessoa idosa.

e) Desenvolver habilidades e atitudes que possibilitem o autogerenciamento e o das pessoas entregues aos seus cuidados, para enfrentar situações rotineiras e inéditas na prática profissional.

f) Fornecer conhecimentos que permitam o desenvolvimento de atividades que contribuam na promoção da autonomia e hábitos saudáveis de vida no processo normal de envelhecimento.

g) Contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços prestados a comunidade através da promoção profissional e educacional do cuidador da pessoa idosa.

h) Preparar o educando para a autonomia intelectual e para a educação continuada de forma a garantir sua adaptação às novas formas de ocupação.

Locais de realização de estágio

- Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Mourão
- SESC- Serviço Social do Comércio
- Secretária Municipal de Ação Social de Campo Mourão
- Lar dos Velhinhos “Frederico Ozanan”

Distribuição da carga horária

Carga horária: 20 h/a no primeiro semestre
20 h/a no segundo semestre

20 h/a no terceiro semestre

Total **60 h/a**

Atividades do estágio

- Identificar a estrutura do campo de estágio em que o educando atuará;
- Reconhecer a estrutura de rede de serviços em atenção a Saúde da pessoa idosa ;
- Sensibilizar para o reconhecimento das competências básicas do Cuidador de Idoso;
- Ensinar ao educando a utilizar adequadamente os instrumentos necessários para definir o diagnóstico da população idosa;
- Mapear com o educando a área descrita em que o Cuidador de Idoso vai atuar;
- Ensinar a elaboração do cadastramento da população idosa e a atualização permanente deste cadastro;
- Identificar indivíduos e grupos expostos a situações de risco através de visitas domiciliares;
- Realizar na prática do estágio junto com o educando visitas domiciliares destinadas a saúde da população idosa e saúde;
- Aprender a desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças.
- Deve ficar apto a desenvolver ações de educação e mobilização comunitária, visando ações coletivas de saneamento e melhorias do meio ambiente, entre outros.

Forma de acompanhamento do estágio

Os estagiários serão acompanhados pelos supervisores responsáveis por cada disciplina cursada no estágio monitorado pelo planejamento previamente apresentado ä coordenação do curso.

Avaliação do estágio

A avaliação do Estágio supervisionado do educando será observada através de critérios importantes para a formação do Cuidador de Idoso no desenvolvimento do seu papel social junto à comunidade. Os critérios de

avaliação são: relacionamento interpessoal, comunicação, promotor de saúde, espírito de liderança, conhecimento (técnico científico), auto-planejamento (organização, responsabilidade, participação e assiduidade), gerencia tempo e espaço de trabalho, criatividade, postura e ética, mobilizador social (iniciativa e criatividade).

Para o desenvolvimento do papel social do educando, serão utilizados campos de estágio como: Unidades Básicas de Saúde, Lar dos Velhinhos, Centros de Referência, Conselhos de saúde, Secretaria da Saúde, Regional da saúde. Nesta proporção estaremos enfatizando os conteúdos aplicados em todas as saúdes direcionadas na Atenção a saúde do idoso e saúde coletiva.

Distribuição do estágio

A qualidade da realização deste cronograma de estágio só terá real sentido e sucesso se continuarem sendo acompanhado pelo supervisor de estágio no campo de atuação.

Práticas Profissionais Previstas

A formação profissional exige um tripé composto por conhecimentos (estudo teórico), habilidades (estágios, supervisões e treinamento) e atitudes (internas e autenticas). Neste sentido, a formação do profissional *Cuidador de Idoso*, deve contemplar esse processo, onde a práxis é privilegiada, oportunizando ao aluno um olhar sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento. Pensando em uma formação de qualidade, o curso de *Cuidados com a Pessoa Idosa*, propõe as seguintes práticas profissionais.

Seminários

- ✓ Depressão
- ✓ Maus- tratos
- ✓ Sexualidade na Terceira Idade
- ✓ Principais Patologias nos Idosos

Cadernos Temáticos

- ✓ Legislação(Estatuto do Idoso,Política de Saúde, Política Nacional do Idoso, etc.)
- ✓ Saúde
- ✓ Primeiros Socorros
- ✓ Políticas Públicas

Projetos

- ✓ Cuidando de Quem Cuida
- ✓ Encontro de Gerações
- ✓ A Terceira Idade Retratada no Cinema (SESC)
- ✓ Acessibilidade e inclusão

Visita Técnica

- ✓ Lar dos Idosos
- ✓ CCI(Centro de Convivência do Idoso)
- ✓ ATI (Academia da Terceira Idade)
- ✓ **Oficinas e Palestras**
- ✓ Aspectos Biopsicossociais do Envelhecimento
- ✓ Como Viver Mais e Melhor

AVALIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Os alunos consideram as disciplinas do curso de cuidados excelentes assim como os conteúdos repassados, as metodologias utilizadas pelos professores boas. O grau de aproveitamento teórico/prático e estágios é bons. O curso atende às expectativas. Os professores dominam bem os conteúdos com aulas dinâmicas relacionando-os ao dia-a-dia. As avaliações são objetivas e claras, com propostas relacionadas ao conteúdo ministrado. O curso deve ser melhorado nos aspectos dos estágios ter mais tempo, mais aulas práticas, mais cuidados com os cuidadores (psicólogo). Grande número de alunos do curso está empregado em: consultório odontológico, funcionário público, cuidados domiciliar, comerciante, lar do idoso entre outros. Os alunos assinalam como dificuldades: conciliar estágios com o trabalho e doenças familiares. As sugestões para melhorar a oferta do curso são: Divulgar a importância do curso; Mais práticas; Melhorar qualidade de estágio; Mais estágio; Mais palestras com profissionais da saúde, sair mais da sala de aula; Divulgar mais o curso e a profissão; Reconhecimento do curso pela sociedade.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM/SUBSEQUENTE

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Enfermagem
Área Profissional: Saúde
Forma: subseqüente
Carga horária total do curso: 2200 h/a – 1440 horas - 760 horas de estágio
Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período da noite
Regime de matrícula: semestral
Número de vagas:40 alunos por turma.
Período de integralização do curso: mínimo de dois anos e o máximo de cinco anos
Requisitos de acesso: conclusão do ensino médio (na forma subseqüente)
Modalidade de oferta: presencial

Visando o aperfeiçoamento curricular do Curso Técnico em Enfermagem e a concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que devem transversalizar todo o desenvolvimento curricular, apresenta-se a reformulação do plano de curso para o início do ano letivo de 2012.

A proposta encaminha para uma formação onde a teoria e prática possibilitam aos alunos compreenderem a realidade para além de sua aparência onde os conteúdos não têm fins em si mesmos porque constituem-se em sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem.

A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Enfermagem enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

O Curso Técnico em Enfermagem está voltado para atender as necessidades da realidade social, embasado nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), com responsabilidade e compromisso com exercício da cidadania, nos diferentes níveis de complexidade das ações de saúde.

OBJETIVOS

a)Capacitar Técnicos de Enfermagem qualificados para exercer sua prática profissional orientada pelo saber técnico fundado no conhecimento científico consolidado e capaz de acompanhar os avanços das pesquisas na área da saúde.

b)Formar Técnicos de Enfermagem que sejam capazes de identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde doença;

c) Formar Técnico de Enfermagem com compreendam a dinâmica do Sistema Único de Saúde, seu processo de construção e determinantes históricos.

d) Formar Técnicos de Enfermagem capazes de atuar em equipe multiprofissional distinguindo a responsabilidade profissional de cada membro nos diferentes níveis de atendimento à saúde.

e) Formar técnicos de enfermagem com base teórico-prática , capazes de compreenderem e aplicarem normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional de saúde;

f) Desenvolver conhecimento técnico, científico e humanístico que permitam cuidar de indivíduos, famílias, grupos sociais e comunidade, durante todo o processo vital, desenvolvendo atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.

g) Desenvolver capacidade de reflexão, trabalho em equipe, flexibilidade e de resolução de problemas no ambiente de trabalho.

h) Formar Técnicos de Enfermagem capazes de responder às demandas de diferentes grupos sociais, respeitando as diferenças culturais, sociais, étnicas e econômicas envolvendo-se na definição das estratégias de atenção e cuidados formuladas de forma participativa e solidária com o usuário da saúde.

MATRIZ CURRICULAR TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Estabelecimento: RONDON, C E MAL - E FUND MEDIO PROF									
Curso: TEC. EM ENFERMAGEM-SUBS ET ASS								Turno: Noite	
Ano de Implantação: 2010 - GRADATIVA								Módulo: 20 semanas	
Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
3248 - ANATOMIA E FISIOL.APLIC.A ENF.	FE	4							
3236 - ASSIST.ENFERM CCA E AO ADOLEC.	FE			6					
3277 - ASSIST.ENFERM.PACIENTES CRITIC	FE				5				
3278 - ASSIST.ENFERM.A SAUDE MULHER	FE			5					
3279 - ASSIST.DE ENFERMAGEM CIRURGICA	FE			5					
3280 - ASSIST.ENFERM.CLINICA	FE		6						
3281 - ASSIST.ENFERM.EM SAUDE COLETIV	FE		4						
3282 - ASSIST.ENFERM.EM SAUDE MENTAL	FE		3						
3283 - ASSIST.ENFERM.EM URGEN.EMERGEN	FE				5				
3284 - BIOSSEGURANCA E	FE		4						

PROC.DE ARTIG.									
3285 - ENFERMAGEM NA VIGILANCIA SAUDE	FE				4				
3218 - FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	FE	3							
3514 - FUNDAMENTOS DO TRABALHO	FE			2					
3226 - INTRODUCAO A ASSIST.EM ENFERM.	FE	7							
3507 - PROC.COMUNIC.INF.EM ENFERMAGEM	FE	3							
3227 - PROCESSO DE TRABALHO EM SAUDE	FE				3				
3509 - PROCESSO SAUDE DOENCA	FE	3							
3271 - ESTAGIO ASSIST.ENF.CCA E ADOLE	E			3					
3299 - ESTAGIO ASSIST.ENF.PAC.CRITICO	E				5				
3288 - ESTAGIO ASSIST.ENF.SA.MULHER	E			3					
3287 - ESTAGIO ASSIST.ENF.CIRURGICA	E			4					
3289 - ESTAGIO DE ASS.ENFERM CLINICA	E		5						
3290 - ESTAGIO ASSIST.ENF.SAUD.COLET.	E		4						
3291 - ESTAGIO ASSIST.ENF.SAUDE MENT.	E		1						
3292 - ESTAGIO ASSIST.ENF.URG.EMERG.	E				5				
3293 - ESTAGIO ENFER.NA VIGIL.SAUDE	E				2				
3267 - ESTAGIO INT.A ASSIST.DE ENFERM	E	6							
Carga Horária Total		**26**	**27**	**28**	**29**				
Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.									

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

1. ANATOMIA E FISIOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM

O conhecimento anatômico do corpo humano data de quinhentos anos antes de Cristo no sul da Itália com Alcméon de Crotona, que realizou dissecações em animais. Pouco tempo depois, um texto clínico da escola hipocrática descobriu a anatomia do ombro conforme havia sido estudada com a dissecação. Aristóteles mencionou as ilustrações anatômicas quando se referiu aos paradigmas, que provavelmente eram figuras baseadas na dissecação animal. No século III A.C., o estudo da anatomia avançou consideravelmente na Alexandria. Muitas descobertas lá realizadas podem ser atribuídas a Herófilo e Erasístrato, os primeiros que realizaram dissecações humanas de modo sistemático. A partir do ano 150 A..C. a dissecação humana foi de novo proibida por razões éticas e religiosas. O conhecimento anatômico sobre o corpo humano continuou no mundo helenístico, porém só se conhecia através das dissecações em animais. No século II D.C., Galeno dissecou quase tudo, macacos e porcos, aplicando depois os resultados obtidos na anatomia humana, quase sempre corretamente; contudo, alguns erros foram inevitáveis devido à impossibilidade de confirmar os achados em cadáveres humanos. Galeno desenvolveu assim mesmo a doutrina da "causa final", um sistema teológico que requeria que todos os achados confirmassem a fisiologia tal e qual ele a compreendia.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno conheça o corpo humano suas funções para realização de procedimentos em cuidados de enfermagem aos pacientes, inclusive aqueles submetidos a tratamento intermediado pelo uso de equipamentos de alta complexidade.

Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Anatomia e Fisiologia Aplicada a Enfermagem:

- Capacitar o aluno ao bom entendimento dos fundamentos anatômicos, a fim de lhe garantir uma base segura para a compreensão das demais disciplinas da área profissional, no curso de Técnico em Enfermagem.

- Proporcionar o domínio da linguagem científica e aprendizado quanto à postura e ao manuseio das peças anatômicas.
- Adquirir conhecimentos que permitam um bom aproveitamento perante as demais disciplinas do currículo profissional;

CONTEÚDOS

1° Período

1. O corpo Humano: Constituição (células, tecidos, órgãos e sistemas);
2. Divisões e planos; Sistema Músculo Esquelético: Ossos, Músculos e Cartilagens, Articulações, Pele e anexos;
3. Sistema Respiratório: Órgãos e funções, Processo da respiração; Sistema circulatório: Sangue, Coração e vasos sangüíneos, Pequena e grande circulação, Linfa;
4. Sistema Digestório: Órgãos e funções, Processo de digestão;
5. Sistema Urinário e Excretor: Órgãos e funções, Processo de filtragem do sangue, Composição da urina;
6. Sistema Nervoso: Sistema Nervoso Central, Sistema Nervoso Periférico, Sistema Nervoso Autônomo, Órgãos dos Sentidos (visão, paladar, olfato, audição e tato);
7. Sistema Endócrino: Hipófise, Tireóide, Paratireóide, Supra Renais, Pâncreas, Ovários, Testículos;
8. Sistema Reprodutor: Órgãos e funções, Reprodução.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório como ressuscitação mecânica, curativos em pacientes queimados, sondagens, montar caixa de emergência e cuidados gerais.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. AMABIS, J. Mariano; MARTHO, Gilberto R. .Fundamentos da biologia moderna. São Paulo: moderna, 1999.
2. GARDNER, Ernest, et al. Anatomia. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1998.

3. GUYTON, H. Tratado de Fisiologia Médica. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 1999.
4. ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANAS . Curitiba: ETECLA, 1983
5. GARDNER; GRAY; O'RAHILLY. Anatomia . 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1971.
6. GONÇALVES, R.P.; FERREIRA, A L.M.; VALDER, R. de Anatomia para enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982. 189 p.
7. Grande Atlas de Anatomia – Anatomia . São Paulo: Editora Parma ed. .
8. KAWAMOTO, E.E. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: EPU, 1988.
9. VON BRANDIS, H.J. Anatomia e fisiologia para profissionais da equipe de saúde. São Paulo: EPU, 1977.
10. SOBOTTA – Atlas de Anatomia Humana. Tradução de WERNEK, H. – 21ª ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan S.A. vol. 1 e 2, 2000.
11. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: instrumentalizando a ação profissional 2 / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 156 p. : il.

1. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Para falar a respeito dessa disciplina e preciso fazer um breve relato histórico. No Brasil durante séculos a assistência as crianças pobres ficou a cargo das instituições religiosas, que lhes ofereciam abrigo e alimentação e, em troca recebiam dinheiro. Devido as condições precárias, a grande maioria das crianças recolhidas a esses internatos ali morria acometida de doenças.

Nas ultimas décadas, a assistência a criança, no processo saúde-doença, tem sofrido modificações acentuadas, não se admitindo nos dias de hoje que os

profissionais de saúde ignorem a importância do papel da mãe, da família e da comunidade.

Esse novo modelo de assistência tem sido utilizado e divulgado pela enfermagem, no atendimento a toda e qualquer criança, bem como no trato do adolescente, desde aquele que necessita de atendimento sanitário básico ate aqueles que requerem internação de pequena, media e alta complexidade.

A legislação Brasileira tem estabelecido medidas de proteção a infância e adolescência, assegurando direitos que antes eram negligenciados ou lhes eram negados. O Ministério da Saúde tem instituído programas governamentais de saúde a serem implantados em todo o Brasil, por intermédio das Secretarias de Saúde estaduais e municipais, com o mesmo objetivo.

E importe ressaltar que a promoção da saúde não se faz apenas com medidas de controle das doenças, mas sim com atenção básica, educação em saúde e garantia de trabalho para que as famílias possam promover seu sustento. Assim, leis e programas já existentes precisam ser priorizados e estendidos a um maior numero de criança e adolescentes, que ainda se encontram expostos aos mais variados problemas sociais e sanitários.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno saiba realizar procedimentos em cuidados de enfermagem a crianças e adolescentes, inclusive aqueles submetidos a tratamento intermediado pelo uso de equipamentos de alta complexidade.
Neste sentido, o ensino da disciplina pode contribuir para que os alunos em formação tornem-se cidadãos competentes, éticos, informados e críticos, capaz de realizar suas funções com segurança e precisão.
É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso as ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar, bem como atender a

criança a mãe.

Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Assistência de enfermagem a criança e adolescente:

- Conhecer como se deu o crescimento e o desenvolvimento, desde o nascimento ate a atualidade.
- Conhecer as condições do meio ambiente em que vive, atentando para as condições físicas, os recursos disponíveis para o sustento da família, a sua constituição, suas crenças, hábitos e valores, considerar os aspectos afetivos, culturais e sociais;
- Coletar sangue para gasometria, conforme protocolo do serviço;
- Realizar procedimentos de enfermagem em: ressuscitação neonatal, cuidado de pele, controle térmico, administração de medicamentos, controle de dor e sedação, distúrbios respiratórios, distúrbios cardíacos, distúrbios cardíacos, distúrbios neurológicos, distúrbios hidroeletroliticos e metabólicos, distúrbios gastrointestinais e distúrbios hematológicos, voltados aos recém-nascidos de risco;
- Proceder a cuidados ao recém nascido em uso de equipamentos para o suporte ventilatorio, conforme prescrição medica e protocolo de serviço,

CONTEÚDOS

3° Período

História da Pediatria;

Políticas públicas de atendimento à saúde da criança e do adolescente;

Estatuto da criança e do adolescente;

Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente;

Programa de Assistência Integral e humanizada à saúde da criança e do adolescente e família, com enfoque na imunização, puericultura, gravidez na adolescência e DST;

Organização, estrutura e funcionamento da unidade pediátrica;

Assistência integral e humanizada de enfermagem à criança e ao adolescente e família, com afecções clínicas e cirúrgicas;

Apoio diagnóstico em pediatria; Administração de medicamentos em pediatria;
Nutrição infantil / Aleitamento materno e alimentação complementar;
Assistência integral e humanizada de enfermagem em saúde do escolar;
Recreação/ludoterapia;
Prevenção de acidentes na infância;
Violência na infância.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.
As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório como ressuscitação mecânica, curativos em pacientes queimados, sondagens, montar caixa de emergência e cuidados gerais.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde da mulher, da criança e do adolescente / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 160 p.
2. CURSINO, M. R. (Coord.) Assistência de enfermagem em pediatria. São Paulo: Sarvier, 1992
3. OLIVEIRA, V. B. (org) ; et al.; O brincar e a criança do nascimento aos 6 anos. 4 ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
4. REGO, J.D.; Aleitamento materno. São Paulo: 2002.
5. SANTOS, I. S. Guia curricular para a formação de auxiliares de enfermagem. Escola de enfermagem da UFMG/ Proden, 1995.
6. SCHIMITZ, E. M. R.; et al. A enfermagem em pediatria e puericultura. São Paulo: Atheneu,2002.
7. VIEGAS, D. Neonatologia para o estudante de pediatria e de enfermagem pediátrica. São Paulo: Atheneu, 1996.
8. BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004
9. MARCONDES, E. Pediatria Básica. 8.ed. São Paulo: Sarvier, 1994. V 1 e 2.
10. RUSSO, R.G.; SOUTO, E.Q.; TORRES, A P (Colab). Manual de procedimentos para auxiliar de enfermagem em pediatria. São Paulo:

Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, 1981. 216p.

11. SCHMITZ,E.M.R. et alii. A enfermagem em pediatria e puericultura. Rio de Janeiro: Atheneu, 1.989.

12. SCHVARTSMAN, S. Medicamentos em Pediatria. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 1986.

13. STEINSCHNEIDER,R.;PERIVIER, A. COLAB. Pediatria. Rio de Janeiro : Masson, 1981. 270p

14. WALEY, L.F.; WONG, D. L. Enfermagem pediátrica : elementos essenciais a intervenção efetiva. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. 910p.

15. WONG, D. L. Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

16. TIBA, I.; Adolescência o despertar do sexo um guia para entender o desenvolvimento sexual e afetivo nas novas gerações. 14 ed. São Paulo: 1994.

17. Associação Brasileira de Enfermagem. Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher . Brasília: ABEn, 2001. 304 p.

2. ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES CRITICOS

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A UTI tem suas origens nas salas de recuperação pós-anestésica (RPA), onde os pacientes submetidos à procedimentos anestésico-cirúrgicos tinham monitorizadas suas funções vitais (respiratória, circulatória e neurológica) sendo instituídas medidas de suporte quando necessário até o término dos efeitos residuais dos agentes anestésicos.

A UTI nasceu da necessidade de oferecer suporte avançado de vida a pacientes agudamente doentes que porventura possuam chances de sobreviver, destina-se a internação de pacientes com instabilidade clínica e com potencial de gravidade. É um ambiente de alta complexidade, reservado e

único no ambiente hospitalar, já que se propõe estabelecer monitorização completa e vigilância 24 horas.

No Brasil, as primeiras Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) foram instaladas na década de 70, com a finalidade de centralizar pacientes de alto grau de complexidade numa área hospitalar adequada, requerendo a disponibilidade de infra-estrutura própria, com provisão de equipamentos e materiais, bem como a capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de um trabalho com segurança, promovendo por meio de uma assistência contínua o restabelecimento das funções vitais do organismo.

Esta disciplina está destinada ao atendimento de doentes graves recuperáveis que requer assistência médica e de enfermagem integrais contínuas e especializada. Começando pela descrição detalhada da instalação desta unidade hospitalar até o papel e as responsabilidades da enfermagem. Apresenta uma visão geral dos procedimentos e principais atendimentos em UTI, que são de competência médica e que geram uma assistência de enfermagem, antes, durante e após sua realização.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno saiba realizar procedimentos em cuidados de enfermagem a pacientes críticos, inclusive aqueles submetidos a tratamento intermediado pelo uso de equipamentos de alta complexidade.

Neste sentido, o ensino da disciplina pode contribuir para que os alunos em formação tornem-se cidadãos competentes, éticos, informados e críticos, capaz de realizar suas funções com segurança e precisão.
É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso as ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar, bem como prestar apoio ao paciente nas primeiras 24 horas e fundamental para manutenção da vida.
Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Assistência de enfermagem a Pacientes Críticos:

- Realizar procedimentos de enfermagem em cuidados paliativos, transporte intra-hospitalar, acessos vasculares, voltados a pacientes em estado grave.
- Instalar equipamentos dialisadores e prestar cuidados de enfermagem a pacientes em processo dialitico;
- Coletar sangue para gasometria, conforme protocolo do serviço;
- Instalar o oximetro de pulso e monitorar o paciente;
- Prestar cuidados de enfermagem a pacientes em uso de ventilador mecânico pulmonar;
- Realizar procedimentos de enfermagem em: ressuscitação neonatal, cuidado de pele, controle térmico, administração de medicamentos, controle de dor e sedação, distúrbios respiratórios, distúrbios cardíacos, distúrbios cardíacos, distúrbios neurológicos, distúrbios hidroeletroliticos e metabólicos, distúrbios gastrointestinais e distúrbios hematológicos, voltados aos recém-nascidos de risco;
- Proceder a cuidados ao recém nascido em uso de equipamentos para o suporte ventilatorio, conforme prescrição medica e protocolo de serviço,
- Monitorar o nível de consciência de pacientes,

CONTEÚDOS

4° Período

Organização, estrutura e funcionamento das UTI's;
Assistência integral e humanizada de enfermagem na promoção prevenção e recuperação da saúde ao recém-nascido, criança, adolescente, gestante, adulto e idoso em situações de alto risco.
Relações interpessoais com o cliente, família e equipe multidisciplinar frente a situações de alta complexidade;
Afecções clínicas e cirúrgicas graves;
Apoio diagnóstico a pacientes clínicos;
Assistência integral e humanizada de enfermagem na hemodiálise, oncologia e ventilação assistida;
Monitorização cardíaca, hemodinâmica invasiva e nutrição parenteral total;

Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente queimado;
Transferência de unidade de internação;

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.
As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório como ressuscitação mecânica, curativos em pacientes queimados, sondagens, montar caixa de emergência e cuidados gerais.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:

- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. UENISHI, E.K. Enfermagem médico cirúrgica em unidade de terapia intensiva. São Paulo: SENAC, 1994.
2. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. Protocolo de gestação de alto risco . 3ªed. Curitiba:SESA,2002
3. BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem médico-cirúrgica . 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002
4. ASPERHEIM, M.K- Farmacologia para enfermagem, 7 edição .Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 1994
5. MINISTÉRIO DA SAÚDE- Protocolos da Unidade de Emergência. 10 edição, 2002
6. CARVALHO, A . B. R. de (org.) et al. Rotinas de Neonatologia. Londrina :EDUEL, 2002
7. CINTRA, E. A ; NISHIDA V. M.; NUNES, W. A; Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2001.
8. CASTELLI, M. Enfermagem no Centro de Terapia Intensiva Pediátrica. São Paulo: Editora Rocca, 1998.

4. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA MULHER

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Essa disciplina trata exclusivo da Saude Mulher em seus varios ciclos. Em sua concepção, procura-se contextualizar a mulher como um ser total, cuja saude e um direito a ser conquistado, seja no que se refere a sua promoção, seja no que diz respeito a sua prevenção.

Aborda tambem o planejamento familiar como uma resposabilidade do casal, alem de discutir todo o processo gravidico-puerperal, bem como a assitencia de enfermagem desenvolvida junto ao recem-nado, considerando todos os aspectos do crescimento, do desenvolvimento e agravos a saude desde a infancia ate a adolescencia.

A enfase desta disciplina esta em discutir com o aluno a importancia da realização de um trabalho educativo pela equipe de saude como um todo, visando aprofundar questoes que possibilitem reflexoes a serem transformada em ações concretas de uma assistencia humanizada.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno saiba realizar procedimentos em cuidados de enfermagem a mulher críticos, inclusive aqueles submetidos a tratamento intermediado pelo uso de equipamentos de alta complexidade.

Neste sentido, o ensino da disciplina pode contribuir para que os alunos em formação tornem-se cidadãos competentes, éticos, informados e críticos, capaz de realizar suas funções com segurança e precisão.

É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso das ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar.
Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Assistência de enfermagem a Saúde da Mulher.

- Identificar necessidades de saúde (individuais e coletivas) e de organização/gestão do cuidado integral e serviços de saúde.
- Formular e elaborar problemas de saúde, considerando as dimensões biológicas, psicológicas e sócio-culturais presentes no processo saúde-doença, executando e avaliando as ações, no contexto do cuidado à mulher e sua família.

CONTEÚDOS

3° Período
Saúde da mulher e gênero;
Políticas públicas de atenção à saúde da mulher;
Saúde reprodutiva e Planejamento familiar;
Gravidez e desenvolvimento fetal;
Intercorrências no ciclo gravídico:
Infecção do trato urinário;
Doenças hipertensivas específicas da gestação;
Síndromes hemorrágicas;
Diabetes gestacional, Trabalho de parto prematuro; Isoimunização pelo fator Rh, DST/AIDS e outros;
Aleitamento Materno;
Organização, estrutura e funcionamento das unidades obstétrica e neonatal;
Assistência integral e humanizada de enfermagem à saúde da mulher: pré-natal (normal e alto risco), parto, puerpério, complicações obstétricas, afecções ginecológicas, ações preventivas e imunização;
Assistência integral e humanizada de enfermagem ao recém-nascido. Alojamento conjunto;
Climatério e menopausa;
Violência à mulher.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no

aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório como ressuscitação mecânica, curativos em pacientes queimados, sondagens, montar caixa de emergência e cuidados gerais.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Anticoncepção: Manual de orientação. Disponível em: http://www.febrasgo.com.br/ ou http://www.anticoncepção.com.br
2. BURROUGHS, A . Uma introdução à enfermagem Materna. 6ª ed..Porto Alegre: Artes Médicas.1995
3. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde da mulher, da criança e do adolescente / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 160 p. : il.
4. CARVALHO, A . B. R. de (org.) et al. Rotinas de Neonatologia. Londrina :EDUEL, 2002
5. COLLET, N. ROCHA, S. M. M.. Transformações no ensino das técnicas em enfermagem pediátrica. Goiânia: AB, 1996.
6. HALBE,H.W. Tratado de Ginecologia. Edição revisada. São Paulo: Roca.1990.
7. LARGURA, M. Assistência ao Parto no Brasil. São Paulo, 1998.
8. LOURO,L.G. Gênero,Sexualidade e Educação- Uma perspectiva pós-estruturalista.2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1998.
9. KENNER, C.; Enfermagem Neonatal. [trad. Da 2. Ed. Original]; revisão técnica, Maria Isabel Carmagnani – Rio de Janeiro:: Reichmann & Affonso editora, 2001.
10. KING, F.S. Como ajudar as mães a amamentar. Londrina: UEL, 1991.
11. MARIN, H. de F.; PAIVA, M.S.; BARROS, S.M.O de. Aids e enfermagem obstétrica. São Paulo: EPU, 1991
12. MARTINS FILHO, J. Como e porque amamentar. São Paulo: Sarvier, 1984.
13. Ministério da Saúde. Assistência pré-natal, manual técnico. 5 ed. Brasília, DF, 2000
14. REGO, J.D.; Aleitamento materno. São Paulo: 2002.
15. REZENDE, J. de. Obstetrícia . 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. 1361p.

16. VIEGAS, D. , Neonatologia para o estudante de pediatria e de enfermagem pediátrica. São Paulo: Atheneu, 1996.
17. ZIEGEL, E.E.; CRANLEY,M. S. Enfermagem obstétrica. 8.ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985. 696p.

5. ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM CIRURGICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O tecnico em enfermagem por força da lei do exercicio profissional, exerce atividades de nivel medio tecnico. Suas açoes estao pautadas na Lei n 7.498/86, que regulamenta o exercicio da Enfermagem. No artigo 12 desta Lei, consta que ele ¨exerce atividade de nivel medio, envolvendo orietaçoes e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar¨. Expressa ainda a participação no pranejamento da assistencia de enfermagem. Alem de prestar assistencia perioperatoria abrange desde o preparo fisico e emocional do pacinete, ao encaminhamento e recepção do mesmo no centro cirurgico/sala de recuperação pos anestesica, ate ao atendimento de possiveis complicações que eventualmente ocorram ao paciente no periodo pos-operatorio.

A assistencia de enfermagem perioperatoria evoluiu muito nas ultimas decadas. A partir da decada de 90, foi proposta a aplicaçao do processo de enfermagem ao cuidado do paciente cirurgico, englobando o papel do enfermeiro de centro cirurgico considerando o modelo conceitual de enfermagem e a determinaçao da competencia profissional do enfermeiro como componetes basicos. Em se tratando do modelo conceitual de enfermagem, este foi baseado na assistencia integral, continuada, participativa, documentada e avaliada. O paciente, um ser holistico, unico, biopsicossocial e assitido, sistematicamnete, a partir de intervenções conjuntas que promavem a continuidade do cuidado, alem de proporcionar a participação da familia do pacinete e facilitar a assistencia prestada.

Neste senario o aluno de enfermagem, tem imoportante papel a desempenhar na perpestiva de um atendimento humanizado e de qualidade, diante das caracteristicas especificas desse paciente.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno saiba realizar procedimentos em cuidados de enfermagem a pacientes graves, inclusive aqueles submetidos a tratamento intermediado pelo uso de equipamentos de alta complexidade.

Relacionar os atuais modelos de práticas de saúde em enfermagem à formação do aluno;Fornecer subsídio prático para a formação do aluno, enquanto ser comprometido com suas responsabilidades para com a sociedade;

Proporcionar conhecimento no âmbito de saúde local, regional.

Neste sentido, o ensino da disciplina pode contribuir para que os alunos em formação tornem-se cidadãos competentes, éticos, informados e críticos, capaz de realizar suas funções com segurança e precisão.

É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso às ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar

Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Assistência de Enfermagem Cirúrgica:

- Observar os princípios do cuidado humanizado na assistência ao paciente em tratamento cirúrgico de patologias dos diversos sistemas e aparelhos, em todos os ciclos vitais.
- Aplicar técnicas de enfermagem na realização de exames diagnósticos, aplicando conhecimentos técnicos que embasam o preparo adequado do paciente;
- Prestar cuidados de enfermagem a pacientes submetidos a cateterismo cardíaco.
- Orientar pacientes e/ou familiares quanto a alta, curativos, retorno e cuidados pos operatórios.
- Prestar cuidados de enfermagem a pacientes no centro cirúrgico, durante a anestesia, e na sala de Recuperação Pos Anestésica.

- Identificar falhas no funcionamento dos equipamentos e tomar as providencias cabíveis, segundo as normas do serviço.
- Realizar procedimentos e técnicas de esterilização, limpeza e desinfecção dos diferentes equipamentos, conforme protocolo dos serviços.

CONTEÚDOS

3° Período

Aspectos bio-psico-social do paciente cirúrgico nos diferentes ciclos de vida;
Terminologias cirúrgicas;
Classificação das cirurgias quanto à indicação, finalidade e potencial de contaminação;
Fatores de risco para infecção cirúrgica: ligadas ao paciente, ambiente, material e equipe;
Assistência integral e humanizada de enfermagem no período pré-operatório: admissão, exames pré-operatórios, preparo e transporte do paciente ao centro cirúrgico;
Organização, estrutura e funcionamento do centro cirúrgico e recuperação anestésica;
Preparo do ambiente para o procedimento cirúrgico, circulação da sala, controle de gastos de materiais e insumos; Paramentação e instrumentação cirúrgica;
Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente durante o procedimento anestésico: tipos de anestesia, principais anestésicos e analgésicos, posicionamento para anestesia, principais complicações anestésicas;
Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente durante o procedimento cirúrgico: recepção do paciente, posições cirúrgicas, monitorização do paciente e anotações de enfermagem;
Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente durante a recuperação anestésica e pós-operatório;
Complicações pós-operatórias;

Cuidados de enfermagem com: curativos, drenos, sondas, estomas, trações e outros;
Relações interpessoais com o cliente, família e a equipe multidisciplinar;
Educação em saúde, orientação para alta hospitalar.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório. A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

Também, vários recursos poderão ser utilizados, como trabalhos em grupo, pesquisas bibliográficas, experimentos, comunicações orais. Eventualmente poderá ser incluídos o uso de áudio visual e outros recursos didáticos. A forma como são integrados no processo de ensino-aprendizagem é que contribui para uma aprendizagem mais eficaz.

É de fundamental importância propiciar aos estudantes, situações em que possam explorar o mundo que os cerca, reelaborar seus conhecimentos, ampliando-os e aperfeiçoando-os reexaminar suas convicções, tendo oportunidade de confirmá-las ou modificá-las, adotando uma postura de reflexão diante da realidade.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino-aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BEYERS, M. Enfermagem médico-cirúrgica: tratado de prática clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
2. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde do adulto: assistência cirúrgica: atendimento de emergência / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 96 p.
3. BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de enfermagem médico – cirúrgica . 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. v.1 e 2
4. DICIONÁRIO DE ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS: DEF 03/04. 27.ed. Rio de Janeiro: Ed.Pub. Científicas, 2004.
5. DONAHOO, C. A; DIMON III, J. H. Enfermagem em ortopedia e traumatologia. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979. 288p.
6. ENFERMAGEM ORTOPÉDICA. São Paulo: Icone, 1996.

7. FISCHBACH, F.; Manual de enfermagem: exames laboratoriais & diagnósticos. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

8. KAWAMOTO, E. E. Enfermagem em clínica cirúrgica. São Paulo : EPU, 1986.

9. LIMA, I. L.; et al. Manual do técnico e auxiliar de enfermagem. Goiânia: AB editora, 2000

10. BERRY, E.C.; KOHN, M. L. A técnica na sala de operações. 4.ed. Rio de Janeiro: Interamericana,1977. 307p.

11. BROOKS, S.M. Enfermagem na sala de cirurgia. 2.ed. Rio de Janeiro : Interamericana, 1980. 179p.

12. CAMPBELL, D.; SPENCE, A A A Anestesia, reanimação e cuidados intensivos. Mem Martins : Europa-America, 1975. 199p.

13. FISCHBACH, F.; Manual de enfermagem: exames laboratoriais & diagnósticos. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

14. JORGE, S. S ; DANTAS, S. R. P. E.; Abordagem multiprofissional do tratamento de feridas. São Paulo: Atheneu, 2003.

15. MEEKER, M. H.; JANEC, R.; Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. 10 ed. Rio de Janeiro: Guananbara Koogan, 1997.

16. ROGANTE, M.M.; FURCOLIN, M.I.R.; Procedimentos especializados de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2000

17. SAMANA, G., ED.. ENFERMAGEM NO CENTRO CIRURGICO. São Paulo: Andrei, 1986. 2v

18. SILVA, M. D'A.A.; RODRIGUES, A. L.; CEZARETI, I. U. R. Enfermagem na unidade de centro cirúrgico. São Paulo: EPU: EDUSP, 1982. 89p

19. FERNANDES, T.; FERNANDES, M.; FILHO, N.R. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2000

20. LACERDA, R.A. et al. Buscando compreender a infecção hospitalar no paciente cirúrgico. São Paulo: Atheneu, 1992.

21. MEEKER, M. H.; ROTHROCK, J.C. Alexander: Cuidados ao Paciente Cirúrgico. 10ª ed.. Trad. ARAÚJO, C.L.C. de; CABRAL, I.E. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1997, 1249p.

22. SOBECC – Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização – Práticas

Recomendadas: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. 3ª. Ed revisada e atualizada. 2007. 157 p.

6. ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM CLINICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O técnico em enfermagem por força da lei do exercício profissional, exerce atividades de nível médio técnico. Além de integrar a equipe de saúde, cabe-lhe a prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave

É no setor hospitalar onde acontece o atendimento integral a este paciente e a clinica medica. E neste setor que se presta assistencia aos individuos com idade superior a 12 anos que se encontram em estado critico ou semi critico, nao proveniente de tratamento cirúrgico e ainda aqueles que estao hemodinamicamente estaveis. E onde se presta a assistencia integral de enfermagem aos pacientes de media complexidade.
O papel dessa disciplina na enfermagem clinica e propriciar a recuperação dos pacientes para alcançarem o melhor estado de saude fisica, mental e emocional possivel, conservando o sentimento de bem estar espiritual e social. Por ser esse setor onde ha pacientes com mais diversas doenças, tem ligação direta com a maioria dos setores do hospital, como UTI, Unidade de Hemidialise, Banco de Sangue, Pronto Socorro e outros.

Cabe a equipe de enfermagem proporcionar a recuperação do paciente dentro do menor tempo possivel e apoio e conforto aqueles em processo de morrer, bem como a seus familiares, respeitando as suas creçcas e valores. Deve-se pempre envolve-los para o auto cuidado juntamente com os seus familiares, prevenindo doenças e danos

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno saiba realizar procedimentos em cuidados de enfermagem a pacientes graves, inclusive

aqueles submetidos a tratamento intermediado pelo uso de equipamentos de alta complexidade.

Relacionar os atuais modelos de práticas de saúde em enfermagem à formação do aluno; Fornecer subsídio prático para a formação do aluno, enquanto ser comprometido com suas responsabilidades para com a sociedade;

Proporcionar conhecimento no âmbito de saúde local, regional.

Neste sentido, o ensino da disciplina pode contribuir para que os alunos em formação tornem-se cidadãos competentes, éticos, informados e críticos, capaz de realizar suas funções com segurança e precisão.

É fundamental que o aluno relacione a teoria com a prática sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso às ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar

Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Assistência de Enfermagem Clinica:

- Observar os principio do cuidado humanizado na anamnese e avaliação geral do paciente em tratamento clinico, em todos os ciclos vitais, com afecções nos diversos sistemas e aparelhos.
- Aplicar técnicas de enfermagem na realização de exames diagnósticos, aplicando conhecimentos técnicos que embasam o preparo adequado do paciente;
- Preparar e administrar o quimioterapico, conforme protocolo de serviço;
- Identificar, comunicar e registrar reações adversas em pacientes em uso de quimioterapia;
- Proceder a cuidados específicos a pacientes em situações de extravasamento de quimioterapicos vesicantes ou irritantes, conforme protocolo do serviço;
- Descartar materiais utilizados na quimioterapia, conforme protocolo do serviço;
- Orientar pacientes e/ou responsáveis quanto aos cuidados especiais com secreções eliminadas, dejeções e excreções durante e apos o tratamento com quimioterapicos.
- Monitorar o nível de consciência de pacientes,

CONTEÚDOS

2° Período

Atendimento pré-hospitalar (desmaio, lipotimia, acidentes com animais peçonhentos e venenosos, intoxicações, hemorragias, ferimentos, fraturas, queimaduras, crises convulsivas, afogamento, choques, acidentes com corpos estranho, entre outros);

Parada cardiorrespiratória, na modalidade do Suporte Básico de Vida;

Organização, estrutura e funcionamento da unidade de internação.

Terminologias clínicas;

Assistência de enfermagem humanizada na promoção, prevenção e recuperação a saúde do adulto – idoso.

As relações interpessoais com o cliente, família, e a equipe multidisciplinar;

Cuidados de enfermagem nos diferentes tipos de dietas;

Característica dos principais fármacos utilizados nas afecções clinica;

Sistema cardiovascular – hipertensão arterial, ICC, infarto agudo do miocárdio, doença de chagas, ulcera vascular e outras;

- Endócrino- diabetes, alterações tireoidianas e outras;
- Neurológico- AVC, Parkinson, Alzheimer, e outras;
- Respiratório – pneumonia, DPOC, asma, bronquite e outros;
- Digestório- esofagite ulcera gástrica, gastrite e outros;
- Sistema urinário – insuficiência renal aguda e crônica, infecções urinarias, litíase e outras;

Moléstias infecciosas – tipos de isolamento e precauções universais;

Ontológicos- cuidados paliativos;

Doenças auto-imunes;

Relações interpessoais com o cliente, família e equipe multidisciplinar.

Afecção clínica mais comum ao adulto e ao idoso de acordo com o perfil epidemiológico regional.

Administração de medicamentos,quimioterapia, soroterapia, hemoterapia e interação droga nutriente.

Tipos de dietas nas diferentes patologias clinicas.

Apoio diagnóstico (exames laboratoriais, raio x, USG, ECG e EEG).

Orientações e preparo do paciente/família para a alta hospitalar.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.
As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório. A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos que se propõe.

Também, vários recursos poderão ser utilizados, como trabalhos em grupo, pesquisas bibliográficas, experimentos, comunicações orais. Eventualmente poderá ser incluídos o uso de áudio visual e outros recursos didáticos. A forma como são integrados no processo de ensino-aprendizagem é que contribui para uma aprendizagem mais eficaz.

É de fundamental importância propiciar aos estudantes, situações em que possam explorar o mundo que os cerca, reelaborar seus conhecimentos, ampliando-os e aperfeiçoando-os reexaminar suas convicções, tendo

oportunidade de confirmá-las ou modificá-las, adotando uma postura de reflexão diante da realidade.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino-aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BONASSA,E.M. A Enfermagem quimioterápica. São Paulo: Atheneu, 1992. 279p.

2. BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de enfermagem médico – cirúrgica . 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. v. 1 e 2

3. CLARK, J.C. Enfermagem oncológica: um currículo básico. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

4. GONZALEZ, H. Enfermagem em Oncologia. São Paulo: Editora SENAC, 1995.

5. KOCH, R.M.; WALTER, R.L.; GISI, M.L. Doenças Transmissíveis. Curitiba: Florence, 1997

6. PHILIPPI, M. L. dos S.; WALAVASSI, M. E; ARONE, E.M. Enfermagem em Doenças Transmissíveis. São Paulo: SENAC, 1994.

7. POLAK,Y.N. de S. Enfermagem em nutrição parenteral: uma revisão da pratica segundo OREM. Curitiba: Relisul, 1991. 143p.

8. PARANA, Secretaria de Estado da Saúde. Centro Formador de Recursos Humano Caetano Munhoz da Rocha. Curso Técnico em Enfermagem. Curitiba: CFRH, 2009 V.3

7. ASSISTENCIA ENFERMAGEM EM SAUDE COLETIVA

ASSISTENCIA ENFERMAGEM EM SAUDE COLETIVA

Para falamos sobre essa disciplina temos que saber que no Brasil a saúde praticamente inexistiu nos tempos de colônia. O modelo exploratório nem pensava nessas coisas. O pajé, com suas ervas e cantos, a medicina dos jesuítas e os boticários, que viajavam pelo Brasil Colônia, eram as únicas formas de assistência à saúde. Para se ter uma idéia, em 1789, havia no Rio de Janeiro apenas quatro médicos.

Além das enfermarias de cuidados dos jesuítas a únicas instituições que podemos destacar no vazio assistencial desse período é a criação das Santas Casas de Misericórdia em 1543.

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, as necessidades da corte forçaram a criação das duas primeiras escolas de medicina do país: o Colégio

Médico-Cirúrgico no Real Hospital Militar da Cidade de Salvador e a Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro.

Foi no primeiro governo de Rodrigues Alves (1902-1906) que houve a primeira medida sanitarista no país. O Rio de Janeiro não tinha nenhum saneamento básico e, assim, várias doenças graves como varíola, malária, febre amarela e até a peste bubônica espalhavam-se facilmente. O presidente então nomeou o médico Oswaldo Cruz para dar um jeito no problema. Numa ação policialesca, o sanitarista convocou 1.500 pessoas para ações que invadiam as casas, queimavam roupas e colchões. Sem nenhum tipo de ação educativa, a população foi ficando cada vez mais indignada. E o auge do conflito foi a instituição de uma vacinação antivaríola. A população saiu às ruas e iniciou a Revolta da Vacina. Oswaldo Cruz acabou afastado.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

- E fundamental que os alunos saibam relacionar os atuais modelos de práticas de saúde em enfermagem à formação do aluno;
- Fornecer subsídio prático para a formação do aluno, enquanto ser comprometido com suas responsabilidades para com a sociedade;
- Proporcionar conhecimento no âmbito de saúde local, regional
- Proporcionar o domínio da linguagem científica e aprendizado quanto à postura e ao manuseio de equipamentos.
- Adquirir conhecimentos que permitam um bom aproveitamento perante as demais disciplinas do currículo profissional;

CONTEÚDOS

2° Período
Introdução à saúde pública,
Saúde coletiva e comunitária;
Evolução histórica das políticas de saúde e previdenciárias no Brasil;
Sistema Único de Saúde – SUS;
Legislação Vigente;

Organização da Atenção Básica em saúde – Estratégia saúde da família – ESF, Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS;
Programa de assistência aos adultos: hiperdia, saúde do trabalhador, Vigilância Alimentar e Nutricional;
Programa de Prevenção de Doenças sexualmente transmissíveis DST-AIDS;
Programa de prevenção à hanseníase e tuberculose;
Programa de prevenção ao Tabagismo;
Programa de imunização para adulto e idoso;
Programa de portadores de necessidades especiais;
Saúde do idoso;
Programa de saúde bucal;
Educação em saúde nas doenças mais comuns veiculadas pela água, por alimentos, transmitidas por vetores e causadas por ectoparasitas;
Política de Práticas Integrativas e Complementares do SUS: plantas medicinais, fitoterapia, cromoterapia, acupuntura, florais e outros.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática

docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. AMATO NETO, V.; BALDY, J.L. da S.; SILVA, L. J. da. Imunizações. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 2003
2. BIER Otto. Microbiologia e Imunologia. São Paulo: Melhoramento. 1994.
3. BRASIL. Estatuto do idoso e legislação correlata. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004
4. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde coletiva / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 150 p. : il.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia curricular para formação de auxiliar de enfermagem para atuar na rede básica do SUS, área curricular I, rompendo a cadeia de transmissão de doenças. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.
6. Manual de Vigilância Epidemiológica, Manual de Imunização e Manual de Procedimentos para Unidades Básicas de Saúde – Ministério da Saúde.
7. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Divisão Nacional de Epidemiologia. Manual de Vigilância Epidemiológica.

8. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Divisão Nacional de Epidemiologia. Programa Nacional de Imunizações. Manual de Imunização.
9. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de Procedimentos para Unidades Básicas de Saúde .
10. SOERENSEM, B.; MARULLI, K. B. B. Manual de Saúde Pública – Ed. Arte e Ciência.
11. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia Prático do Programa Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
12. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de Hanseníase e Tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
13. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica e Diabetes mellitus: protocolo. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
14. Norma Operacional da Assistência à Saúde / SUS – NOAS – SUS, 01/2001. Portaria 95, de 26 de janeiro de 2001.
15. Saúde Coletiva I. Ministério da Saúde (Profae) – Fiocruz.Brasília, Rio de Janeiro. 2001.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. ABC do SUS: Doutrinas e princípios. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência, 1990.
17. LIMA, I. L.; et al. Manual do técnico e auxiliar de enfermagem. Goiânia: AB editora, 2000
18. DUARTE, Y. A O ; DIOGO, M. J. D.; Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico. São Paulo; Atheneu, 2000.

8. ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM EM SAUDE MENTAL

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Saúde mental é um termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional. A saúde Mental pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica.

Admite-se, entretanto, que o conceito de Saúde Mental é mais amplo que a ausência de transtornos mentais. Saúde Mental é o equilíbrio emocional entre o patrimônio interno e as exigências ou vivências externas. É a capacidade de administrar a própria vida e as suas emoções dentro de um amplo espectro de variações sem contudo perder o valor do real e do precioso. É ser capaz de ser sujeito de suas próprias ações sem perder a noção de tempo e espaço. É buscar viver a vida na sua plenitude máxima, respeitando o legal e o outro.

Saúde Mental é estar de bem consigo e com os outros. Aceitar as exigências da vida. Saber lidar com as boas emoções e também com as desagradáveis: alegria/tristeza; coragem/medo; amor/ódio; serenidade/raiva; ciúmes; culpa; frustrações. Reconhecer seus limites e buscar ajuda quando necessário.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Nesta disciplina serão desenvolvidos os conhecimentos referentes a organização
sistêmica dos serviços de saúde e ao atendimento da saúde mental a nível de cuidados
primários.

Objetivos:

O aluno deverá ser capaz de identificar a importância médico-social dos problemas
de saúde mental para as comunidades e de propor estratégias que visam prevenir sua
ocorrência e/ou reduzir o dano através de métodos eficientes.

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno saiba realizar procedimentos em cuidados de enfermagem a pacientes graves, inclusive aqueles submetidos a tratamento intermediado pelo uso de equipamentos de alta complexidade.

Relacionar os atuais modelos de práticas de saúde em enfermagem à formação do aluno;Fornecer subsídio prático para a formação do aluno, enquanto ser comprometido com suas responsabilidades para com a sociedade;

Proporcionar conhecimento no âmbito de saúde local, regional.

Neste sentido, o ensino da disciplina pode contribuir para que os alunos em formação tornem-se cidadãos competentes, éticos, informados e críticos, capaz de realizar suas funções com segurança e precisão.

É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso às ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar

Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Assistência de Enfermagem Cirúrgica:

- Observar os princípios do cuidado humanizado na assistência ao paciente em tratamento cirúrgico de patologias dos diversos sistemas e aparelhos, em todos os ciclos vitais.
- Aplicar técnicas de enfermagem na realização de exames diagnósticos, aplicando conhecimentos técnicos que embasam o preparo adequado do paciente;
- Prestar cuidados de enfermagem a pacientes submetidos a cateterismo cardíaco.
- Orientar pacientes e/ou familiares quanto a alta, curativos, retorno e cuidados pos operatórios.
- Prestar cuidados de enfermagem a pacientes no centro cirúrgico, durante a anestesia, e na sala de Recuperação Pos Anestésica.
- Identificar falhas no funcionamento dos equipamentos e tomar as providencias cabíveis, segundo as normas do serviço.
- Realizar procedimentos e técnicas de esterilização, limpeza e desinfecção dos diferentes equipamentos, conforme protocolo dos serviços.

CONTEÚDOS

2° Período

Fases do crescimento e desenvolvimento humano – fisiológico, estrutural e psicológico;

Formação da identidade – auto estima, auto imagem, auto conhecimento, papéis sociais;

Desenvolvimento e formação da identidade sexual;
Relacionamento interpessoal – dinâmica dos grupos, papéis no grupo (alternância), trabalho em equipe multiprofissional;
Relacionamento do profissional com o cliente e sua família;
Historia da psiquiatria;
Políticas públicas de saúde mental;
Organização, estrutura e funcionamento das unidades de atendimento à saúde mental e transtornos psiquiátrico;
Transtornos mentais mais comuns – fatores de risco, tratamento e complicações;
Dependências químicas – drogas lícitas e ilícitas, medicamentosas;
Abordagens ao paciente nos diferentes transtornos;
Assistência integral e humanizada de enfermagem na saúde mental e seus transtornos.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

As aulas serão expositivas dialogadas. A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

Também, vários recursos poderão ser utilizados, como trabalhos em grupo, pesquisas bibliográficas, experimentos, comunicações orais. Eventualmente poderá ser incluídos o uso de áudio visual e outros recursos didáticos. A forma como são integrados no processo de ensino-aprendizagem é que contribui para uma aprendizagem mais eficaz.

É de fundamental importância propiciar aos estudantes, situações em que possam explorar o mundo que os cerca, reelaborar seus conhecimentos,

ampliando-os e aperfeiçoando-os reexaminar suas convicções, tendo oportunidade de confirmá-las ou modificá-las, adotando uma postura de reflexão diante da realidade.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino-aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

23. DANIEL, L. F. Atitudes interpessoais em enfermagem. São Paulo: EPU, 1983. 176p.
24. TIBA, I.; Adolescência o despertar do sexo um guia para entender o desenvolvimento sexual e afetivo nas novas gerações. 14 ed. São Paulo: 1994.

25. MANZOLLI, M.C.; CARVALHO, E.C. de; RODRIGUES, A R.F. Psicologia em enfermagem : teoria e pesquisa. São Paulo: Sarvier, 1981. 114p.
26. MALDONADO, m. T.; GARNER. A; A arte da conversa e do convívio. 5 ed., Editora Saraiva, 1999.
27. ORLANDO,I.J. O relacionamento dinâmico enfermeiro/paciente : função processo e princípios. São Paulo: EPU: EDUSP, 1978. 110p.
28. SARACENO, B. et al. Manual de saúde mental: guia básico para a atenção primária. São Paulo. ed. HUCITEC, 1998.
29. ALTSCHUL, A.; SIMPSON, R. Enfermagem psiquiátrica: princípios gerais. [Mem Martins] : Publ. Europa-América, 1977. 242p.
30. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde mental / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 128 p.
31. DALLY, P.; HARRINGTON, H. Psicologia e psiquiatria na enfermagem . São Paulo : EPU: EDUSP, 1978.
32. GRAEFF, F.G. Drogas psicotrópicas e seu modo de ação. 2.ed. ver. e ampl. São Paulo: EPU, 1989.
33. KEYS, J. J.; HOFLING, C. K. Conceitos básicos em enfermagem psiquiátrica. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986. 551p.
34. MANUAL DO AUXILIAR PSIQUIÁTRICO. Traduzido NATIVIDADE, E.M., 3ª ed. São Paulo: Rhodia, 1973. Nota: texto original " HANDBOOK FOR PSYCHIATRIC AIDES"
35. STUART, G. W.; LARAIA, M.T.; Enfermagem psiquiátrica: princípios e prática. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

9. ASSISTÊNCIA A ENFERMAGEM A URGÊNCIA EM EMERGÊNCIA

1 ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM EM URGENCIA E EMERGENCIA

1.1 APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Aspectos eticos e legais envolvendo a atuação dos profissionais de enfermagem na urgencia e emergencia, envolvem o processo de tomada de decisao, bem comoas responsabilidades da equipe de enfermagem, considerando-se problemas ou dilemas emergentes dessa pratica. De acordo com a Portaria n 2.048, de 5/11/2002, do Ministerio da Saude, o termo emergencia consiste na constatação medica de condições de agravo a saude que implicem risco iminente de morte ou sofrimento intenso, wxigindo, portanto, tratamento medico imediato. Esse mesmo documento define urgencia como sendo a ocorrencia imprevista de agravo a saude com ou sem risco potencial a vida, cujo portador necessita de assistencia medica imediata. A coopreensao desses vocabularios e importante porque os profissionais de saude, ao se depararem com situações concretas que exigem uma tomada de decisão imediata.

Essa disciplina trata o cotidiano dos profissionais de saude, e os criterios sociais na seleção de pacientes em serviços de emergencia, bem como outras questoes que envolvem a humanizaçao da assistencia de enfermagem, os direitos dos usuarios dos serviços e ações de saude.espera-se que a etica e as legislaçoes do exercicio profissional possam contribuir para as tomadas de decições, envolvendo o atendimento do paciente em situações de emergencia.

1.2 OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno saiba realizar procedimentos em cuidados de enfermagem a pacientes críticos, inclusive aqueles submetidos a tratamento intermediado pelo uso de equipamentos de alta complexidade.

Neste sentido, o ensino da disciplina pode contribuir para que os alunos em formação tornem-se cidadãos competentes, éticos, informados e críticos, capaz de realizar suas funções com segurança e precisão.

É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso as ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos

problemas que se propuseram e propõem solucionar, bem como prestar apoio ao paciente nas primeiras 24 horas e fundamental para manutenção da vida.
Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Assistência de enfermagem em Urgência e Emergência.

- Atuar nos cuidados de enfermagem nas emergências respiratórias.
- Atuar nos cuidados de enfermagem nas emergências neurológicas;
- Prestar cuidados a pessoas com trauma.
- Realizar primeiros socorros.
- Preparar paciente a realizar ECG;
- Manter carro de emergência de acordo com normatização;
- Realizar medidas de conservação dos equipamentos utilizados, de acordo com orientações técnicas,
- Atuar de acordo com aspectos éticos e cegais da profissão,

1.3 CONTEÚDOS

4° Período

1. Políticas públicas relacionadas a situações de urgências e emergências (SAMU, SIATE e outras);
2. Organização, estrutura e funcionamento das unidades de atendimento de urgência e emergência;
3. Assistência integral e humanizada de enfermagem na promoção, prevenção e recuperação do ser humano em situações de urgência e emergência;
4. Relações interpessoais com o cliente, família e a equipe multidisciplinar frente a situações de urgências e emergências;
5. Protocolos de atendimento de urgência e emergência;
6. Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente politraumatizado;
7. Assistência integral e humanizada de enfermagem na parada cardio-respiratória;
8. Assistência integral e humanizada de enfermagem nas emergências clínicas e cirúrgicas;

9. Administração de medicamentos em urgência e emergência; Educação em saúde.

1.4 METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório como ressuscitação mecânica, curativos em pacientes queimados, sondagens, montar caixa de emergência e cuidados gerais.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

1.5 CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.

- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

1.6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde do adulto: assistência cirúrgica: atendimento de emergência / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 96 p.
2. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde Protocolo de gestação de alto risco/Secretaria de Saúde do Paraná – 3.ed – Curitiba:SESA,2002
3. ROGERS, J.H. Enfermagem de emergência: um manual prático. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992
4. VITAL EMERGÊNCIAS MÉDICAS, Protocolo de Atendimento pré-hospitalar (socorristas e auxiliar de. Enfermagem) 1998.
5. Paraná. Secretaria de estado da saúde. Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha-Curso Técnico em Enfermagem. Curitiba: CFRH, 2009, V.6

10. BIOSSEGURANÇA E PROCESSO DE ARTIGOS
APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Esta disciplina na definição do dicionário Aurélio e “o conjunto de estudos e procedimentos que visam a evitar ou controlar eventuais suscitados por pesquisas biológicas e/ou por suas aplicações¨.

Outro ponto importante nesta disciplina e que ela trata de medidas para evitar riscos físicos (radiação ou temperatura), ergonômicos (posturais), químicos (substancias tóxicas), biológicos (agentes infecciosos) e psicológicos (estresse).

E importante compreender o que e segurança no local de trabalho. Estar em segurança significa não correr riscos, permanecer confiante ileso, sem causar ou sofrer algum dano.

Como todo aluno que se forma em técnico em enfermagem faz o seu juramento e assumi um compromisso que ¨Não causarei nenhum danos¨ Quando proporcionamos um ambiente seguro aos pacientes e a nos mesmos, o juramento esta sendo cumprido.

Alem disso, são necessários conhecimentos satisfatórios a respeito de como evitar danos, alem de responsabilidade na manutenção da segurança do ambiente.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno tenha acessória em todas as áreas do hospital e unidades externas, mediante orientação técnica, inspeção e acompanhamento das atividades desenvolvidas, sob o ponto de vista da prevenção da saúde e integridade física e psicológica dos funcionários.

Neste sentido, o ensino da disciplina pode contribuir para que os alunos em formação tornem-se cidadãos competentes, éticos, informados e críticos, capaz de realizar suas funções com segurança e precisão.
É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso das ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar.
Podemos então relacionar dentre muitos os seguintes objetivos do ensino de Biossegurança:

- Fazer levantamento de riscos existentes.
- Investigar acidentes de trabalho.
- Fazer ficha de analise do setor em caso de acidente de trabalho.
- Realizar treinamento.
- Coordenar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

- Realizar estatísticas dos acidentes de trabalho.
- Inspecionar condições de trabalho e comportamentos seguros.

CONTEÚDOS

2° Período
Biossegurança;
Medidas profiláticas para a higiene e segurança do trabalhador em saúde (NR5 e NR32);
Riscos e doenças Ocupacionais em saúde, EPIs e EPCs;
Exposição Acidental com Material Biológico;
Organização, estrutura e funcionamento da Central de Material e Esterilização;
Classificação das áreas e artigos odonto-médico-hospitalares;
Processamento e reprocessamento de artigos e controle da qualidade nos diferentes serviços de saúde;
Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Saúde;
Comissão e Serviços de Controle de Infecção nos serviços de saúde.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.
As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório e através de visitas técnicas em Hemonucleo, IML.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino-aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. JUNQUEIRA, M. S. e col. Acondicionamento de materiais hospitalares : pontos importantes a serem observados. [s.l.]: Enfoque, [19--] 11p.

2. ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ESTUDOS E CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR. Esterilização de artigos em unidades de saúde. São Paulo: APECIH, 2003.

3. ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ESTUDOS E CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR. Limpeza, desinfecção de artigos e áreas hospitalares e anti-sepsia. São Paulo: APECIH, 2004.

4. BARBOZA, L.F. Guia de Recomendação: manutenção e cuidados com o instrumental cirúrgico endoscópico. Rio de Janeiro. Rev.4. 2002.

5. FERNANDES, T.; FERNANDES, M.; FILHO, N.R. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2000.

6. LACERDA, R.A. et al. Buscando compreender a infecção hospitalar no paciente cirúrgico. São Paulo: Atheneu, 1992.

7. MOURA, M.L.P. de A. Enfermagem em centro de material e esterilização. 8ª ed. Ver. e Ampl. – São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2006 – (série Apontamentos). 80p.

8. SANTOS, N.C.M. Enfermagem na prevenção e controle da infecção hospitalar. São Paulo: Látria, 2003, 123p.

9. SILVA, A A organização do trabalho na unidade de centro de material. . Rev Escola de Enfermagem da USP, v. 32, São Paulo, USP. 1996

10. SILVA, A Trabalhador de enfermagem na unidade de centro de material e os acidentes de trabalho. São Paulo, Escola de Enfermagem da USP, 1996

11. SOBECC – Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização – Práticas Recomendadas: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. 3ª. Ed revisada e atualizada. 2007. 157 p.

12. BRASIL. Ministério da Saúde. Biossegurança para os trabalhadores de saúde. S.d

13. BRASIL, Ministério da saúde. Saúde, Meio ambiente e condições de trabalho. Conteúdos básicos para uma ação sindical – CUT, Ministério do trabalho. Brasília. 1995.

14. BRASIL, Ministério da saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. OPAS / MS. Brasília. 2001. 580 p.

15. BRASIL, Ministério da saúde. Manual de condutas em exposição ocupacional a material biológico. Brasília. 2001.

16. SARQUIS, L.M.M. et al O uso dos equipamentos de proteção individual entre os trabalhadores de enfermagem acidentados com instrumentos pérfuro-cortantes. Rev. Bras. Enfermagem, v.53, n.4, p.564-573, out / dez. 2000.

17. TEIXEIRA, P.; VALLE,S. (org) Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. 362 p.

10. ENFERMAGEM NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Foi no Brasil Colonia que se iniciaram as praticas sanitarias de controle as doenças infecciosas. Nesta epoca existia um grande numero de doentes e doenças contagiosas e um numero reduzidos de medicos e cirurgioes, o que tornava bem dificil a situação da saude da populaçao. As primeiras praticas sanitarias se cararcterizam pelo afastamento dos doentes da sociedade e seu confinamento nas Casa de Misericordia e Lazaretos.

Essa disicplina cuida necessariamente da Evolução Historica do Combate as Doenças no Brasil, Evolução da Historia de Saude Publica, Ações de enfermagem na vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental) com sistemas de informações e estatísticos, Participação social e Educação em Saúde.

Também oportunizara ao educando reconhecer a determinação social, econômica e a política do processo saúde-doença e o impacto na qualidade de vida da população, relacionando o perfil epidemiológico e demográfico.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno conheça a Política Nacional de Saúde e os Processos de organização dos serviços de saúde.

Compreender a determinação social do processo saúde-doença, participando da implementação dos princípios da Política Nacional de Saúde e do modelo de promoção da saúde com vistas a qualidade de vida da população.

Desenvolver ações de vigilância a saúde, baseadas no perfil epidemiológico e nos determinantes do processo saúde-doença, considerando as diretrizes da Política Nacional de Saúde.

Participar no planejamento, execução e avaliação dos programas de saúde da Política de Atenção Básica.

É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso as ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar.

Reconhecer a vigilância da saúde como instrumento de prevenção e controlo de doenças e agravos, através de indicadores epidemiológicos.

CONTEÚDOS

4° Período

Vigilância Epidemiológica: Conceito, atribuições, etapas das atividades, medidas de controle;

Indicadores de Saúde;

Doenças de Notificação Compulsória; Sistemas de Informação;

Vigilância Sanitária e ambiental: Conceito, atribuições, campo de atuação e medidas de controle;

Ações de enfermagem na vigilância em saúde;
Controle social;
Educação em saúde.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.
As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório como preencher ficha de notificação, realizar buscativas e fechar relatórios, também poderá ser realizado visitas técnicas.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em

pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.

- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. AMATO NETO, V.; BALDY, J.L. da S.; SILVA, L. J. da. Imunizações. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 1991

2. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde coletiva / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 150 p. : il.

3. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde da mulher, da criança e do adolescente / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 160 p.

4. A CLASSIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA E O USO DA EPIDEMIOLOGIA SOCIAL. Brasília: Assoc. Bras. de Enf., 1997.

5. ANDRADE, S. M. de; SOARES, D. A . ; CORDONI Jr. L. (org.) Bases da Saúde Coletiva . Londrina: EDUEL, 2001

6. PARANA, Secretaria de Estado da Saúde. Centro Formador de Recursos Humano Caetano Munhoz da Rocha. Curso Técnico em Enfermagem. Curitiba: CFRH, 2009 V.1

12. FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Essa disciplina esta relacionada principalmente na Organização dos serviços de saúde, na História da enfermagem, na legislação da profissão, nas entidades de classe .

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno conheça a Lei do Exercício Profissional, código de Ética e os Processos de organização dos serviços de saúde.

Compreender a determinação social do processo saúde-doença, participando da implementação dos princípios da Política Nacional de Saúde e do modelo de promoção da saúde com vistas a qualidade de vida da população.

Participar no planejamento, execução e avaliação dos programas de saúde da Política de Atenção Básica.

É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso as ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar.

CONTEÚDOS

1° Período

Organização dos Serviços de saúde – Instituições, finalidades, níveis de complexidade e fluxograma;

História da enfermagem – desenvolvimento no mundo e no Brasil;

Perspectivas conceituais na prática de enfermagem – teorias de enfermagem, sistematização da assistência e humanização;
Ética, bioética e direitos do paciente;
Lei do exercício profissional, código de ética da enfermagem;
Equipe de enfermagem e multiprofissional;
Áreas de atuação da enfermagem;
Entidades de classe

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

As aulas serão expositivas dialogadas. A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente.

Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

---

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: instrumentalizando a ação profissional 2 / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 156 p. : il.
2. BRASIL. Código de ética dos profissionais de enfermagem. São Paulo: COREn, 1993
3. CAMARGO, M. Ética, vida e saúde. 5ªed . [s.l.] :Editora Vozes Ltda, 1980
4. CIANCIARULLO, T. I. Instrumentos básicos para o cuidar: um desafio para a qualidade de assistência. São Paulo: Atheneu, 1997.
5. DANIEL, L.F. Enfermagem: modelos e processos de trabalho. São Paulo: EPU, 1987.
6. GELAIN, I. Deontologia e enfermagem. 2.ed. São Paulo: EPU, 1987. 107p.
7. GERMANO, R.M. A ética e o ensino de ética na enfermagem do Brasil. São Paulo: Cortez, 1993.
8. LIRA, N.F. DE & BONFIM, M.E.DE S. História da enfermagem e legislação. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1989.
9. OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J.; O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. São Paulo: LTr editora, 1999.

10. PAIXAO, W. História da enfermagem. 5.ed.ver. e aum. Rio de Janeiro : J.C. Reis, 1979. 138p.
11. SANTOS, E.F.; et al.; Legislação em enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2002.

13. FUNDAMENTOS DO TRABALHO

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Nesta disciplina o trabalho se fundamenta em uma necessidade natural e eterna da raça humana, sem a qual o homem não pode existir. Diferente dos animais irracionais, que se adaptam passivamente ao meio ambiente, o homem atua sobre ele ativamente, obtendo os bens materiais necessários para sua existência com seu trabalho, que inclui o isso e a fabricação de instrumentos especiais. A sociedade não escolhe estes instrumentos ao seu arbítrio; cada nova geração recebe os instrumentos de produção que foram criados por gerações anteriores e que ela usa, modifica e melhora.

Essa disciplina obedece certa ordem de seqüência. A humanidade não pode passar diretamente do machado de pedra para a central atômica; cada melhoramento ou invento é conseqüência dos anteriores, tem que se apoiar na gradativa acumulação de experiência produtiva, de hábitos de trabalho e de conhecimento dentro da própria comunidade ou de outra comunidade mais avançada. Repetimos que os instrumentos de trabalho não funcionam sós, e que o papel central no processo da produção corresponde aos trabalhadores que criam e colocam em ação esses instrumentos com o seu esforço e experiência laboriosa.

A produção não é obra do homem isoladamente; tem sempre caráter social. No processo de produção de bens materiais, os homens, com ou sem vontade, acabam se relacionando de uma forma ou de outra, e o trabalho de cada produtor converte-se numa partícula do trabalho social, até nas sociedades mais primitivas e com, maior fundamento, nos processos industriais mais avançados.

Assim, a humanidade tem conhecido quatro regimes diferenciados de relações de produção: comunidade primitiva, escravidão, feudalismo e capitalismo,

sendo que existiu uma experiência de um regime comunista cuja primeira etapa é o socialismo.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Proporcionar aos alunos a conscientização de uma postura adequada frente ao mercado de trabalho, bem como conhecer as diferentes modalidades do trabalho em saúde, ampliando assim o conhecimento técnica acerca das bases institucionais, modelos de serviços e determinantes dos diferentes processos de trabalho em saúde.

CONTEÚDOS

1° Período

O Trabalho humano nas perspectivas ontológica e histórica;
O trabalho como realização da humanidade;
Organização social do trabalho;
O trabalho na dinâmica capitalista;
Processo de alienação e a lógica do capital;
Transformações do mundo do trabalho;
Mudanças no mercado de trabalho: tecnologias, globalização;
Processo de globalização e seu impacto sobre o mundo do trabalho;
Qualificação do trabalho e do trabalhador;
Processo de Trabalho em Enfermagem;

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

A escolha da metodologia empregada no ensino técnico deve enfatizar a formação completa do trabalhador, fornecendo embasamento teórico ao educando, necessário para o exercício da reflexão, despertando nele uma postura cidadã, comprometida com o mundo ao seu redor. Visa desenvolver o pensamento crítico, o saber teórico aliado à capacidade intelectual e reflexiva, na perspectiva de formar um trabalhador diferenciado e mais qualificado profissionalmente.

Considerando que a disciplina de Fundamentos do Trabalho, na atual estrutura curricular, desempenha função filosófica importante, consubstanciando a transição do ensino das disciplinas básicas, para um saber fazer consciente e atuante; identificando problemas de várias naturezas no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de todo o curso.

A metodologia tem por finalidade favorecer o processo de transformação no qual diferentes interpretações se fundem em significados e estes, abrem possibilidades de compreensão, estabelecendo novas relações. Cabe à Escola formar o aluno em conhecimento, habilidades, valores, atitudes e atuação na sociedade através de uma aprendizagem significativa, que busque desenvolver o senso crítico, passando da produção do conhecimento à compreensão das formas como este se produz.

As aulas serão ministradas de maneira expositiva, com auxílio de TV Pen Drive e outros recursos áudios-visuais, pesquisas direcionadas; apresentação, discussão de artigos em sala de aula, de acordo com o tema. Alem da exibição de filmes que retratem os assuntos abordados, para uma melhor vivência dos conteúdos.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

A avaliação deve identificar as dificuldades dos alunos para que o professor possa rever suas metodologias e interferir no bom andamento do processo ensino aprendizagem. Assim, a avaliação não terá como alvo apenas o aluno, mas possibilitará ao professor avaliar o seu próprio desempenho, sua proposta pedagógica, o que espera dos alunos.

A avaliação tem por finalidade mensurar a aquisição de conhecimentos em todo o processo de aprendizagem. Deve ainda, proporcionar a reflexão do próprio discente sobre suas dificuldades, capacitando-o ao desenvolvimento de sua formação.

É, ainda, um instrumento utilizado pelo docente para promover o desenvolvimento integral do aluno, estimulando-o a buscar novas fontes de conhecimento.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAMPEDELLI, M. C. Processo de Enfermagem na Prática. 1989_ São Paulo, SP: ÁTICA.

CAMPOS, J. de Q. O Hospital e sua Organização Administrativa. 1978_ São Paulo, SP: LTR

JAMESON. F. A cultura do dinheiro. Petrópolis: VOZES, 2001.

MELO, C. Divisão Social do Trabalho de Enfermagem. 1986_ São Paulo, SP: CORTEZ.

MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H**.** A armadilha da globalização*:* O assalto à democracia e ao bem-estar. São Paulo: GLOBO, 1996.

http://www.uff.br/trabalhonecessario/MReginaTN3.htm Acesso em: 29/07/2010

http://www.rhinfo.com.br/historia.htm Acesso em: 29/07/2010

http://www.artigonal.com/doutrina-artigos/automatizacao-e-qualificacao-no-trabalho-624370.html Acesso em: 1º/08/2010

14. INTRODUÇÃO À ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Essa disciplina esta relacionada principalmente Técnicas básicas para as ações de enfermagem no processo do cuidar.

O técnico em enfermagem não pode estar limitada à utilização de conhecimento relativo às ciências naturais. A enfermagem lida com seres humanos, que apresentam comportamentos peculiares construídos a partir de valores, princípios, padrões culturais e experiências que não podem ser questionados e tão pouco considerados como elementos separados.

A enfermagem tem-se desenvolvido num tipo "particular" de conhecimento. É frequente, na enfermagem, a equipe depararem-se com situações que requerem ações e decisões para as quais não há respostas científicas. Em várias situações outras formas de conhecimento provêm da sua própria experiência como pessoas e compreensão.

O que caracteriza o exercício de enfermagem é o fato de que ele engloba outros padrões de conhecimento, além do empírico, inclui aspectos que refletem crenças e valores.

A Enfermagem tem atualmente uma linguagem própria, constantemente atualizada e editada por um Conselho (COREN).

Essa matéria prepara o aluno para desenvolver de forma sistematizada as atividades realizadas pela equipe de enfermagem no contexto hospitalar e outros.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Exercício Profissional, código de Ética e os Processos de organização dos serviços de saúde.

Compreender a determinação social do processo saúde-doença, participando da implementação dos princípios da Política Nacional de Saúde e do modelo de promoção da saúde com vistas a qualidade de vida da população.

Participar no planejamento, execução e avaliação dos programas de saúde da Política de Atenção Básica.

É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso as ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar.

CONTEÚDOS

1° Período
Conceito de cuidado e processo de cuidar;
Conceitos das técnicas básicas de enfermagem: Objetivos e Métodos de trabalho;
Precauções universais: Lavagem das mãos;
Equipamentos de proteção individual;
Conceitos de descontaminação, tipos de limpeza, desinfecção, antissepsia e assepsia;
Procedimentos e técnicas básicas – Admissão do paciente, alta e transferência;
Higiene oral e corporal;
Tipos de banho;
Pedicure e manicure; tricotomia, tratamento de pediculose e escabiose;
Limpeza e desinfecção da unidade: terminal e concorrente;
Preparo do leito;
Descontaminação, limpeza e desinfecção de artigos odonto-médico-hospitalares;
Procedimentos de conforto, contenção e prevenção de úlceras de pressão;
Transporte e Movimentação do paciente;
Sinais vitais;
Medidas antropométricas;
Administração de medicamentos (cálculos matemáticos) e venóclise;
Oxigênioterapia e nebulização;
Aplicações de calor e frio;
Sondagens gástricas e entéricas;
Cuidados com sondagem vesical e outras;

Enteróclise;
Curativos e bandagens;
Coleta de material para exames laboratoriais e preparo para exames diagnósticos;
Anotações de enfermagem e terminologias;
Cuidados com o corpo após a morte;
Técnicas de Alimentação.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

As aulas serão expositivas dialogadas. A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente.

Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: fundamentos de enfermagem / Ministério da Saúde, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. – Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 128 p. : il.
2. BRUNNER,L.S.; SUDDARTH,D. S. Pratica de enfermagem. 2.ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. V 1 e 2. CAMPEDELLI, M.C; GAIDZINSKI, R. R. Escara: problema na hospitalização. São Paulo: Ática, 2002. 64p.
3. CASTELLANOS, B.E.P. Injeções: modos e métodos. São Paulo: Ática, 1987. 63p.
4. CIANCIARULLO, T. I. Instrumentos básicos para o cuidar: um desafio para a qualidade de assistência. São Paulo: Atheneu, 1997.
5. CLARKE, M. Manual pratico de enfermagem. 13.ed. São Paulo : Manole, 1986. 323p
6. DICIONÁRIO DE ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS: DEF 03/04. 27.ed. Rio de Janeiro: Ed.Pub. Científicas, 2004.
7. FERNANDES, M.V. et al. Manual de procedimentos técnicos e administrativos de enfermagem. Londrina; EDUEL, 2002
8. FISCHBACH, F.; Manual de enfermagem: exames laboratoriais & diagnósticos. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

9. GIOVANI, A .M.M. Enfermagem: cálculo e administração de medicamentos. São Paulo: Legnar Informática & Editora, 1999
10. KAWAMOTO, E. E.; FORTES, J. I. Fundamentos de enfermagem. São Paulo: EPU, 1986. 137p
11. KOCH, R.M. et al. Técnicas básicas de enfermagem. 14.ed. Curitiba: Florence, 1996.
12. LIMA,A B.D. de; ARONE, E.M.; PHILIPPI,M.L. dos S. Introdução à farmacologia. São Paulo : Editora SENAC,1994.
13. LIMA, A B.D. de; ARONE,E.M.; PHILIPPI,M.L. dos S. Noções sobre medicamentos. São Paulo: Editora SENAC, 1994 .
14. LIMA, A B.D. de. Interações medicamentosas. São Paulo: SENAC. 1994.

15. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Sabe-se que a prevenção de doenças sempre foi um desafio para os profissionais de saúde, pois para que ocorra a prevenção, implica em mudança de hábitos e de comportamentos, toca-se no lado cultural e pessoal do publico alvo.

A educação em saúde tem sido a estratégia predominante para o alcance desse objetivo. Para que a mesma ocorra, há a necessidade de profissionais preparados para realizá-la de maneira efetiva. Para isso o Técnico em enfermagem precisa de instrumentos como conhecer as estratégias pedagógicas, os diversos tipos de comunicação, verbal, não verbal.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno seja preparado para o trabalho em equipe, conhecer a linguagem cientifica e as normas e padrões da linguagem escrita e oral.

CONTEÚDOS

1° Período

Processo de comunicação: emissor, receptor e mensagem;

Tipos de comunicação: escrita, verbal e não verbal;

Normas e padrões da linguagem escrita e oral (ortografia, sintaxe, concordância....);

Linguagem: científica, técnicas, informal, matemática, artística, jornalística, informacional (informática);

Leitura, análise, compreensão e interpretação de diferentes tipos de texto: domínio das representações estatísticas, matemáticas, gráficas e textuais;

Levantamento bibliográfico e busca na internet;

Produção de textos: relatórios, anotações de enfermagem, descrição de procedimentos, fichamento, resumo;

A prática educativa em saúde e seus objetivos.

Educação versus informação.

Planejamento de ensino.

Estratégias pedagógicas para a educação em saúde.

Utilização de recursos audiovisuais: confecção de cartazes, folders, banners, álbum seriado, dinâmicas, retroprojetor, data show, etc.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

As aulas serão expositivas dialogadas, oportunizando ao grupo momentos de discussões sobre as necessidades dos clientes e dos profissionais quanto a melhor comunicação, distribuição de temas que os alunos possam explorá-los e apresentarem conclusões.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. CAMPOS, T.C.P. Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais. São Paulo: EPU, 1995.
2. DANIEL, L. F. Atitudes interpessoais em enfermagem. São Paulo: EPU, 1983. 176p.
3. MANZOLLI, M.C.; CARVALHO, E.C. de; RODRIGUES, A R.F. Psicologia em enfermagem : teoria e pesquisa. São Paulo: Sarvier, 1981. 114p.
4. MOSCOVICI, F. Desenvolvimento Interpessoal. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A , 1985.

5. MUNCK, s. (coord); et al.; Registros de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999
6. VASCONCELOS, E. M. Educação Popular dos Serviços de Saúde. 3ª ed; São Paulo: Cortez, 1997.
7. MENDES, I.A.C. Pesquisa em enfermagem, São Paulo: EDUSP, 1991, 153p. M
8. MINAYO, M.C.S. (org); et al.; Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis , Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
9. MULLER, M.S.; CORNELSEN, J.M.; Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. – 5 ed. Atual. – Londrina: Eduel, 2003
10. ALBINO, J.P. A sociedade do conhecimento e as comunidades virtuais. In: JESUS, A. C. (org). Cadernos de Formação – Gestão da Informação (Pedagogia Cidadã). São Paulo: Unesp/ Pró-reitoria de graduação, 2005.
11. BACCEGA, Maria Aparecida. (org.) Gestão de processos comunicacionais. São Paulo: Atlas, 2002.
12. BELLUZZO, R.C.B. Gestão da informação, do conhecimento e da documentação. In: JESUS, A. C. (org). Cadernos de Formação – Gestão da Informação (Pedagogia Cidadã). São Paulo: Unesp/ Pró-reitoria de graduação: 2005
13. BERLO, D. K. O processo da comunicação. Tradução: Jorge Arnaldo Fontes. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
14. CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
15. DA MATTA, Roberto. A casa e a rua. 4. ed. Guanabara Koogan (cidade e ano não identificados). Mimeo.
16. FILHO, J. T. Gerenciando conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Senac, 2003.
17. FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação. São Paulo: UNESP, 2000.
18. IANNI, Octavio. A era do globalismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
19. JOHNSON, Steven. Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
20. LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre / RS: Sulina, 2004.

21. LIMA. Frederico. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000
22. LITTLEJOHN, Stephen W. Fundamentos teóricos da comunicação humana. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
23. MARCONI, Marina de; LAKATOS, Técnicas de pesquisa:planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
24. MCLUHAN, M. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 2000.

16. PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Podemos dizer que, desde que o mundo e mundo, o homem e a mulher executam atividades para a manutenção da vida (caçar, pescar, lavrar a terra...). Por isso, falar sobre o trabalho e algo que parece tao natural tao unido a propria existencia da humanidade, que as vezes nao percebemos o quanto o trabalho sofreu modificações ao longo da historia da humanidade.

O trabalho e uma experiencia estruturante de nossas vidas, sobre a qual cartamente temos muito a contar, mas quantos de nos paramos para pensar sobre o que e o trablaho? Ou, por que trabalhamos? Por que encaramos o trabalho como obricaçao? E por que temos que dispor tanto tempo para o trabalho e tao pouco para a lazer e o descanso?

Isto porque a forma que o trabalho assume, de obrigação, de imposição, as vezes de sacrificio, e contraditoria com o potencial de criação, de satisfação e de produção, que o ser humano possui e que se realiza pelo trabalho.

De fato, o ser humano e um ser de necessidades, pois ele precisa produzir sua própria vida. Como diria o professor Frigotto (2005), somente se nos transformássemos em “anjos” e que poderíamos parar de trabalhar, pois não

há como suprirmos nossas necessidades, desde as mais básicas, vindas do corpo (a fome, o frio, a proteção, etc.), ate as necessidades do espírito (o desejo, o prazer e a estética, por exemplo), se não produzirmos os meios para fazê-lo.

Pressupomos o trabalho de uma forma que pertence exclusivamente ao ser humano. Uma aranha executa operações semelhantes às de tecelão, a abelha constrói os favos de suas colméias como um arquiteto. Mas o que distingue, o arquiteto da abelha e que o arquiteto constrói o ¨favo¨ em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém um resultado que já no inicio existiu na imaginação do trabalhador. Ele não apenas efetua uma transformação na forma da matéria natural, realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo, seu planejamento e avaliação.

Para considerar o trabalho nos serviços de saúde temos que elencar três aspectos fundamentais quando falamos no processo de trabalho em saúde.

Em primeiro lugar, que ele e um exemplo de trabalho em geral e, portanto, compartilha características comuns com outros trabalhos que se dão na industria, comercio e outros setores da economia.

Segundo, que é um serviço – toda a assistência a saúde e um serviço e temos que pensar, então, o que e o serviço.

Terceiro que e um serviço que se funda numa inter-relação pessoal muito intensa.

A prestação de serviço na área da saúde não tem o mesmo significado que na industria ou no comercio. Tem sua especificidade, na medida em que e um serviço que não se realiza sobre coisas ou sobre objetos, mas se realiza sobre pessoas. Mas ainda, baseia-se numa relação partilhada entre o usuário e o profissional na qual o usuário contribui ¨ativamente¨ no processo de trabalho, ou seja, e parte desse processo, tornando-se assim, co-responsável pelo êxito ou não do tratamento.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno participe da implementação de medidas de vigilância de ambientes e agravos relacionados ao trabalho.

Aplicar medidas de prevenção e controle de agravos relacionados ao trabalhador, em sua área de atuação.

É fundamental que o aluno relacione a teoria com a pratica sabendo desenvolver suas habilidades quanto ao uso as ciências naturais ao desenvolvimento tecnológico e associe as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar, bem como participar no planejamento, execução e avaliação do processo de trabalho em enfermagem, aplicando principio éticos que balizam a conduta profissional.

CONTEÚDOS

4° Período
Processo de trabalho em saúde e enfermagem;
Organização, estrutura e funcionamento dos Serviços de Enfermagem nas Instituições (Hospitais, clínicas, UBS, ambulatórios, asilos, Cooperativas Específicas, Escolas, etc.);
Equipe multiprofissional;
Diagnóstico situacional dos serviços e ações de saúde;
Planejamento das ações de saúde;
Implementação das ações de saúde;
Supervisão e treinamento de pessoal;
Avaliação e controle de qualidade;
Atribuições do Técnico de Enfermagem no atendimento domiciliar;
Humanização: usuário e trabalhador.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.
As aulas serão expositivas dialogadas, além de práticas de laboratório como ressuscitação mecânica, curativos em pacientes queimados, sondagens, montar caixa de emergência e cuidados gerais.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. CAMPEDELLI, M. C. (Org.). Processo de enfermagem na prática. São Paulo: Ática, 1989. 136p.
2. CAMPOS, J. de Q. O Hospital e sua organização administrativa. São Paulo: LTr, 1978.
3. CAMPOS, V. F. TQC: controle da qualidade total (no estilo japonês). Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni: Escola de Engenharia da UFMG : Bloch, 1992.
4. MELO, Cristina. Divisão social do trabalho de enfermagem. São Paulo, Cortez, 1986.
5. BUSS, P. Qualidade de vida e saúde: ciência e saúde coletiva. ABRASCO, v.4, nº 1, 2000
6. GENTILE, M. Os desafios do município saudável. Programação da saúde/município saudável: Ministério da Saúde, m. 1, ago/out 1999.
7. FELDMANN,M. A ; GELAIN, I. Administração do serviço de enfermagem. [São Paulo: Sociedade Beneficente São Camilo], [19-]. 205p.
8. KRON, T.; GRAY, A Administração dos cuidados de enfermagem ao paciente: colocando em ação as habilidades de liderança. 6.ed. Rio de Janeiro: Interlivros, 1989. 302p.
9. KURCGANT, P (Coord.). Administração em enfermagem. São Paulo: EPU, 1991. 237p.
10. MUNCK, s. (coord.); et al.; Registros de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
11. SANTOS, I. do. Supervisão em enfermagem. Rio de Janeiro: Cultura Medica, 1987. 88p
12. SCHURR, M. C. Enfermagem e administração. São Paulo: EPU, 1976. 102p
13. VASCONCELOS, E. M. Educação Popular dos Serviços de Saúde. 3ª ed; São Paulo: Cortez, 1997.
14. Paraná. Secretaria de estado da saúde. Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha-Curso Técnico em Enfermagem. Curitiba: CFRH, 2009, V.2

16. PROCESSO SAUDE DOENÇA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Sabe-se que o conceito de doença e estudo das alterações fisiológicas das células, tecidos, interstício, ocasionadas pela ação dos agentes exógenos ou distúrbios endógenos. Inflamações, neoplasias, desordens carências.
Essa disciplina capacita o Técnico em Enfermagem no Estudo dos processos patológicos humano, sua etiologia, sinais, sintomas e consequências para o organismo. Fornecendo subsídios teóricos para a pratica da enfermagem.
A educação em saúde tem sido a estratégia predominante para o alcance desse objetivo. Para que a mesma ocorra, há a necessidade de profissionais preparados para realizá-la de maneira efetiva.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Para o ensino dessa disciplina e fundamental que o aluno seja preparado para o trabalho em equipe, conhecimento teórico e técnico.
Instrumentalizar o aluno quanto ao conhecimento das varias formas que se entendia o surgimento das doenças num entendimento que saúde e um componente da qualidade de vida.
Apresentar o novo modelo assistencial que tem o foco na família, considerenado o meio ambiente, o estilo de vida e a promoção da saúde como seus princípios básicos.

CONTEÚDOS

1° Período
Conceito de saúde - doença e sua determinação histórico social;
Ecossistema: seres vivos e meio ambiente, equilíbrio e perpetuação das espécies;
Necessidades humanas básicas e qualidade de vida: habitação, alimentação, trabalho, transporte, segurança, educação, afetividade, espiritualidade e outras;
Processos de adoecimento: sociais, psicológicos e biológicos;

Principais Agentes etiológicos macro e microbiológicos;
Microbiologia: Bactérias, vírus, fungos, ricketsias, prions – conceito, nomenclatura, características gerais, ciclo evolutivo, formas de infestação, contágio e principais doenças;
Parasitologia: protozoários, helmintos e artrópodes - conceito, nomenclatura, características gerais, ciclo evolutivo, formas de infestação, contágio e principais doenças;
Sistema imunológico: relação antígeno-anticorpo, resistência e imunidade natural e adquirida;
Níveis de atenção à saúde: primária, secundária e terciária;
Saneamento básico: abastecimento de água, sistema de esgoto, coleta, remoção e destinação do lixo, drenagem de águas pluviais, controle de insetos e roedores, higiene, fontes de contaminação, poluição e medidas profiláticas.

METODOLÓGIA DA DISCIPLINA

Na expectativa de trabalhar com os conteúdos considerados importantes para a aprendizagem, a metodologia proposta busca transformar os envolvidos no aprendizado em sujeitos do processo de conhecimento, envolvendo a realidade e o cotidiano do aluno com os temas propostos.

As aulas serão expositivas dialogadas, oportunizando ao grupo momentos de discussões sobre as necessidades dos clientes e dos profissionais quanto a melhor comunicação, distribuição de temas que os alunos possam explora-los e apresentarem conclusões.

A determinação do professor no sentido de trabalhar com a disciplina contextualizada e voltada para a realidade dos alunos poderá lhe ser muito útil no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

CRITERIOS DE AVALIAÇÃO ESPECIFICOS DA DISCIPLINA

Avaliação é o norteio de todo o processo educativo devendo esta ser realizada com seriedade para que sua real função seja consolidada na escola.

A avaliação deve ser um processo contínuo oferecendo ao professor dados significativos sobre o processo ensino- aprendizagem e sobre a prática docente. Esta característica diagnóstica de avaliação permitirá verificar as dificuldades e os avanços tanto individuais como coletivos que direcionará a tomada de decisões que garanta a qualidade dos resultados.

Como a avaliação não se constitui somente de instrumentos do tipo provas, considerar-se-á, os vários momentos do processo ensino aprendizagem:

- Serão realizadas avaliações periódicas objetivas e/ou discursivas
- Serão considerados o interesse e a participação dos alunos:
- Nas exposições orais do professor; na resolução das atividades de fixação, em sala de aula, em trabalhos em grupo ou em ou em pesquisas extra-sala, nos relatórios de aulas de laboratório e em atividades extra-classe que tenham relação com a disciplina.
- Serão respeitadas as diferenças individuais, oferecendo diversas e diferentes oportunidades para que o aluno demonstre o seu progresso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

25. Neves, David Pereira. Parasitologia humana. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1979.
26. Spicer, John W. Bacteriologia, Micologia e parasitologia Clínica. Rio de Janeiro, RJ.
27. Guanabara Koogan.
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: Parasitologia e microbiologia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.
29. VERONESI, Ricardo. Doenças infecciosas e parasitarias. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
30. BIER, O. Microbiologia e Imunologia. São Paulo: Melhoramento. 1994.
31. CIMERMAN, B.; CIMERMAM. S.; Parasitologia humana e seus fundamentos gerais. 2 ed. São Paulo, Atheneu, 2001M
32. MIKAT, D. M. & MIKAT, K. W. Dicionário de bactérias: um guia para o médico. 1.ed. [s.l.] : Eli Lilly do Brasil , 1981.

33. Ministério da Saude do Brasil. Representação no Brasil da OPAS/OMS. Elizabeth Costa Dias e colaboladores Idelberto Muniz Almeida et al. Brasilia: Ministério da Saude do Brasil, 2001.
34. NEVES, D. P.; MELO, L; GNEARO, O. Parasitologia humanas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000.

PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O Auxiliar em Enfermagem deverá ter conhecimentos técnico-científicos, que lhe garantam condições de atuar na observação, reconhecimento, descrição de sinais e sintomas executando ações de tratamento simples, pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, *em equipe de enfermagem e multiprofissional com a supervisão do enfermeiro*, desenvolvendo atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.

O Técnico em Enfermagem, deverá ter conhecimentos técnico-científicos, que lhe garantam autonomia intelectual e ética, e condições de atuar nos diferentes níveis de atenção a saúde, pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, *em equipe de enfermagem e multiprofissional com a supervisão do enfermeiro*, desenvolvendo atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.

PLANO DE ESTÁGIO

O Estágio no curso tem como concepção a continuidade das ações dos cuidados de enfermagem, no que se refere à concentração de atividades práticas diárias, sem interrupção constante, favorecendo a integração e aprendizagem do aluno, em que o mesmo evolui dentro do ambiente hospitalar e da comunidade. No estágio o aluno busca entender os princípios da Integralidade, Resolutividade e Efetividade da Assistência a saúde, preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

As turmas serão formadas por grupos de no mínimo 4 (quatro) e máximo 7 (sete) alunos, sendo que cada turma de alunos ficará em determinado local de

estágio, até completar a carga horária estabelecida como prática na matriz curricular.

O cronograma e a programação das disciplinas que contemplam o Estágio Supervisionado, inclusive com rodízio de locais a ser procedido pelas várias turmas, serão publicados pela Coordenação do Curso devendo acontecer nos períodos matutinos e vespertinos.

Concluído o período de estágio, em um determinado local, a turma de alunos iniciará a etapa de trabalho a campo de outra disciplina e/ou outro local de estágio. Assim, os grupos passarão pelas diversas disciplinas de Estágio Supervisionado e pelos diversos locais de estágios em sistema de rodízio, observando-se o disposto nos incisos anteriores, bem como farão visitas técnicas nos locais determinados pela coordenação, em que haja termo de convênio assinado, consonantes com as disciplinas dos estágios.

Carga horária dos Estágios

1º semestre: 120

2º semestre: 200

3º semestre: 200

4º semestre: 240

Carga Horária Total: 760

Objetivo Geral

O Estágio proporciona a complementação do aprendizado obtido na escola, através do trabalho exercido fora do ambiente escolar, a adaptação psicológica e social necessárias à sua atuação como profissional, a orientação sobre sua futura especialização profissional.

Objetivos específicos

Possibilitar ao aluno estudos teórico-práticos, de modo a desenvolver conhecimento técnico, atitudes e capacidades reflexivas que o tornem apto às exigências do mundo do trabalho e dos avanços tecnológicos.

Favorecer a aquisição de uma postura ética nas relações de trabalho, sendo sujeito ativo em seu contexto social.

Oportunizar ações que possibilitem atuarem como profissionais conscientes e responsáveis.

Instrumentalizar o aluno através de teoria e prática visando ações integradas de saúde em estabelecimentos específicos de assistência à saúde, tais como postos, centros, hospitais, laboratórios e consultórios profissionais e, em outros ambientes como domicílios, creches, centros comunitários, empresas e demais locais de trabalho que necessitem deste profissional.

Local (is) de realização do estágio obrigatório

Os estágios obrigatórios deverão ser realizados Hospitais Públicos e Privados, Unidade Básica de Saúde, CAPS (Centro de Atendimento Psicosocial), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Vigilância em Saúde.

Atividades de estágio obrigatório

As atividades de estágio devem estar relacionadas ao saberes que o aluno construirá durante o curso e nas empresas/instituições em forma de: visitas de reconhecimento do espaço, análise de documentação, preenchimento de fichas e relatórios de enfermagem e realização de procedimentos em enfermagem.

O estágio obrigatório, concebido como procedimento didático pedagógico e como ato educativo intencional, é atividade pedagógica de competência da instituição de ensino e será planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos para a formação profissional dos estudantes, no Projeto Político-Pedagógico e, descritos no Plano de Estágio. O estágio deverá ser desenvolvido com a mediação de professor orientador especificamente designado para essa função, o qual será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades.

A instituição de ensino é responsável pelo desenvolvimento do estágio, observados:

a) Termo de Convênio para estágio com o ente público ou privado e concedente de estágio;

OBS: De acordo com o ofício 014/2011 da Superintendência da Educação, a assinatura do termo de convênio é responsabilidade da Direção do Estabelecimento e deverá ser celebrado por 2(dois) anos.

b) Termo de Compromisso firmado com o educando ou com seu representante ou assistente legal e com a parte concedente, indicando as condições

adequadas do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

Forma de acompanhamento do estágio

O estagio será acompanhado pelo professor orientador de estagio da instituição de ensino, preenchera um relatório das atividades desenvolvidas.
O supervisor também deve acompanhar tanto o da escola (professor) quanto o da instituição concedente.

Avaliação do estágio

A avaliação constará de um processo continuo por meio de: documentação de avaliação da instituição escolar, elaboração de relatório apresentando as atividades realizadas, resultados alcançados, dificuldades encontradas e a pertinência do conteúdo com a proposta curricular do curso e do plano de estágio, diagnosticando avanços e necessidades para o redimensionamento da prática, estabelecendo uma nota na escala de zero (0) a dez (10,0) seguindo a média estabelecida pela norma vigente, com freqüência de 100%.

Referências Bibliográficas

- Lei nº. 11.788/98
- Lei nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Decreto nº. 87.497 de 18 de agosto de 1982.
- Deliberação nº. 02/09 do CEE
- Instrução nº. 028/2010 – SUED/SEED

Locais de estágio

Laboratório de anatomia e Semiologia - CIES

Reunião de HIPERDIA

Palestras nas Escolas

Visita domiciliar

Instituto do Rim

HEMOCENTRO

Palestra na casa da Cultura

Ambulatório de Alto Risco

Puericultura nas UBS

Palestras sobre amamentação e cuidados com RN nas UBS

Palestras com as gestantes nas UBS

Visita Puerperal

Secretaria de Saúde (vigilância em saúde)

Regional de Saúde – Sis-agua

IML

Suporte avançado – UTI móvel

Corpo de Bombeiro - SIATE

FICHA DE AVALIAÇÃO

Professor(a) _____

Aluno(a) _____

Estagio _____

Período _____Turma _____Carga Horária_____

Obs. : Cada item corresponde ao valor de 0 a 2,0 (totalizando 10,0)			
Fatores	**Pontuação**	**Auto avaliação**	**Avaliação do Professor**
1. ASSIDUIDADE: avaliar atrasos, faltas e saídas	**0,0 - 0,5**		

antecipadas.			
2. INICIATIVA, INTERESSE: Avaliar a facilidade do aluno para tomar providencia frente a diferentes situações, avaliar também o interesse que o aluno demonstra pelo estagio e a motivação pelas atividades executadas.	**0,0 – 1,0**		
3. POSTURA ÉTICA E PROFISSIONAL: Avaliar o conhecimento e respeito ao código de ética, hierarquia e postura profissional correta e adequada, respeito com o cliente.	**0,0 – 1,0**		
4. CUIDADO PESSOAL: Avaliar a aparência limpa e adequada, o uso do uniforme, adornos discretos e o material de bolso completo.	**0,0 – 0,5**		
5. RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: Avaliar a facilidade que o aluno tem em relacionar-se, de estabelecer contatos com tutores, colegas, funcionários, clientes e acompanhantes, demonstrando equidade, cortesia e respeito.	**0,0 – 0,5**		
6. CUIDADO HUMANIZADO: Avaliar a facilidade que o aluno tem de relacionar-se com o cliente, familiares bem como transmitir informações.	**0,0 – 0,5**		
7. DESEMPENHO TÉCNICA: Avaliar o preparo de material do cliente, a seqüência lógica e a destreza manual na execução das técnicas.	**0,0 – 2,0**		
8. RESPONSABILIDADE: Avaliar a capacidade do aluno em agir por decisão própria e autodeterminação, respeitando as normas de trabalho preestabelecidas, com responsabilidade sobre seus atos, bem como cumprimento das atividades programadas pelo tutor.	**0,0 – 1,5**		
9. PLANEJAMENTO E LIDERANÇA: Avaliar a capacidade do aluno em sistematizar o trabalho, o programa de ação, os objetivos propostos, a adequação dos recursos, a execução e os resultados alcançados. Avaliar a capacidade do aluno em	**0,0 – 1,0**		

planejar e organizar as atividades programadas dividindo responsabilidades e conseguindo a colaboração efetiva do grupo.			
10. CONHECIMENTO CIENTIFICO: Avaliar o interesse do aluno em realizar pesquisas em conteúdos de enfermagem.	**0,0 – 1,5**		

AVALIAÇÃO DO (A) PROFESSOR (A)

MEDIA FINAL_____

_____ _____

CIENCIA DO ALUNO CIENCIA DO PROFESSOR

AVALIAÇÃO DO CURSO

Os alunos do curso técnico em enfermagem julgam que as disciplinas, os conteúdos e metodologias utilizadas pelos professores em sua turma foram boas. O grau de aproveitamento dos alunos em relação às aulas teóricas, práticas e estágios foram satisfatórios. O tempo de duração do curso e suficiente e atende às expectativas. Os professores dominam bem os conteúdos ministrando-os com dinamismo e relacionando-os com a prática. O laboratório é utilizado por vezes nas aulas práticas. Ao avaliar os professores explicam claramente os objetivos da avaliação com propostas relacionadas com os conteúdos ministrados em sala de aula. Segundo os alunos o curso precisa melhorar nos referidos aspectos: Mais recursos no laboratório; Ampliar os campos de estágio; Dar mais oportunidade nos estágios. Ex: medicação,

pulsão entre outros; Métodos de estágios; Atualização de professores (capacitação); Melhorar as aulas de laboratório; Aumentar a carga horária do estágio, para que se tenham mais destrezas nas medicações; Começar os estágios sem atrasos; O curso é ótimo. Noventa porcento dos alunos a turma estão empregados como agente comunitário de saúde, hospitais, SESAN, unidades de saúde (cidades da região), postos de saúde, empresas, clínicas (odontológica, raio X, médica), casa de família e lojas. Alguns alunos já atuavam quando iniciaram no curso outros pensam que devido a responsabilidade e compromisso demonstrado durante o curso conquistaram seus empregos a partir do terceiro semestre letivo. As dificuldades encontradas para manter-se no matriculado no curso ficam por conta: da distância da escola; correria do dia a dia e cansaço físico; trabalho e os chefes não liberam para o estágio; a distância da cidade; a carga horária dos estágios; distância dos locais de estágios. Alguns alunos dizem não ter dificuldade, pois conseguem conciliar o curso com estágios e doenças. As Sugestões para melhorar a oferta do curso são: fazer os estágios em bloco ao invés de uma vez na semana; selecionar os professores de sala e estágio; Mais paciência na distribuição dos estágios e organização nos horários; começar fazendo o estágio na primeira semana e alguns professores serem mais claros nos trabalhos porque sem saber o que quer não tem como fazer; estágios em final de semana para não perder o emprego; divulgar mais o curso no período de inscrições; melhorar os estágios dando mais oportunidades para aprender. Pois é fazendo que se aprende. Tem que por a mão na massa.

Depoimentos de alunos: “Quando a gente começa a fazer o curso muitas pessoas não conseguem terminar devido aos estágios em minha opinião deveria ter estágios em vários horários para também se adequar aos alunos. Quando começamos a gente a gente esta desempregado e quando fazemos a gente já começa a trabalhar ai temos que nos adequar aos horários de estágio mas são todos os locais de trabalho que nos liberam”; “Já de agora venho agradecer toda a coordenação do colégio Marechal Rondon, pela oportunidade que tem me dado, e hoje graças a Deus estou no final do curso, e posso dizer que aproveitei cada oportunidade que tem me dado. Aprendi muito como curso e também com os professores, pela paciência e dedicação”; “O curso é muito bom, pois com ele aprendi várias questões que não conhecia. Sei que agora estamos saindo muito verde, mas tenho a noção de que estou fazendo e com

isso me sinto disposta a qualquer oferta de trabalho. Obrigado pelo curso e pela dedicação".

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO/SUBSEQUENTE

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Enfermagem
Área Profissional: Saúde
Forma: subseqüente
Carga horária total do curso: 2200 h/a – 1440 horas - 760 horas de estágio
Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período da noite
Regime de matrícula: semestral
Número de vagas: 40 alunos por turma.
Período de integralização do curso: mínimo de dois anos e o máximo de cinco anos
Requisitos de acesso: conclusão do ensino médio (na forma subseqüente)
Modalidade de oferta: presencial

A história contemporânea registra que o mundo do trabalho vem sofrendo profundas transformações. O surgimento da produção em série foi o grande episódio da civilização industrial e os mecanismos de poder exercidos pelo homem ao longo da história, representados pelo domínio do fogo, o controle das técnicas de plantio, o desenvolvimento das técnicas de navegação, chegaram ao seu ponto culminante com o advento da revolução industrial e a massificação do consumo. Intensificaram-se e diversificaram-se as atividades laborais, acarretando aumento do trabalho e novos riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores. Para ampará-los, surgiram Novas Leis

e Normas, que se direcionaram à Proteção da Saúde e da Integridade do Trabalhador.

A reestruturação produtiva e industrial, as inovações tecnológicas de base micro-eletrônica, a acentuada competitividade e a busca da qualidade de vida afetaram substancialmente as relações de trabalho, com repercussões sobre o binômio Saúde e Trabalho. Esses desafios estabelecem a necessidade de uma nova forma de compreensão dessas relações e propõem uma nova prática de atenção à segurança e à saúde dos trabalhadores, com intervenção nos ambientes e processos de trabalho, a fim de estimular a promoção e a prevenção da saúde, a busca do elevado padrão de qualidade de vida laboral, com reflexos sobre a produtividade das organizações.

Visando o aperfeiçoamento curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho e a concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que devem transversalizar todo o desenvolvimento curricular, apresenta-se a reformulação do plano de curso.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho vem ao encontro da necessidade da formação do Técnico numa perspectiva de totalidade, o que significa recuperar a importância de trabalhar com os alunos os fundamentos científicos-tecnológicos presentes nas disciplinas da Formação Específica, evitando a compartimentalização na construção do conhecimento.

A proposta encaminha para uma formação onde a teoria e prática possibilitam aos alunos compreenderem a realidade para além de sua aparência onde os conteúdos não têm fins em si mesmos porque se constituem em sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem.

> A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Segurança do Trabalho enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

OBJETIVOS

Formar profissionais qualificados em Segurança do Trabalho, criativos e atentos às necessidades de adaptação às mudanças da sociedade em transformação;

Valorizar a educação como processo seguro de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de sistema social mais competitivo e globalizado.

Desenvolver o auto conhecimento, para melhorar a adaptação sócio-educacional e oportunizar ao aluno possibilidades de maior domínio técnico e científico.

Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.

OBJETIVOS

Formar o Técnico em Segurança do Trabalho integrando os conhecimentos da formação geral e profissional em nível médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos;

Promover o diálogo entre a educação básica, os conhecimentos tácitos dos trabalhadores e da educação superior, como forma de assegurar por meio de uma sólida formação em nível médio, a possibilidade de continuidade dos estudos;

Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho e na sociedade na qual estão inseridos.

MATRIZ CURRICULAR TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - SUB

Estabelecimento: RONDON, C E MAL - E FUND MEDIO PROF

Curso: TEC.EM SEG DO TRAB-SUBS ET ASS									Turno: Noite
Ano de Implantação: 2009 – GRADATIVA									Módulo: 20 semanas
Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
2064 - ADMINISTRACAO EM SEG DO TRABAL	FE	3							
2065 - COMUNICACAO E ED EM SEG DO TRA	FE	2	2						
2066 - DESENHO ARQUIT EM SEG DO TRABA	FE	2							
4032 - DOENCAS OCUPACIONAIS	FE		3						
4140 - ERGONOMIA	FE			4					
3514 - FUNDAMENTOS DO TRABALHO	FE	2							
0849 - HIGIENE DO TRABALHO	FE	2	2	2					
2067 - INFORMATICA EM SEG DO TRABALHO	FE	3							
2068 - LEGISLACAO EM SEG DO TRABALHO	FE	2	3	2					
4226 - PREV.E CONT.RISCOS E PERDAS	FE		3						
2069 - PREVENCAO A SINISTROS COM FOGO	FE			4					
3255 - PRIMEIROS SOCORROS	FE	3							
2070 - PROCESSO INDUSTRIA E SEGURANCA	FE		4						
2071 - PROGRAMAS DE CONTROLE E MONITO	FE			4					
2115 - PSICOLOGIA DO TRABALHO	FE	2							
2072 - SAUDE DO TRABALHADOR	FE			3					
0926 - SEGURANCA DO TRABALHO	FE	4	4	4					
2073 - TEC DE UTILIZACAO DE EQUI MEDI	FE		4	2					
4446 - ESTAGIO PROF.SUPERVISIONADO	E		5	5					
Carga Horária Total		25	30	30					

EMENTAS

1. ADMINISTRAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Introdução à administração; Noções da Organização do trabalho; Administração e Segurança do Trabalho; Parâmetros de qualidade: certificações. Regras básicas de benchmarking. Arranjos Físicos em Empresas e Noções de Fluxogramas e Organogramas.

CONTEÚDOS:

- Introdução à administração: Histórico, conceituação;
- Surgimento das Primeiras Empresas;
- Precursores da Administração Científica;
- Correntes da administração;

- Organização das Modernas Empresas;
- Revolução eletrônica/digital e as novas exigências em Segurança do Trabalho.
- Parâmetros de qualidade: certificações.
- Organização e segurança do trabalho: A Segurança do Trabalho no Planejamento e Controle de Produção;
- A Segurança do Trabalho na Manutenção e no Controle da Qualidade;
- A Segurança do Trabalho e o Estudo Preliminar dos Métodos de Trabalho;
- Análise dos Métodos de Trabalho
- Regras básicas de benchmarking;
- Arranjos Físicos em Empresas e Noções de Fluxogramas e Organogramas: Conceitos; Elaboração de fluxogramas; Elaboração de organogramas;
- Organizações Inteligentes: Conceitos; Estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração:** teoria, processo e prática. 4 ed. São Paulo: **Campus – Elsevie,** 2006.

GRÖNROOS, Christian. **Marketing:** gerenciamento e serviços. 2 ed. São Paulo: **Campus – Elsevie**, 2004.

MATOS, Francisco Gomes. **Estratégia de empresa**. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

MCKENNA, Regis. **Marketing de relacionamento**: estratégias bem sucedidas para a era do cliente. São Paulo: **Campus – Elsevie**, 1993.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – http//www.desenvolvimento.gov.br

SANTOS, Joel J. **Formação do preço e do lucro**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SENAI. DN. DF. **Caderno de encargos**: guia prático para empresas e profissionais da construção civil. Brasília: SENAI, 1983.

TAVARES, José da Cunha. **Tópicos da Administração aplicada a Segurança do Trabalho.** São Paulo: SENAC, 2008.

2. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Identificação, uso e validação de fontes de informação; Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica; Análise e compreensão de textos; Estatística Aplicada a Segurança do Trabalho. Elaboração de projetos; Elaboração de textos; Redação Técnico-científica e a norma culta da língua. Produção de material informativo e educativo. Métodos e Técnicas de Transmissão de Informações e Treinamento em Segurança do Trabalho.

CONTEÚDOS:

- Identificação, uso e validação de fontes de informação.
- Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: definição e classificação.
- Análise e compreensão de textos: texto técnico, texto científico, jornalístico, literário, etc.
- Recursos e tipos de redação técnica: Relatórios, relatório de inspeção e pareceres, cartas comerciais, ofícios, memorandos, atas, regulamento Interno de Segurança do Trabalho, etc.
- Revisão gramatical.
- Compreensão da importância de produções textuais.

- Redação Técnico-científica.
- Produção de material informativo e educativo: folderes, cartazes, releases, banner, informativos, cartilhas, etc.
- Estatística Aplicada a Segurança do Trabalho: Conceitos e aplicações; Elaboração de planilhas e gráficos.
- Passos do encaminhamento e da elaboração de projetos: Definição do problema, dos objetivos, estratégias e instrumentos de pesquisa, análise e interpretação de dados e informações, conclusão e divulgação.
- Estudos e aplicação das normas da ABNT.
- Métodos e Técnicas de Educação e Ensino: objetivo, organização da informação, técnicas de apresentação, recursos audiovisuais;
- Técnicas de oratória; preparação de eventos, formas de treinamento no local de trabalho e avaliação em treinamento.

BIBLIOGRAFIA

ALVARRADOR, Marianela. **Construção de uma pedagogia para a integração**. Montevidéu: OIT, 1998.

ANTUNES, Celso. **Manual de Técnicas de Dinâmica de Grupo de Sensibilização de ludopedagogia**. 20 Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira; AZEVEDO, Ana Gonçalves de - **Metodologia Científica**: contributos práticos para a elaboração de trabalhos acadêmicos. 5 ed. Porto: C. Azevedo, 2000.

BARROS, Saulo C. Rego. **Manual de gramática e redação: para profissionais de segurança do trabalho**. São Paulo: Ícone,1997.

BECKER, Fernando, FARINHA, Sérgio. ACHEID, Urbano. **Apresentação de trabalhos escolares.** Porto Alegre**:** Prodil, 1986.

BOOG, Gustavo; BOOG, Magdalena. **Manual de treinamento e desenvolvimento**: gestão e estratégias. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COVEY, Stephen. **Os sete hábitos das pessoas muito eficazes**. 4 ed. São Paulo: Best Seller, 2000.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. 2 ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARRIDO, Laércio M. **Virei Gerente, e Agora?** São Paulo: Nobel: 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 3 ed., São Paulo: Atlas, 1998

ISANDAR, I. J. **Normas da ABNT:** comentadas para trabalhos científicos. 2 ed. Curitiba:

Juruá, 2003. 96p.

KERLÉSZ, Roberto. **Análise Promocional ao Vivo**. 3 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1987.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

LUFT, Celso Pedro; AVERBUCK, Ligia Morrone; MENEZES, João Alfredo de. **Novo manual de português:** gramática, ortografia oficial; literatura brasileira e portuguesa, redação, teste de vestibular. 3 ed. São Paulo: Globo 1996.

MARCONI, Marina de Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**, 3 ed. São Paulo:1998

MCKENNA, Regis. **Marketing de relacionamento**: Estratégias bem sucedidas para a era do cliente. Editora Campus, 1993.

MOSCOVIC, Fela. **Equipes do certo**. 5 ed. São Paulo: José Olympio, 1994.

SILVA, Edna da; MENEZES Estera Muskat Menezes. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, Florianópolis: UFSC, 2000

YOZO, Ronaldo Yudi K. **100 Jogos para Grupos**. 7 ed. São Paulo: Agora, 1996.

3. DESENHO ARQUITETÔNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Linguagem do desenho arquitetônico em segurança do trabalho; Leitura e análise do ambiente de trabalho; Organização e adequação de espaço físico; Noções de Projetos Arquitetônicos; Elaboração de lay-out; Construção de Mapas de Risco. Técnicas do Desenho Arquitetônico; Softwares de desenho técnico.

CONTEÚDOS:

- Linguagem do desenho arquitetônico em segurança do trabalho.
- Leitura e análise do ambiente de trabalho.
- Organização e adequação de espaço físico.
- Noções de Projetos Arquitetônicos: Interpretação de planta baixa; Representação gráfica.
- Organização e elaboração de lay-out.
- Construção de Mapas de Risco.
- Técnicas do Desenho Arquitetônico: Simbologia, convenções, dimensionamento, cota e escalas métricas; Softwares de desenho técnico.

BIBLIOGRAFIA

ABNT/SENAI. **Coletânea de normas de desenho técnico**. SENAI-DTE-DTMD. São Paulo, 1990.

CUNHA, Luis Veiga da. **Desenho Técnico.** Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CARVALHO, B.A. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1993.

FRENCH, T.E. **Desenho Técnico e tecnologia gráfica**. 6 ed. São Paulo: Globo, 1999.

OBERG, L. **Desenho Arquitetônico**. Rio de Janeiro: Livro técnico, 1979.

PEREIRA, A. **Desenho Técnico Básico**. 9 ed. Rio de Janeiro: 1990.

SENAI. DR. PR. **Desenho Técnico**. Curitiba: Senai, 1995.

4. DOENÇAS OCUPACIONAIS

Binômio saúde e doença. Doenças profissionais e do trabalho. Agravos causados por riscos. Lesões causadas por esforços repetitivos (LER) e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (DORT). Doenças profissionais: do sistema respiratório, circulatório, mentais, dermatoses, câncer. Distúrbios provocados por: eletricidade, temperaturas extremas e ruídos.

CONTEÚDOS:

- Binômio Saúde-Doença: Definição e distinção dos conceitos de saúde e doença.
- Definições de Doença Profissional e do Trabalho: Evolução Histórica da Saúde do Trabalhador.
- Agravos causados por riscos: químicos, físicos, biológicos e ergonômicos.
- Lesões causadas por esforços repetitivos (LER) e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (DORT).
- Doenças profissionais do sistema respiratório: Classificação; Ação das substancias agressoras; Principais agressores; Alergias respiratórias; Doenças ocupacionais: pneumoconiose, silicose, antracossilicose, pneumopatias causadas por metais pesados, enfisemas, neoplasias.
-

- Doenças do sistema circulatório: Classificação; Principais agressores; Ação das substâncias agressoras.
- Transtornos Mentais Relacionados ao trabalho.
- Dermatoses do Trabalho: Desenvolvimento; Tipo de dermatoses.
- Câncer Relacionado ao Trabalho.
- Distúrbios Provocados pela Eletricidade.
- Doenças Causadas por Temperaturas Extremas: Edema do calor; Síncope do calor; Hipotermia; Distúrbios Hidroeletrolíticos.
- Distúrbios da Audição Causados por Ruídos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças Relacionadas ao Trabalho**: Manual de Procedimentos para Serviços de Saúde, Ministério da Saúde, 2001.

DURAND, Marina. **Doença Ocupacional**: psicanálise e relações de trabalho. São Paulo: Editora Escuta, 2001.

LANCMAN, Selma. **Saúde, Trabalho e Terapia Ocupacional**. São Paulo: Editora Roca, 2004.

MARANO, Vicente Pedro. **Doenças Ocupacionais**. 2 ed. São Paulo: LTR, 2007.

MONTEIRO, Antonio Lopes. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SECRETARIA de saúde. **Política Estadual de Atenção Integral à saúde do Trabalhador do Paraná.** Instituto de Saúde do Paraná, diretoria de vigilância e pesquisa. Centro Estadual de Saúde do Trabalhador. Curitiba, 2004.

SOUTO, Daphnis Ferreira. **Saúde no Trabalho**: uma revolução em andamento. Senac, 2003.

5. ERGONOMIA

Introdução à Ergonomia, Fundamentos da Fisiologia e Biomecânica do Trabalho, Ambiente de Trabalho, Antropometria, Trabalho Fisicamente Pesado, Dispositivos Técnicos de Trabalho, Paradigmas do Trabalho, Organização do Trabalho sob o Ponto de Vista Ergonômico, Norma Regulamentadora nº 17; Ginástica Laboral.

CONTEÚDOS:

- **Introdução à Ergonomia:**
- Histórico; A Ergonomia nas áreas da atuação humana;
- As diversas áreas da Ergonomia aplicada ao trabalho;
- Homem – Máquina – Tarefa;
- Fundamentos da Fisiologia e Biomecânica do Trabalho:
- Considerações gerais sobre os comportamentos do homem no trabalho;
- Fisiologia do trabalho muscular;
- **Biomecânica ocupacional**:
- gestos,
- posturas
- movimentos de trabalho;
- **Ambiente de Trabalho:**
- Definições básicas;
- Ambiente térmico; Ambiente acústico;
- Ambiente vibratório;
- Ambiente lumínico;
- Qualidade do ar.
- **Antropometria:**

- Características principais;
- Tabelas de levantamento antropométrico;
- Fadiga física e mental;
- Prevenção da Fadiga no trabalho;
- Pausas de recuperação durante a jornada e intervenção ergonômica.
- **Trabalho Fisicamente Pesado:**
- Características básicas do ser humano para o trabalho pesado;

- Medidas do Metabolismo e comparação com a capacidade aeróbica dos trabalhadores;
- Avaliação do dispêndio energético no trabalho;
- **Técnicas para o trabalho pesado.**
- **Organização ergonômica do trabalho pesado.**
- **Dispositivos Técnicos de Trabalho:**
- Dimensionamento de espaços e planos de trabalho;
- Dimensionamento de assentos e cadeiras;
- Dispositivos manuais, mecanizados e eletrônicos de trabalho.
- **Paradigmas do Trabalho**:
- Trabalho estático e trabalho dinâmico;
- Fatores de organização do trabalho e programas prevencionistas.
- **Organização do Trabalho sob o Ponto de Vista Ergonômico**:
- Regras da ergonomia na organização do layout.
- Norma Regulamentadora nº 17;
- Ginástica Laboral: Objetivos; Aplicações; Exercícios e Dinâmicas.

BIBLIOGRAFIA

BALBINOTTI, Giles. **Ergonomia como Principio e Pratica nas Empresas. Curitiba:** Autores Paranaenses, 2003.

BRASIL. **Manuais de Legislação**: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COUTO, H. A. **Como Implantar Ergonomia na Empresa. Belo Horizonte:** Ergo, 2002.

DANIELLOU, François. **A Ergonomia em Busca de seus Princípios**. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

FALZON, Pierre. **Ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2007.

LAVILLE, Antonie. **Ergonomia**. São Paulo: EPU, 2006.

VIEIRA, Jair Lot. **Manual de Ergonomia** – Manual de Aplicação da NR-17. 1 ed. Bauru: E
dipro, 2007.

6. FUNDAMENTOS DO TRABALHO

A perspectiva ontológica do trabalho: O trabalho como condição de sobrevivência e de realização humana. A perspectiva histórica do trabalho: Mudanças no mundo do trabalho, alienação, desemprego, qualificação do trabalho e do trabalhador.

Conteúdos

- trabalho humano: ação sobre o ambiente, produção de cultura e humanização.
- Perspectiva histórica:
- Diferentes modos de produção,
- Industrialismo,
- Alienação e exploração de mais valia,
- Emprego, desemprego e subemprego;
- Organizações dos trabalhadores;
- papel do estado na proteção aos incapacitados

BIBLIOGRÁFIA

SANTOS, B. Reinventando a democracia. Entre o pre-contratualismo e o pós-contratuialismo. In: Beller, Agnes et al. ***A crise dos paradigmas em ciências sociais****.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

CHESNAIS, F. ***Mundialização do capital***. Petrópolis: Vozes, 1997.

FROMM, E**.** ***Conceito marxista de homem***. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GENRO, T. **O futuro por armar**. **Democracia e socialismo na era globalitária**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, P. **A educação para o desemprego. A desintegração da promessa integradora**. In. Frigotto, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho*: perspectivas de final de século. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, A. ***Concepção dialética da história****.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAMESON. F**.** ***A cultura do dinheiro***. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. ***Temas de Ciências Humanas****.* São Paulo: [s.n], 1978.
HOBSBAWM, E.. ***A era dos extremos*** - O Breve Século XX - 1914-1991. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H. ***A armadilha da globalização****:* O assalto à democracia e ao bem-estar. São Paulo: Globo, 1996.

NEVES, L.M. W. *Brasil 2000*: **nova divisão do trabalho na educação**. São Paulo: Xamã, 2000.
NOSELLA, P. Trabalho e educação. ln: Frigotto, G. (Org**.). *Trabalho e conhecimento***: **dilemas na educação trabalhador**. 4 ed. São Paulo:Cortez, 1997.

7. HIGIENE DO TRABALHO

Histórico da Higiene do Trabalho; Objetivos da Higiene do Trabalho; Conceito e Classificação dos Riscos Ambientais; e Noções de Higiene Pessoal. Normas internacionais de higiene ocupacional (NHO). Condições Sanitárias e de Conforto (NR – 24). Higiene dos alimentos como fator de segurança do trabalho. Sistema de Gerenciamento Ambiental.

CONTEÚDOS:

- **Histórico da Higiene do Trabalho.**
- **Objetivos da Higiene do Trabalho**:
- Análise de ambientes de trabalho;
- Análise qualitativa; NR-15/ACGIH e NR-16.
- **Fundamentos e Classificação dos Riscos Ambientais**:
- Riscos físicos;
- Riscos químicos;
- Riscos biológicos;
- Riscos de acidentes.
- Noções de Higiene Pessoal
- Normas internacionais de higiene ocupacional (NHO).

- Condições Sanitárias e de Conforto (NR – 24).
- Higiene dos alimentos como fator de segurança do trabalho.

- Sistema de Gerenciamento Ambiental:
- Coleta,
- Tratamento e destinação de resíduos,
- Reciclagem,
- Reutilização
- Redução.

BIBLIOGRAFIA

BENSOUSSAN, Eddy; ALBIERI, Sérgio. *Manual de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho****. Atheneu, 1997.***

KULCSAR NETO, Francisco. **Sílica - Manual do trabalhador**. São Paulo: Fundacentro, 1992.

PACHECO JUNIOR, Waldemar. **Qualidade na Segurança e Higiene do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 1995.

SALIBA, Tuffi Messias; CORREA, Márcia Angelim C.; AMARAL, Lenio Sérvio. **Higiene do Trabalho e Programação de Prevenção de Riscos Ambientais**. São Paulo: LTR, 2002.

SOUNIS, Emilio. **Manual de higiene e medicina do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Ícone, 1993.

8. INFORMÁTICA EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Utilizações de Softwares; Operações de Softwares e Internet.

CONTEÚDOS:

- Utilizações de Softwares:
  - Classificação de programas;
  - Aplicativos;
  - Tipos de arquivos;
- Organização e Operações de Softwares:

  - Editores de Textos;
  - Planilhas Eletrônicas;

    - Gráficos;
    - Ferramentas de Sistema;
    - Exibidor de Slides;
- Programas aplicados à segurança do trabalho.
- Internet: Correio eletrônico;
- Sites específicos da área de segurança do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA Marcus Garcia de, ROSA Pricila Cristina. **Internet, Intranet e Redes Corporativas**. Rio de Janeiro: Editora Brasport. 2000.

BORLAND, Russel. **Word 6 for Windows**: guia oficial da Microsoft. São Paulo: Makron Books, 1995.

CAPRON, H.L. JOHNSON J. A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Prentice – Hall, 2004.

DODGE, Mark; KINATA, Chris, Kinata; STINSON, Craig. **Ms Excel 5 for Windows**: guia autorizado Microsoft. São Paulo: Makron Books, 1995.

MANZONO, J. G. **Open Office.org versão 1.1 em português guia de aplicação**. São Paulo: Érica, 2003.

TORRES, G. **Redes de Computadores** – Curso Completo. São Paulo: Axcel Books, 2001.

TANENBAUM, Andrew S. **Redes de Computadores**. 4 ed. São Paulo: Campus, 2003.

VIESCAS, John L. **Microsoft access2 for windows guia autorizado Microsoft**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SAWAYA, Márcia Regina. **Dicionário de Informática e Internet**: Inglês/Português. 3 ed. Editora Nobel, 2001.

SILVA, Mário Gomes da. **Informática** – Terminologia Básica – Microsoft Windows XP – Microsoft Word 2007 – Microsoft Excel 2007 – Microsoft Access 2007 – Microsoft Power Point 2007. São Paulo: Editora Erica, 2008.

9. LEGISLAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

O estado moderno e a noção de direito: fundamentos e doutrina do direito. Legislação: Constituição Federal, legislação trabalhista e previdenciária. Fundamentos das Normas Técnicas de Segurança. Direitos e Deveres do Técnico de Segurança do Trabalho. Responsabilidade Civil e Criminal.

CONTEÚDOS:

- **O estado moderno e a noção de direito:**
  - fundamentos
  - doutrina do direito.
- **Legislação:**
  - Constituição Federal,
  - legislação trabalhista
  - previdenciária.
- **Hierarquia das Leis**:
  - Norma fundamental,
  - Norma secundária
  - Norma de validade derivada;
- **Hierarquia das fontes formais.**
  - Fontes estatais do direito;
  - Processo Legislativo
  - Espécies Normativas.
- **Noções Básicas de Direito do Trabalho**.
    - Princípios gerais do direito do trabalho.
    - Organização Internacional do Trabalho (OIT):
      - Principais convenções internacionais sobre saúde do trabalhador.
    - Conteúdo legal do contrato de trabalho;
    - Responsabilidade contratual;
    - Elementos da responsabilidade civil e criminal do empregador.

  - Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho
  - Fundamentos
  - Conteúdos das normas regulamentadoras.
  - Nexo Técnico Epidemiológico.
  - Fiscalização e controle do direito à saúde e segurança do ambiente de trabalho.

- **Órgãos estatais responsáveis pela proteção e fiscalização do trabalho:**
  - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério Público do Trabalho (MPT);
  - Divisão da Vigilância Sanitária;
  - Órgãos internos de fiscalização e programas preventivos obrigatórios;
  - Papel dos Sindicatos relativo à segurança e saúde do trabalho.
- **Legislação Trabalhista e Previdenciária:**
  - Disposições Gerais,
  - inspeção prévia e embargo ou interdição,
  - órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas.
- **Previsão Legal de Proteção especial:**
  - ao trabalho insalubre e periculoso,
  - ao trabalho da mulher,
  - do menor,
  - do idoso,
  - do portador de deficiência.
- Noções da Legislação e normas de segurança para mobilidade e movimentação de pessoas e produtos.
- **Direitos, Deveres e Função do Técnico de Segurança do Trabalho:**
  - Responsabilidade Civil e Criminal do empregador e do técnico em segurança do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1990. Coleção primeiros passos.

BISSO, Ely M. **O que e segurança no trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1998. Coleção primeiros passos.

BRASIL. **CLT**, Legislação Trabalhista e Previdenciária e Constituição Federal. 6 ed. São Paulo: RT, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Manuais de Legislação:** Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COVRE, M. de Lourdes M. **O que e cidadania.** São Paulo: Editora Brasiliense. 1996. Coleção primeiros passos.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que e participação política**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1984. Coleção primeiros passos.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que são direitos da pessoa**. São Paulo; Editora brasiliense. 1983. Coleção primeiros passos.

GARCIA, Marília. **O que é constituinte**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985. Coleção primeiros passos.

OLIVEIRA**,** Sebastião Geraldo de. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Aspectos jurídicos da segurança e medicina do trabalho**: comentário da lei 6.514 de 22.10.77. São Paulo: LTR, 1979.

SALIBA, Tuffi Messias, CORREA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e Periculosidade**. 8 ed. São Paulo: LTR, 2007.

SINHORETO, Jaqueline. **Justiça e Seus Justiçadores**: Conflitos, Linchamentos e Revoltas Populares. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

10. PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS E PERDAS

Identificação, proteção e eliminação do risco; Determinação e controle de perdas: sociais e econômico-financeiras; Técnicas de Análises de riscos e perdas; Análises de operações.

Determinação da confiabilidade; Analise Preliminar de Risco; Avaliações de Perdas; Controle e levantamento de Perdas. Custos das Perdas.

CONTEÚDOS:

- Identificação, proteção e eliminação do risco.
- Determinação e controle de perdas sociais e econômico-financeiras.
- Técnicas de Análises de riscos e perdas:
  - Série de riscos,

    - Análise de riscos,
    - Análise de modos e falhas.
- Análises de operações:
    - análises e avaliação dos acidentes e incidentes.
- Determinação da confiabilidade e método de controle de riscos e perdas.
- Analise Preliminar de Risco:
    - Identificação dos riscos;
    - Avaliação qualitativa;
    - Medidas de controle.
    - Acidentes e incidentes.
- Avaliações de Perdas:
    - Modos e falhas;
    - Controle e levantamento de Perdas.
- Custos das Perdas (diretos e indiretos):
    - Sociais e econômico-financeiro.

BIBLIOGRAFIA

BURGES, William. **Possíveis Riscos a Saúde do Trabalhador**. Belo Horizonte: Editora Ergo, 1997.

PACHECO, Waldemar Junior. **Qualidade na segurança e higiene do trabalho**: série SHT 9000, normas para a gestão e garantia da segurança e higiene do trabalho. São Paulo: Atlas, 1995.

TAVARES, José da Cunha. **Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho**. São Paulo: Senac, 2004.

11. PREVENÇÃO A SINISTROS COM FOGO

Princípio da Combustão: Características Físicas e Químicas da Combustão; Causas Comuns de Incêndio. Técnicas de prevenção e combate ao incêndio; Classe de risco e métodos de extinção; Material de Combate ao Fogo e Planos de Emergência.

CONTEÚDOS:

- Princípio da Combustão:
  - Considerações sobre incêndios e explosões,
  - Triângulo do fogo,
  - Características do fogo.
- Características Físicas e Químicas da Combustão (NR-19 e NR-20).
- Causas Comuns de Incêndio.
- Técnicas de prevenção e combate ao incêndio (NR-23):
  - Métodos de Extinção de Incêndios (abafamento, resfriamento e isolamento).
- Classe de risco e métodos de extinção:
  - Agentes Extintores (água, espumas, pó químico seco, dióxido de carbono e granulados),
- Materiais e equipamentos fixos e móveis de Combate ao Fogo:
  - manuseios e manutenção (extintores, hidrantes, sprinklers, chuveiros automáticos).
- Planos de Emergência e auxílio mútuo:
  - Treinamento,
  - Plano de Evacuação,
  - Rota de fuga,
  - Procedimento retirada de pessoas,
  - Sinalização (alertas),
  - Formação de equipes de emergência (Brigada de Incêndio).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Manuais de Legislação:** Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CAMILLO JUNIOR, Abel Batista. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndios.** 10 ed. São Paulo: SENAC, 2008.

MEANS, David. **Sinistros com Fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Paulo Pinto. **Treinamento de pessoal**: a técnico-pedagogia do treinamento. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1977.

12. PRIMEIROS SOCORROS

Conceitos Básicos de Primeiros Socorros; Noções de Anatomia e Fisiologia aplicadas a Segurança do Trabalho; Noções de atendimento em casos de emergência; Noções de Reanimação; e Atendimento local e locomoção/remoção da vítima; e Práticas de Primeiros Socorros.

Conteúdos:

- Conceitos Básicos de Primeiros Socorros:
  - Definição de Primeiros Socorros,
  - Procedimentos emergenciais em casos de primeiros socorros,
  - Urgências Coletivas.
- Noções de Anatomia e Fisiologia aplicadas a Segurança do Trabalho.
- Noções de atendimento em casos de emergência:
  - com vítimas,
  - acidentes rodoviários,
  - Queimaduras,
  - lesões causadas por eletricidade,
  - Afogamento,
  - Mordidas
  - picadas de animais,
  - Parto de Emergência,
  - Desmaios,
  - Convulsão,
  - Hemorragias.
- Noções de Reanimação:
  - Princípios da reanimação,
  - Avaliação do Estado da vítima,
  - Posição de Recuperação,
  - Respiração artificial,
  - Restabelecimento da Circulação,
  - Reanimação em Crianças
  - Seqüência da RCP (Respiração Cardio-respiratória).
- Atendimento local e locomoção/remoção da vítima:

- Transporte com ou sem maca.
-

BIBLIOGRAFIA

BARTMAN, M. e BRUNO, P. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro: Ática, 1996.

MICHEL, Oswaldo. **Guia de Primeiros Socorros para Cipeiros e Serviços Especializados em Medicina e Segurança do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2002.

NETTER, Frank. **Atlas de Anatomia Humana**. 4 ed. São Paulo: Campus - Elsevier, 2008.

13. PROCESSO INDUSTRIAL E SEGURANÇA

Processos de Produção; Fluxogramas de Produção; Máquinas e Equipamentos (NR–12); Máquinas e Equipamentos de Transporte; Manutenção Preventiva de Materiais e Equipamentos; Ferramentas Manuais; Caldeiras, Vasos de Pressão e Fornos; e Eletrotécnica.

CONTEÚDOS:

- Processos de Produção;
- Introdução aos Processos de Produção;
- Conceito de Controle de Processos Industriais.
- Fluxogramas de Produção:
  - Representação Gráfica de Fluxogramas;

- Análise do Processo de Produção Industrial;
- Perfil de Exposições e Riscos Ocupacionais.
- Máquinas e Equipamentos (NR–12).
- Máquinas e Equipamentos de Transporte:
  - Métodos de manuseio de Equipamentos de Transporte Industrial,
  - Movimentação,
  - Armazenagem,
  - Cargas Especiais,
  - Equipamentos de Estivagem,
  - Normalização.
- Manutenção Preventiva de Materiais e Equipamentos:

    - Procedimentos Técnicos,
    - Processos de Manutenção,
    - Sistema Organizacional,
    - Normalização.
    - Ferramentas Manuais:
        - Convenções,
        - Utilização e Conservação,
        - Manutenção Preventiva,
        - Manutenção Corretiva,

    - Interpretação de Catálogos e Manuais.
    - Caldeiras,
    - Vasos de Pressão e Fornos:
        - Normas Regulamentadoras nº 13 e 14.
- Eletrotécnica:
    - Princípios da Eletricidade,
    - Riscos nas instalações elétricas,
    - Formas de aterramento,
    - Princípios da eletrotécnica,
    - Conceitos de Transformadores,
    - Tipos de instalações elétricas,
    - Princípios prevencionistas,
    - Norma Regulamentadora nº 10.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização e Métodos**: integrando comportamento, estrutura, estratégica e tecnologia. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. **Manuais de Legislação:** Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANÇA, Maria Beatriz Araújo; SILVA, Carlito Fernandes da. **Tecnologia Industrial e Radioações Ionizantes**. São Paulo: Ab Editora, 2007.

MAGRINI, Rui de Oliveira. **Riscos de acidentes na operação de caldeiras**. São Paulo: Fundacentro, 199.

14. PROGRAMAS DE CONTROLE E MONITORAMENTO

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho; Programa de Proteção Respiratória; Programa de Proteção Auditiva; Perfil Profissiográfico Previdenciário; e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais; Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da construção - PCMAT. Estudo das NRs-31 e 32.

CONTEÚDOS:

- Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT):
  - Planilha de Avaliações de Riscos Levantados.
- Programa de Proteção Respiratória:
  - Recomendações,
  - Seleção
  - uso de Respiradores.
- Programa de Proteção Auditiva:
  - Protetores Auditivos.
- Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP.
- Preenchimento formulário conforme programas prevencionistas.
- Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (NR-09):
- Elaboração e Correlação com o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (NR-07).
- Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da construção - PCMAT.
- Estudo das NRs-31 e 32: Estudo e aplicação das NR-31 e 32;
- Plano de gerenciamento.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Manuais de Legislação:** Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. MT. FUNDACENTRO. **Curso de Engenharia do trabalho**. São Paulo: Fundacentro, 1981.

LIMA , Dalva Aparecida. **Livro do professor da Cipa**. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa - **Manual de segurança do trabalhador**. São Paulo: Fundacentro, 1990.

PINTO, Almir Pazzionotto. **Manuais no meio rural**. São Paulo: Fundacentro, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, vol. 20, Janeiro a Junho, NR 75.

15. PSICOLOGIA DO TRABALHO

Introdução à Psicologia; Comportamento; Relação da Psicologia com a Segurança e Medicina do Trabalho; Relações interpessoais no Trabalho; Psicologia Organizacional; Estresse, doença e acidente de Trabalho.

CONTEÚDOS:

- Campos de estudos da Psicologia.
- Psicologia do Trabalho.
- Tipos de Comportamento:
  - Comportamento Instrumental;
  - Padrões de Comportamento;
- Aspecto Biopsicosocial:
  - Psicologia
  - Segurança
  - Medicina do Trabalho.
- Relações interpessoais no Trabalho:
  - Formação de identidade,
  - Dinâmica dos grupos,
  - Liderança
  - Processos de comunicação.
- Motivação e Ajustamento no Ambiente de Trabalho.
- Assédio moral, psicológico e sexual no trabalho.

- Estresse e sofrimento no Trabalho (pressão social, angustia, medo, etc).

BIBLIOGRAFIA

BERKENBROCK Junior, Volney. **Brincadeiras e Dinâmicas Para Grupos**. Petrópolis: Vozes, 2002

KRUMM, Diane. **Psicologia do Trabalho**. São Paulo: LTC, 2005.

GUSTAVO, Gutierrez. **Alianças e Grupos de Referencia na Produção**. Campinas: Autores Associados, 2005.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **Escritos de Louis Lê Guillant**: Da Ergoterapia a Psicologia do Trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Psicologia do Trabalho:** Psicossomática, Valores e Práticas Organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2008.

Luiz Marins. **Desmistificando a Motivação**. São Paulo: Harbra, 2007.

MCCORMICK, Ernest James; TIFFIN, Joseph. **Psicologia industrial.** 2 ed. São Paulo: EPU, 1977.

RODRIGUEZ, Martius. **Liderança e Motivação**. São Paulo: Campus – Elsevie, 2005.

16. SAÚDE DO TRABALHADOR

Saúde Coletiva e do Trabalhador; Epidemiologia; Indicadores de saúde no ambiente de trabalho; Epidemiologia Descritiva e Aplicada (transmissão de doenças); Vigilância Sanitária / Vigilância Epidemiológica; Biossegurança; e Toxicologia; Exposição às substancias tóxicas no trabalho.

CONTEÚDOS:

- Saúde Coletiva e do trabalhador:
  - A saúde do trabalhador inserida da Saúde Pública;
  - RENAST - Rede Nacional de Atenção a Saúde do Trabalhador;
  - CEREST(s) - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.
- Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica no ambiente de trabalho.
  - Conceito de Epidemiologia.
  - Histórico da Epidemiologia.
- Indicadores de saúde de uma população:
  - Coeficiente de mortalidade,
  - Coeficiente de mortalidade específico,

    - Coeficiente de Letalidade.
- Epidemiologia Descritiva:
    - Variáveis de Tempo,
    - Espaço e Pessoa (voltadas para o ambiente de trabalho).
- Epidemiologia Aplicada (transmissão de doenças):
    - Agente;
    - Vetor;
    - Susceptível.
- Biossegurança.
- Toxicologia:
    - Conceitos e toxicidades;
    - Exposição às substancias tóxicas no trabalho;
    - Ação e efeitos tóxicos;
    - Sinais que devem ser pesquisados na suposição de intoxicação;
    - Exposição a componentes químicos (abordar principais agentes químicos – pouca/alta toxicidade);
    - Intoxicações agudas e crônicas;
    - Agrotóxicos; Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007 (alterando o Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, S.M., SOARES, D.A., CORDONI Junior, L., **Bases da saúde coletiva**, Londrina: Rio de Janeiro: EdUel, 2001.

BRASIL. **Portal da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde. [s.d.]a. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=928. Acesso em: 26 abr 2007.

BRASIL. **Observatório de saúde do trabalhador**. Brasília: Ministério da Saúde/ Organização Pan Americana da Saúde. [s.d]b. Disponível em: http://www.opas.org.br/saudedotrabalhador/observatorios.cfm. Acesso em: 20 abr 2007.

BRASIL. **Regulamento da Previdência Social.** Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007.

MEDRONHO, Roberto. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2005.

MICHEL, Osvaldo da Rocha. T**oxicologia Ocupacional,** 1 ed, Revinter, 2000
OGA, Seizi. **Fundamentos de Toxicologia, 2 ed. São Paulo:** Atheneu, 2003.
ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Epidemiologia & Saúde**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Introdução a Epidemiologia.** 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

17. SEGURANÇA DO TRABALHO

Histórico da Segurança do Trabalho; Bases Científicas e Tecnológicas da Segurança. Aspectos sociais, econômicos e éticos da segurança e medicina do trabalho. Acidente do Trabalho. Proteção Individual e Coletiva no Trabalho: uso de equipamentos individuais e coletivos. Sinalização de Segurança. Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA; Mapeamento de Risco (Análise Qualitativa).

CONTEÚDOS:

- Histórico da Segurança do Trabalho:
- O advento da Produção em Série e o desenvolvimento moderno,
- Relações da Segurança com as novas modalidades de trabalho.
- Aspectos sociais, econômicos e éticos da segurança e medicina do trabalho.

- Acidente do Trabalho: efeitos sociais e econômicos para os trabalhadores, família, empresa e estado.
- Desenvolvimento das tecnologias de segurança e a organização do trabalho: papel dos órgãos controladores e acordos internacionais.
- Acidentes do Trabalho:
    - Causas, técnicas e formas de prevenção, procedimentos legais,
    - Comunicação do acidente,
    - Inspeção de Segurança do Trabalho;
- Uso dos equipamentos individuais e coletivos: NR-06.
- Sinalização de Segurança (NR-26).

- Organização da segurança do trabalho:
    - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT (NR-4), Dimensionamento do SESMT, Formação e Atribuições; Código Nacional de Atividades Econômicas das Empresas.
    - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA (NR-5): Processo de Formação e função da CIPA: Mapeamento de Risco (Técnicas de elaboração, Etapas, Elaboração, Execução e Relatório do Mapeamento).
    - Investigação do Acidente do Trabalho: Processos de Investigação.
    - Análise do Acidente do Trabalho; Políticas de Segurança do Trabalho. Gerenciamento do Sistema Segurança: Documentação de Segurança do
    - Trabalho (ordens de serviço, manuais de segurança do trabalho, política de segurança do trabalho).
- Trabalho em Espaços Confinados (NR-33).
- Trabalho em Edificações e na Construção Civil (NR–8, NR-18).
- Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais (NR–11).
- Especificidades da Segurança no trabalho: em mineração, portuário, aquaviário, na agricultura e pecuária, etc. (NRs – 22, 29, 30, 31).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Manuais de Legislação:** Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. MT. FUNDACENTRO. **Curso de Engenharia do trabalho**. São Paulo: Fundacentro, 1981.

LIMA , Dalva Aparecida. **Livro do professor da Cipa**. São Paulo: Fundacentro, 1990.

PINTO, Almir Pazzionotto. **Manuais no meio rural**. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa - **Manual de segurança do trabalhador**. São Paulo: Fundacentro, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, vol. 20, Janeiro a Junho, NR 75.

18. TÉCNICAS DE UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

Conceitos de Utilização dos Equipamentos de Medição; Técnicas de Medição; Tipos de Equipamentos; Atividades e Operações Insalubres; Estudos nas Normas de Higiene Ocupacional; e Análise Quantitativa do Mapeamento de Riscos.

CONTEÚDOS:

- Conceitos de Utilização dos Equipamentos de Medição.
- Técnicas de Medição.
-
- Tipos de Equipamentos:

    - Decibelímetro (medidor de pressão sonora - analógico e digital);
    - Dosímetro;
    - Luxímetro;
    - Conjunto de termômetros para avaliação da exposição ocupacional ao calor (termômetro de bulbo seco, termômetro de bulbo úmido e termômetro de globo);
    - Bomba medidora de gases;
    - Anemômetros;

    - Explosímetros;
    - Higrômetro;
    - Oxímetro;
    - Aparelhos medidores de monóxido de carbono (CO);
    - Filtros passivos.
- Atividades e Operações Insalubres: Norma Regulamentadora nº15 (NR – 15 “anexo 1” à 14”).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Manuais de Legislação**: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, Márcio dos Santos. **Livro da Cipa**: Manual de segurança do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1990

VII - PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Técnico em Segurança do Trabalho é um profissional de visão humanista e social, com conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais, capaz de elaborar, implementar e monitorar programas na área de segurança e saúde do trabalho, atuar em ações educativas na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no universo laboral e na sociedade, bem como contribuir com a preservação do meio ambiente.

A evolução nos processos industriais, a reestruturação produtiva, as inovações tecnológicas de base micro-eletrônica, a acentuada competitividade e a busca da qualidade de vida afetaram substancialmente as relações de trabalho, com repercussões sobre o binômio Saúde e Trabalho. Intensificaram-se e diversificaram-se as atividades laborais, acarretando aumento do trabalho e novos riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores.

Esses desafios estabelecem a necessidade de uma nova forma de compreensão dessas relações e propõem uma nova prática de atenção à segurança e à saúde dos trabalhadores, com intervenção nos ambientes e processos de trabalho, a fim de estimular a promoção e a prevenção da saúde, a busca do elevado padrão de qualidade de vida laboral, com reflexos sobre a produtividade das organizações.

A oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho em Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos tem como horizonte a universalização da educação básica gratuita e de qualidade, aliada à formação para o mundo do trabalho, com atendimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho oportuniza a formação do Técnico numa perspectiva de totalidade, o que significa trabalhar fundamentos científico-tecnológicos presentes nas disciplinas da Formação Geral e

Específica de forma integrada, evitando a compartimentalização na construção do conhecimento.

A proposta encaminha para uma formação em que teoria e prática possibilitem aos educandos compreenderem a realidade, para além de sua aparência, na qual os conteúdos não têm fins em si mesmos e constituem-se em sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem.

A organização dos conhecimentos no Curso Técnico em Segurança do Trabalho enfatiza o resgate da formação humana na qual o educando, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – PROEJA

Estabelecimento: RONDON, C E MAL - E FUND MEDIO PROF									
Curso: TEC.EM SEG.TRABALHO-PROEJA								Turno: Noite	
Ano de Implantação: 2008 – GRADATIVA								Módulo: 20 semanas	
Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
0704 - ARTE	BNC	2	2						
1001 - BIOLOGIA	BNC	2	3	3					
0601 - EDUCACAO FISICA	BNC			2	2				
2201 - FILOSOFIA	BNC			2	2				
0901 - FISICA	BNC				2	2	2		
0401 - GEOGRAFIA	BNC	2	2	2					
0501 - HISTORIA	BNC			2	2	2			
0104 - LINGUA PORT. E LITERATURA	BNC	2	2	2	2	2	2		
0201 - MATEMATICA	BNC	2	2	2	2	2	2		
0801 - QUIMICA	BNC				2	2	2		
2301 - SOCIOLOGIA	BNC	2	2						
1107 - L.E.M.-INGLES	PD		2	2	2				
1911 - DESENHO TECNICO	FE	3							
4140 - ERGONOMIA	FE					2	3		
0849 - HIGIENE DO TRABALHO	FE	3	2	2					
4223 - LEGISL.NORMAS EM SEG.TRABALHO	FE				2	3	3		
4224 - NOCOES DE ADMINISTRACAO	FE	3							

4225 - ORGANIZACAO DO TRABALHO COLET.	FE				2	3	3		
4226 - PREV.E CONT.RISCOS E PERDAS	FE		2	2	2				
3255 - PRIMEIROS SOCORROS	FE		2						
4014 - SEGURANCA DO TRABALHO	FE	4	4	4	3	4	4		
4227 - TECNOLOGIA INDUSTRIAL	FE					3			
4228 - UTILIZACAO DE EQ.DE MEDICAO	FE						4		
4446 - ESTAGIO PROF.SUPERVISIONADO	E			2	2	2			
Carga Horária Total		25	25	27	27	27	25		

Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.

BNC=BASE NACIONAL COMUM

PD=PARTE DIVERSIFICADA

FE=FORMACAO ESPECIFICA

Estabelecimento: RONDON, C E MAL - E FUND MEDIO PROF									
Curso: TEC.EM SEG DO TRAB-PROEJA ET								Turno: Noite	
Ano de Implantação: 2010 – GRADATIVA								Módulo: 20 semanas	
Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
0704 - ARTE	BNC	2	2						
1001 - BIOLOGIA	BNC	2	2	2					
0601 - EDUCACAO FISICA	BNC	2	2						
2201 - FILOSOFIA	BNC					2	2		
0901 - FISICA	BNC				3	2	2		
0401 - GEOGRAFIA	BNC					2	2		
0501 - HISTORIA	BNC			2	2				
0104 - LINGUA PORT. E LITERATURA	BNC	2	2	2	2	2	2		
0201 - MATEMATICA	BNC	2	2	2	2	2	2		
0801 - QUIMICA	BNC	3	2	2					

2301 - SOCIOLOGIA	BNC	2	2						
1107 - L.E.M.-INGLES	PD					2	2		
2066 - DESENHO ARQUIT EM SEG DO TRABA	FE			2	2				
4357 - FUNDAMENTOS DE SEG DO TRABALHO	FE	3	3						
0849 - HIGIENE DO TRABALHO	FE	2	2	2	2				
4223 - LEGISL.NORMAS EM SEG.TRABALHO	FE			2	2	2	2		
4224 - NOCOES DE ADMINISTRACAO	FE	2	3						
4226 - PREV.E CONT.RISCOS E PERDAS	FE			2	2	2	2		
2070 - PROCESSO INDUSTRIA E SEGURANCA	FE			2	3				
4014 - SEGURANCA DO TRABALHO	FE	3	3	4	4	4	4		
4228 - UTILIZACAO DE EQ.DE MEDICAO	FE					3	3		
4446 - ESTAGIO PROF.SUPERVISIONADO	E				2	2	2		
Carga Horária Total		25	25	24	26	25	25		

EMENTAS

ARTE

O conhecimento estético e artístico através das linguagens da arte: música, teatro, danças e artes visuais no contexto histórico.

CONTEÚDOS: A importância da produção artística; Análise conceitual: arte e estética; Arte e sociedade: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Elementos que compõem a linguagem visual (cor, luz, forma, textura, ponto, linha e superfície) relacionados com layout, plantas arquitetônicas e sinalização de segurança; Realização de produções artísticas no âmbito das artes visuais; Artes visuais como objeto de conhecimento; As diversas formas comunicativas das artes visuais; Composição, perspectiva, volume, dentre outros; Tendências estéticas; Apreciação, leitura e análise de produções artísticas em diferentes períodos; A música e a dança como objetos de conhecimento; Estilos e gêneros: erudito, popular e tradição oral; Apreciação e análise de produções artísticas; Instrumentos musicais; As artes cênicas como objeto de

conhecimento; Elementos básicos da composição teatral: texto, interpretação, cenário, figurino, maquilagem; Direção cênica, sonoplastia, trilha sonora, coreografia; Estilos, gêneros e escolas de teatro no Brasil; Leitura, apreciação e análise de produções cênicas; Produção e encenação de peças teatrais.

BIBLIOGRAFIA:

BIOLOGIA

O fenômeno vida e a prevenção da saúde do trabalhador dentro de uma visão ecológica de sustentabilidade.

CONTEÚDOS: Célula, Organelas celulares e funções, fotossíntese e respiração celular, cromossomos, Definição e distinção dos conceitos de saúde e doença; principais doenças humanas relacionadas ao trabalho (pneumoconiose, silicose, antracossilicose, pneumopatias causadas por metais pesados, enfisemas, neoplasias, dermatoses, doenças adquiridas, labirintite, conjuntivite, dentre outras); sistema de classificação dos seres vivos, características e reprodução dos vírus, reinos e suas características e principais importâncias, Teorias de Origem e Evolução da Vida; Genética: conceitos e hereditariedade; noções básicas de probabilidade; genética mendeliana e pós-mendeliana, teorias evolucionistas, provas da evolução, adaptação dos seres vivos ao meio; Ecossistemas e Equilíbrio Natural; ecologia: conceitos e importância; cadeia e teias alimentares; fluxo de energia; sucessão ecológica; relação entre os seres vivos; ecologia das populações, desequilíbrios ambientais; Coleta, tratamento e destinação de resíduos. Reciclagem, Reutilização e Redução; Implicações da Biotecnologia.

BIBLIOGRAFIA:

BARBOSA FILHO, NUNES, A., **Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental**. 1ª ed, São Paulo, Atlas, 2001.

JAMES, B., **Lixo e Reciclagem**. 4ª ed, São Paulo, Scipione, 1995.

LAGO, H.; VALLE, E.V., **Acidentes, lições, soluções.** ed. Senac, SP.

MARGULIS, S., **Meio Ambiente; aspectos técnicos e econômicos**. 2ª ed. Brasília, Ipea, 1996

PINHEIRO, A. C. F. B., **Ciências do ambiente; ecologia, poluição e impacto ambiental**. São Paulo, Makeon Books, 1992.

SOUZA, M. P., **Instrumentos de Gestão Ambiental - Fundamentos e Prática**, 2004.

TIBOR, T., FELDMAN, I. **ISO 14.000; um guia para as novas normas de gestão ambiental**. São Paulo, Futura, 1996.

BRASIL, Ministério, em;
http://www.saude.pr.gov.br/saudedotrabalhador/index.html

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE BRASÍLIA. **Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para Serviços de Saúde**, Ministério da Saúde, 2001. 580p

Biblioteca Virtual Saúde em;
http://bvsms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_trabalhador.html

Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007 (alterando o Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999).

Postar Saúde do Trabalhador em;
http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area. cfm?id_area=1124

RAGASSON C, A, P., **Qualidade no Trabalho: Estudo das Condições de Trabalho**. Cascavel: coluna do saber, 2004. 97p.

Revista Brasileira de Saúde Ocupacional

SECRETARIA DA SAÚDE, Política Estadual de Atenção Integral à saúde do Trabalhador do Paraná**, Instituto de Saúde do Paraná, diretoria de**

vigilância e pesquisa, Centro Estadual de Saúde do Trabalhador. Curitiba, Brasil, 2004.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Cultura Corporal como elemento fundamental no processo de formação humana, a partir das diferentes possibilidades de expressão, bem como a promoção da saúde no ambiente de trabalho.

Esportes individuais e coletivos; brincadeiras populares; construção de brinquedos alternativos; jogos de salão; jogos de raquete e peteca; jogos dramáticos e de interpretação; jogos cooperativos; ginástica: laboral, rítmica, artística, acrobática; relaxamento e condicionamento; tipos de artes marciais; danças regionais; danças folclóricas; danças de salão; expressão corporal; o corpo e seu funcionamento; alimentação e saúde; noções de primeiros socorros; atividades de lazer e recreação; organização de eventos esportivos e culturais (jogos, gincanas e festivais); aspectos fisiológicos, avaliação postural, ergonomia (LER, DORT, dentre outras) e qualidade de vida.

FILOSOFIA

O conhecimento e o agir humano a partir das diferentes correntes filosóficas numa perspectiva epistemológica, ética e política.

CONTEÚDOS: Pensamento crítico e não crítico; Pensamento filosófico; Filosofia e método; O problema do conhecimento e suas perspectivas; Estudo dos fundamentos da ação humana e o comportamento moral; O homem como ser político (diferentes perspectivas filosóficas); A formação do estado (conforme alguns pensadores da filosofia); Sociedade política e sociedade civil: democracia; Organização do trabalho: alienação, exploração, expropriação; Ética profissional; O conhecimento científico; Pensar a beleza e Universalidade do gosto.

FÍSICA

Os fenômenos físicos com base nos conceitos do movimento, termodinâmica e eletromagnetismo.

CONTEÚDOS: Divisão da física; Grandezas Físicas: sistemas de unidades, conversão de unidades, notação científica; Cinemática: Definição e Conceitos: referencial, trajetória e posição, descolamento escalar, velocidade média e instantânea, aceleração, Movimento Uniforme, Movimento Uniformemente Variado, Queda dos Corpos, Vetores, Movimento Circular. Dinâmica: Força e Movimento, Sistemas de Forças, Energia, Impulso e Quantidade de Movimento, Aceleração da Gravidade. Gravitação Universal: Histórico, Leis de Kepler, Leis de Newton para Gravitação Universal. Estática: Equilíbrio dos corpos. Hidrostática: Pressão; Empuxo. Termologia: Termometria, Dilatação Térmica, Calorimetria, Mudanças de Fase, Transmissão de Calor, Termodinâmica. Óptica: Conceitos Fundamentais, Reflexão e Refração da Luz, Espelhos e Lentes Esféricas, Instrumentos Ópticos. Ondulatória: Movimentos Periódicos, Ondas, Fenômenos Ondulatórios, Acústica. Eletrologia: Eletrostática, Eletrodinâmica. Eletromagnetismo: Ímãs, Campo Magnético, Força Magnética, Indução Eletromagnética. Física Moderna: Teoria da relatividade, supercondutividade, dualidade partícula onda, radioatividade.

GEOGRAFIA

O espaço geográfico, produzido e apropriado pela sociedade, composto por elementos naturais e culturais, em suas dimensões: econômica, socioambiental, cultural\demográfica e geopolítica.

CONTEÚDOS: Coordenadas geográficas e fusos horários; Linguagens cartográficas; Noções de Geologia, relevo, hidrografia, clima, vegetação: mundial, nacional e local; A nova ordem mundial, fim dos três mundos e atual posição norte e sul; Os atuais conceitos de Estado; Regionalização do espaço mundial; Movimentos sociais e reordenação do espaço urbano e campo; Ocupação de áreas de risco, encostas e mananciais; Grandes paisagens naturais; Atividades humanas e transformação das paisagens naturais nas diversas escalas geográficas; Recursos naturais; Crise ambiental; Teorias demográficas e suas implicações populacionais em diferentes países; Relações entre composição demográfica, emprego, renda e situação econômica do país região e lugar; Crescimento demográfico e suas implicações políticas, sociais e econômicas; Diferentes grupos sociais e suas marcas, urbana e rural; O socialismo e o capitalismo; Geopolítica atual (terrorismo, narcotráfico, movimentos sociais e ambientais, biopirataria, conflitos gerais e outros); Blocos

econômicos e globalização; Industrialização (mundial, brasileira e paranaense); A produção agropecuária e agroindustrial (mundial, nacional e paranaense); Produção energética e fontes alternativas (mundial e local); As relações campo e cidade; Desenvolvimento econômico e meio ambiente (impactos e sustentabilidade); Temas geográficos contemporâneos.

HISTÓRIA

Processo de construção da sociedade no tempo e no espaço; formação cultural do homem; ascensão e consolidação do capitalismo; produção cientifica e tecnológica e suas implicações; aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos do Brasil e do Paraná a partir das relações de trabalho, poder e culturais.

CONTEÚDOS: A Construção do sujeito histórico; A produção do conhecimento histórico; O mundo do trabalho em diferentes sociedades; As cidades na História; Relações culturais nas sociedades greco-romanas na antiguidade; Relações culturais na sociedade medieval européia; Formação da Sociedade Colonial Brasileira; A construção do trabalho assalariado; Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão de obra no contexto de consolidação do capitalismo; O Estado e as relações de poder: formação dos Estados Nacionais; Relações de dominação e resistência no mundo do trabalho contemporâneo (séc XVIII e XIX); Desenvolvimento tecnológico e industrialização; Movimentos sociais, políticos, culturais e religiosos na sociedade moderna; O Estado Imperialista e sua crise; O Neocolonialismo; Urbanização e industrialização no Brasil; O trabalho na sociedade contemporânea; Relações de poder e violência no Estado; Urbanização e industrialização no Paraná; Urbanização e industrialização no séc. XIX; Movimentos sociais, políticos, culturais e religiosos na sociedade contemporânea; Urbanização e industrialização na sociedade contemporânea; Globalização e Neoliberalismo.

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

A língua concebida como discurso que se efetiva nas diferentes práticas sociais de oralidade, escrita e leitura perpassados pela análise lingüística. Literatura enquanto aprimoramento do pensamento crítico e da sensibilidade estética.

Papel do locutor e do interlocutor nas práticas discursivas de oralidade, escrita e leitura; Materialidade fônica dos textos poéticos (entonação, ritmo, sintaxe do verso); Variedades lingüísticas e adequação da linguagem ao contexto de uso; Utilização de diferentes modalidades de leituras adequadas a diferentes objetivos; Contato com diferentes gêneros de textos das diversas esferas sociais, observando conteúdo veiculado, possíveis interlocutores, assuntos relacionados à saúde e segurança do trabalho, fontes, intenções; Contexto de produção e contexto de leitura da obra literária; Utilização de recursos coesivos, de elementos composicionais e estruturais dos diversos gêneros discursivos; Análise dos efeitos de sentido dos recursos lingüístico-discursivos a partir da refacção textual; Modelos de Release (Notícia) - SIPAT. Função do adjetivo, advérbio e de outras categorias como elementos adjacentes aos núcleos nominais e predicativos; Representação do sujeito no texto; Procedimentos de concordância e regência (nominal e verbal); Recursos gráficos e seus efeitos de uso (aspas, travessão, negrito, itálico, sublinhado, parênteses); Pontuação como recurso sintático e estilístico em função dos efeitos de sentido (entonação, ritmo, intenção, significação e objetivos do texto).

BIBLIOGRAFIA:

BARROS, Saulo C. Rego. **Manual de gramática e redação: para profissionais de segurança do trabalho.** São Paulo: Ícone, 1997. 123 p.

LUFT, Celso Pedro; AVERBUCK, Ligia Morrone; MENEZES, João Alfredo de. **Novo manual de português: gramática, ortografia oficial; literatura brasileira e portuguesa, redação, teste de vestibular. 3. ed.** São Paulo: 1996. 590 p.

SILVA, Cícero Antônio. **Curso de português e técnicas de redação.** 191 p.

TELLES, Venícius. **Curso prático de redação e gramática aplicada.** 542 p.

MATEMÁTICA

Formas espaciais e as quantidades compreendidas a partir de números e álgebra, geometrias, funções e tratamento da informação no contexto da Segurança do Trabalho.

CONTEÚDOS: Conjuntos numéricos; Determinantes; Matrizes; Sistemas lineares; Polinômios; Números complexos; Função (afim, quadrática,

exponencial, logarítmica, modular, PA e PG, trigonométrica); Geometria plana: área das figuras geométricas, Teorema de Pitágoras, Geometria espacial, Geometria analítica; Razão e proporção, análise combinatória; Probabilidade; Binômio de Newton e Noções de matemática financeira.

QUÍMICA

A matéria e suas transformações através do conhecimento científico e tecnológico no cotidiano.

CONTEÚDOS: Estrutura da matéria**;** Misturas e métodos de separação**;** Fenômenos físicos e químicos**;** Estrutura atômica**;** Distribuição eletrônica**;** Tabela periódica**;** Ligações químicas**;** Funções Químicas (orgânicas e inorgânicas)**;** Radioatividade**;** Normas de segurança de laboratório**;** Materiais de laboratório, Soluções**;** Termoquímica**;** Cinética química**;** Equilíbrio químico**;** Química do carbono**;** Funções oxigenadas**;** Polímeros**;** Funções nitrogenadas**;** Isomeria**;** Efeitos dos produtos químicos na natureza**;** Indústria petroquímica, de alimentos e farmacêutica**;** Compostos orgânicos naturais.

SOCIOLOGIA

O conhecimento e a explicação da sociedade nas formas de organização social, do poder e do trabalho.

CONTEÚDOS: Surgimento da sociologia e as teorias sociológicas; Modernidade; Desenvolvimento das ciências; Dinâmicas do processo de socialização; Instituições sociais, Conceitos de cultura na antropologia; diversidade cultural; etnocentrismo; relativismo; questões de gênero e minorias; cultura de massa (cultura popular X erudita); sociedade de consumo; o trabalho nas diferentes sociedades; desigualdades sociais; neoliberalismo; globalização; desemprego, desemprego conjuntural e estrutural; subemprego e informalidade; terceirização; voluntariado e cooperativismo; empregabilidade e produtividade; capital humano; reforma trabalhista e organização internacional do trabalho; economia solidária; flexibilização; reforma agrária e sindical; Taylorismo/Fordismo, Toyotismo; estatização e privatização, parceria pública e privada; relações de mercado; conceito de estado moderno; tipos de estado; conceitos de poder e dominação; política; ideologia e alienação; democracia, partidos políticos; conceito moderno de direito; cidadania; movimentos sociais, urbanos, rurais e conservadores, movimentos sindicais, direitos humanos.

LEM – INGLÊS

A língua concebida como discurso que se efetiva nas diferentes práticas sociais de oralidade, escrita e leitura perpassados pela análise lingüística.

CONTEÚDOS: Intencionalidade dos textos; Adequação da linguagem oral em situações de comunicação, conforme as instâncias de uso da linguagem; Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e informal; Compreensão do texto de maneira global e não fragmentada; Contato com diversos gêneros textuais; o funcionamento dos elementos lingüístico-gramaticais do texto; elementos coesivos e marcadores de discurso; Análise textual reflexiva; Clareza na exposição de idéias.

BIBLIOGRAFIA:

DESENHO TÉCNICO

Interpretação da linguagem e da representação gráfica do desenho arquitetônico em segurança do trabalho.

CONTEÚDOS: Leitura e análise de processo industrial; Organização e adequação de espaço físico; Noções de Projetos Arquitetônicos: Interpretação de Planta Baixa, cortes, dentre outros; Representação gráfica: Mapa de risco, Elaboração de layout para a confecção de Mapas de Risco; Desenho Arquitetônico: Simbologia e convenção, Dimensionamento, cotA, escalas métricas, Softwares de desenho técnico.

BIBLIOGRAFIA

ABNT. **Coletânea de normas de desenho técnico**. Senai, DTE, 1990.

BRASIL: Ministério do Trabalho. Fundacentro. Curso de Engenharia do Trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1981. 6 v.

CARVALHO, B.A. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

FRENCH, T.E**. Desenho Técnico e tecnologia gráfica.** 6. ed. São Paulo: Globo, 1999.

OBERG, L. **Desenho Arquitetônico.** Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.

PEREIRA, A. **Desenho Técnico Básico.** 9. ed. Rio de Janeiro: 1990. SENAI. DR. PR. Desenho Técnico. Curitiba: Senai, 1995.

ERGONOMIA:

Conhecimento ergonômico do ambiente de trabalho para a configuração às condições, capacidades e realidades do trabalhador.

CONTEÚDOS: Introdução à Ergonomia: Histórico, áreas da Ergonomia aplicada ao trabalho; Norma Regulamentadora nº 17; Fundamentos da Fisiologia e Biomecânica do Trabalho: Considerações gerais sobre os comportamentos do homem no trabalho Fisiologia do trabalho muscular, Biomecânica ocupacional: gestos, posturas e Movimentos de trabalho; Ambiente de Trabalho: ambientes térmico, acústico, vibratório, luminoso, qualidade do ar; Antropometria; Características principais: Tabelas de levantamento antropométrico, Fadiga física e mental, Prevenção da Fadiga no trabalho, Pausas de recuperação durante a jornada e intervenção ergonômica; Trabalho Fisicamente Pesado: características básicas do ser humano para o trabalho pesado, medidas do metabolismo e comparação com a capacidade aeróbica dos trabalhadores, avaliação do dispêndio energético no trabalho, técnicas para o trabalho pesado, organização ergonômica do trabalho pesado, dispositivos técnicos de trabalho, dimensionamento de espaços e planos de trabalho, dimensionamento de assentos e cadeiras, dispositivos manuais, mecanizados e eletrônicos de trabalho; Paradigmas do Trabalho: Trabalho estático e trabalho dinâmico, fatores de organização do trabalho e programas prevencionistas, organização do trabalho sob o ponto de vista ergonômico, regras da ergonomia na organização do layout.

BIBLIOGRAFIAS

BALBINOTTI, Giles. **Ergonomia Como Principio e Pratica nas Empresas.** Autores Paranaenses, 2003, 180 p

Couto, H. A. **Como Implantar Ergonomia na Empresa.** Ergo, 2002, 336 p

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blücher, 2000. 465p.
MONTMOLLIN, Maurice de. A ERGONOMIA. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 159p. (Sociedade e organização)
MORAES, Anamaria de; MONT'ALVÃO, Claúdia. Ergonomia: conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: 2 AB, 1998. 119p. (Design).

HIGIENE DO TRABALHO

Reconhecimento e controle dos fatores de riscos no ambiente originados nos postos de trabalho e que podem causar enfermidades, prejuízos para a saúde ou bem-estar dos trabalhadores.

CONTEÚDOS: Histórico da Higiene do Trabalho; Objetivos da Higiene do Trabalho; Análise de ambientes de trabalho; Análise qualitativa; NR 15/ACGIH; Conceito, Classificação e fundamentos dos Riscos Ambientais; Noções de Higiene Pessoal; Normas internacionais de higiene ocupacional (NHO); Noções de Epidemiologia e toxicologia; Epidemiologia Aplicada: Agente, Vetor, Hospedeiros, Grupo Susceptível; Indicadores de saúde de uma população: Coeficiente de mortalidade total, Coeficiente de mortalidade específico, Coeficiente de Letalidade; Epidemiologia Descritiva: Variáveis de Tempo, Espaço e Pessoa; A saúde do trabalhador inserida na Saúde Pública, RENAST - Rede Nacional de Atenção a Saúde do Trabalhador, CEREST(s) - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador; Vigilância Sanitária / Vigilância Epidemiológica, ANVISA; Toxicologia: exposição a substancias tóxicas no trabalho, ação e efeitos tóxicos, exposição a componentes químicos, intoxicações agudas e crônicas, agrotóxicos; Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007 (alterando o Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999).

BIBLIOGRAFIAS

KULCSAR NETO, Francisco. Sílica - Manual do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1992.
SOUNIS, Emilio. Manual de higiene e medicina do trabalho. 6. ed. São Paulo: Ícone, 1993.

LEGISLAÇÃO E NORMAS EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Conhecimento e aplicação de leis e normas em Segurança do Trabalho.

CONTEÚDOS: Hierarquia das Leis; Fontes e formas do direito. Matéria das regras de direito; Norma fundamental, norma secundária e norma de validade derivada; Hierarquia das fontes formais; Fontes estatais do direito; Processo Legislativo e Espécies Normativas (art. 59 e ss da CF/88); Direitos e Deveres do Técnico de Segurança do Trabalho; Decreto nº 92.530/86; Lei nº 7410/85; Portaria nº 4/92; Noções Básicas de Direito do Trabalho; Princípios gerais do direito do trabalho e da CLT; Moral e Direito; Organização Internacional do Trabalho (OIT); Função e Estrutura da Organização Internacional do Trabalho; Eficácia jurídica das convenções da OIT; Principais convenções sobre a saúde do trabalhador; Trabalho do menor; Convenção: 148, 155, 161, 174; Responsabilidade Civil e Criminal; Responsabilidade civil do empregador e técnico em segurança do trabalho; Conteúdo mínimo legal do contrato de trabalho; Responsabilidade contratual; Elementos da responsabilidade civil do empregador culpa; Nexo causal; Ação ou omissão; Dano (moral/material); Indenização (danos materiais/morais/cumulação de indenizações); Hipóteses de exclusão de responsabilidade; Responsabilidade em caso de terceirização; Responsabilidade penal do empregador; Código Penal Brasileiro (artigos 121, 129, 132); Legislação extravagante (Lei nº 7.802/89; art. 19, § 2º, Lei nº 8213/91); Legislação Complementar da Segurança e Medicina do Trabalho; Conceito de Direito Social; Meio ambiente do trabalho como direito social; Importância do meio ambiente do trabalho à saúde e segurança do trabalhador (meio de trabalho urbano, industrial e rural); Fiscalização do direito à saúde e segurança do meio ambiente do trabalho; Objetivos da proteção e da fiscalização do direito à saúde e segurança do meio ambiente do trabalho; Inspeção do trabalho; Direito administrativo do trabalho e a sua relação com a proteção e fiscalização do direito à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho; Órgãos estatais responsáveis pela proteção e fiscalização do trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério Público do Trabalho (MPT); Divisão da Vigilância Sanitária (art. 200 e ss CF/88; art. 6º, I, "a", Lei nº 8.080/90; Código de Saúde do Estado do Paraná); Órgãos internos de fiscalização e programas preventivos obrigatórios; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) - comentário jurídico; Comentário Jurídico: SESMT, CIPA, PPRA, PCMSO, PCMAT; Papel dos Sindicatos relativo à segurança e saúde do trabalho; Portaria nº 865, de 14.09.1995; Legislação Previdenciária (Vigente); Lei 8.212/91; Lei 8213/91; C.L.T. (da Segurança e

Medicina do Trabalho); Disposições Gerais; Inspeção prévia e embargo ou interdição; Órgão de segurança e de medicina do trabalho nas empresas; Equipamento de proteção individual; Medidas preventivas de medicina do trabalho; Edificações; Iluminação; Conforto térmico; Instalações elétricas; Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais; Caldeiras; fornos e recipientes sob pressão; Atividades insalubres ou perigosas; Prevenção da fadiga; Penalidades; Consolidação das Leis do Trabalho (Trabalho do menor, da Mulher e do estagiário; Princípio de Proteção à Criança e Adolescente (artigos 1º ao 6º, Lei nº 8.069/90); Direito à Profissionalização e à Proteção do Trabalho (Capítulo V, Lei nº 8.069/90); Proibição do trabalho da criança até 12 anos (art. 7º, XXXIII e 227, §3º, CF/88); Art. 402 a 441, da CLT; Proibição de trabalho perigoso, penoso, insalubre (Portaria nº 6, de 05/02/2001) horas extraordinárias; Regulamentação do art. 68, Lei 8.069/90; Trabalho da Mulher; Art. 372 a 401, da CLT; Critérios Fundamento fisiológico; Fundamento Social; Art. 30, VII, CF/88; Proteção à maternidade (direito da criança); Auxílio-maternidade; Estabilidade provisória; Trabalho da Pessoa Portadora de Deficiência; CF/88, Leis Federais 7853/89 e 8742/93; CE/Paraná, Leis Estaduais 7875/85, 11.189/95; Decreto 4446/84; Trabalho do Idoso; Art. 26 a 28, Lei nº 1.0741/2003; Noções da Legislação do Trânsito (Vigente); Transporte de Cargas Perigosas; A Lei Federal n.º.938, de 31 de agosto de 1.981 - determina em seu artigo 10, que estabelecimentos potencialmente poluidores tenham licenciamento ambiental; Decreto n.º. 044, de 18 de maio de 1988; Portaria n.ºde 20 de maio de; Portaria n.ºde 09 de setembro de 1998; NR's 11, 19 e 20; Noções de Laudo Pericial.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. CLT, Legislação Trabalhista e Previdenciária e Constituição Federal. 6. edição. São Paulo: RT, 2007 (COLEÇÃO MINICÓDIGOS)

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

SAAD, Eduardo Gabriel. Aspectos jurídicos da segurança e medicina do trabalho: comentário da lei 6,514 de 22.10.77, que deu nova redação ao capítulo v, Título II, da

CLT. São Paulo: LTR,1979. 296 p.

CORREA, Márcia Angelim Chaves e SALIBA, Tuffi Messias. Insalubridade e Periculosidade: doutrina e jurisprudência. 8. edição. São Paulo: RT, 2007
ALBORNOZ, Suzana. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que é trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense.
BISSO, Ely M. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que e segurança no trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). São Paulo: Saraiva, 2007.
COVRE, M. de Lourdes M. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que e cidadania. São Paulo: Editora Brasiliense.
DALLARI, Dalmo de Abreu. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que e participação política. São Paulo: Editora Brasiliense.
DALLARI, Dalmo de Abreu. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que são direitos da pessoa. São Paulo; Editora brasiliense.
GARCIA, Marília. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que é constituinte. São Paulo: Editora Brasiliense.
SINHORETO, Jaqueline. Justiça e Seus Justiçadores: Conflitos, Linchamentos e Revoltas Populares. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Noções da Organização das atividades empresariais direcionadas ao trabalho.

CONTEÚDOS: As diferentes correntes da administração; Revolução digital e a contemporaneidade da administração; Precursores da Administração Científica; Organização das Modernas Empresas; Os novos conceitos introduzidos pela teoria neoclássica; Noções de Sistema de Gerenciamento Ambiental: ISO 14.000 e 18.000, OSHA's, A Segurança do Trabalho no Planejamento, Manutenção e Controle de Produção e Qualidade, A Segurança do Trabalho e o Estudo Preliminar dos Métodos de Trabalho, Análise dos Métodos do trabalho e processos de Produção Industrial, Regras básicas de benchmarking, Arranjos Físicos em Empresas, Noções de Fluxogramas e Organogramas: representação gráfica, Organizações Inteligentes, Perfil de Exposições e Riscos Ocupacionais.

BIBLIOGRAFIA

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração- teoria, processo e prática**. Mcgraw-Hill, 1995.

GRÖNROOS, Christian. **Marketing: gerenciamento e serviços**. São Paulo: Editora **Campus, 1995.**

MATOS, Francisco Gomes de. **Estratégia de empresa**. São Paulo: Editora Makron Books, 1993.

MCKENNA, Regis. **Marketing de relacionamento: estratégias bem sucedidas para a era do cliente.** Campus, 1993.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – **http//www.desenvolvimento.gov.br**

SANTOS, Joel J. **Formação do preço e do lucro.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO

Orientação do uso dos equipamentos de proteção e prevenção, bem como as relações entre os grupos de trabalho.

CONTEÚDOS: Psicologia do Trabalho; Relação da Psicologia com a Segurança e Medicina do Trabalho; Relações intra e inter-pessoais no Trabalho; Psicologia Organizacional; Comunicação: Importância, tipos e barreiras de comunicação; Causas da insatisfação no Trabalho e Estresse; Assédio moral, psicológico e sexual no trabalho; Acidente do Trabalho do Ponto de Vista Psicológico: trauma, fatalidade, dentre outros; Técnicas de orientações: Importância e Tipos, Individualizados; Socializados e Diversas; Formas de Orientações Local de Trabalho; Rodízio de funções; Manuais de treinamento; Vantagens e desvantagens do treinamento no local de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

MCCORMICK, Ernest James; TIFFIN, Joseph. Psicologia industrial. 2. ed. São Paulo: E.P.U, 1977.

LA TAILLE, Yves. Piaget, Vygotsky,Wallon. Teoria psicogenética em discussão. São Paulo

ALVARRADOR, Marianela. Construção de uma pedagogia para a integração. Montevidéu OIT, 1998 (Integração normalizada na formação para oi trabalho um processo de inclusão social.

ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de Dinâmica de Grupo de Sensibilização de Tudopedagogia. Petrópolis, Vozes, 1991, 4 ed. 190p

BARROS, Saulo C. Rego. Manual de gramática e redação: para profissionais de segurança do trabalho. São Paulo, Ícone,1997. 123 p.

BOOG, Gustavo G. Manual de treinamento e desenvolvimento. 2a. ed. São Paulo.

COVEY, STEPHEN. Os sete hábitos das pessoas muito eficazes. 4. ed. Best Seller, 2000.

DOLABELA, FERNANDO. Oficina do Empreendedor. 2. ed. Cultura Editores Associados, 1999.

FIGUEIRA, José Paulo Resende. Liderança de Reuniões

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 184p.

FRITZEN, Silvino José. Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo. Petrópolis, Vozes, 1983. 4 ed. 93p.

GARRIDO, LAÉRCIO M. Virei Gerente, e Agora? 1. ed. Nobel, 2000.

KERLÉSZ, ROBERTO. Análise Promocional ao Vivo. 3. ed. Summus Editorial, 1987.

KIRBY, ANDY. 150 Jogos de Treinamento. T & D, 1995.

LUFT, Celso Pedro; AVERBUCK, Ligia Morrone; MENEZES, João Alfredo de. Novo manual de português: gramática, ortografia oficial; literatura brasileira e portuguesa, redação, teste de vestibular. 3 ed. São Paulo, 1996. 590 p.

MATOS, Francisco Gomes de. Como Dirigir e Participar de Reuniões

MCKENNA, Regis. Marketing de relacionamento: Estratégias bem sucedidas para a era do cliente. Editora Campus, 1993.

MOSCOVIC, FELA. Equipes do certo. 5. ed. José Olympio. SãoPaulo, 1994.

NOGUEIRA, NILBO RIBEIRO. Desenvolvendo as Competências Profissionais. 1. ed. Érica Ltda., 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Guia Médico Internacional para Navios.

YOZO, Ronaldo Yudi K. 100 Jogos para Grupos. 7. ed. Agora, 1996.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS E PERDAS

Verificação e análise preliminar de riscos e perdas causadores de acidentes e incidentes.

CONTEÚDOS: Teorias de Sistemas e Subsistemas; Avaliações de Perdas de um Sistema; Aplicação da teoria de sistemas na Segurança do Trabalho; Técnicas de Análises: identificação dos riscos, Série de riscos, Análise de riscos, Análise de modos e falhas, de operações, dos incidentes e acidentes, avaliação qualitativa, medidas de controle; Teoria e Estudos de Confiabilidade em equipamentos e sistemas; What-ifF; Aplicação do método em sistema definido; Levantamento e Controle de perdas, custos e cálculos dos acidentes dos segurados e não segurados; Elaboração de Check-list .

BIBLIOGRAFIA:

BURGES, WILLIAM. Possíveis Riscos a Saúde do Trabalhador. Belo Horizonte: Editora Ergo, 1997.

PACHECO JR. Qualidade na segurança e higiene do trabalho: série SHT 9000, normas para a gestão e garantia da segurança e higiene do trabalho. São Paulo: Atlas, 1995.

PRIMEIROS SOCORROS

Suporte ao profissional Técnico em Segurança do Trabalho para o atendimento de emergências, através de noções técnicas básicas em primeiros socorros.

CONTEÚDOS: Noções de Primeiros Socorros; Procedimentos emergenciais em casos de primeiros socorros; Urgências Coletivas; Noções de atendimento em casos de emergência; Acidentes rodoviários; Queimaduras; Lesões causadas por eletricidade; Afogamento; Mordidas e picadas de animais; Desmaios; Convulsão; Hemorragias; Noções de reanimação; Princípios da reanimação; Avaliação do Estado da vítima; Posição de Recuperação; Respiração artificial; Restabelecimento da Circulação; Reanimação em Crianças e Seqüência da RCP (Respiração Cardio-respiratória); Atendimento local e locomoção/remoção da vítima; Transporte em maca; Transporte sem maca.

BIBLIOGRAFIA

BARTMAN, M. e BRUNO, P., Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro, Ática, 1996

MICHEL, Oswaldo. Guia de Primeiros Socorros para Cipeiros e Serviços Especializados em Medicina e Segurança do Trabalho. São Paulo: LTR, 2002.

SEGURANÇA DO TRABALHO

Promoção do bem-estar físico, mental e social do trabalhador, bem como o gerenciamento preventivo dos riscos presentes nos ambientes de trabalho e relacionados aos processos produtivos.

CONTEÚDOS: Histórico da Segurança do Trabalho; Relações da Segurança com o desenvolvimento industrial; Aspectos sociais e econômicos da segurança e medicina do trabalho; As conseqüências sociais do Acidente do Trabalho (Trabalhadores, Família e Empresa); As conseqüências dos acidentes a nível nacional e os Reflexos dos acidentes a nível internacional; Noções dos Conteúdos das Normas Regulamentadoras (NR); Acidentes do Trabalho; Causas dos acidentes do trabalho; Técnicas e Formas de prevenção de acidentes do trabalho; Procedimentos legais nos acidentes do trabalho; Comunicação de acidentes do trabalho; Inspeção de Segurança do Trabalho; Reabilitação Profissional; Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT (NR-4); Dimensionamento (Quadro II), Formação e Atribuições; Código Nacional de Atividades Econômicas das Empresas (Quadro I); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA (NR-5); Processo de Formação da CIPA; EPI- Equipamentos de Proteção Individual [NR-6] e EPC- Equipamentos de Proteção Coletiva; Equipamentos de Proteção Individual: Legislação, Tipos, uso e Modelo de Ficha de Controle de EPI; Equipamentos de Proteção Coletiva: Comentários Gerais a respeito de sua aplicabilidade.

Mapeamento de Risco (Análise Qualitativa); Técnicas de elaboração de Mapa de Riscos;

Etapas do Mapa de Riscos Ocupacionais; Relatório do Mapeamento; Investigação do Acidente do Trabalho; Processos de Investigação; Análise do Acidente do Trabalho; Árvore de causas e falhas; Ferramentas da qualidade aplicada à segurança do trabalho; Custo do Acidente do Trabalho; Conceitos

de custos diretos e indiretos; Estatística Aplicada a Segurança do Trabalho; Conceitos e aplicações; Elaboração de planilhas e gráficos; Gerenciamento da Segurança; Documentação de Segurança do Trabalho (ordens de serviço, manuais de segurança do trabalho, política de segurança do trabalho); Segurança no Trânsito; Noções de Direção Defensiva; Estudo das NRs-31 e 32; Estudo e aplicação das NR-31 e 32; Plano de gerenciamento; Espaços confinados – estudo da NR 33; P.P.R.A. – NR-09; Estudo detalhado de todos os itens da NR–09; Elaboração do PPRA; Correlação com PCMSO; LTCAT: Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho; Planilha de Avaliações de Riscos Levantados; Programa de Proteção Respiratória; Recomendações, seleção e uso de Respiradores; Programa de Proteção Auditiva; Protetores Auditivos; Perfil Profissiografico Previdenciário – PPP; Preenchimento formulário conforme programas prevencionistas; Segurança na Construção P.C.M.A.T. - NR-18; - Estudo detalhado de todos os itens da NR–18; Elaboração do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da construção-PCMAT.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Manuais de Legislação; Segurança e Medicina do Trabalho, São Paulo, Atlas 61º ed. 20707.

BRASIL. MT. FUNDACENTRO. Curso de Engenharia do trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1981. 6 v.

JR.COSMOS MORAES. Segurança do Trabalho. São Paulo: USP.

LIMA , Dalva Aparecida. Livro do professor da Cipa. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MANUAL DA CIPA, em 24 de maio de 1999, NR 5.

MANUAL DE SEGURANÇA – Companhia Vale do Rio Doce. PINTO, Almir Pazzionotto. Manuais no meio rural. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa - Manual de segurança do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, vol. 20, Janeiro a Junho, NR 75

BRASIL. Manuais de Legislação; Segurança e Medicina do Trabalho, São Paulo, Atlas 61º ed. 2007.

BRASIL. MT. FUNDACENTRO. Curso de Engenharia do trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1981. 6 v.

JR.COSMOS MORAES. Segurança do Trabalho. São Paulo: USP.

LIMA , Dalva Aparecida. Livro do professor da Cipa. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MANUAL DA CIPA, em 24 de maio de 1999, NR 5.

MANUAL DE SEGURANÇA – Companhia Vale do Rio Doce. PINTO, Almir Pazzionotto. Manuais no meio rural. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa - Manual de segurança do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, vol. 20, Janeiro a Junho, NR 75

TECNOLOGIA INDUSTRIAL

Conhecimento dos equipamentos industriais para a prevenção de acidentes.

CONTEÚDOS: Processos de Produção: Elementos de Riscos a Saúde; Introdução aos Processos de Produção; Conceito de Controle de Processos Industriais; Máquinas e Equipamentos de Transporte; Métodos de manuseio de Equipamentos de Transporte Industrial; Movimentação; Armazenagem; Cargas Especiais; Equipamentos de Estivagem; Normalização; Manutenção Preventiva de Materiais e Equipamentos; Procedimentos Técnicos; Processos de Manutenção; Sistema Organizacional; Normalização; Ferramentas Manuais: Convenções; Utilização e Conservação; Manutenção Preventiva; Manutenção Corretiva; Interpretação de Catálogos e Manuais; Caldeiras; Vasos de Pressão (NR-13); Fornos (NR-14); Norma Regulamentadora nº 13 (NR–13); Norma Regulamentadora nº 14 (NR–14); Riscos Ocupacionais; Práticas de Trabalho; Eletrotécnica: Princípios da Eletricidade; NR-10 – Riscos nas instalações elétricas; Formas de aterramento; Princípios da eletrotécnica; Conceitos de Transformadores; Tipos de instalações elétricas; Princípios prevencionistas; Tecnologia e prevenção no combate a sinistro; Considerações sobre incêndios e explosões; participação do Técnico de Segurança do Trabalho na proteção contra incêndios; Princípio da Combustão: Triângulo do fogo e Características do fogo; Características Físicas e Químicas da Combustão; Química e física do fogo; Causas Comuns de Incêndio; Métodos de Extinção de Incêndios: Abafamento, resfriamento e isolamento; Classe de risco e métodos de

extinção; Agentes Extintores: Água, espumas, pó químico seco, dióxido de carbono e granulados específicos no combate a incêndios; Material de Combate ao Fogo: Hidrantes e Chuveiros automáticos; Formação e orientação de brigada de incêndio; Plano de Evacuação; Planos de Emergência: Rota de fuga, retirada de pessoas, sinalização (alertas), formação de equipes de emergência, lay-out de rota de fuga, ação individual no plano de emergência; plano de Auxílio Mútuo.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Manuais de Legislação; Segurança e Medicina do Trabalho, São Paulo, Atlas 61º ed. 2007.

FERREIRA, Paulo Pinto. Treinamento de pessoal: a técnico-pedagogia do treinamento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1977.

UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

Aplicação de metodologias técnicas e normalizadas, operacionalizando os instrumentos de medição ambiental.

CONTEÚDOS: Conceitos de Utilização dos Equipamentos de Medição; Técnicas de Medição; Tipos de Equipamentos: Decibelímetro (medidor de pressão sonora - analógico e digital), dosímetro, luxímetro, conjunto de termômetros para avaliação da exposição ocupacional ao calor (termômetro de bulbo seco, termômetro de bulbo úmido e termômetro de globo), Bomba medidora de gases, Anemômetros, Explosímetros, Higrômetro, Oxímetro, Aparelhos medidores de monóxido de carbono (CO), Filtros passivos; Atividades e Operações Insalubres: Norma Regulamentadora nº 15 (NR–15 “anexo 1 a 14”); Estudos nas Normas de Higiene Ocupacional (NHO - Fundacentro); Análise Quantitativa do Mapeamento de Riscos; Acidentes de Trabalho: com exposição a material biológico e acidente de trabalho grave.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. **Manuais de Legislação; Segurança e Medicina do Trabalho**, São Paulo, Atlas 61º ed. 2007.

MELO, Márcio dos Santos. **Livro da Cipa - Manual de segurança do trabalhador.** São Paulo: Fundacentro, 1990

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização e métodos : integrando comportamento , estrutura, estratégica e tecnologia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
MAGRINI, Rui de Oliveira. **Riscos de acidentes na operação de caldeiras.** São Paulo: Fundacentro, 1991.

PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO DE TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

O Técnico em Segurança do Trabalho é um profissional de visão humanista e social, com conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais, capaz de elaborar, implementar e monitorar programas na área de segurança e saúde do trabalho, desenvolver ações educativas na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no universo laboral e na sociedade, bem como contribuir com a preservação do meio ambiente.

PLANO DE ESTÁGIO

Curso Técnico em Segurança do Trabalho – PROEJA
Do Curso: 2.500 horas
Do Estágio: 120 horas
4º semestre: 40 horas
5º semestre: 40 horas
6° semestre: 40 horas

Curso Técnico em Segurança do Trabalho - Subsequente
Do Curso: 1500 horas
Do Estágio: 200 horas
2º semestre: 100 horas
3º semestre: 100 horas

O trabalho e a cidadania são previstos como os principais contextos nos quais a capacidade de continuar aprendendo deve se aplicar, a fim de que o educando possa adaptar-se às condições em mudança na sociedade, especificamente no mundo das ocupações. A LDB neste sentido é clara: em

lugar de estabelecer disciplinas ou conteúdos específicos, destaca competências de caráter geral das quais a capacidade de aprender é decisiva.

O aprimoramento do educando como pessoa humana destaca a ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Em outras palavras, convoca à constituição de uma identidade autônoma. Para fazer uma ponte entre teoria e prática, de modo a entender como a prática, está ancorada na teoria (fundamentos científico-tecnológicos), é preciso que a escola seja uma experiência permanente de estabelecer relações entre o aprendido e o observado, seja espontaneamente, no cotidiano em geral, seja sistematicamente no contexto específico de um trabalho e suas tarefas laborais.

A Educação Profissional proposta pela atual LDB está comprometida com os resultados de aprendizagem, portanto, a prática profissional constitui e organiza o currículo, onde a formação de um profissional é capaz de inserir tal trabalhador no mundo globalizado, agindo e transformando, através da sua participação direta em situações reais de vivência e trabalho de seu meio ambiente. O profissional da área da saúde, no caso dos alunos do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, que atuando na área tem por obrigação e responsabilidade à prevenção e proteção à saúde e integridade física do trabalhador.

Se a questão profissional é referência para professores e alunos, o Estágio, por ser uma experiência pré-profissional, passa a ser um momento de extrema importância. Será o instante de organização do conhecimento, de seleção de ponto de vista, porque obriga o estudante a confrontar seu saber com a realidade, não como um expectador acadêmico, mas como um profissional, ou seja, dentro de uma organização social concreta na qual tem um papel a desempenhar.

O que distingue o estágio das demais disciplinas em que a aula prática está presente, é que ele se apresenta como o momento da inserção do aluno na realidade, da reflexão e da compreensão das relações de trabalho. Este exercício de inserção e distanciamento é que poderá prepará-lo para mais tarde, na vida profissional, atuar sobre a realidade, buscando transformá-la.

Outra contribuição do Estágio refere-se ao autoconhecimento do estudante, pois lhe permite confrontar os desafios profissionais com sua formação acadêmica, entendida como formação teórica prática.

O Plano de Estágio do Estabelecimento, constitui ponto importante, para garantir que se processe a realização e o acompanhamento do Estágio Profissional Supervisionado dos alunos.

Objetivo Geral

O Estágio proporciona a complementação do aprendizado obtido na escola, através do trabalho exercido fora do ambiente escolar, a adaptação psicológica e social necessárias à sua atuação como profissional, a orientação sobre sua futura especialização profissional.

Objetivos Específicos

Contribuir para a formação profissional de nível técnico na área de Segurança do Trabalho, por meio do desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho e seus ambientes, que assegure concebê-lo como ato educativo em que a teoria e a prática são indissociáveis.

Favorecer a aquisição de uma postura ética nas relações de trabalho, sendo sujeito ativo em seu contexto social.

Oportunizar ações que possibilitem atuarem como profissionais conscientes e responsáveis.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Os Estágios serão realizados em Empresas, Instituições Públicas ou Privadas parceiras do Estabelecimento de Ensino, com ramos de atividades compatíveis com a natureza e objetivo da habilitação e que apresentem condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do educando.

CARGA HORÁRIA

A carga horária total do Estágio será de 200 horas, sendo 100 horas no segundo semestre e 100 horas no terceiro semestre. Não poderá exceder a jornada diária de 6 horas, perfazendo 30 horas semanais.

APROVEITAMENTO PROFISSIONAL

O aluno que no decorrer do curso, comprovadamente estiver trabalhando em empresas onde exerça atividade compatível com a realizada em seu Estágio Profissional Supervisionado, poderá requerer na forma regimental junto a Secretaria do Colégio o aproveitamento das horas trabalhadas para o cumprimento das horas do estágio no máximo 30% do total da carga horária de estágio.

Juntamente com o requerimento de dispensa do estágio, o aluno deverá anexar documentação comprobatória de vínculo empregatício não inferior a seis meses, com declaração da Empresa contendo as atividades desempenhadas pelo seu funcionário ligadas a área de saúde e segurança do trabalhado.

A dispensa será concedida mediante análise da documentação pelo Coordenador de Estágio.

ATIVIDADES DO ESTÁGIO

Durante a realização do Estágio Profissional Supervisionado, o educando deverá realizar o reconhecimento e avaliação da área ou setor de atuação do Técnico em Segurança do Trabalho, bem como integrar-se com os chefes dos setores e departamentos existentes para maior conhecimento das atividades ali desenvolvidas e dos possíveis riscos ambientais.

O aluno deverá fazer o acompanhamento direto das atividades do setor competente da Instituição Parceira em que estiver atuando, o que com isto, estará principalmente subsidiando-se e vivenciando de forma consistente a rotina diária do Técnico em Segurança do Trabalho. Para tanto é preciso estar atento(a) quanto:

Inspeção de Segurança: Sistema ou processo de escolha para a realização; Tipo de inspeção habitualmente realizada; Outras inspeção e periodicidade; Sistema de encaminhamento dos problemas levantados;

Processo de análise e solução (nível hierárquico); Outras inspeções de checagem.

CIPA: Processo de recrutamento dos empregados para a candidatura na C.I.P.A; Apresentação dos candidatos e tempo médio antes da eleição; Edital de convocação para a eleição; Escolha dos membros representantes do empregador.

- Processo de eleição e apuração de votos.

- Elaboração dos documentos exigidos pela fiscalização; Posse dos novos membros; Acompanhamento em pelo menos 03 (três) reuniões; Elaboração de atas das reuniões acompanhadas; Lay-out e mapa de risco.

E.P.I. e E.P.C: Tipos e finalidades; Processo de análise em relação ao risco e prescrição de E.P.I; Características dos riscos, E.P.I. em uso e carência de E.P.I. adequados; Sistema de fornecimento e controle; Processos de conscientização utilizados quanto ao uso obrigatório do E.P.I; Problemas e dificuldades apresentados pelo funcionário e empregador.

Agentes Físicos: Identificação, avaliação, controle e sugestões; Consideram-se Agentes Físicos, dentre outros: Ruídos, Vibrações, Temperaturas Anormais, Pressões Anormais, Radiações Ionizantes, Radiações Não Ionizantes e Umidade.

Agentes Químicos: Identificação, avaliação, controle e sugestões; Consideram-se Agentes Químicos, dentre outros: Névoas, Neblinas, Poeiras, Fumos, Gases e Vapores.

Agentes Biológicos: Identificação, avaliação, controle e sugestões; Consideram-se Agentes Biológicos, dentre outros: Bactérias, Fungos, “Rickettisia”, Helmintos, Protozoários e Vírus.

Riscos Ergonômicos e de Acidentes: Identificação, avaliação, controle e sugestões; Consideram-se Riscos de Acidentes, dentre outros: Arranjo Físico, Máquinas e Equipamentos, Ferramentas Manuais Defeituosas, Inadequadas ou Inexistentes, Eletricidade, Sinalização, Perigo de Incêndio ou Explosão, Transporte de Materiais, Edificações e Armazenamento Inadequado; Consideram-se Riscos de Acidentes, dentre outros: Trabalho Físico Pesado, Postura Incorreta, Treinamento Inadequado ou Inexistente, Trabalho em Turnos e Noturno, Atenção e Responsabilidade, Monotonia e Ritmo Excessivo.

Investigação de Acidentes: Sistema de escolha da equipe; Tempo (Médio) após ocorrido o Acidente; Documento e impressos utilizados; Técnicas

aplicadas para a investigação; Encaminhamento para a C.I.P.A; Acompanhamento da Análise do Acidente.

Sinalização: Sistema de sinalização de segurança utilizada; Deficiência de sinalização.

- Sugestão para novas sinalizações e/ou alterações nas atuais; Verificação de todos os itens que impliquem na sinalização obrigatória. inclusive sistema de utilização de cores para tubulações e outros de acordo com a NR – 26.

Cálculo de Custo: Sistemas utilizados para levantamento de estatísticas de A.T; Processo utilizado para avaliação de custos diretos e indiretos; Sistemas de Cálculos adotados; Processos de encaminhamento dos levantamentos estatísticos; Avaliação, resultado e medidas que são apresentadas.

Caldeira: Tipo e características de caldeiras em operação; Sistema de supervisão e controle do Livro de Registro; Inspeção periódica; Operadores habilitados e treinados; Sistema de funcionamento e operação da caldeira; tempo de funcionamento e/ou operação; Aspectos comparativos de todos os itens estabelecidos na NR – 13 e a situação atual da caldeira em estudo.

Legislação: Aplicabilidade das NRs incidentes na atividade de estágio que está sendo aplicada e o que falta.

Proteção contra Incêndios: Prevenção e Combate a Incêndios; Legislação Municipal de Incêndios; Equipamentos de Combate a Incêndios; Brigadas de Incêndios; Planos de Emergência.

Análise de Riscos: Técnicas de Análise; Árvore de causas e falhas; Análise dos acidentes e incidentes.

MODALIDADE SUBSEQUENTE

1º semestre de estágio:

- Averiguação de EPIs (Certificado de Aprovação, entrega de ficha, tipos de EPIs adequados para cada função).
- Averiguar os tipos de riscos existentes na empresa
- Averiguar o uso correto dos EPIs
- Auxiliar na conscientização dos funcionários quanto ao uso dos EPIs corretamente.
- Acompanhar o Técnico em Segurança do Trabalho, quando existente.

- Averiguar a documentação existente (PPRA, PPP, LTCAT, FISPQ, Controle Admissional e Demissional)
- Averiguação da periodicidade das medições realizadas na empresa.

2º semestre de estágio:

- Averiguar Mapa de Risco existente (quantidade e elaboração)
- Averiguar as providências adotadas pela empresa diante dos riscos existentes no ambiente de trabalho
- Verificar os treinamentos realizados no ano e se estão compatíveis com os riscos e funções existentes
- Verificar sinalizações de segurança
- Verificar a rota de fuga da empresa (mapa, treinamento e sinalizações)
- SIPAT – treinamentos, elaboração e documentação
- Verificar se a documentação condiz com as NRs de Combate a Incêndio
- Métodos de Avaliação de Riscos utilizados na empresa
- Brigada de Incêndio
- Tipos de treinamentos realizados nos setores da empresa
- Desenvolver atividades educativas como: prevenção, qualidade de vida, risco, observação e monitoramento
- Interagir, observar e acompanhar o SESMT existente na empresa, quando houver

MODALIDADE PROEJA

1º semestre de estágio

- Averiguação de EPIs (Certificado de Aprovação, entrega de ficha, tipos de EPIs adequados para cada função).
- Averiguar os tipos de riscos existentes na empresa
- Averiguar o uso correto dos EPIs
- Auxiliar na conscientização dos funcionários quanto ao uso dos EPIs corretamente.
- Acompanhar o Técnico em Segurança do Trabalho, quando existente.
- Averiguar a documentação existente (PPRA, PPP, LTCAT, FISPQ, Controle Admissional e Demissional)

2º semestre de estágio

- Averiguação da periodicidade das medições realizadas na empresa.
- Averiguar Mapa de Risco existente (quantidade e elaboração)
- Averiguar as providências adotadas pela empresa diante dos riscos existentes no ambiente de trabalho
- Verificar os treinamentos realizados no ano e se estão compatíveis com os riscos e funções existentes

3º semestre de estágio

- Verificar sinalizações de segurança
- Verificar a rota de fuga da empresa (mapa, treinamento e sinalizações)
- SIPAT – treinamentos, elaboração e documentação
- Verificar se a documentação condiz com as NRs de Combate a Incêndio
- Métodos de Avaliação de Riscos utilizados na empresa
- Brigada de Incêndio
- Tipos de treinamentos realizados nos setores da empresa
- Desenvolver atividades educativas como: prevenção, qualidade de vida, risco, observação e monitoramento
- Interagir, observar e acompanhar o SESMT existente na empresa, quando houver

As atividades de Estágio deverão estar relacionadas obrigatoriamente nas áreas de concentração definidas pela Coordenação do Curso e Coordenação de Estágio propostas neste item. O estagiário que desenvolver seu Estágio na empresa ou instituição em que trabalha deverá fazê-lo fora de suas atividades de rotina, se dentro delas, com caráter inovado e diferenciado observando todos os critérios previstos neste Plano.

ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

O estagiário deverá ser acompanhado durante seu Estágio por profissionais habilitados, tais como:

a) Coordenador de Estágio: será o elo entre o Colégio e o local da realização do Estágio, apresentando e direcionando o Plano de Trabalho de Estágio que deverá ser traçado juntamente com o estagiário, sendo instrumento a ser seguido pelo supervisor no local da realização do Estágio.

b) Supervisor da Instituição concedente: será o responsável pela condução e concretização do Estágio na Instituição ou propriedade concedente, de acordo com o Plano estabelecido pelo Estabelecimento de Ensino.

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

A avaliação do Estágio Profissional Supervisionado é concebida como um processo contínuo e como parte integrante do trabalho, devendo portanto estar presente em todas as fases do planejamento e da construção do currículo, como elemento essencial para análise do desempenho do aluno e da escola em relação à proposta.

Serão considerados documentos de avaliação do Estágio Curricular:

- Ficha de Controle de Estágio Profissional Supervisionado;
- Ficha de Avaliação do Estagiário;
- Ficha do Supervisor do Estágio da Unidade Concedente;
- Relatório apresentando os conteúdos observados durante o Estágio Profissional Supervisionado;

O Relatório Final de Estágio deverá ser apresentado conforme normas técnicas definidas no Manual de Estágio.

A nota do Estágio dos Semestres será a média entre a nota apresentada pelo Supervisor de Estágio da Unidade Concedente e a nota atribuída na avaliação proposta pela Coordenação de Estágio (Relatório Parcial).

O resultado da avaliação do Estágio Profissional Supervisionado é expresso através de notas graduadas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). O rendimento mínimo exigido para aprovação é a nota 6,0 (seis vírgula zero). Será considerado aprovado o aluno que:

a) obtiver freqüência de 100% (cem por cento) e aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero);

b) entregar a Ficha de Controle e o Relatório apresentando os conteúdos observados durante o Estágio Profissional Supervisionado em data prevista.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- O aluno deverá realizar o Estágio Profissional Supervisionado ao longo do Curso, acompanhando o semestre, como forma de assegurar a importância da relação teoria-prática no desenvolvimento curricular, estabelecida no Plano de Estágio específico aprovado pelo órgão competente;
- A não conclusão do Estágio Profissional Supervisionado, no prazo previsto neste Plano de Trabalho, implicará na suspensão da emissão do diploma;
- A realização do estágio é obrigatória para a conclusão do Curso Técnico em Segurança do Trabalho;
- O aluno aprovado em todas as disciplinas, mas reprovado ou não cumpriu o Estágio Profissional Supervisionado obrigatório, será considerado reprovado no respectivo semestre;
- A Direção do Estabelecimento não poderá expedir nenhum tipo de documento que comprove o término do Curso, sem que o aluno tenha atendido todos os itens necessários para aprovação no Estágio.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

<table>
<tr><td colspan="2">1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:
Parte Concedente:
Supervisor:
Estagiário(a):
Instituição de Ensino:
Curso:
Professor Orientador:</td></tr>
<tr><td>2. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO(A)
I – Insuficiente R – Regular B – Bom MB – Muito Bom E – Excelente</td><td>CONCEITO</td></tr>
<tr><td>a) Qualificação do educando para a execução das atividades integrantes do Plano de Estagio.</td><td></td></tr>
<tr><td>b) Conhecimento demonstrado na execução das atividades do Plano de Estágio, considerando o período em curso.</td><td></td></tr>
</table>

c) Facilidade em compreender e executar atividades propostas.	
d) Pontualidade no cumprimento dos dias e horário de estágio	
e) Responsabilidade demonstrada pelas atribuições, materiais e equipamentos que opera.	

3. ORIENTAÇÕES QUE JULGAR NECESSÁRIAS:

4. NOTA DO ESTAGIÁRIO (0,0 a 10,0):

_____
_____

COLÉGIO ESTADUAL MARECHAL RONDON Empresa

Estagiário(a) _____

Profª. Orientador do Estágio _____

DATA:_____/_____/_____

AVALIAÇÃO DO CURSO

Os alunos dos cursos técnico em Segurança do Trabalho avaliam que as disciplinas, conteúdos e metodologias usadas pelos professores durante as aulas teóricas e práticas são muito boas e assim, ocorre um bom aproveitamento das aulas na medida em que os professores fazem as relações entre as teorias e a prática. Ao professores tem domínio dos conteúdos e fazem aulas sempre dinâmicas. Com freqüência os alunos são encaminhados aos laboratórios de informática. Ao aplicar as avaliações os professores explicam claramente os objetivos das questões avaliadas as quais estão relacionadas aos conteúdos ministrados em sala de aula. O curso ofertado precisa melhorar nos seguintes aspectos: conteúdos e práticas e acompanhamento nos estágios; material específico, bem como equipamentos e mais aulas práticas inserido o aluno à rotina que requer a profissão; Professores mais qualificados (alguns casos), material didático e uso de

equipamentos de medição; treinamento para os professores; Curso de Oratória, para desenvolver a capacidade individual da fala; Regular, faltou mais acompanhamento e um melhor relatório de estágio. A maioria dos alunos matriculados neste curso estão empregados em: fundição, lojas, auto escola, indústria Coamo, DETRAN, borracharia, hospitais, cristofoli, instituição de acolhimento, escritório de engenharia, confecções, prefeituras, indústria de móveis rorato, colacril entre outros. Muitos desses afirmam ter conseguido o emprego após o ingresso no curso. As dificuldades encontradas pelos alunos em manter-se no curso ficam por conta da distância da cidade onde mora e a escola, horários de transporte, horários com a família, saúde e família. Para melhorar a oferta do curso foi sugerido que: abrir mais turmas e divulgar mais o curso; criar um laboratório para o técnico em segurança do trabalho para o curso; adquirir equipamentos para medição; mais visitas técnicas; Não deixar faltar professores; oferecer treinamentos para os professores e contratar professores com habilidade na área que vai exercer; aumentar a quantidade de vagas ofertadas no curso.

Observação**:** “A Instituição é idônea e corresponde às expectativas dos alunos que aqui ingressam. Todos estão de parabéns. Espero que para as próximas turmas os alunos possam contar com bom acervo de materiais, para que dessa forma o Colégio possa continuar sendo de grande importância em toda região”; “A base do curso foi dada, cabe a nós agora aprimorar e praticar os conhecimentos repassados pelos professores. Agradeço a todos os professores pelo empenho e dedicação”; “Deveria ter mais paciência na hora que precisamos sair do portão da escola”; “Agradeço a todos os companheiros, professores e amigos de sala. Parabéns a todos. Desculpe algumas atitudes minhas”; “Agradecer a todos os professores e orientadores que não mediram esforços em fazer com que eu e os alunos pudéssemos aproveitar o máximo o curso”; “Foi um ótimo curso e espero conseguir trabalho bom para começar minha carreira no mercado de trabalho”; “Gostei muito deste curso, apesar de no começo achei muito fraco. Espero conseguir um emprego e ser uma ótima Técnica em Segurança para um dia o Colégio se orgulhe de sua ex-aluna”

PLANO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando que

esteja freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No estágio não-obrigatório, é compulsório o recebimento de bolsa ou outra forma de contraprestação acordada, bem como auxílio-transporte.

A eventual concessão de benefícios relacionados ao auxílio-transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

As instituições de ensino da rede estadual, obrigatoriamente, deverão prever o estágio não-obrigatório.

O desenvolvimento do estágio não-obrigatório deverá estar descrito
no Plano de Estágio de cada curso.

O estágio Profissional não-obrigatório deverá ser assumido pela instituição de ensino a partir da demanda dos alunos, desenvolvido como atividade opcional para o aluno, acrescida à carga-horária regular e obrigatória.

O estágio não-obrigatório não interfere na aprovação/reprovação do aluno e não é computado como componente curricular.

Objetivos do Estágio Não-Obrigatório

- Contribuir para a formação do aluno no desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho que oportunizem concebê-lo como ato educativo.
- Desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Local(is) de realização do estágio não-obrigatório

Técnico em Enfermagem: Hospitais públicos e privados, clínicas em geral, asilos, APAE, unidade básica de saúde e caps.

Técnico em Segurança do Trabalho: Indústrias alimentícias em geral, comércio varejista, oficinas mecânicas, hospitais, metalúrgicas e empresas rurais.

Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa: Lar dos Velhinhos “ Frederico Ozanan”, Unidade Básica de Saúde, SESC, CRAS(Centro de Referencia de

Assistência Social) , CREAS(Centro de Referência Especializado de Assistência Social)

Avaliação do estágio

Precisa analisar em que medida o Plano de Estágio está sendo cumprido.

a) No que se refere ao aluno: embora não tenha função de veto ao estágio não-obrigatório, faz-se necessário avaliar em que medida está contribuindo ou não para o desempenho escolar do aluno. Desta forma o professor orientador precisa ter acesso a três documentos do aluno:

- Rendimento e aproveitamento escolar;
- Relatório elaborado pelo aluno. (Anexo II);
- Relatório de desempenho das atividades encaminhado pela parte concedente

b) No que se refere à parte concedente: o professor orientador, mediante visitas às instituições e análise dos relatórios, tem a incumbência de avaliar as condições de funcionamento do estágio, recomendando ou não sua continuidade. Aspectos a serem observados: Cumprimento do Artigo 14 da Lei 11.788/98 e Artigos 63, 67 e 69 da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

9. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Este é um projeto que não se encerra aqui. É preciso ser analisado discutido e aperfeiçoado anualmente, sempre que necessário. O que se pensa e se quer construir é uma escola de qualidade, inserida nos novos tempos, e que aponte para a reflexão constante para o conceito de educação, que esteja

sempre conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, formadoras de alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos e deveres, de liberdade e de igualdade perante a sociedade.

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Marechal Rondon, assume internamente um compromisso com a conscientização, transformação sócio-cultural da comunidade, concordando com o fato de que a educação é prioridade e que a diversidade regional não se configura como barreira para as propostas e ações pedagógicas inovadoras sirvam de norte para a prática educativa.

Para a avaliação deste Projeto Político Pedagógico propomos o que propõe Ilma Passos Veiga, acompanhar as atividades e avaliá-las para levar-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu Projeto Político Pedagógico. Como diz Veiga a avaliação do Projeto Político Pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforçar para propor ações alternativas . Esse caráter criador é conferido pela autocrítica. Avaliadores, que conjugam as ideias de uma visão global, analisam o Projeto Político Pedagógico, não como algo estanque, desvinculado dos aspectos políticos e sociais. Não rejeitam as contradições e os conflitos. A avaliação tem um compromisso mais amplo do que a mera eficiência e eficácia das propostas conservadoras. Portanto, acompanhar e avaliar o Projeto Político Pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico. Considerando a avaliação dessa forma, é possível salientar dois pontos importantes. Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao Projeto Político Pedagógico. Segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos. O processo de avaliação envolve três momentos: a descrição e a problematização da realidade escolar; a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada e a proposição de alternativas de ação, momento de criação coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6. REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo. In: **Anais...** Revista Novos Rumos. Nº16. São Paulo, 1990.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

CONSTITUIÇÃO FEDERTIVA DO BRASIL DE 1988. Construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

DECRETO 6571 (2008)

DELIBERAÇÃO 02/07 – CEE – Alteração do Art. 12 da Deliberação nº 03/06

DELIBERAÇÃO Nº 02/03 – CEE – Normas para a Educação Especial, Educação Básica para alunos com necessidades especiais.

DELIBERAÇÃO Nº 03/06 – CEE – Normas para a implantação do Ensino Fundamental de nove anos de duração no Sistema Estadual de Ensino do PR.

DELIBERAÇÃO Nº 08/06 – Alteração do Art. 9º da Deliberação nº 02/05 – CEE

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9394/96 – Diretrizes Nacionais para a Educação Básica do PR.

DUARTE, N. A Vigotski e o aprender a aprender: critica ás aproximações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

ELKONIM, D. A psicologia do jogo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEI 11.645 /08 – História e cultura afro-brasileira e indígena

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9394/96, Artigo 33, com redação alterada pela Lei nº 9475/97 sobre ensino religioso no Ensino Fundamental.

LEI N º 11.274 – Dispõem sobre a duração de nove anos para o Ensino Fundamental com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade

LEI Nº 10.172/01 – Plano Nacional de Educação

LEI Nº 13.381/01 – Conteúdos de História do Paraná (ENS. FUN)

LEI Nº 9.795/99 – Educação Ambiental para a Educação Infantil e Fundamental

LEI Nº 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEI ORDINÁRIA Nº 11.114/05 – Torna obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade.

LEI Nº 9.795/99 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL -PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LEI Nº 13.381/01 – CONTEÚDOS DE HISTÓRIA DO PARANÁ DO PARANÁ (ENS. FUN)

LEI 11.645 /08 – HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

LEONTIEV, A. N. Desenvolvimento do psiquismo. Editorial Estampa 1978.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola pública: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MARTINS, L. ARCE, A. Ensinando aos pequenos de zero a três anos. Campinas, SP: Alínea, 2009.

MÉSZÁROS, I. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Z. R. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

PALANGANA, I. C.; GALUCH, M. T. B. Avaliação dos processos do ensino e aprendizagem: um desafio que persiste. **Anais...** Revista UNIFAMMA, Maringá, V.6, p.30-36, Nov. 2007.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais - 1998

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação do. **Deliberação nº05/06.** Curitiba, 2006.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Curitiba, 2008.

PARANÁ. SEED. Orientação para (re) elaboração, implementação e avaliação da proposta pedagógica na educação infantil. 2006

PARECER CNE/CEB Nº 20/2009 – Revisão das Diretrizes Operacionais para a Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos – para os anos iniciais

PARECER Nº 117/01 Do Conselho Nacional De Educação – Câmara de Educação Básica – **11/09/01** – Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Ministério da Educação - 2002

PARECER Nº 13 DO CNE/CEB

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – (LEI 1011172/01) – 09/01/01

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (2008)

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 14/01/2010 – Define as Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos – para os anos iniciais

RESOLUÇÃO Nº 04/10 – CNE/CEB – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica

RESOLUÇÃO Nº 07/10 – CNE/CEB Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, I VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P.A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SUMÁRIO